

MÁRCIA ELIANA MARTINS

**SUJEITOS RURAIS E ORGANIZAÇÕES DO COOPERATIVISMO DE
CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO: (DES)CAMINHOS, (IM)POSSIBILIDADES E
(RE)INVENÇÕES**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2016**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Martins, Márcia Eliana, 1979-

M386s Sujeitos rurais e organizações do cooperativismo de crédito
2016 rural solidário (Des)Caminhos, (Im)Possibilidades e
 (Re)Invenções / Márcia Eliana Martins. Viçosa, MG, 2016.
 xvi, 223f. il. (algumas color) , 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndice.

Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas. f.194-208

1 Cooperativas de crédito agrícola. 2. Trabalhadores rurais.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Rural. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22 ed. 334 683

MÁRCIA ELIANA MARTINS

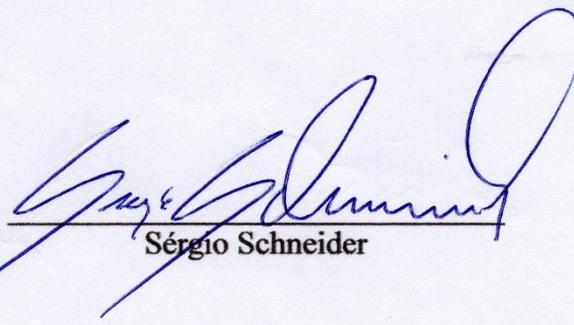
**SUJEITOS RURAIS E ORGANIZAÇÕES DO COOPERATIVISMO
DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO: (DES)CAMINHOS,
(IM)POSSIBILIDADES E (RE)INVENÇÕES**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

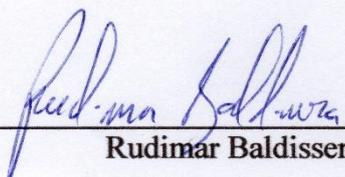
APROVADA: 21 de novembro de 2016.



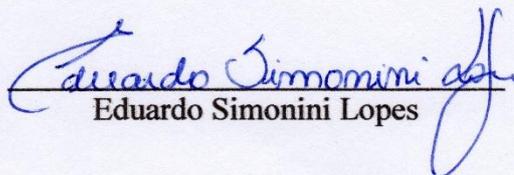
Elton Antunes



Sérgio Schneider



Rudimar Baldissera



Eduardo Simonini Lopes



Rennan Lanna Martins Mafra
(Orientador)

Para minha(s) família(s): a natural, que me deu a oportunidade da vida; a escolhida, que comecei a partilhar com o Jander neste período de doutorado e a “acadêmica”, que esteve ao meu lado nas dificuldades do caminho.

AGRADECIMENTOS

Jesus, Mestre e Senhor!... Um dia, no alvorecer do tempo humano, me destes a vida e um início para que eu lhes assumisse a continuidade, valendo-me de tuas mãos para seguir em frente em busca de mim mesmo, num ponto distante do futuro chamado por Ti de Evolução... [...] Ergui-me do chão para fitar os céus e meus olhos banhados de inocência, viram-te em toda a glória e esplendor nos fenômenos naturais que me circundavam, e o frágil entendimento curvou-se diante de tua força e sabedoria!... Entre temeroso e comovido, dei-te um nome quando te vi no Sol, outro nome quando estavas na Lua e outros tantos em cada estrela fulgente que divisei na grande abóboda do mundo, chorando muitas vezes, extasiado, diante de tua imensa grandeza! ... No entanto, um dia, vertidas longas faixas de tempo, pensei que me bastava e, forte e impetuoso, larguei de tua mão tentando caminhar sozinho pelas trilhas humanas que me destes por escola de aprimoramento... Seguro sobre os meus próprios pés avancei eras à dentro, levantando com meu suor e minha capacidade todas as civilizações da Terra, esquecendo-me pouco a pouco de Ti e de Tua presença indivisível nos frutos de minhas realizações...! [...] Não mais estavas na dor de nascer e na dor de morrer, onde substituí tua interferência pela minha ciência, aclarando cada fenômeno conforme os meus conhecimentos e elucidando-os vagarosamente, degrau pós degrau, creditando ao meu esforço pessoal cada derrota, cada vitória, cada passo além!... [...] No entanto, inexplicavelmente, quando passei a dissecar pó e carne com maestria inigualável, quando dei por mim olhando o mundo com a serena sapiência dos gênios, descobri que nada sabia além de matéria e então, premido por angustiantes questões outrora desprezadas, passei a ver-Te novamente em todas as coisas, como se nunca tivesses estado ausente de minha vida por um momento que fosse!... Hoje, por faltarem-me elementos novos com que classificar a vida que prossegue impávida rumo à estação do futuro, que é sempre novo e belo, não obstante a imensa miséria humana e da qual ainda sou ativo participante, só me resta aceitar que Tu estás e estarás sempre em tudo: no Sol, na Lua, nas estrelas, no vento, na chuva, nos montes, nas tundras, na dor de nascer e na dor de morrer... Em tudo, Senhor, e principalmente em mim... Ciente de minha fragilidade, como outrora, preparo-me agora para analisar cientificamente Tua interferência sutil em tudo o que me rodeia, porém refazendo o gesto que separou-me de Ti, há tanto tempo atrás: seguro tua mão novamente e rogo, não permitas mais que eu solte de Ti porque agora, para compreender com o espírito o mundo que me destes por berço, necessito investigar o que seja o amor, elemento equalizador de todas as potências e que sei hoje emana somente de Ti, qual energia inestancável, e sem a qual é simplesmente impossível viver!... Assim seja!

(Ciência, Deus e Amor, Oração ditada pelo Espírito Lázaro no Instituto André Luiz em 12 set. 2002)

“Ciente de minha fragilidade” e admitindo que o amor é o “elemento equalizador de todas as potências”, sem o qual é “simplesmente impossível viver”, agradeço a todos os aprendizados; todas as possibilidades de convivência, de reencontro, de fortalecimento de laços; todas as novas e felizes amizades; todas as oportunidades de superação, de amadurecimento e crescimento moral, e também a todos os desafios, todos os testes, todas as lágrimas, todo “sangue e suor” despendidos durante este período de doutorado. Cada pequena experiência vivida – e/ou superada –, ao longo destes quatro anos, representa um pequeno, mas importante, passo nessa caminhada evolutiva e na concretização da certeza

de que é somente através do amor – seja qual for a sua forma – que as relações humanas devem ser experienciadas.

Agradeço imensamente aos meus orientadores: a Prof^a Nora Beatriz Presno Amodeo (*in memoriam*) e ao Prof. Rennan Lanna Martins Mafra, por terem confiado no meu trabalho e por me auxiliarem a apresentá-lo de forma cuidadosa, com mais competência e com uma qualidade que eu não alcançaria sozinha. E também por me proporcionarem a alegria de reconhecer uma “família acadêmica” muito especial: Eulália Gomes e Priscilla Coelho (minhas queridas caçulas), Anna Cláudia Campos, Júlia Brandão, Ariadne Einloft e o grupo de pesquisa Copráticas (que me “adotou” em 2015).

Agradeço ao Jander, companheiro para todas as horas, por ter acompanhado e vivido comigo cada etapa deste doutorado; por estar presente nos momentos mais críticos e, sobretudo, por “zelar” para que os planos e prazos fossem sempre cumpridos (obrigada, coorientador!).

Agradeço sinceramente aos diretores, associados, agentes de crédito e aos agricultores vinculados à Cresol Tombos e às suas seis unidades de atendimento que não só me receberam com extrema simpatia, disponibilidade e cuidado, como também me auxiliaram a realizar uma pesquisa de campo alegre, leve e agradável.

Meu agradecimento especial aos professores Elton Antunes, Rudimar Baldissera, Sérgio Schneider e Eduardo Simonini pela leitura criteriosa e, sobretudo, afável desta tese; pelas ponderadas considerações e por contribuírem para que as discussões fossem aprimoradas.

Agradeço ainda às amigas de todas (T-O-D-A-S) as horas, que mesmo distantes ou absolutamente ocupadas fizeram com que eu não me sentisse sozinha: Nathália Thaís, Yara Malta, Roseni Moura, Palloma Rosa, Flávia Sarmiento (e sua linda família), Valéria Oliveira (e outra linda família), Ana Flávia S. Santos. Agradeço também à Lili Mafra, que me ajudou não só deixando meu querido orientador mais tranquilo e mais feliz, como também para os “afastamentos” periódicos da loucura da tese; à Patrícia Lacerda, que ouviu com carinho e atenção minhas lamúrias e descobertas; e a outros tantos amigos, que não foram aqui nomeados (minha memória não ajuda, gente! Desculpe!), mas que foram muito importantes ao longo destes quatro anos por me incentivarem, por me escutarem, enfim, por partilharem comigo alegrias, descobertas e desafios paciente e carinhosamente.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Economia Rural, especialmente à Cassiana, à Helena e à Mirna; e aos funcionários do Departamento de Comunicação Social e da Coordenadoria de Comunicação Social, sobretudo à Rosely e ao Seu Jorginho,

sempre atenciosos e gentis. E, finalmente, agradeço à Capes, pela bolsa que me permitiu realizar a pesquisa e concluir a tese; ao Departamento de Economia Rural e ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, os quais me ensinaram sobre a ciência, enquanto eu aprendia, por outro lado, a buscar mais sobre Deus e o Amor.

Relações humanas que não estão fundadas no amor – eu digo – não são relações sociais. Portanto, nem todas as relações humanas são sociais, tampouco o são todas as comunidades humanas, porque nem todas se fundam na operacionalidade da aceitação mútua.

(Humberto Maturana)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mesorregiões e Microrregiões do Estado de Minas Gerais.....	21
Figura 2 – Localização geográfica dos municípios visitados durante a pesquisa.....	24
Figura 3 – Estrutura organizacional do Sistema Cresol em Minas Gerais.....	27
Figura 4 – Estrutura organizacional da Cresol Tombos.....	28
Figura 5 – Linha do tempo dos períodos de pesquisa e coleta de dados.....	37
Figura 6 – Quadrante de categorização dos associados pré-entrevistas.....	40
Figura 7 – Representação gráfica e organizacional de um Sistema de Cooperativas de Crédito Tradicional.....	62
Figura 8– Representação gráfica e organizacional de um Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário.....	63
Figura 9 – Campo do cooperativismo de crédito rural solidário brasileiro até 2008.....	64
Figura 10 – Representação gráfica das incorporações entre os Sistemas solidários.....	65
Figura 11 - Área de atuação dos Sistemas de Cooperativas de Crédito vinculados à Confesol (2014).....	66
Figura 12 – Representação gráfica da Cresol Tombos como um sistema social autopoietico.....	72
Figura 13 – Composição dos sistemas, meio e mudança estrutural no cooperativismo de crédito rural solidário de Minas Gerais.....	78
Figura 14 – Módulo da Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito.....	84
Figura 15 – Capa e última página do livro utilizado na aula do Programa “Um Olhar para o Futuro”.....	86
Figura 16 – Café com a Cresol, reunião para novos associados.....	89
Figura 17 – Representação gráfica do discurso a partir da perspectiva de Laclau e Mouffe.....	104
Figura 18 – O balão da Cresol e a faixa de boas-vindas na Pré-assembleia 1.....	111
Figura 19 – Aspectos da organização da Pré-Assembleia 1 da Cresol Tombos.....	111
Figura 20 – Aspectos da organização da Pré-assembleia 2 da Cresol Tombos.....	113
Figura 21 – Aspectos da organização da Pré-assembleia 3 da Cresol Tombos.....	114
Figura 22 – Aspectos da Pré-assembleia 4 da Cresol Tombos.....	115
Figura 23 – Parte dos slides utilizados nas pré-assembleias da Cresol Tombos.....	117
Figura 24 – Aspectos da Assembleia Geral Ordinária da Cresol Tombos.....	118

Figura 25 - Elementos, articulados em momentos, em torno de um ponto nodal que figuram no discurso da organização (discurso autorizado).....	121
Figura 26 – Campo da discursividade da Cresol Tombos.....	131
Figura 27 – Alguns do temas discutidos durante o encontro.	150
Figura 28 – Encontro com as Lideranças Locais, Espera Feliz/MG.....	151
Figura 29 – Aspectos da etapa do Planejamento Estratégico Participativo do Sistema Cresol em Espera Feliz/MG,.....	153
Figura 30 – Quadrante de classificação dos entrevistados.....	160

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1- Síntese da pesquisa: pesquisa documental e dados coletados.....	31
Quadro 2 – Síntese da pesquisa: Observações realizadas e os dados resultantes.	34
Quadro 3 – Síntese da pesquisa: entrevistas e tipos de dados resultantes.....	36
Quadro 4 – Perfil dos agricultores entrevistados, junho-julho/2015.....	43
Quadro 5- Perfil dos agricultores entrevistados em relação ao vínculo com o Sistema Cresol e outras organizações, jun-jul/2015.	44
Tabela 1 – Informações geográficas e demográficas dos municípios de pesquisa.	25

RESUMO

MARTINS, Márcia Eliana, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2016. **Sujeitos Rurais e Organizações do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário: (Des)Caminhos, (Im)Possibilidades e (Re)Invenções.** Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

A pesquisa que deu origem a esta tese foi realizada com os agricultores que formam a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tombos (Cresol Tombos) e as seis unidades de atendimento a ela vinculadas juridicamente. Nossa proposta de pesquisa foi motivada pelos questionamentos que emergiram dos resultados e reflexões da experiência anterior com estas organizações durante o mestrado, período em que havia uma discussão interna nestas cooperativas sobre a necessidade de padronizar suas práticas organizacionais, de acordo com as exigências do Sistema Financeiro Nacional sem, no entanto, deixar de ser uma organização baseada em valores como a solidariedade, a cooperação e a ajuda mútua. Nesta época, as cooperativas estavam vinculadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Sistema Ecosol). Contudo, dadas as dificuldades operacionais e as exigências legais, em meados de 2012, este Sistema foi incorporado pelo Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). É exatamente neste ponto, entre as discussões sobre o futuro das cooperativas de crédito rural solidárias e a legitimidade (ou necessidade) das incorporações, que se situa o objetivo desta tese: compreender a inserção e a influência de novas formas institucionais nas interações dos associados à Cresol Tombos e suas unidades. Para tanto, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a pesquisa documental e bibliográfica, a observação de determinados momentos coletivos, a entrevista semiestruturada, o diário de campo e as fotos. Os dados foram coletados em dois períodos distintos: em março de 2015, através da observação das pré-assembleias, da Assembleia Geral Ordinária e a busca de documentos como Estatuto e Ata da Assembleia Geral. E entre junho e julho de 2015, por meio da observação de outros momentos coletivos (cursos, formações, encontros e uma fase do planejamento estratégico) e da realização de vinte e duas entrevistas, divididas entre diretores e associados. Tanto para a realização da coleta de dados quanto para a análise dos resultados e composição dos capítulos, esta tese se orientou por uma abordagem metodológica, segundo a qual nosso intuito, ao caminhar entre os sujeitos da pesquisa e suas organizações, não foi acumular dados e informações, mas procurar histórias e significados para fatos cotidianos que poderiam tecer relações e interações ao longo do tempo. Neste sentido, entendendo as cooperativas como sistemas autopoieticos de terceira

ordem (sistemas sociais), os dados resultantes da pesquisa nos permitem afirmar que as mudanças estruturais nestas cooperativas partem, sobretudo, da interação de seus diretores com outras organizações e associações representativas, além do contato mais próximo com órgãos estatais de regulação, os quais incentivam a padronização e uniformização dos Sistemas. Tais mudanças contribuem para o obscurecimento da criatividade e diversidade características deste tipo de cooperativa, levando à diminuição/eliminação de sua capacidade autopoietica. Neste ínterim, emergem formas de instrumentalização dos discursos da cooperação no âmbito organizacional, enfatizando-a como estratégia de reprodução das cooperativas como meras instituições financeiras comerciais. Contudo, ainda que a cooperação instrumentalizada figure como um significante vazio no discurso formal da organização, os discursos que emergem na organização acerca de seu significado trazem em seu escopo as diferentes maneiras que os sujeitos encontram para lidar com um modelo normativo que não corresponde, necessariamente, às suas práticas cotidianas. Portanto, no contexto da Cresol Tombos e suas unidades, percebemos o cotidiano como o espaço de expressão das sociabilidades entre os sujeitos, o que nos proporcionou observar o modo como táticas e “astúcias” de sujeitos que não detém o poder, se manifestam na lida cotidiana com essas instituições. Assim, é possível, enfim, afirmarmos que a dinâmica de cooperação, no contexto pesquisado, é permeada por imposições e inconsistências que lhe conferem uma natureza conflituosa, materializada na prática organizacional de um Sistema, cujas ações nem sempre são orientadas ao comportamento cooperativo entre os sujeitos. Assim, o que a prática do cooperativismo, nestas cooperativas de crédito rural solidárias, pode trazer para os sujeitos rurais que as formam vai muito além do conteúdo oferecido nas formações, cursos e capacitações. A inserção em uma cooperativa oportuniza a estes sujeitos uma experiência em relação à cooperação, que os torna pouco a pouco aptos a lidar com os (des)caminhos e com as (im)possibilidades da prática cooperativista e que vai além, possibilitando que desenvolvam táticas capazes de auxiliá-los a inserirem-se e manterem-se nas redes organizacionais em que a cooperação do “tipo exigente” é um imperativo.

ABSTRACT

MARTINS, Márcia Eliana, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2016.
Rural subjects and Organizations of Rural Solidarity Credit Cooperatives:
(Back)way, (Im)possibilities and (Re)inventions. Advisor: Rennan Lanna Martins Mafra.

This thesis is a result of our research developed with farmers that form part of the rural credit with Solidarity Interaction Tombos (Cresol Tombos) and its' liked six service units. Our research proposal was prompted by questions emerging from the results and reflections of previous experience with these organizations during the Masters, period which there was an internal discussion in these unions on the need to standardize their organizational practices, in accordance with the requirements of the Financial System National without, however, ceasing to be an organization based on values such as solidarity, cooperation and mutual aid. At this time, cooperatives were linked to the system of Credit Unions of Family Agriculture and Solidarity Economy (Ecosol System). However, given the operational difficulties and legal requirements in mid-2012, this new system was legally incorporated by the Rural Credit Cooperatives System with Solidarity Interaction (Cresol System). The main purpose of the thesis is related to those discussions on the future of solidarity rural credit cooperatives and legitimacy (or need) of incorporations. The goal is to understand the insertion and the influence of new institutional forms in the interactions associated with Cresol Tombos and their units. Therefore, documentary and bibliographic research, observation of certain collective moments, the semi-structured interview, field diary and photos were used as instruments for data collection. Data were collected in two different periods: in March 2015, by observing the pre-meetings, the Annual General Meeting and the search for documents like Bylaws and Minutes of the General Assembly. And between June and July 2015 through the observation of other collective moments (courses, trainings, meetings and a phase of strategic planning) and realization of twenty-two interviews between directors and associates. Regarding as the methodological approach, instead of accumulating data and information; our goal consisted in observing stories and analyzing meanings for everyday facts that could weave relationships and interactions over time for the completion of data collection as well for the analysis of results and composition of the chapters. In this sense, understanding the cooperatives as autopoietic systems of third order (social systems), the data resulting from research allow us to state that the structural changes in these cooperatives run, especially the interaction of its directors with other organizations and associations, as well as contact closer with state regulatory bodies,

which encourage the standardization and harmonization of systems. These changes contribute to the obscuring of the creativity and diversity characteristics of this type of cooperative, leading to a reduction / elimination of their autopoietic capacity. Meanwhile, the emerging forms of employment of the discourses of cooperation in the organizational context emphasize the reproduction strategy of cooperatives as mere commercial financial institutions. Although the used cooperation appears as an empty signifier in the formal discourse of the organization, emerging discourses in the organization about the meaning of cooperation brings in its scope the different ways that the subjects are to deal with a normative model that does not necessarily correspond, their daily practices. Therefore, in the context of Cresol Tombos and units, we see the everyday as space expression of sociability among the subjects, which gave us observe how tactics and "tricks" of subjects who did not have the power, manifest in deals everyday with these institutions. Thus it is possible, finally, to state that the dynamics of cooperation in the studied context is permeated by impositions and inconsistencies that give it a conflictual nature, embodied in the organizational practice of a system whose actions are not always oriented cooperative behavior among subjects. Thus, the cooperative practice of solidarity in these rural credit cooperatives can bring to rural subjects that form goes far beyond the content offered in training, courses and training. The insertion into a cooperative organization gives opportunity to these subjects an experience with regard to cooperation, which makes them gradually able to handle the (mis) direction and the (im) possibilities of cooperative practice and beyond, enabling them to develop tactics able to help them to integrate into the and remain in organizational networks in which the cooperation of "demanding type" is imperative.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
A) “No fundo, as experiências de uma pessoa são o fundamento do que ela usa para suas explicações”: formação acadêmica e sua influência na conformação do formato da pesquisa.....	7
B) “(...) se as teorias adotadas lograssem ‘explicar’ completamente (isto é, à nossa satisfação) os casos que nos interessam, não haveria razão para pesquisá-los”: a abordagem metodológica da tese	13
C) “Se algo pode ser ‘des-coberto’ não é a realidade em si, mas o jogo de relações que a praticam e a inventam em diferentes contextos e lances singulares”: o recorte empírico da pesquisa.....	20
I) Caracterização dos locais de pesquisa – a Zona da Mata Mineira	20
II) Caracterização dos locais de pesquisa – os municípios	23
III) Estrutura organizacional da Cresol Tombos	26
IV) Os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa.....	29
V) Os sujeitos da pesquisa	38
D) “Se determinados conceitos, premissas, hipóteses forem adotadas, que desafios e questões dirigem a esse tipo de caso?”: as escolhas conceituais e a organização dos capítulos da tese	45
DESLOCAMENTO I – Sistemas.....	50
Capítulo 1 – “Que queremos conservar? Porque segundo o que conservemos, é o espaço de mudança que se abre”: cooperativas de crédito rural solidárias, sistemas sociais autopoieticos e as possibilidades de mudança social	51
1 Apontamentos iniciais.....	51
2 O ambiente institucional do cooperativismo de crédito no Brasil: do tradicional ao solidário.....	53
2.1 “Não foi só por acaso que tudo não se dispersou ao acaso”: o “campo” do cooperativismo de crédito no Brasil.....	61
3 Sistemas sociais como sistemas vivos: a perspectiva teórica de Humberto Maturana	67
4 O cooperativismo de crédito rural solidário como um sistema social autopoietico.....	71
4.1 “Saímos aí de um fusquinha e dizemos que tamos hoje num Peugeot, né?” – qual mudança social existe nas cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais?	81
5 Apontamentos finais.....	90
DESLOCAMENTO II – Discursos.....	92
Capítulo 2 – Contextos organizacionais, práticas articulatórias e significantes vazios: discursos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais	93
1 Apontamentos iniciais.....	93
2 De Ecosol a Cresol: o histórico das cooperativas de crédito rural solidárias na Zona da Mata de Minas Gerais	95

3 O que é, enfim, discurso? A proposta de análise de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe	100
3.1 “É preciso ser dependente para ser autônomo”: o discurso das (nas) organizações	105
4 Os lugares discursivos da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário na Cresol Tombos e suas unidades	108
4.1 Discurso autorizado, discurso instrumentalizado: o discurso da organização	109
4.2 “Quais diferentes compreensões da realidade estão em jogo[?]”: os discursos na organização.....	123
5 Apontamentos finais.....	132
DESLOCAMENTO III – Cotidianos.....	135
Capítulo 3 – “A gente sabe que cooperativa sem cooperados não existe...”: interações sociais no cotidiano da Cresol Tombos e suas unidades.....	136
1 Apontamentos iniciais.....	136
2 “Como se assegura, na vida social, a continuidade da ação espontânea?” – as interações sociais a partir da perspectiva teórica de Georg Simmel	140
3 “O cotidiano se inventa de mil maneiras de caça não autorizada”: as práticas dos sujeitos em contexto sociais	144
4 “Uma criança ainda rabisca e suja seu livro escolar; mesmo que receba um castigo por esse crime, a criança ganha um espaço, assina aí sua existência de autor”: sociabilidades, táticas e processos de resistência entre os sujeitos na Cresol Tombos	148
4.1 “(...) a própria experiência individual pressupõe a vida social”: as interações sociais no cotidiano de pesquisa	157
5 Apontamentos finais.....	164
DESLOCAMENTO IV – Sujeitos.....	167
Capítulo 4 – “Que se passa na cabeça daqueles com quem cooperamos?”: caminhos e possibilidades da cooperação na experiência dos sujeitos que formam a Cresol Tombos e suas unidades.....	168
1 Apontamentos iniciais.....	168
2 “Somente mediante um comportamento com um mínimo grau de autoafirmação podemos nos abrir para os outros”: a cooperação como fenômeno social.....	172
3 “Em qualquer posição que estejam, os homens se amontoam e se acomodam, misturando-se e se movimentando, exatamente como objetos atirados em um saco se ajeitam”: a noção de experiência em Dewey	175
4 “O sentido do social pode ser revelado observando-se pequenos detalhes da vida cotidiana”	178
5 Apontamentos finais.....	185
“Os cientistas são pessoas que têm prazer em explicar” – considerações finais	189
REFERÊNCIAS	194
ANEXO A - A oração proferida no início de uma das pré-assembleias da Cresol Tombos	209
ANEXO B - O lobo e o trabalhador: estória do início da pré-assembleia 4.....	211

ANEXO C – Parte do texto base de discussão para o Planejamento Estratégico Participativo	213
APÊNDICE I – Roteiros de entrevista.....	217

APRESENTAÇÃO

O andarilho não se presta ao cultivo da terra, mas ao ofício da caça e da coleta. Sobrevive, aos olhos dos que disputam territórios, sem eira nem beira. Mas sabe que sua sina é o movimento, e que, muito antes do que apatia ou impassibilidade, é preciso de que disponha de uma atenção danada (‘é preciso estar atento e forte...’) no seu caminhar à deriva – para que apanhe o alimento e repouse o corpo durante seus *entre-dias*. Se encontra algum objeto de porte maior, é bem provável que não consiga tomá-lo para si e levá-lo em suas caminhadas (quanto mais leve a bagagem, mais fácil é o caminhar) (...). Só pode carregar consigo suas histórias. (MAFRA, 2011, p.98).

A apresentação dos resultados de uma pesquisa é a parte mais trabalhosa e complicada de um trabalho acadêmico. Primeiro, porque é a partir desta apresentação que os leitores terão um contato inicial com os resultados e, como “a primeira impressão é a que fica”, é preciso cuidado para que esta seja boa e convincente. Depois, porque é na apresentação que o trabalho diz “a que veio”, mostra suas intenções e motivações.

Em nosso caso específico, a finalidade desta apresentação é demonstrar as intenções e motivações do trabalho que a partir daqui se delineará; é apresentar para o leitor, de uma forma leve e comprometida – e daí a boa impressão que pretendemos causar –, uma análise dos resultados que foram possíveis na pesquisa com os sujeitos associados a uma cooperativa de crédito rural solidária em Minas Gerais.

Mas, o que é uma cooperativa? O que significa a expressão “cooperativismo de crédito rural solidário”? Respostas a estas questões, que também fizeram parte tanto das entrevistas quanto da análise posterior dos resultados em nossos capítulos, são extremamente importantes para que possamos situar o leitor nas discussões sobre nosso objeto de estudo. Tentaremos, então, respondê-las.

Cooperativas são organizações de pessoas que surgiram num contexto em que determinados sujeitos, inseridos em uma lógica de mercado (considerada por eles injusta e excludente), tomaram a iniciativa de se unirem em grupos que pudessem lidar com propostas econômicas supostamente mais incluídas. Neste sentido, no final do século XVIII, na Europa, são formadas organizações coletivas com finalidades econômicas que, ao contrário das indústrias e empresas existentes, têm como principal objetivo proporcionar melhorias de renda e qualidade de vida para seus membros, de uma forma justa (RIOS, 2007).

Estas organizações, no formato como as conhecemos atualmente, derivam de uma experiência no bairro de Rochdale, na cidade de Manchester, Inglaterra, em 1844, quando um grupo de trabalhadores, cansados da situação de injustiça social que sofriam frente aos grandes comerciantes, decidiram se unir, montando um armazém para revenda de

produtos básicos – como farinha de trigo, açúcar, manteiga – com qualidade e a um preço justo (VALADARES, s/d). Esta experiência ficou conhecida como a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” e, até os dias atuais, é narrada nos cursos e formações sobre cooperativismo, pois, além de constituírem o que é considerada a primeira cooperativa formal, este grupo criou os princípios cooperativistas¹ que vigoram ainda hoje. Os pioneiros de Rochdale formaram uma cooperativa de consumo, na qual seus associados compravam os produtos em maior quantidade, por um preço menor, e os revendiam/repassavam para os trabalhadores que compunham o grupo (BÚRIGO, 2007). A partir dela, outras cooperativas foram surgindo ao redor do mundo, servindo aos objetivos comuns de seus associados em diferentes áreas. A partir de então, começaram a surgir, também na Europa, em torno de 1846, cooperativas com o propósito de levar aos seus associados a oportunidade do crédito, num contexto em que as dificuldades para o acesso aos alimentos básicos, em virtude de crises econômicas e agrícolas, eram marcantes. Assim, alguns trabalhadores começaram a se juntar para que pudessem conseguir recursos financeiros de que necessitavam, formando, assim, as primeiras cooperativas de crédito (BÚRIGO, 2007).

No Brasil, as experiências cooperativistas surgem entre o final do século XIX e o início do século XX. As cooperativas de crédito, especificamente, surgem, vinculadas às cooperativas agropecuárias já existentes, pois, no contato com estas experiências, os sujeitos percebiam a necessidade de obterem crédito para investimentos (em maquinário, infraestrutura ou materiais), uma vez que encontravam dificuldades em instituições financeiras já existentes. Contudo, conforme este formato de organização coletiva foi se desenvolvendo e, diante das transformações políticas e econômicas do país no início do século XX, do ponto de vista do Estado e do mercado, estas primeiras cooperativas de crédito foram consideradas administrativamente despreparadas para atuar de acordo com a forma como o sistema financeiro vinha sendo reestruturado. Além disso, não eram consideradas como experiências interessantes para o governo daquele período, pois poderiam contrapô-lo, tampouco para as outras instituições financeiras do país, já que representavam uma nova forma de concorrência (BÚRIGO, 2007).

¹ Os princípios cooperativistas, criados pelos Pioneiros de Rochdale, foram oficializados e reformulados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma organização não-governamental, independente, criada em 1895 com a proposta de reunir, representar e servir às cooperativas em todo o mundo. Sua sede atual fica em Genebra, na Suíça. Atualmente estes princípios são: adesão livre e voluntária; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. De acordo com a ACI, as cooperativas também devem balizar sua atuação em relação aos seguintes valores: solidariedade; democracia, liberdade e equidade (SISTEMA OCB/MT, 2009).

Neste contexto, no ano de 1964², o Estado passa a regulamentar as cooperativas de crédito no país, submetendo-as às normativas direcionadas aos bancos comerciais e a outras instituições financeiras, deixando-as sob a fiscalização do Banco Central do Brasil. Quando as cooperativas de crédito passam a operar regulamentadas pelo Estado, devem enquadrar-se em determinados padrões e limites referentes à quantidade de associados, à sua movimentação financeira e também à sua organização. Entretanto, ainda que tivessem sua atuação e funcionamento devidamente regulamentados, na prática, isto causou um pequeno conflito entre os sujeitos que formaram (ou formariam) as cooperativas e seus propósitos de surgimento, visto que alguns dos princípios e valores delimitados pelos primeiros cooperativistas, em Rochdale, tenderam a diluírem-se ao longo do tempo, cedendo espaço para uma postura mais empresarial, voltada estritamente para os interesses econômicos dos membros e para uma maior inserção destas organizações no mercado. Tal fator pode ser considerado como um contrassenso, uma vez que ao aproximarem suas práticas às ações típicas de instituições financeiras comuns, as cooperativas de crédito causam um distanciamento entre as expectativas sociais que elas mesmas criam e a realidade de seus associados³. E foi como relação a este ponto que determinados sujeitos – os agricultores familiares – novamente se incomodaram com as cooperativas de crédito atuantes e se uniram para formar uma organização que fosse alternativa a estas, constituindo as cooperativas de crédito rural solidárias.

As cooperativas de crédito rural solidárias surgem, por volta de 1995, com o objetivo de facilitar o acesso a produtos financeiros para agricultores familiares, os quais já estavam inseridos em outras experiências coletivas de acesso ao crédito (como os fundos rotativos⁴), mas que, num contexto em que o governo lançou o Programa Nacional

² De acordo com Pinheiro (2008, p.39), a Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964, considerada a Lei da Reforma Bancária, equipara as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras existentes no país, sendo, a partir de então, fiscalizadas e regulamentadas pelo Banco Central. Búrgo (2007, p. 40) afirma que apesar desta lei abrir possibilidades para a criação de novas cooperativas – o que vinha sendo proibido por decretos de décadas anteriores –, ela “estabelece uma série de exigências burocráticas para autorizar o seu funcionamento”.

³ Búrgo (2007) apresenta um episódio ocorrido em um Congresso Internacional do Cooperativismo em 1995, em que se discutiam “a filosofia e os princípios cooperativistas”. Neste congresso, houve uma manifestação para que houvesse uma mudança em relação ao controle democrático das cooperativas, alterando a regra “um sócio, um voto”. Mas, findadas as discussões, os valores e atributos éticos do cooperativismo – “igualdade”, “reciprocidade”, “responsabilidade social”, “cuidado recíproco”, “equidade”, “solidariedade”, “justiça”, “ajuda mútua”, dentre outros – foram “resguardados”. E, a partir disso, ele afirma “Como se vê, a doutrina cooperativista permanece fiel aos seus pioneiros, muito embora a sua experiência prática possa mostrar o contrário”, alertando-nos para os desafios que já se apresentavam para estas organizações em meados da década de 1990.

⁴ De acordo com Bittencourt (2001, p. 30) fundos rotativos representam “uma organização informal de crédito”, comumente criados por “ONGs, governos municipais, movimentos populares e associações de produtores” e com maior ocorrência no meio rural, onde priorizam financiamentos para grupos e associações. “Estes fundos tornam o crédito mais acessível e democrático, dando oportunidades aos

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em meados da década de 1990, encontraram espaço para se formalizarem. Neste momento, o campo do cooperativismo de crédito no Brasil se divide entre as cooperativas tradicionais – aquelas que surgiram no início do século XX, mas que seguiram os parâmetros empresariais – e as cooperativas solidárias – as quais surgiram como uma alternativa às primeiras, sendo formadas principalmente por agricultores. Contudo, mesmo no que se refere às cooperativas de crédito rural solidárias, apesar de uma motivação comum de surgimento, a atuação destas organizações foi pautada pelo contexto local, regional e cultural em que viviam seus associados, fato que influenciou, sobremaneira, sua forma de prestação de serviços e de relacionamento com seu quadro social.

Neste sentido, seguindo uma tendência legal de organização para o campo do cooperativismo de crédito no Brasil, estas organizações passam a formar diferentes Sistemas, divididos entre tradicionais e solidários. De acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito (2013b), os Sistemas de Cooperativas são representações de grupos de cooperativas que se reúnem com o objetivo de alcançar ganhos de escala e de complementaridade econômica, técnica e social entre suas filiadas. Em um Sistema, além da própria cooperativa, que é chamada de singular, temos as unidades ou os postos de atendimento ao cooperado (PACs), as centrais de cooperativas, os bancos cooperativos (para os Sistemas tradicionais), as bases de serviço (nos Sistemas solidários) e as confederações⁵. Assim, os sistemas tradicionais eram representados pelo Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) e as Cooperativas de Crédito dos Profissionais da Área de Saúde (UNICRED). Já em relação aos sistemas solidários, até meados da década de 2000, havia a Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB), o Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (ECOSOL), o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar (CREDITAG), o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), a Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (CREHNOR), além de outros pequenos sistemas locais e muitas outras cooperativas singulares que não estavam filiadas a nenhum sistema representativo.

agricultores de participarem de sua gestão”, além de contribuir para a “construção de propostas de crédito rural compatíveis com a realidade e diversidade dos agricultores familiares”.

⁵ O campo do cooperativismo de crédito no Brasil será detalhado no Capítulo 1 - “Que queremos conservar? Porque segundo o que conservemos, é o espaço de mudança que se abre”: cooperativas de crédito rural solidárias, sistemas sociais autopiéticos e as possibilidades de mudança social.

Dessa forma, dados os diferentes formatos de atuação dos sistemas solidários, cujas áreas de abrangência estavam, muitas vezes, limitadas somente a determinadas regiões do país ou a pequenos municípios interioranos, tais organizações tiveram sua legitimidade administrativo-financeira questionada pelos órgãos normativos e, no final da década de 2000, viram-se em meio a “recomendações” para que se reorganizassem e tornassem o campo do cooperativismo de crédito solidário mais homogêneo, a partir da incorporação⁶ dos sistemas menores – em números – pelos sistemas maiores e mais consolidados perante o Estado. O suposto objetivo preconizado pelos órgãos normativos seria o de auxiliar as cooperativas para que pudessem enfrentar com maior segurança tanto as normas de operacionalização que deveriam ser cumpridas quanto o crescimento de seus quadros sociais (BÚRIGO, 2007; FREITAS, 2011). Entretanto, tais mecanismos representaram igualmente uma tentativa de “enquadrar” as cooperativas de crédito rural solidárias num esquema representativo e de operacionalização em que suas especificidades passariam, aos poucos, a correr o risco de perderem seu lugar⁷.

E é exatamente neste ponto, entre as discussões sobre o futuro das cooperativas de crédito rural solidárias e a legitimidade (ou a necessidade) das incorporações, que se iniciou nosso processo de descoberta e de construção do problema de pesquisa, vinculando-se especificamente a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tombos (Cresol Tombos) e suas seis unidades de atendimento localizadas em municípios da Zona da Mata de Minas Gerais. Esta cooperativa estava vinculada ao Sistema Ecosol que, em 2012, foi incorporado pelo Sistema Cresol.

Neste ínterim, algumas inquietações surgiram em nossas mentes. Estávamos interessados em saber o que esta incorporação poderia trazer para a relação dos sujeitos com a cooperativa; quais os tipos de institucionalidades que o Sistema novo traria; quais discursos seriam evidenciados nesta nova configuração organizacional; de que forma isso poderia afetar o cotidiano destes agricultores; o tipo de aprendizagem que os sujeitos teriam que lançar mão para lidar com as normas e regras de um Sistema atuante em âmbito nacional; e finalmente qual o tipo de cooperação que resultaria dessa incorporação entre

⁶ De acordo com o disposto entre os artigos 1.116 e 1.118 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o (novo) Código Civil, o processo de incorporação pressupõe uma ou mais organizações absorvidas por outra, que as sucede em todos os direitos e obrigações (BRASIL, 2002).

⁷ De acordo com uma publicação disponível no site do Banco Central do Brasil (Pinheiro, 2008), existe a proposta de unificar todos os sistemas de cooperativas de crédito no país – tradicionais e solidários – a partir da congregação destes em torno da Confederação Nacional de Auditoria das Cooperativas de Crédito (CNAC) e do Fundo Garantidor Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Para o Banco Central, somente quando todas as cooperativas de crédito estiverem reunidas em um só sistema, com um só banco cooperativo, “o sistema cooperativo brasileiro estará preparado para exercer, em toda plenitude, a importante função de ser uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico do País” (p.47-48). Atualmente, os Sistemas de cooperativas de crédito rural solidárias participam apenas do FGCoop.

os Sistemas de Cooperativas de Crédito nesta região. Instigava-nos saber quais seriam as reações dos agricultores associados às cooperativas, a forma de atuação destas organizações no meio rural e o respeito aos princípios e ideais que motivaram o seu surgimento (continuariam atuando como “organizações da agricultura familiar e da economia solidária”?).

No entanto, como o andarilho da citação que inicia o texto, nossa intenção ao caminhar entre os sujeitos da pesquisa e as suas organizações não foi acumular dados e informações, mas procurar histórias e significados para fatos cotidianos que poderiam tecer relações e interações ao longo do tempo. A intenção foi evidenciar pistas e sinais (Ginzburg, 1989) que, com base em uma visão crítica da ciência e da sociedade (Santos, 2001; 2002; 2004), nos permitissem realizar deslocamentos teórico-metodológicos (Latour, 2006) ao longo dos capítulos desta tese, por meio de uma descrição densa (Geertz, 2008) dos dados evidenciados no decorrer da pesquisa⁸.

Neste sentido, a proposta desta apresentação é expor para o leitor primeiramente a trajetória acadêmica que conformou o interesse por esses sujeitos e suas organizações e culminou no problema, nos objetivos e nas escolhas metodológicas e conceituais desta tese (seção A). Em seguida, detalhamos a abordagem metodológica que se apresentou como mais adequada para a realização da pesquisa e, posteriormente, para a escrita da tese (seção B). Na seção seguinte (C), delimitamos o recorte empírico da pesquisa, expondo uma caracterização da Zona da Mata de Minas Gerais (subseção I) e dos municípios que possuem uma unidade da cooperativa pesquisada (subseção II); a estrutura organizacional desta cooperativa (subseção III); os instrumentos utilizados para coleta dos dados empíricos (subseção IV) e a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa (subseção V). Além disso, o leitor será conduzido, na seção final (D), a uma espécie de guia sobre como as escolhas conceituais ora adotadas estão organizadas nos capítulos que constituem esta tese.

⁸ Os autores citados neste parágrafo são conformadores da abordagem metodológica desta tese, cujo detalhamento será realizado na seção B desta apresentação.

A) “No fundo, as experiências de uma pessoa são o fundamento do que ela usa para suas explicações”⁹: formação acadêmica e sua influência na conformação do formato da pesquisa¹⁰

Pode parecer estranho a algum leitor apresentar uma trajetória acadêmica na introdução de uma tese. Ele poderia pensar ser mais adequado descrevê-la na biografia do autor logo no início. Entretanto, dentre as muitas leituras sugeridas pelo meu orientador ao longo deste tempo de pesquisa, um texto de um psicólogo inglês, Peter Kevin Spink, me despertou para uma nova forma de realização da pesquisa e, conseqüentemente para uma nova postura enquanto pesquisadora, na qual a apresentação da trajetória acadêmica em um texto com apenas as indicações de cursos e instituições seria insuficiente.

Spink é um psicólogo inglês, radicado no Brasil, que discute as formas de inserção do pesquisador no cotidiano. Para ele, o cotidiano é entendido como o conjunto de acasos diários ou “micro-lugares”, tais como os “encontros e desencontros”, o “falado” e o “ouvido em filas, bares, salas de espera, corredores (...) e outros lugares de breves encontros e de passagem” (SPINK, 2008, p.70). Em sua proposta, é preciso que o pesquisador se repositone na realização de seus estudos empíricos e recupere um lugar de inserção horizontal nos “encontros diários” que acontecem no cotidiano, como apenas mais um dentre os muitos sujeitos “competentes de uma comunidade moral, que busca argüir e agir para melhorias” (SPINK, 2008, p. 71). Assim, numa recente abordagem sobre este autor, Guimarães (2015, p. 22) afirma que “o campo de pesquisa se faz nas redes que compõem nossa experiência de investigação. (...) se estende ao campo de experiência do pesquisador” e, ao compor-se “na cotidianidade de seu campo de investigação” permite reconhecer “que é nele que são produzidos e negociados os sentidos”.

Por esta razão – e por entender que tanto este campo de pesquisa quanto o campo de experiência do pesquisador se compõem de interações interdisciplinares –, faz-se tão importante a compreensão de uma trajetória acadêmica e a forma como esta pôde

⁹ (MATURANA, 2002, p.38)

¹⁰ Acreditamos ser importante avisar ao leitor que, ao longo da tese, os trechos que se referem à minha trajetória acadêmica ou às observações e entrevistas realizadas durante a pesquisa serão descritos em primeira pessoa do singular. E os trechos que se referem às escolhas conceituais e metodológicas serão descritos na primeira pessoa do plural, pois implicam em análises ou escolhas feitas com base nas discussões resultantes das orientações, seminários ou bancas de apresentação parcial do trabalho. Optamos por não generalizar o formato de escrita, justamente em razão da abordagem teórico-metodológica que nos propomos a utilizar neste trabalho.

conformar nossa experiência de pesquisa neste trabalho. Assim, não sem razão, a citação que dá título a esta seção, se configura como orientadora do que será aqui apresentado.

Minha formação acadêmica começa no curso de Gestão de Cooperativas, na Universidade Federal de Viçosa (2003-2007). Ainda que estivesse num lugar e seguindo uma formação acadêmica como almejava, esta não era a minha área de interesse. Meu objetivo inicial era o curso de Pedagogia – eu queria ministrar aulas, ensinar. Entretanto, dadas as circunstâncias para troca de curso e a convivência com outros estudantes mais adiantados no curso de Gestão de Cooperativas, decidi encarar mais alguns semestres no cooperativismo para ter certeza do que queria. Não tive... mas, foi no contato com a disciplina de Educação Cooperativista – e das possibilidades de estágio que pareciam se abrir a partir dela – que pude antever formas possíveis de aliar meus interesses acadêmico-profissionais ao curso em que estava matriculada.

Ao fim desta disciplina – na verdade, de seus dois tomos –, já era possível realizar estágios, o que me levou – em companhia de uma colega de turma – a uma cooperativa educacional em uma cidade vizinha à Viçosa. Para minha desilusão, o estágio era organizar os livros ainda não catalogados na “escola”. Contudo, para encerrá-lo, propusemos uma atividade com duas turmas de estudantes da escola e organizamos uma cartilha para deixar na biblioteca, ambas trabalhando temas da cooperação e do cooperativismo. Foi esta pequena cartilha – feita à mão e sem nenhuma preocupação com direitos autorais – que descortinou todo um mundo de possibilidades para a minha formação acadêmica. A partir dela e depois de encerrarmos esse estágio, tivemos a oportunidade de realizar um outro trabalho sobre cooperação com as crianças de um assentamento rural no norte de Minas Gerais e, logo após este trabalho, pude participar de uma série de estágios e de oficinas em um projeto com assentamentos rurais no Estado, o que trouxe para mim um horizonte de pesquisa definitivamente vinculado aos estudos rurais.

Como parte final da minha trajetória como estagiária, no penúltimo ano do curso, estive em uma cooperativa de crédito rural no interior do Ceará por quatro meses e, no contato direto com esta realidade – era uma cooperativa que se propunha a uma atuação solidária, apesar de não conter nenhuma referência a isso no nome –, questões sobre a regulação destas organizações e a aplicação destas no contexto de vida de seus associados foram surgindo e ganhando espaço nos meus interesses de pesquisa. Foi neste estágio, no qual tive realmente contato com a organização cooperativa, que percebi a distância entre o que estudava em sala de aula e a realidade das cooperativas. E este foi um fator que me causou grandes sustos, pois a cooperação, na prática diária dos sujeitos organizados em

cooperativas, era muito mais difícil, muito mais complexa e muito menos “bela” do que o que eu havia estudado até então. Desse contato e dos sustos subsequentes derivou a proposta de pesquisa para o mestrado, focando, entretanto, em cooperativas de crédito rural solidárias, localizadas na Zona da Mata de Minas Gerais, já que a proximidade geográfica facilitaria o contato e o acesso e, também, porque não existiam ainda estudos sistematizados com tais organizações.

O mestrado foi realizado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS), e esta experiência acadêmica ampliou verdadeiramente meus horizontes teóricos, me colocando em contato com a Teoria das Representações Sociais, base para as discussões na dissertação¹¹. Meu interesse era compreender as representações sociais da cooperação entre os associados de duas das cooperativas de crédito rural solidárias na Zona da Mata de Minas Gerais, vinculadas, à época, ao Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Sistema Ecosol), nos municípios de Araponga e Tombos. Neste momento, entre 2008 e 2010, as cooperativas passavam por uma discussão sobre a padronização de suas práticas e procedimentos, o que as colocava em um dilema: como manterem-se em funcionamento, atendendo aos requisitos legais exigidos pelo Banco Central e, ao mesmo tempo, continuarem atuando como organizações autogestionadas, voltadas para os interesses dos agricultores familiares que compunham seus quadros sociais? Após a coleta e a análise dos resultados da pesquisa, chegamos à conclusão de que as cooperativas solidárias mineiras passaram por dois “processos de institucionalização¹²”, cujos conjuntos de práticas organizacionais eram muito diferenciados, e que tais processos se completariam através de um terceiro momento

¹¹ Ver MARTINS, Márcia Eliana. O cooperativismo de crédito solidário e as representações sociais da cooperação nos municípios de Araponga e Tombos/MG. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

¹² Chamamos de “processos de institucionalização”, segundo Appendini e Nuijten (2002), os padrões estabelecidos através da evolução das práticas organizacionais. No caso das cooperativas mineiras pesquisadas, o primeiro processo de institucionalização esteve vinculado à ideia de cooperação como algo positivo; em torno do qual as práticas organizacionais visavam operacionalizar um sistema de crédito solidário, recentemente formado, para atender aos interesses dos agricultores familiares. Este processo resulta da articulação realizada para a formação do grupo de associados durante e imediatamente após as capacitações iniciais, entre os anos de 2003 e 2006. Entretanto, com o aumento dos quadros sociais das cooperativas, iniciou-se um movimento em direção a outros tipos de prática, diferentes dos estabelecidos no início dos trabalhos da cooperativa e que, conseqüentemente, levaram à mudança das instituições postas. Surge, assim, um novo processo de institucionalização, em meados de 2007-2008, com o propósito de uniformizar as práticas organizacionais e de tornar a operacionalização das cooperativas mais padronizada. Este novo processo aproxima o funcionamento das cooperativas do funcionamento dos bancos comerciais, emergindo da necessidade de um maior controle sobre as atividades internas das cooperativas, uma vez que seus quadros sociais aumentam rapidamente e passaram a demandar mais serviços e condições de atendimento.

futuro, em que as práticas anteriores seriam “entrelaçadas”, visando mantê-las como uma instituição financeira de base solidária.

Em meados de 2010, após a finalização da dissertação, as cooperativas pesquisadas iniciaram um convênio técnico de cooperação com o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol) com o propósito de obterem auxílio operacional para “a implantação de sistemas de informação, o controle de carteiras, o estabelecimento de metas de crescimento e a implantação de novos produtos e serviços, à imagem dos implantados pelo Cresol e em funcionamento no sul do Brasil” (FREITAS, 2011, p.138). Este convênio técnico culminou na incorporação das cooperativas Ecosol e de suas unidades ao Sistema Cresol entre 2012 e 2013.

Foi assim que surgiu então a proposta inicial de pesquisa para o doutorado buscando investigar esta incorporação – cujo escopo poderia configurar o “momento futuro” de entrelaçamento das práticas organizacionais para estas cooperativas (como indicado nos resultados da pesquisa de mestrado) – sob o ponto de vista dos sujeitos vinculados a estas organizações. Meu principal questionamento naquela época estava diretamente ligado aos “sustos” que permaneciam acontecendo quando em contato com a realidade do cooperativismo, notadamente o cooperativismo de crédito rural solidário. Dessa maneira, continuava a perceber um confronto entre o que se estuda no âmbito acadêmico as tensões, os dilemas e os conflitos, muitos deles não aparentes, tanto do cooperativismo quanto da própria noção vaga da cooperação. Assim, o projeto selecionado para o ingresso no doutorado questionava a forma como as institucionalidades, próprias de um processo de incorporação entre organizações, poderia afetar a possibilidade de permanência das práticas de cooperação entre os sujeitos vinculados às cooperativas. Será que estas institucionalidades inibiriam ou manteriam tais práticas? Conseguiriam os sujeitos estabelecerem ações conjuntas, pautadas pela cooperação, diante das exigências que surgiriam, a fim de se produzir novos desenhos organizacionais, notadamente controlados, regulados e monitorados por normas rigorosas e generalizáveis a quaisquer práticas cooperativistas voltadas para o crédito?

Ao iniciar o doutorado, em 2013, embora já estivessem claras as variáveis que gostaria de pesquisar – as dinâmicas entre o processo de incorporação de sistemas de cooperativas de crédito rural solidárias e os sujeitos rurais em Minas Gerais –, ainda havia um questionamento sobre qual seria o arcabouço teórico capaz de me ajudar a compreendê-las. Neste sentido, buscava matrizes teóricas cujos potenciais explicativos poderiam conduzir a esta compreensão e, ao mesmo tempo, descortinar questões aparentemente tidas como dadas, inocentes ou naturais que constituíam esses processos,

mas que não eram totalmente visíveis nas práticas cotidianas dos sujeitos.

Foi assim que, no segundo semestre do curso, me deparei com um texto de Jesús Martín-Barbero em uma das disciplinas que cursava, cuja discussão versava sobre a noção teórica das mediações culturais¹³. Naquele momento, uma luz se acendeu ao redor da possibilidade de especificação de um problema de pesquisa para esta tese¹⁴. E, como o contato com a Teoria das Mediações Culturais era uma novidade que a tornava uma grande possibilidade teórica para a compreensão das dinâmicas de incorporação entre os Sistemas, o projeto de pesquisa foi elaborado com base nessa teoria.

Contudo, como salientado posteriormente na banca de defesa do projeto, no final de 2014, Martín-Barbero é filósofo e, como tal, não indica uma aplicabilidade para sua “teoria”, tal como havíamos pensado em aplicá-la a partir do projeto. Dessa forma, sentimos a necessidade de repensar o problema e os objetivos que havíamos delimitado, o que consequentemente trouxe um novo formato para a pesquisa e, por conseguinte, da tese que se apresentaria ao finalizá-la. Neste contexto, marcado por um caminho em que as inquietações teórico-metodológicas precisavam encontrar uma canalização profícua, a noção das mediações culturais foi o que me permitiu compreender, de uma forma mais ampla, a relação entre as formas institucionais dos Sistemas (financeiro e cooperativo) e o cotidiano dos sujeitos no meio rural. No entanto, ainda que esta teoria tenha sido importante para o início do trabalho de pesquisa, após muitas leituras e conversas em reuniões de orientação, optamos por não a incorporar às discussões dos resultados da pesquisa e reelaboramos o problema e os objetivos sem os termos que a ela remetiam¹⁵.

¹³ Para este autor, as mediações são entendidas como dispositivos que os sujeitos operam social e culturalmente, cuja principal característica é a capacidade de gerar vínculos entre os sujeitos. No entanto, estes vínculos não são necessariamente formados na ausência de conflitos ou resistências – que podem ser tácitas ou explícitas. Para ele, as relações cotidianas modernas entre os sujeitos estão imbricadas em determinadas mediações - tecnicidade, ritualidade, socialidade e institucionalidade - que são produzidas historicamente em determinados contextos. E estas se dão entre Lógicas de Produção, Formatos Industriais, Competências de Recepção e Matrizes Culturais. Estes elementos compõem, junto com as quatro mediações, o que o autor chama de *mapa noturno* (MARTÍN-BARBERO, 2009).

¹⁴ Até o início de 2015, minha orientação no doutorado foi feita pela Prof.^a Nora Beatriz Presno Amodeo. Por isso, no ano em que cursava as disciplinas do doutorado (2013), havíamos começado a discutir o problema de pesquisa que orientaria meu trabalho, mas ainda não o havíamos delimitado, pois nossa proposta era privilegiar o ponto de vista dos sujeitos e não estritamente o das organizações. Assim, discutimos quais seriam as possíveis variáveis presentes no problema e estávamos organizando leituras, em nosso grupo de pesquisa, para que pudéssemos delimitá-lo. Quando me deparei com a noção teórica das mediações na disciplina ERU 635 (Comunicação e Práticas Sociais), propus a Prof.^a Nora e ao Prof. Rennan (responsável pela disciplina) tentar uma aproximação entre a teoria e o meu objeto de pesquisa no ensaio final da disciplina. Como a proposta deu certo, encontramos nosso arcabouço teórico (e um coorientador), elaborando o projeto com base nas mediações sociais de Jesús Martín-Barbero.

¹⁵ Embora tenhamos prosseguido a estruturação da tese tendo as mediações culturais como uma de suas bases teóricas, após uma análise parcial dos dados coletados na pesquisa, percebemos que não conseguiríamos demonstrá-las de forma clara no contexto pesquisado. Além disso, conforme os capítulos foram sendo escritos, as noções de cotidiano e sociabilidade se mostraram mais propícias para a discussão a partir dos indícios com os quais nos deparamos durante a pesquisa.

Portanto, a questão orientadora desta tese ficou assim definida: Como as formas institucionais decorrentes da incorporação de suas unidades ao Sistema Cresol influenciam as interações entre os sujeitos que compõem a atual Cresol Tombos?

Com base nesta questão, o objetivo geral desta tese foi compreender a inserção e a influência de novas formas institucionais nas interações entre os associados da Cresol Tombos e suas seis unidades em decorrência de sua incorporação ao Sistema Cresol a partir de 2012.

De forma complementar a este objetivo geral, traçamos os quatro objetivos específicos seguintes:

- a) Refletir sobre o processo de incorporação entre os Sistemas Ecosol e Cresol no âmbito das unidades da Cresol Tombos e sua implicância para o campo do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais;
- b) Compreender a influência das mudanças nas formas institucionais decorrentes desse processo sobre as práticas organizacionais e discursivas das cooperativas;
- c) Identificar a influência das mudanças nas formas institucionais pelas quais a Cresol Tombos e suas unidades passam no cotidiano dos agricultores a elas associados;
- d) Compreender as diferentes experiências que emergem nas interações entre sujeitos e organização, em relação à cooperação.

É preciso ainda ressaltar que a contribuição do estudo sobre as mediações culturais abriu-nos também a possibilidade de orientarmos nossa análise a partir de outras abordagens teórico-metodológicas complementares que constituíram os atuais capítulos desta tese. Sendo assim, antes de apresentarmos os temas que inspiraram a estruturação dos capítulos, trataremos, no tópico seguinte, da abordagem metodológica escolhida para esta tese, cuja conformação demonstra o “lugar científico” que orientou a construção deste trabalho.

B) “(...) se as teorias adotadas lograssem ‘explicar’ completamente (isto é, à nossa satisfação) os casos que nos interessam, não haveria razão para pesquisá-los¹⁶”: a abordagem metodológica da tese

Professor: “Se eu fosse você, eu me absteria de toda e qualquer moldura. Descreva, simplesmente, o estado dos fatos que estão à mão. ”

Aluno: ““Descreva, simplesmente”! Desculpe-me, mas isso não é terrivelmente ingênuo?”

Professor: Porque você pensa que descrever é fácil? (...). Descrever, estar atento aos estados concretos das coisas, encontrar a narrativa adequada e única para uma situação dada – Eu pessoalmente sempre achei isso incrivelmente exigente. (LATOIR, 2006, p.341)

Partindo do pressuposto de que a abordagem metodológica da tese precisaria seguir um caminho diferente do proposto no projeto de pesquisa, uma vez que houve uma reformulação do problema, objetivos e metodologia da pesquisa com consequente reformulação da própria estrutura da tese e dos temas que nela pretendíamos discutir, comecei a realizar novas leituras e pesquisas bibliográficas. Até que em uma das orientações, entre uma viagem e outra para a coleta de dados, o texto cuja citação está na epígrafe que inicia este tópico, foi indicado pelo meu orientador para uma leitura ocasional, sem a necessidade ou a obrigação de ser utilizado na tese. O texto descreve o diálogo entre um estudante de doutorado e um professor (Bruno Latour) em seu gabinete na *London School of Economics*, no qual o estudante o procura para que possa entender um pouco melhor sua teoria (Teoria do Ator-Rede) e aplicá-la ao seu estudo sobre organizações. Entretanto – e para desespero do estudante –, o diálogo o tira de seu lugar de preponderância sobre o “objeto” da pesquisa e seus “informantes”, lançando-o em meio a discussões que consideram estes “informantes” como sujeitos, eventos únicos e insubstituíveis, derivando disso a impossibilidade de generalizar um caso em relação aos demais.

Assim como o estudante do texto, também perdi meu lugar – e sossego, consequentemente – ao final desta narrativa e passei a buscar outras leituras que me indicassem um caminho menos “nomotético¹⁷” a seguir e sustentassem a estrutura que estávamos começando a pensar para a tese. Neste sentido, o diálogo criado por Bruno

¹⁶ (BRAGA, 2008, p. 82).

¹⁷ De acordo com Braga (2008, p. 76), ciências nomotéticas tentam estabelecer “leis e regularidades abrangentes”, a partir de “poucas variáveis” e de uma “redução” dos objetos e situações”, cujas singularidades são desconsideradas, “por não terem relevância para a “constituição” da regularidade observada. Neste sentido, este trabalho que parte de uma outra proposta do fazer científico, não procura encontrar na realidade estudada leis gerais que possam se aplicar a qualquer realidade cooperativista semelhante, mas sim, empreende esforços para a construção de interpretações que possam gerar reflexões quando situações semelhantes por ventura venham a ocorrer em realidades distintas.

Latour com seu estudante serviu como um “trampolim” para que adotássemos uma abordagem metodológica voltada a alcançar um lugar de mundo para o conhecimento produzido a partir de um trabalho científico, que fosse diferente do que se coloca como hegemônico no mundo acadêmico para tal finalidade. Isto porque, como afirma Santos (2001, p. 10), o “modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais”. Este modelo tem como princípio uma separação radical entre o que é científico e o que se constitui enquanto senso comum, partindo, como afirma o autor supracitado, de uma distinção entre a natureza e o ser humano. É um modelo “que se distingue e se defende”, por meio de “fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas” do senso comum e dos estudos humanísticos – “duas formas de conhecimento não-científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas” (SANTOS, 2001, p. 10). Ao longo do tempo, tal modelo foi se estendendo às ciências sociais que, à época, ainda eram consideradas ciências emergentes, com um campo de pesquisa e, conseqüentemente, uma abordagem metodológica, não consolidados. É somente no século XIX que as ciências sociais conseguem demarcar um espaço – ainda que restrito – entre o que se tinha como ciência.

Para a ciência moderna, isoladas as condições iniciais e determinada a lei que rege um tal fenômeno, este último se reproduzirá da mesma forma, sem alterações relevantes sempre que estas condições se repetirem. Contudo, tais condições sempre encontraram dificuldades em se encaixar nos estudos humanísticos, dado que um fenômeno social nunca será igual, ainda que se apresentem as mesmas condições relevantes para tal (SANTOS, 2001; LATOUR, 2006).

Como afirma Ginzburg (1989, p.163), “o verdadeiro obstáculo” para que a ciência moderna – que ele chama de paradigma galileano¹⁸ – pudesse ser efetivamente aplicada às ciências como um todo “era a centralidade maior ou menor do elemento individual em cada disciplina”. Seria possível dizer que, como questiona-se o autor, quanto “mais os traços individuais eram considerados pertinentes, tanto mais se esvaía a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso”. Durante muito tempo, as ciências sociais ficaram relegadas a segundo plano justamente por não serem capazes de eliminar – ou, como o próprio Ginzburg (1989) aponta, negligenciar – os elementos distintivos, individualizantes de suas pesquisas. Entretanto, ainda assim, a aplicação de um método

¹⁸ Ginzburg (1989) classifica sob o nome de paradigma galileano o conjunto de características que predominam nas ciências, como a generalização dos fatos e sujeitos, a repetibilidade de eventos em circunstâncias contextuais iguais e a possibilidade de quantificar os resultados. No contexto desta tese, entendemos tais características como conformadoras de uma “ciência moderna”.

matemático, rigoroso, tal como proclamado pela ciência moderna, apresentava-se como insuficiente para os estudos sociais e os colocava como inferiores e incapazes de alcançar o rigor expresso pelas ciências naturais. Posto que as “consequências da supremacia desse paradigma [o paradigma galileano] foram desastrosas para as ciências não pautadas pela quantificação e pela repetibilidade dos fenômenos – como é o caso das ciências humanas” (MAFRA, 2011, p.107).

Assim, de acordo com Ginzburg (1989, p.167), as ciências humanas não poderiam alcançar o rigor científico tal como a ciência moderna pautada no conhecimento produzido pelas ciências naturais desejava, sem maiores prejuízos aos seus estudos. Entretanto, o campo de atividade científica explorado por estas ciências, no qual a “capacidade de reconhecer um cavalo defeituoso pelos jarretes, a vinda de um temporal pela repentina mudança do vento” ou “uma intenção hostil num rosto que se sombreia”, trazia consigo uma riqueza que não era passível de quantificação, de repetibilidade, ainda que os mesmos fenômenos que lhes deram origem se repetissem.

Nas palavras do autor:

[estas formas de saber] não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não formalizáveis, freqüentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal; constituíam o patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. (GINZBURG, 1989, p. 167).

E a possibilidade de ignorar estes aspectos à aceitação de um paradigma generalizante não poderia se apresentar como uma proposta definitiva para este campo científico que começava a se afirmar. Pois, assim como salienta Santos (2001, p.22), a “ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais” cujo aspecto primordial é a compreensão de “fenômenos sociais a partir de atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações”. Portanto, para que possa alcançar tais propósitos, necessita “utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais”, tal como preconizado pela ciência moderna. Embora estes fatores que diferenciam as ciências sociais das ciências naturais tenham mantido as primeiras em um *status* de inferioridade por um longo período, foram também eles que as auxiliaram na legitimação de seu espaço enquanto ciência, com um escopo de métodos de investigação próprios.

Dessa forma, a conformação de nossa abordagem metodológica partiu desta visão crítica da ciência e da sociedade, a partir da qual nos foi possível pensar e estruturar deslocamentos teórico-metodológicos que nos permitiram buscar, entre os sujeitos da pesquisa, pistas e sinais que seriam narrados com base em uma descrição complexa dos fenômenos experimentados. Nosso interesse primordial em adotar uma abordagem metodológica que questiona o lugar do quantificável, do repetível e do generalizável num trabalho acadêmico foi mostrar que a interpretação exposta não é a única e nem se pretende instalar como verdadeira, totalizante, pois, como afirma Morin (2008, p.177) um pensamento complexo é aquele que “não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões”, aspirando, assim, à “multidimensionalidade” e, por isso, admitindo “em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza”. Logo, em nosso caso específico, não foi feito um “retrato” do Sistema Cresol no Estado, tampouco no Brasil, mesmo porque o “tempo da pesquisa¹⁹” não permitiu um contato extenso com os sujeitos estudados. Como afirma MARTINS (1993), as interpretações resultantes do trabalho sociológico serão sempre “provisórias e parciais”, pois são limitadas a curto período de tempo – seja o tempo da bolsa ou da permanência em alguma instituição de ensino ou a disponibilidade de recursos que permitem ao pesquisador permanecer em contato com a comunidade estudada. Deste modo, o valor científico da análise aqui ensejada está no modo como o trabalho apresenta possibilidades interpretativas de um fenômeno comunicacional observado num dado período de tempo: a experiência que este sistema cooperativo, neste momento, pode provocar junto a sujeitos em contextos rurais na relação com um Sistema cooperativista.

Portanto, a tese não assume uma premissa de *comprovação*, justamente porque não é possível comprovar algo que é mutante por natureza – fenômenos culturais e comunicacionais –, mas procura evidenciar aspectos que se estabilizam, ainda que parcialmente, como possibilidades de *vir-a-ser*. Assim, este trabalho, parte de uma ciência interpretativa, eminentemente reflexiva, que não é especulativa, não é filosófica, mas que pretende gerar uma boa interpretação acerca dos fenômenos observados (Geertz, 2008), com a capacidade de fazer as pessoas pensarem. Os deslocamentos que a tese se propõe a fazer entre quadros teóricos corroboram à compreensão de que o próprio Sistema cooperativista pode sofrer influência de determinadas visões de mundo, determinadas

¹⁹ Ainda que entendamos nesta tese que o tempo de pesquisa, como afirma Spink (2008), se estende para além do período de coleta de dados junto aos sujeitos, perpassando todas as experiências do pesquisador em relação ao seu campo de análise e por isso, se estende, neste caso específico, aos anos de doutorado, efetivamente o contato direto com os sujeitos da pesquisa teve apenas a duração de alguns meses em visitas espaçadas, como será detalhado em uma das subseções a seguir.

ideologias, determinadas formas simbólicas cujos resultados são justamente opostos ao que fez aquele Sistema surgir.

Neste sentido, o objetivo primordial desta abordagem metodológica pouco convencional é permitir uma descrição densa dos dados obtidos durante a fase de campo, ou seja, uma descrição que, segundo Geertz (2008), permita diferenciar atos, gestos, formas comunicacionais que, numa observação comum, passariam despercebidos ou seriam colocados na mesma categoria de análise. Tal descrição será operacionalizada através do tensionamento entre estes dados e as concepções teóricas escolhidas, além dos deslocamentos entre cada quadro conceitual, fatores capazes de, em conjunto, ampliarem a compreensão acerca dos sujeitos da pesquisa e de seus contextos. Neste caso, a interpretação a que o texto se propõe será sempre uma descrição tensionada com a teoria e com o contexto, já que, como afirma Demo (2011), ao se deparar com o ambiente, com o contexto e com os sujeitos os quais pretende abordar, o pesquisador tanto encontra uma realidade social que já está ali, dada, a qual procura apreender – através de técnicas e instrumentos metodológicos escolhidos –, quanto, da mesma forma e concomitantemente, encontra uma realidade social que está sendo construída, moldada mesmo na experiência cotidiana dos atores que a compõem.

Dessa forma, como assevera Laplantine (2003), o olhar sobre o outro muda a forma de olhar para si mesmo, pois, ao relacionar-se *com* ou estudar *um* determinado grupo de indivíduos, é preciso entender os mecanismos de relacionamento presentes no interior deste grupo e, a partir disto, formar uma interpretação possível do lugar social de tal grupo, enquanto lócus de sua atuação. Assim sendo, não é possível ao pesquisador isentar-se de influir em tal realidade, muito menos intentar categorizá-la de forma estática e pronta, num determinado espaço de tempo (o da pesquisa, por exemplo) ou através de um quadro teórico pré-moldado, já que, ao tentar fazê-lo, pode contribuir para manter relações de poder ou condições que não favorecem a mudança social.

Deste modo, para que este trabalho alcançasse tal abordagem metodológico-interpretativa e para que pudéssemos realizar uma descrição efetivamente densa, cuja ação fosse evidenciar os significados – como afirma Geertz (2008), as “teias de significado” – tecidos pelos próprios sujeitos em suas relações cotidianas e por nós enquanto pesquisadores, partimos da produção de inferências acerca de sinais, pistas ou indícios encontrados ao longo do trajeto de pesquisa, por meio do que Ginzburg (1989) chama de Paradigma Indiciário.

O Paradigma Indiciário foi proposto como uma “abordagem que privilegia os fenômenos aparentemente marginais, intemporais e negligenciáveis” de uma dada

realidade ou contexto que, entretanto, não é “experimentável diretamente” dada a sua complexidade (TINEM; BORGES, 2003, p. 01). Emerge, como o próprio Ginzburg (1989, p. 143) sinaliza, “por volta do final do século XIX (...) no âmbito das ciências humanas” e pode, como ele afirma, talvez “ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’”.

Este paradigma versa sobre a busca por sinais, indícios ou pistas²⁰ no contexto de pesquisa, entre os sujeitos abordados, visando desvencilhar os fatos cotidianos, trazendo-os à tona de uma forma que não seria possível com a aplicação de determinados métodos de pesquisa ou de seus instrumentos correspondentes, tais como realizado pela ciência moderna. Ginzburg (1989) assegura que é em estudos ou em contextos nos quais a causa não pode ser suficientemente alcançada pelos métodos científicos modernos que os indícios ganham importância, pois irão auxiliar a descortinar uma realidade que não pode ser apreendida diretamente.

De tal modo, como afirma Braga (2008, p. 78)

Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma do indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos (BRAGA, 2008, p. 78).

É neste sentido que tal paradigma se aplica ao estudo em questão, permitindo que dados singulares, aparentemente negligenciáveis no contexto de uma pesquisa acadêmica, pudessem ser percebidos, reunidos e selecionados para fazer inferências ou, como as define Ginzburg (1989), proposições de ordem geral acerca de informações particulares. É evidente que ao utilizar o Paradigma Indiciário partimos “de ideias prévias que nos conduziram a um interesse de pesquisa, convidando-nos à curiosidade e à reflexão”

²⁰ Ginzburg apresenta o Paradigma Indiciário num capítulo do livro “**Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História”, cujo título é “Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário”. Neste capítulo, ele vai discorrer sobre todos os antecedentes históricos do paradigma indiciário, ao qual ele atribui uma designação diferente em cada época ou situação específica (paradigma venatório, divinatório, indiciário ou semiótico) e qual a sua aplicação em determinado período histórico. Contudo, sua análise centra-se em três principais exemplos: a metodologia de Giovanni Morelli, para a atribuição de autoria a quadros antigos, cuja principal característica era ocupar-se de “examinar os pormenores mais negligenciáveis” (GINZBURG, 1989, p. 144); o método investigativo de Sherlock Holmes, um detetive, personagem fictício, cujo ofício consistia em determinar o autor de um crime “baseado em indícios imperceptíveis para a maioria” (Ibidem, p. 145); e, por fim, o método da psicanálise de Sigmund Freud, para o qual “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano” (Ibidem, p. 150).

(MAFRA, 2011, p.105). Contudo, para que pudéssemos evitar automatismos, Braga (2008, p. 79) nos alerta para a necessidade de articularmos dois níveis de percepção: a) “Perceber o próprio indício (ou seja: que um dado aparentemente irrelevante pode ser significativo)”, para em seguida, b) “desenvolver relações com uma proposição buscada: fazer inferências”.

Na prática, o procedimento de separar os indícios relevantes para a produção de inferências foi realizado a partir de um processo de tensionamento, cujo cerne, de acordo com Braga (2008, p.79), situa-se entre três determinantes que se afetam mutuamente”: •o problema de pesquisa – que é o “tipo de percepção que buscamos a respeito do nosso caso”; •“as estruturas e processos próprios do objeto ou situação – suas ‘lógicas’ de articulação interna, de desenvolvimento, de relações com o contexto”; e •“o conhecimento disponível sobre o tipo de objeto e sobre os âmbitos em que este se processa – o que envolve principalmente, mas não exclusivamente, o conhecimento teórico”. Este processo de tensionamento acontece nas “idas e vindas” entre o problema de pesquisa, as estruturas e os processos do objeto e o conhecimento teórico, testando-os e questionando-os entre si.

Assim sendo, a abordagem que procuramos concretizar neste trabalho, seja nesta introdução seja nos capítulos que a seguem, implicou em, através destes métodos, tentarmos compreender de que forma numa sociedade moderna, em que os sujeitos convivem com determinadas formas sociais, com determinadas necessidades de institucionalização, há espaço (ou não) para a reinvenção de suas relações e para a negociação, assumindo, de tal modo, um outro lugar interpretativo em que há interligação, mas também especificidades, onde coexistem conflitos, harmonizações, imposições e reversões. Dessa forma, munimo-nos da tarefa de tomar os sujeitos em suas relações, na dinâmica própria e no ineditismo de sua experiência, através de um horizonte analítico que nos permitiu apreender essa dinamicidade.

Portanto, cabe-nos agora, na seção seguinte, apresentarmos um pouco da realidade empírica em que estivemos imersos durante o processo de pesquisa e escrita da tese.

C) “Se algo pode ser ‘des-coberto’ não é a realidade em si, mas o jogo de relações que a praticam e a inventam em diferentes contextos e lances singulares²¹”: o recorte empírico da pesquisa

Nossa proposta nesta seção é trazer uma aproximação inicial ao contexto dos agricultores associados à Cresol Tombos e suas unidades. Para tanto, elaboramos breves caracterizações gerais sobre os locais de pesquisa, notadamente a Zona da Mata Mineira e os municípios em que estão localizadas as unidades vinculadas a esta cooperativa. Logo após, apresentamos, numa aproximação mais específica da realidade organizacional, a estrutura em que se fundam a Cresol Tombos e suas unidades. A partir disto, em seguida, expusemos os instrumentos metodológicos utilizados para a coleta de dados entre os sujeitos. E, por fim, explanamos os critérios utilizados para caracterizar os sujeitos participantes da pesquisa e uma breve caracterização dos entrevistados

1) Caracterização dos locais de pesquisa – a Zona da Mata Mineira

Nossa pesquisa foi realizada com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tombos (Cresol Tombos) e as seis unidades a ela vinculadas juridicamente, com dito no início da apresentação desta tese. Estas unidades cooperativas localizam-se na Zona da Mata, uma das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais, a qual é subdividida em sete microrregiões: Ponte Nova (60), Manhuaçu (61), Viçosa (62), Muriaé (63), Ubá (64), Juiz de Fora (65) e Cataguases (66) (Figura 1). Está situada ao leste do Estado, na fronteira com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, abrangendo 142 dos 853 municípios mineiros, com uma população de 2,7 milhões de pessoas (UFJF, 2011).

²¹ (LOPES, 2011, p.100).

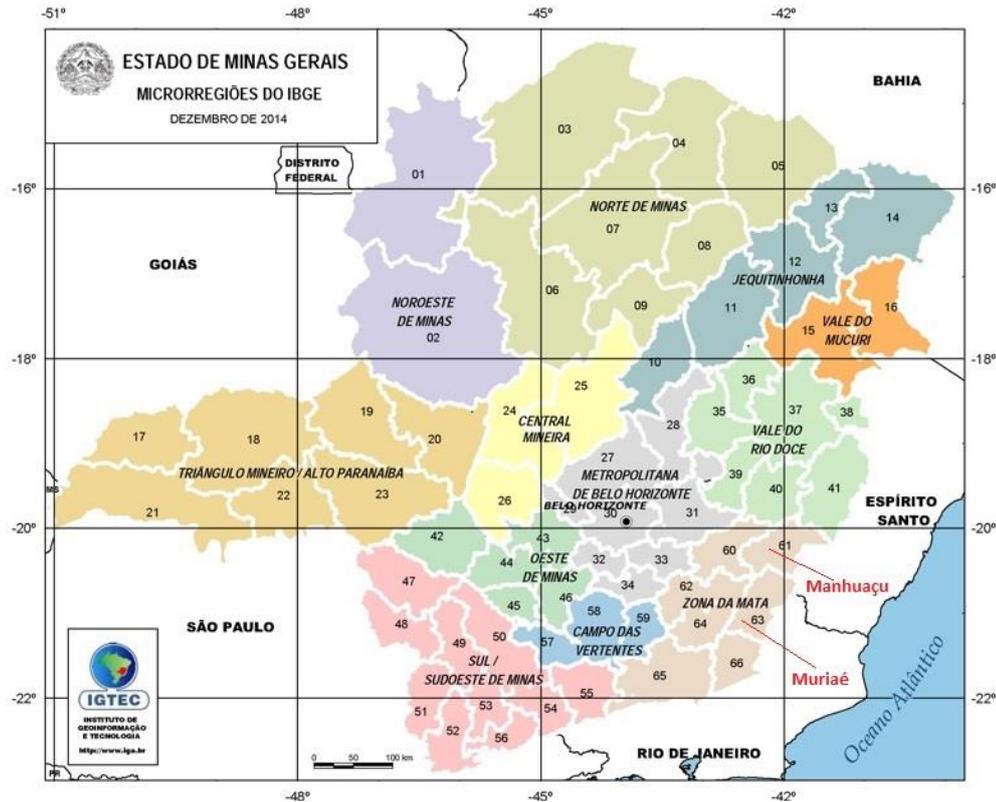


Figura 1 – Mesorregiões e Microrregiões do Estado de Minas Gerais.
Fonte: Governo de Minas Gerais, 2015.

“El nombre de Zona da Mata se debe a la exuberante floresta atlântica existente en la región durante la época de su ocupación, en los siglos XVIII y XIX”. E justamente por isso, era uma região inicialmente habitada por povos indígenas (Coroados, Puris, Botocudos) e “praticamente inexplorada” até o início do século XIX. Sua história está relacionada ao ciclo do ouro no Estado, uma vez que abrigava um grande número de minas de exploração deste metal, tendo a Mata Atlântica como uma “barreira natural” ao acesso às minas e, conseqüentemente, ao seu contrabando (SANTOS, FLORISBELO, 2004, p. 12). Com o declínio da exploração do ouro na região, a “vegetação original da Mata Atlântica foi drasticamente cedendo lugar à cultura da cana-de-açúcar” (CAMPOS, 2006, p. 12), a qual, em determinado momento da história também perdeu sua importância econômica e acabou cedendo lugar para as grandes lavouras de café, em meados do século XIX.

As grandes fazendas de café foram instaladas na Zona da Mata Mineira contando com mão-de-obra escrava vinda dos locais de mineração, então em declínio. Entretanto, quando ocorre a abolição da escravatura, em 1888, os proprietários da terra precisaram criar uma nova forma de conseguir mão-de-obra para seus cafezais, conferindo o “acesso parcial ao uso da terra pelos trabalhadores” (CAMPOS, 2006, p. 14). Conforme explica

a autora, em Minas Gerais não foi possível adotar o regime baseado na contratação de colonos, comum em outras regiões cafeeiras, pois o estado não possuía os mesmos atrativos dessas regiões (“fronteira agrícola em expansão, terra roxa e cafeeiros mais novos”). Assim, o objetivo era “formar um mercado de trabalho livre com a mão-de-obra internamente disponível” (CAMPOS, 2006, p.14-15).

Toledo (2012, p. 39) afirma que esse processo de parceria entre proprietário e trabalhador deveria ter sido proveitoso para ambas as partes, entretanto “a formação de um grupo social que serviu como força de trabalho dependente das fazendas e disponível aos fazendeiros da região” tornou-se uma característica local, o que, acabou por estender-se “aos seus filhos e demais descendentes”. Prevaecem, assim, na Zona da Mata Mineira, as pequenas explorações agrícolas, importantes na região no que tange às culturas de subsistência, sendo o café a cultura permanente que se destaca como principal fonte de renda para os agricultores da região.

Ainda que “a predominância da monocultura do café tenha sido responsável pela forte degradação ambiental na região e prejudicado diretamente os pequenos produtores locais que não podiam arcar com os elevados custos deste modelo produtivo” (MARTINS, 2010, p. 29), seu cultivo em pequenas propriedades associadas (parceiras) tem grande relevância econômica para a população local. Além disso, há também importância da pecuária, sobretudo na produção de lácteos.

O histórico de conformação territorial e produtivo da Zona da Mata Mineira foi também uma forma de levar os trabalhadores rurais desta região – sobretudo nos municípios foco desta pesquisa – a se mobilizarem para a constituição de diferentes organizações representativas que viriam a se tornar importantes para seus municípios e para o acesso a determinados direitos e políticas públicas. Tais organizações tiveram seu surgimento fortemente influenciado pelas Comunidades Eclesiais de Base²² (CEBs). No contexto em que estas organizações foram surgindo, as reuniões realizadas nas comunidades rurais por meio das CEBs “foram de extrema importância para a constituição de uma variedade de lutas por justiça social e incentivaram a formação de lideranças políticas de esquerda”. Por meio das discussões e trocas de informações propiciadas por estes espaços, sobretudo por estarem ancoradas em aspectos religiosos, parte do grupo de agricultores que ali se reuniam foram despertando seu interesse pela

²² As Comunidades Eclesiais de Base são uma forma de organização grupal, cujo escopo vincula-se à Teologia da Libertação, iniciada em comunidades rurais no final da década de 1970 com o apoio da Igreja Católica e seus representantes, nas quais os agricultores se reuniam para, através da discussão e aplicação de textos bíblicos ao cotidiano da comunidade, serem capazes de alcançar uma consciência política e social mais ampla (CAMPOS, 2006; COSTA, ZANGELMI; SCHIAVO, 2010).

“luta política” e, em seguida, envolvendo-se “em organizações comunitárias, movimentos sociais pela reforma agrária, sindicatos e partidos políticos” (COSTA; ZANGELMI; SCHIAVO, 2010, p.38).

Contudo, ao longo do tempo, foram surgindo outras “demandas econômicas atreladas às estratégias de reprodução das famílias”, fator que “implicou na constituição de novas formas organizacionais para suprir formalmente as necessidades da agricultura familiar” nesta região. Assim, ainda que esta forma organizacional baseada nas reuniões de comunidade empreendidas pelas CEBs tenha, nas décadas finais do século XX, perdido espaço entre os agricultores na Zona da Mata Mineira, “novas organizações se edificam sobre esta base sociopolítica”, utilizando-a como suporte aos seus objetivos, “resignificando [sic] pressupostos e reorientando o movimento político da agricultura familiar na região” (FREITAS e FREITAS, 2013, p. 444). Surgem com isso, em grande parte dos municípios desta região, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), as Associações Comunitárias de Agricultores e Agricultoras e os Partidos Políticos – sobretudo o Partido dos Trabalhadores.

É este contexto histórico – característico de boa parte dos municípios localizados nesta região do Estado, em que os agricultores participaram dos processos de constituição de organizações representativas e reivindicatórias que vigoram até os dias atuais – que conforma as relações sociais rurais nos municípios em que se encontram as unidades da Cresol Tombos. Deste modo, na subseção seguinte trataremos a uma breve caracterização destes municípios.

II) Caracterização dos locais de pesquisa – os municípios

Para a coleta dos dados de nossa pesquisa, foram visitadas as unidades da Cresol Tombos localizadas nos seguintes municípios: Tombos, Espera Feliz, Alto Jequitibá, Divino, Simonésia e Santa do Manhuaçu, como mostra a Figura 2. Estes municípios estão distribuídos em duas microrregiões da Zona da Mata Mineira – a microrregião de Muriaé e a microrregião de Manhuaçu (Figura 1), nas quais se congregam determinadas semelhanças locais que decorrem das características dos sujeitos e suas inter-relações conformadas neste espaço²³.

²³ Embora o IBGE utilize a divisão em micro e mesorregiões exclusivamente para fins estatísticos e, de determinada forma, com base em indicadores econômico-produtivos, entendemos que os municípios que formam uma microrregião, sobretudo, possuem históricos de formação e conformação de suas relações e territórios que se assemelham.



Figura 2 – Localização geográfica dos municípios visitados durante a pesquisa.
Fonte: Adaptado de Instituto de Geociências Aplicadas, 2015.

Podemos inferir que estes municípios possuem, em maior ou menor grau, em sua história de constituição, grande parte das características que marcaram a história da Zona da Mata Mineira, como o fato de terem sido inicialmente habitados por povos indígenas, o que lhes confere um caráter de pequenas e diversificadas produções agrícolas, mais voltadas para o consumo interno, que, no entanto, sofreram determinadas alterações ao longo dos anos em virtude da inserção do plantio de café, o que atualmente constitui uma importante fonte de renda para grande parte de seus habitantes. Há, ainda, um predomínio de pequenas propriedades rurais, com fortes vínculos de proximidade e parentesco entre si; a utilização do sistema de parceria e da contratação de trabalhadores temporários – sobretudo em época de colheita do café – como métodos de trabalho agrícola (MARTINS, 2010; SILVA, 2010).

A Tabela 1, seguinte, nos traz também informações em relação ao número de habitantes, áreas territoriais e densidades demográficas destes municípios.

Tabela 1 – Informações geográficas e demográficas dos municípios de pesquisa.

<i>Municípios</i>	<i>Microrregião geográfica</i>	<i>População (habitantes)</i>	<i>Área territorial (Km²)</i>	<i>Densidade demográfica (hab/Km²)</i>	<i>População urbana (habitantes)</i>	<i>População rural (habitantes)</i>
Tombos	Muriaé	9.537	285,125	33,45	7.602	1.935
Divino	Muriaé	19.133	337,776	56,64	10.796	8.337
Espera Feliz	Muriaé	22.856	317,638	71,96	14.174	8.682
Alto Jequitibá	Manhuaçu	8.318	152,272	54,63	4.300	4.018
Simonésia	Manhuaçu	18,298	486,543	37,61	7.096	11.202
Santana do Manhuaçu	Manhuaçu	8.582	347,362	24,71	4.142	4.440

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2015); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os dados populacionais apresentados na Tabela 1 remetem a pequenos municípios interioranos, nos quais há ainda uma parcela significativa da população residindo em áreas rurais (exceto em Tombos). Especificamente nestes municípios há um forte envolvimento dos habitantes das áreas rurais em torno de questões políticas, uma vez que a articulação em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por meio da vivência nas Comunidades Eclesiais de Base, a formação de partidos políticos e organizações representativas ou comerciais são características presentes em cada um dos municípios em questão (FREITAS, 2011; MARTINS, 2010; SILVA, 2010).

Neste sentido, para além do fato de ambos possuírem uma cooperativa de crédito rural solidária, a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nestes municípios é também um fator muito importante para entender a organização social dos agricultores, uma vez que estes sindicatos surgem – entre as décadas de 1980 e 1990 – visando defender os direitos daqueles agricultores que não possuíam terra e capital suficientes para sua produção, além de uma fraca representação política frente aos poderes públicos.

É sobretudo na década de 1990 que os agricultores nestes municípios, frente a forte atuação dos sindicatos, procuram manter um diálogo com o poder público local, uma vez que tradicionalmente eram excluídos das decisões políticas e, é em virtude desta articulação que começam a surgir as associações representativas dos agricultores, cujas formas serviram de base para a constituição das organizações cooperativas que viriam subsequentemente.

Neste sentido, estas organizações representam o formato inicial de articulação dos agricultores que irão constituir, no início da década de 2000, as cooperativas que hoje se agrupam em torno da figura jurídica da Cresol Tombos. As características conformadoras destes movimentos organizativos afetam o cotidiano e os modos de interação destas cooperativas, uma vez que configuram as experiências dos sujeitos a elas associados.

Sendo assim, na próxima seção, vamos nos ater à descrição da estrutura organizacional destas cooperativas, detalhando aspectos que serão relevantes para o desenvolvimento dos objetivos desse trabalho.

III) Estrutura organizacional da Cresol Tombos

Embora não nos seja possível realizar uma apresentação completa acerca do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais nesta apresentação, acreditamos ser importante uma breve apresentação da estrutura organizacional em que se insere a Cresol Tombos, como uma prévia para começarmos a entender o ambiente institucional das cooperativas de crédito no Brasil²⁴. Neste sentido, a expansão do Sistema Cresol para a região sudeste foi efetivamente concretizada com a incorporação de algumas organizações cooperativas no interior de Minas Gerais, entre 2012 e 2013, dentre as quais se encontram a Cresol Tombos e suas unidades.

Entretanto, este sistema surgiu no sudoeste do Paraná há pouco mais de vinte anos, como uma das primeiras experiências do cooperativismo de crédito rural solidário do país. Inicialmente, sua atuação se restringia aos estados da região sul, mas, ao longo do tempo, expandiu-se, incorporando outras cooperativas ou sistemas e passando a operar atualmente em treze estados – Espírito Santo; Goiás; Bahia, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais; Paraná; Rio de Janeiro; Rondônia; Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo (CENTRAL CRESOL BASER, 2015b).

O Sistema Cresol possui uma estrutura organizacional complexa, constituída justamente para dar conta de sua atuação nestas diferentes regiões do país. Essa estrutura organizacional é composta de três centrais (a Cresol Central SC/RS – localizada em Chapecó/SC, que atua em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Ceará –, a Central Cresol Sicoper – sediada em Passo Fundo/RS, com atuação em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pernambuco – e a Central Cresol Baser – sediada em Francisco Beltrão/PR, que congrega os outros estados já citados²⁵). Além destas centrais, o sistema possui 22 Bases Regionais de Serviços; 150 cooperativas

²⁴ Nossa proposta neste item é apenas “clarear” alguns pontos acerca do ambiente institucional das cooperativas em que realizamos a pesquisa. Uma descrição mais completa sobre o histórico de surgimento destas será realizada no Capítulo 2 – Contextos organizacionais, práticas articulatórias e significantes vazios: discursos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais.

²⁵ Cada uma destas centrais possui seu próprio site e, em nenhum deles, há menção ao tipo de ligação entre elas tampouco sobre os critérios utilizados para a divisão de suas áreas de abrangência.

singulares e 408 unidades de atendimento (DADOS DA PESQUISA, 2015; CENTRAL CRESOL, s/d; CONFESOL, 2014a).

As cooperativas de Minas Gerais estão vinculadas à Central Cresol Baser e à Base de Serviços Regional (Baser Minas) localizada em Muriaé/MG. No estado, existem três cooperativas singulares – em Araponga, Fervedouro e Tombos –, às quais estão vinculadas quinze unidades de atendimento em outros municípios ou distritos. Destas quinze unidades de atendimento, seis estão vinculadas à Cresol Tombos, como mostra a Figura 3.

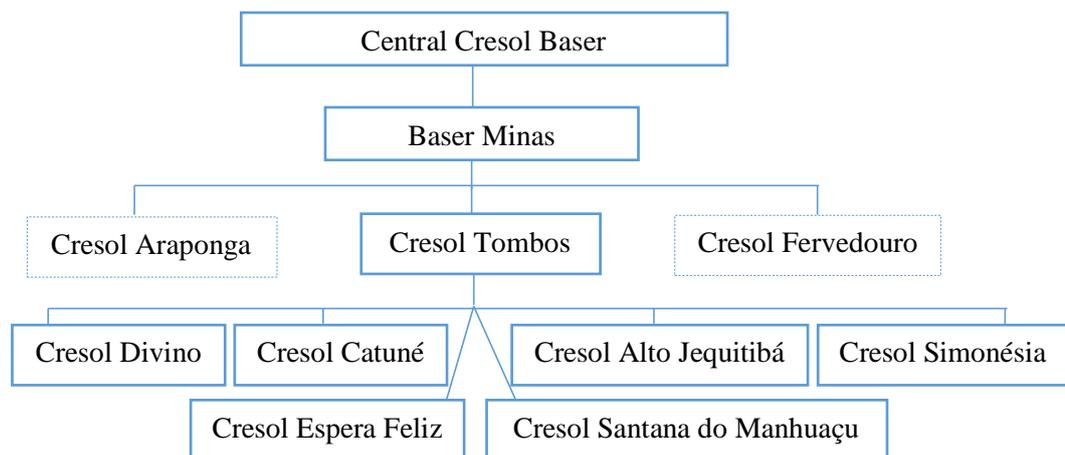


Figura 3 – Estrutura organizacional do Sistema Cresol em Minas Gerais.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Cresol Tombos, por sua vez, segue a seguinte estrutura organizacional:

- **Assembleia geral**, que é a instância máxima de decisão e controle das cooperativas, formada pelos associados, que representam também o quadro social da organização (neste caso, 3.535 associados em março de 2015);
- **Conselho de Administração**, formado por associados eleitos em Assembleia Geral Ordinária (AGO) para representá-los na gestão da cooperativa por um mandato de quatro anos. Na Cresol Tombos, o conselho de administração é formado por sete membros, cada um representando uma de suas unidades, sendo um presidente, um vice-presidente, um secretário e quatro conselheiros. No Conselho de Administração há dois diretores liberados, que ficam exclusivamente à disposição da cooperativa e para tanto recebem uma remuneração. Os outros diretores não recebem uma remuneração fixa, mas diárias nos dias que precisam realizar alguma atividade relacionada à cooperativa;
- **Conselho Fiscal**, igualmente formado por associados eleitos na Assembleia Geral Ordinária, com a função de fiscalizar as operações realizadas pela cooperativa e

suas unidades. Esse conselho é formado por seis membros, três efetivos e três suplentes com mandato de quatro anos. Estes conselheiros também recebem diárias para comparecer às atividades relacionadas com a cooperativa;

- **Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito** (agentes de crédito), associados que representam as cooperativas em suas próprias comunidades, servindo como “ponte” para a troca de informação entre estes. Os agentes não prestam serviços remunerados às cooperativas, são agricultores que possuem algum tipo de influência ou liderança em suas localidades, sendo assim convidados a atuar no local em que moram e em comunidades próximas, levando informações e novidades sobre as cooperativas e trazendo as demandas, sugestões ou reclamações dos associados para a organização. A Cresol Tombos possuía, em 2015, um grupo de 50 agentes de crédito distribuídos em sua área de abrangência²⁶;
- **Analistas e caixas**, que são os colaboradores ou funcionários contratados pelas cooperativas para o atendimento dos associados em cada unidade. A Cresol Tombos contava com cerca de dezessete colaboradores em março de 2015 distribuídos em suas sete unidades.

Na Figura 4, podemos observar uma representação gráfica desta estrutura organizacional.

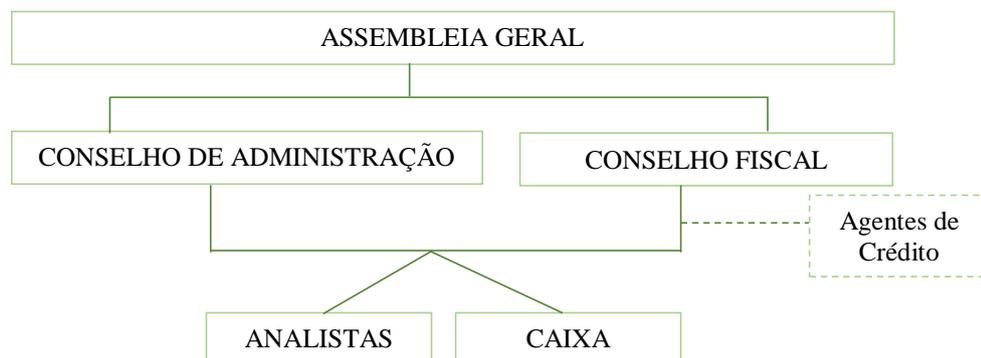


Figura 4 – Estrutura organizacional da Cresol Tombos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Além disso, esta cooperativa e suas unidades contam com determinados momentos coletivos de discussão e deliberação formalmente instituídos, tais como: as Assembleias Gerais Ordinárias – uma reunião realizada entre todos os associados, uma

²⁶ Em março de 2015, a área de abrangência da Cresol Tombos se estendia por 23 municípios entre os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No Capítulo 1 a descreveremos.

vez por ano para prestação de contas sobre as atividades realizadas pelas cooperativas no ano anterior (por lei, o prazo final é abril); e as pré-assembleias, reuniões organizadas pelas cooperativas nas cidades em que possuem unidades de atendimento e que visam, no caso específico do Sistema Cresol, apresentar a estes os resultados financeiros do exercício fiscal anterior e as discussões, votações e temas que serão efetivados, posteriormente, na Assembleia Geral Ordinária na cidade em que está situada a sede. Existem também inúmeras capacitações oferecidas pelo Sistema Cresol para o conselho de administração, o conselho fiscal, os colaboradores e uma formação continuada – em oficinas bimestrais – para os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, nas quais também estão presentes parte dos diretores. Como exigência estatutária, as cooperativas oferecem um curso para novos associados em cada uma de suas unidades (chamado, em Minas Gerais, de “Café com a Cresol”) para esclarecer-lhes o que é uma cooperativa de crédito, quais produtos e serviços ela pode oferecer e quais são os direitos e deveres que estes novos associados têm em relação à organização²⁷.

Na próxima subseção, então, procederemos à apresentação dos instrumentos metodológicos utilizados durante a pesquisa propriamente dita com os sujeitos e suas organizações cooperativas.

IV) Os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa

De maneira geral, para a realização da pesquisa procuramos escolher instrumentos metodológicos cuja utilização foi capaz de nos proporcionar uma aproximação proveitosa a este contexto de pesquisa cercado de complexidades, processos e estruturas tão específicos. Além disso, procuramos estabelecer instrumentos metodológicos que se inserissem no tipo de pesquisa que Minayo (2010) caracteriza como pesquisa social, ou seja, num formato em que “o universo das investigações” vem exatamente do cotidiano e das experiências “do senso comum, interpretadas e re-interpretadas [sic] pelos sujeitos que as vivenciam” (MYNAIO, 2010, p. 24).

Assim, ao nos depararmos com o contexto do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais, escolhemos determinados momentos que acreditamos serem significativos e passíveis de nos proporcionarem experiências cujos resultados poderiam nos levar a interpretações sobre a relação entre sistemas, organizações, mediações e sujeitos, a partir de uma nova configuração de dinâmicas

²⁷ Todos estes momentos coletivos serão detalhados ao longo da tese.

institucionais resultantes da incorporação do Sistema Ecosol pelo Sistema Cresol. Dessa forma, visando atender ao nosso objetivo geral de pesquisa, os seguintes momentos se apresentaram, ao nosso ver, como relevantes:

- A apreensão do conteúdo dos dispositivos legais que regem a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito no país, bem como a sua inserção no cotidiano destas organizações através de documentos institucionais;
- A compreensão das dinâmicas presentes nos espaços de reuniões e momentos coletivos entre aqueles que representam formalmente o Sistema Cresol – por meio de cargos formalizados em sua estrutura administrativa – e os agricultores que formam o quadro social destas cooperativas; e
- A troca de informações, em conversas individuais com os sujeitos que conformam a realidade do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais, sobre a conjuntura organizacional em que estes sujeitos se inserem e seu contexto de vida.

Nossa opção por privilegiar determinados espaços e tipos de situações para a realização da coleta de dados deu-se justamente pela abordagem metodológica assumida pela tese, de acordo com a qual o mero acúmulo de dados não seria interessante, nem proveitoso. Além disso, em nosso entendimento, estes dados deveriam ser analisados em profundidade, evidenciando, como dito, aspectos da relação entre determinados sujeitos e suas organizações. Tais aspectos não se apresentam como totalidades nem como verdades absolutas, mas como possibilidades de conformação da realidade estudada, pois, conforme Minayo (2010), embasada nos estudos de Malinowski, a partir do momento em que o pesquisador se coloca presente na situação social que pretende pesquisar, passa a fazer parte do contexto de pesquisa, influenciando-o e sendo influenciado por este. Portanto, em nossa escolha de ocasiões significativas para a realização da pesquisa, a presença de uma estudante de doutorado foi, em determinadas situações, também conformadora de parte das discussões empreendidas²⁸.

Dessa forma, como instrumentos metodológicos utilizados para a

²⁸ Para além do fato de que, para boa parte do grupo de associados, diretores e colaboradores do Sistema Cresol com o qual tive contato durante o tempo em que realizei as incursões de campo, estar diante de uma pesquisadora, com todas as formalidades que exigidas – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, gravador, roteiro de entrevista – já trazia para a conversa determinados elementos que não estariam presentes em outra ocasião, especificamente durante a segunda parte das observações nesta pesquisa, minha presença em espaços coletivos de discussão dos associados era sempre notada e anotada. Em quase todas as formações que participei era preciso que me apresentasse ao grupo ou algum dos diretores fazia essa apresentação, evidenciando a pesquisa com a cooperativa. E, no encontro para realização de uma parte do Planejamento Estratégico do Sistema Cresol, eu participei inclusive dos grupos de discussão dos temas propostos.

operacionalização da pesquisa tivemos: a pesquisa documental, a observação, a entrevista semiestruturada, o diário de campo e as fotos. Toda a pesquisa foi realizada em dois momentos: em março de 2015, numa primeira parte das observações de momentos coletivos (pré-assembleias e Assembleia Geral Ordinária) e busca de documentos; e entre junho e julho de 2015, com entrevistas e novas observações. Como o deslocamento entre as cidades em que se encontram as unidades da Cresol Tombos, de ônibus, é muito dificultoso, em todos os casos possíveis, tentamos conciliar as observações e entrevistas para uma mesma data ou datas próximas, bem como a ida de uma cidade para outra. Assim, no espaço de tempo que compôs os dois momentos de coleta de dados, pudemos visitar as sete unidades desta cooperativa. Entretanto, mesmo visitando cada unidade, não foi possível realizar entrevistas com todos os diretores.

Assim sendo, no que se refere à pesquisa documental, ao longo do ano de 2015 foram realizados contatos telefônicos com os diretores para que se pudessemos ter acesso a informações institucionais, além do acesso a alguns documentos internos à cooperativa, como o Estatuto Social e a Ata da Assembleia Geral Ordinária. Paralelamente foram acessados, por meio do endereço eletrônico do Banco Central, os normativos referentes ao processo de constituição e de funcionamento das cooperativas de crédito no país. Nosso intento neste momento era coletar os dados oficiais sobre o ambiente institucional do cooperativismo de crédito no país e, a partir disto, analisarmos os documentos da Cresol Tombos para alcançarmos uma melhor compreensão deste ambiente institucional específico.

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese dos documentos que foram mobilizados nesta fase da pesquisa.

Quadro 1- Síntese da pesquisa: pesquisa documental e dados coletados.

Instrumento	Descrição	Período de coleta	Local	Dados coletados	Proposta de Análise
Pesquisa documental	Estatuto	Agosto de 2015 (após registro na Junta Comercial-MG)	Cresol Tombos	Objetivos sociais; formação dos conselhos; condições para se associar; área de abrangência.	Composição de textos descritivos sobre as cooperativas pesquisadas.
	Ata da Assembleia Geral 2015			Número de associados; Temas discutidos.	Complementação da análise de entrevistas e observações
	Normativos Bacen	Ao longo de 2015	Site do Banco Central*	Lei complementar 130/2009 Resolução 4.434/2015.	Composição de texto descritivo sobre o cooperativismo de crédito.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015. (*<<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/buscaNormativo.asp>>)

Os dados coletados através da pesquisa documental foram utilizados para compor, nesta tese, os textos descritivos sobre a Cresol Tombos e suas unidades – em relação a sua composição social e a sua estrutura organizacional – e também sobre o ambiente institucional e normativo do cooperativismo de crédito, tornando possível a apreensão dos dispositivos legais vigentes no país para este tipo de instituição financeira. Além disso, tais dados nos auxiliaram na análise de determinados temas e conceitos discutidos ao longo dos capítulos da tese, complementando as informações obtidas por meio das entrevistas, observações e anotações do diário de campo.

Seguindo nossa proposta de cronograma de pesquisa, foram previamente escolhidos para as observações determinados momentos coletivos em que se reúnem os associados para a apresentação ou discussão de assuntos específicos, tais como as pré-assembleias; a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2015; alguns módulos da Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito; o Curso para novos associados (“Café com a Cresol”) e uma aula do Programa “Um olhar para o futuro²⁹”. Escolhemos estes momentos coletivos com base nas informações preliminares sobre os encontros e formações realizados pelo Sistema Cresol em Minas Gerais e também por nos indicarem situações em que alguns dos temas de interesse para este trabalho poderiam ser discutidos de forma mais aprofundada.

Deste modo, em virtude de datas pré-definidas para as pré-assembleias e a Assembleia Geral Ordinária, as observações referentes a estes momentos compuseram a primeira parte da coleta de dados, durante o mês de março de 2015. Neste primeiro período, assistimos a quatro – de um total de seis – pré-assembleias da Cresol Tombos, nos municípios de Espera Feliz, Divino, Alto Jequitibá e Santana do Manhuaçu e a Assembleia Geral Ordinária em Tombos. Esta foi efetivamente uma fase exclusiva de observação, visto que neste momento, toda a pesquisa – roteiros de entrevistas, metodologias e discussões teóricas – vinha sendo reestruturada em virtude da troca de orientação e, por isso, não foi possível realizar nenhuma entrevista.

Posteriormente a este primeiro período também foram organizados, em narrativas elaboradas a partir do diário de campo, os dados coletados nestas observações e transcritas partes do áudio das reuniões em que a gravação foi autorizada. As narrativas foram

²⁹ O Programa “Um Olhar para o Futuro” foi desenvolvido pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos) e tem como objetivo apresentar e discutir o cooperativismo solidário nas escolas, através de temas selecionados e apresentados com base em cartilhas desenvolvidas pelo próprio Infocos, com histórias em quadrinhos, a partir das quais são feitas atividades com as crianças – do Ensino Fundamental, fim do primeiro e início do segundo ciclo – como dramatização da história, realização de atividades relacionadas ao tema e dinâmicas. Em Minas Gerais, teve início em 2015 um projeto piloto em duas escolas rurais de Espera Feliz, com três turmas do Ensino Fundamental.

utilizadas como uma estratégia analítica condizente com a abordagem metodológica e o formato assumido pela tese. Nossa proposta ao utilizá-las era trazer para a análise elementos – falas, imagens, textos, memórias (LEAL, 2006) – a partir dos quais pudéssemos descrever, apresentar o contexto com que nos deparamos durante a realização da pesquisa, não só complementando os dados coletados, mas principalmente, como afirma Antunes (2014, p. 116), “perceber conhecimentos teóricos e práticos entrelaçados, a mescla ou não diferenciação das esferas/campos discursivos e a referência à noção de comunidade social, de vínculos fortes e imediatos, como sujeito desses saberes”.

Assim, findo o trabalho de observação das pré-assembleias e assembleia, finalizamos a reestruturação dos roteiros de entrevista, seguindo o novo formato de organização da tese e as discussões teórico-metodológicas que nele se inseriam e, entre os meses de junho e julho de 2015, realizamos observações em outros momentos coletivos³⁰. Neste período, foram realizados pela cooperativa e pelo Sistema Cresol encontros e formações que não estavam programados entre as observações iniciais, como o Encontro com as Lideranças Locais (com a participação do presidente do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário³¹ – INFOCOS) e uma fase do Planejamento Estratégico Participativo do Sistema Cresol. Contudo, devido às discussões que seriam realizadas nestes espaços e pela autorização para que a pesquisa pudesse ser feita também ali, os dois momentos citados foram incorporados às observações de campo.

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos momentos de observação realizadas durante a pesquisa.

³⁰ Tanto no caso das observações quanto das entrevistas, sempre que nos foi autorizado, utilizamos um gravador de áudio, com o intuito de retirar os trechos mais significativos para a análise dos dados nos capítulos da tese. No caso específico das observações, como os áudios se referem a momentos coletivos, cuja duração mínima era de um período do dia e os manifestantes não foram necessariamente entrevistados, optamos por realizar uma transcrição parcial das falas, utilizando as que foram proferidas por alguns entrevistados e, nos casos em que isso não foi possível, solicitamos autorização para utilizar as falas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

³¹ O Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) foi criado pela Cooperativa Central de Crédito Rural (Central Cresol Baser) e suas Bases Regionais, em 2005, “para oferecer a públicos distintos, formação em cooperativismo”, constituindo tais públicos os associados, colaboradores e dirigentes do Sistema Cresol. É por meio deste instituto que são elaborados os materiais – cartilhas, roteiros, etc. – de todas as formações oferecidas pelo Sistema Cresol no país. (INFOCOS, 2008-2015).

Quadro 2 – Síntese da pesquisa: Observações realizadas e os dados resultantes.

Instrumento	Descrição	Quantidade	Período de coleta	Local	Dados coletados	Análise a partir de
Observação	Pré-assembleias	4	Março/2015	Espera Feliz; Alto Jequitibá; Divino e Santana do Manhuaçu	Áudio; Diário de Campo; Fotos	Transcrição parcial do áudio; Narrativas; Fotos para auxiliar a descrição.
	Assembleia Geral Ordinária	1	Março/2015	Tombos	Áudio; Diário de Campo; Fotos	Transcrição parcial do áudio; Narrativas; Fotos para auxiliar a descrição.
	Formação para Agentes de Desenvolvimento e Crédito	2	Junho/2015	Tombos e Simonésia	Diário de Campo; Fotos	Narrativas; Fotos para auxiliar a descrição.
	Programa “Um olhar para o futuro”	1	Junho/2015	Espera Feliz	Áudio; Diário de Campo; Página do sítio institucional; Fotos	Transcrição parcial do áudio; Narrativas; Composição de texto descritivo; Fotos.
	Encontro com as lideranças locais.	1	Julho/2015	Espera Feliz	Áudio; Diário de Campo; Fotos	Transcrição parcial do áudio; Narrativas; Fotos.
	Planejamento Estratégico Participativo	1	Julho/2015	Espera Feliz	Áudio; Diário de Campo; Texto institucional distribuído pela Central Cresol Baser; Fotos	Transcrição parcial do áudio; Narrativas; Texto distribuído pela Central Cresol para discussão; Fotos.
	Café com a Cresol	1	Julho/2015	Alto Jequitibá	Áudio; Diário de Campo; Cartilha; Fotos	Transcrição parcial do áudio; Narrativas; Cartilha Institucional; Fotos

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

As observações foram o instrumento de coleta que nos renderam o maior volume de dados para a análise, já que, nesta segunda fase, coincidiram com encontros e eventos importantes do Sistema Cresol e trouxeram, com isso, discussões relevantes para a composição dos capítulos desta tese. Os dados referentes às observações sintetizadas no Quadro 2 foram analisados seguindo os pressupostos da Análise de Discurso – para o caso das transcrições dos áudios – e a partir da estruturação de narrativas – no caso das anotações do diário de campo –, as quais, somadas às fotos tiradas nos locais foram utilizadas para elucidar determinadas situações percebidas no contexto da pesquisa, mas que nem sempre apareceram claramente nos outros dados coletados. A opção pela análise de discurso como uma perspectiva de análise neste momento, deu-se justamente pelas semelhanças entre esta e nossa abordagem metodológica, uma vez que, como afirmam Caregnato e Mutti (2006, p. 682), sua proposta é apresentar possibilidades de interpretação para o “sentido que o sujeito pretende transmitir no seu discurso”. Além disso, na análise de discurso privilegiam-se as “marcas linguísticas” que cada sujeito apresenta em sua fala, relacionando-as ao “contexto sócio-histórico” em que este sujeito está inserido, operação cujo resultado traz à tona “a identidade do discurso” (CAREGNATO E MUTTI, 2006). Assim, seguindo esse movimento de interpretações proposto pela análise de discurso, os dados coletados durante a pesquisa foram analisados a partir da observação da dinâmica entre o cotidiano dos sujeitos, organizações e sistemas, revelada nos discursos que puderam ser acessados. Dessa forma, entendendo que o mote para a utilização deste tipo de análise é a delimitação do eixo teórico a partir do qual estabelecem-se “recortes discursivos” para a análise, cada capítulo da tese traz determinadas possibilidades de interpretação acerca do fenômeno estudado.

Com vistas a completar o conjunto de dados que pretendíamos coletar, foram também programadas entrevistas semiestruturadas com representantes da Base de Serviços de Minas Gerais (Baser Minas); com os diretores que formam os conselhos de administração e fiscal e uma parte do grupo de associados, seguindo os critérios de classificação que serão expostos a seguir. Estas entrevistas foram baseadas em um roteiro semiestruturado³², que serviu como “orientação e guia”, dando certa “flexibilidade” às “conversas”, uma vez que este tipo de instrumento metodológico é utilizado quando se considera o entrevistado como um interlocutor que, no ato da entrevista, pode suscitar temas diversos daqueles que estão previstos no roteiro e que serão considerados na análise, como parte da “estrutura de relevância” daquele sujeito em relação ao tema

³² O Apêndice I apresenta os roteiros de entrevista utilizados na pesquisa.

abordado (MINAYO, 2010, p.191).

Esta etapa da coleta de dados foi realizada concomitantemente à etapa anterior, das observações de momentos coletivos, entre junho e julho de 2015. É necessário ressaltar que as entrevistas com os associados seguiram tanto os critérios estabelecidos antes do início da pesquisa, em relação à classificação dos associados, quanto o critério de saturação, ou seja, foram entrevistados tantos associados quantos foram possíveis para que, através de suas respostas, pudéssemos “compreender a lógica interna do grupo (...) em estudo” (MINAYO, 2010, p.198). Esta lógica se evidencia, de acordo com a autora citada, quando as respostas dos entrevistados às questões norteadoras das entrevistas começam a se repetir e não mais acrescentar informações acerca do tema a que se referem. Portanto, para além do volume de informações coletadas nos dois períodos de realização da pesquisa, entre observações e entrevistas, estávamos diante de um conjunto de temas cujo escopo não só respondia aos objetivos propostos para o trabalho, mas os extrapolavam.

Desta forma, ao final do período supracitado foram realizadas vinte e duas entrevistas entre associados, agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, diretores e representantes da Baser Minas, em diferentes ocasiões e municípios. O Quadro 3 traz um resumo das entrevistas realizadas e os dados resultantes, utilizados para a análise.

Quadro 3 – Síntese da pesquisa: entrevistas e tipos de dados resultantes.

<i>Instrumento</i>	<i>Descrição</i>	<i>Quantos?</i>	<i>Período de coleta</i>	<i>Local</i>	<i>Dados coletados</i>	<i>Análise</i>
Entrevistas	Diretores	6	11/jun. a 29/jul. de 2015	Tombos; Espera Feliz; Simonésia e Divino.	Áudio; Diário de Campo; Fotos sobre caracterização do rural ³³ .	Transcrição completa do áudio (discursos); Narrativas.
	Base de Serviços/MG	4				
	Associados	8				
	Agente de crédito	3				
	Não-associados	1				

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

Igualmente como no caso dos dados resultantes das observações, utilizamos como perspectiva analítica das falas coletadas em entrevistas a análise de discurso – vinculada

³³ Na primeira proposta de estrutura da tese havia a pretensão de, em um dos capítulos, inserirmos uma discussão sobre paisagens rurais e meios de vida, por isso uma das questões do roteiro de entrevista trazia um conjunto de doze fotos para que os entrevistados escolhessem aquelas que julgavam representar o meio rural em que a cooperativa atua e no qual alguns deles estão inseridos. Entretanto, em virtude do volume de dados para a análise, o tempo para o encerramento desta e as sugestões da banca de qualificação de tese, optamos por retirar esta discussão da estrutura final da tese.

aos eixos teóricos específicos delimitados para cada tema abordado – e as narrativas resultantes das informações e percepções com as quais tivemos contato no contexto pesquisado, mas que não estavam necessariamente nas respostas dos entrevistados.

Por fim, o diário de campo teve como objetivo registrar as impressões e situações percebidas durante as observações das pré-assembleias, assembleias, formações e outros momentos coletivos, além daquelas referentes às entrevistas, uma vez que este tipo de instrumento tem como objetivo registrar “conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa” (MINAYO, 2010, p.194).

Dessa forma, considerando o senso comum e as manifestações próprias das comunidades estudadas como relevantes para o resultado da pesquisa, pois constituem “o modo de pensar de uma época e de um lugar” e “apresenta[m] pistas importantes para dar à explicação sociológica a dimensão da universalidade que lhe é essencial” (MARTINS, 1993, p. 30), as anotações do diário de campo foram transformadas em narrativas, a partir das quais intentamos organizar temas, discussões e percepções para a utilização na análise dos dados, uma vez que, como argumenta o mesmo autor, é preciso perceber a *linguagem do silêncio* como código de expressão dos atores sociais que constituem os sujeitos da pesquisa, como a manifestação de tensões ocultas, que não podem ser efetivamente reveladas em determinados contextos ou para determinados agentes.

Sintetizando estes períodos de pesquisa e coleta de dados, a Figura 5, apresenta uma linha do tempo.

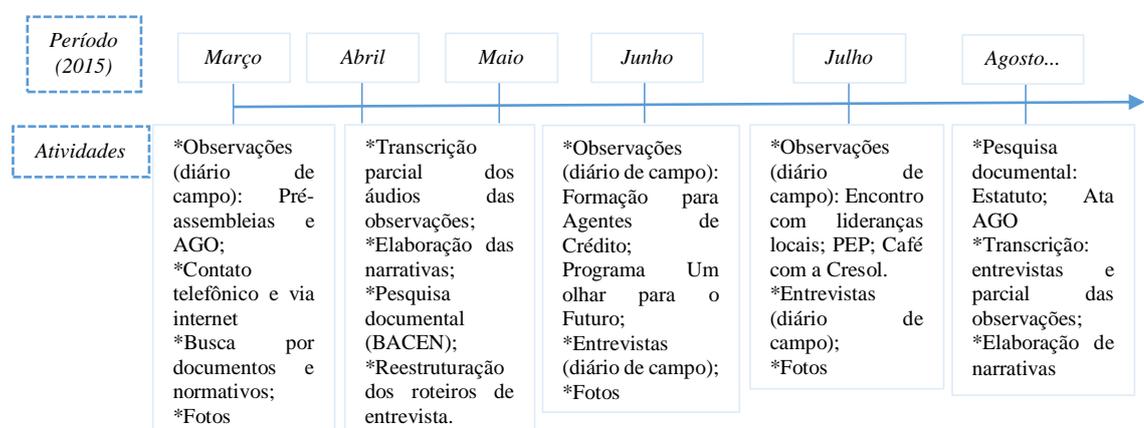


Figura 5 – Linha do tempo dos períodos de pesquisa e coleta de dados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Neste sentido, é importante ressaltar: temos convicção de que a estrita análise dos dados referentes às vinte e duas entrevistas realizadas não foi capaz de sozinha nos levar à compreensão da lógica interna da organização e dos sujeitos estudados, ainda que

tenhamos buscado instrumentos teóricos e metodológicos que acreditamos serem adequados à uma análise mais completa. Em nosso caso específico, foi principalmente através das observações na segunda fase da pesquisa e das muitas conversas informais que se realizaram ao longo de todo o período de pesquisa, que se tornou possível compreender parte da lógica interna do grupo e problematizá-la por meio dos tensionamentos expostos na abordagem metodológica, intimamente correlacionados ao problema de pesquisa ora proposto e às discussões teóricas escolhidas.

V) Os sujeitos da pesquisa

Quando optamos por realizar as entrevistas semiestruturadas, seguindo, entretanto, o pressuposto de Spink (2008) sobre o pesquisador conversador no cotidiano, nossa maior dúvida era sobre como delimitar o número de agricultores com os quais realizaríamos as entrevistas ou conversas. Um primeiro mapeamento sobre o número de entrevistados entre diretores, agentes de crédito e representantes da Baser Minas, seguindo como critério o vínculo com o Sistema Cresol – cargos ou trabalhos desenvolvidos – já havia sido feito e isso já nos trazia um número expressivo de entrevistas. Restava-nos então definir, entre o total de associados à Cresol Tombos (3.535 associados em março de 2015) quais iriam fazer parte de nossa pesquisa. Assim, ao retornarmos das observações das pré-assembleias e da Assembleia Geral Ordinária, passamos a discutir possíveis critérios que nos levassem à classificação dos agricultores associados em grupos, através dos quais poderíamos obter sinais ou indícios de diferentes matizes contextuais em relação ao cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais.

Dessa forma, chegamos à conclusão de que dois critérios importantes para este tipo de cooperativismo – e para o cooperativismo em geral – eram a participação em momentos coletivos e a movimentação econômico-financeira. Em nossa compreensão, o cooperativismo deve dar à questão participativa o mesmo grau de importância que à questão econômica, sobretudo no cooperativismo solidário que surge como uma proposta “alternativa” aos desvios que o cooperativismo sofreu ao longo do tempo. Pensando nisso, entendemos que estes dois critérios seriam importantes nesta pesquisa para uma predefinição dos perfis dos associados a serem entrevistados.

Surgiu assim, o nosso quadrante de categorização dos entrevistados, cruzando a frequência de movimentação financeira dos associados (especificamente o uso dos produtos e serviços financeiros oferecidos pela cooperativa) com a frequência de

participação destes em determinados momentos coletivos (como assembleias, reuniões de comunidades e formações oferecidas pelo Sistema Cresol). O intuito desta categorização prévia era ir além da mera classificação dos entrevistados em grupos distintos, aprofundando a discussão em termos dos indícios após as observações de pré-assembleias e da Assembleia Geral Ordinária.

Este quadrante se apresenta, como mostra a Figura 6, com dois eixos principais: frequência de participação em momentos coletivos no eixo vertical e frequência de movimentação financeira no eixo horizontal. Na inter-relação entre esses eixos estão os quatro “tipos” de agricultores entre os quais poderíamos dividir a coleta de dados por meio das entrevistas:

- Agricultor A, cujo perfil seria de alta movimentação financeira e alta participação em momentos coletivos;
- Agricultor B, com alta movimentação financeira, mas com baixa participação;
- Agricultor C, que teria tanto a movimentação financeira quanto a participação baixa; e
- Agricultor D, que apesar da baixa movimentação financeira, teria alta participação nos momentos coletivos.

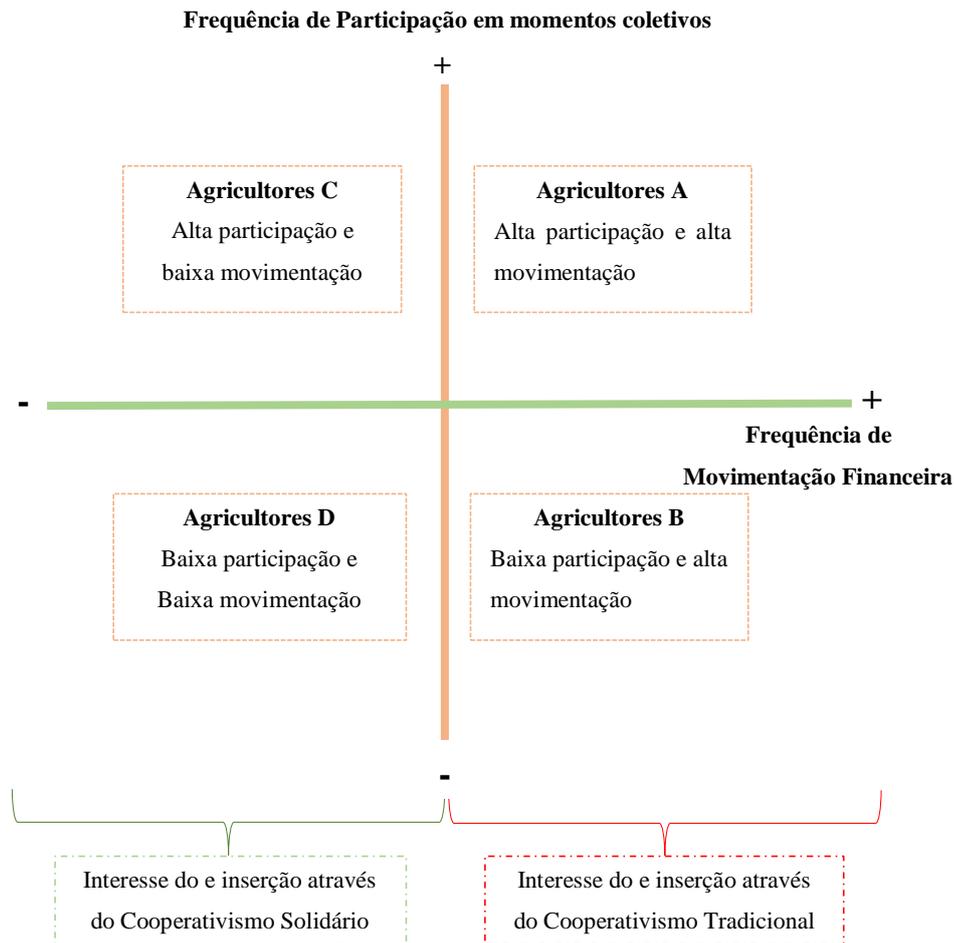


Figura 6 – Quadrante de categorização dos associados pré-entrevistas.
 Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

De acordo com o histórico de surgimento das cooperativas de crédito rural solidárias, seu objetivo maior era a inclusão ou a inserção dos agricultores no Sistema Financeiro Nacional (SFN), através de uma organização “alternativa” aos bancos comerciais em operação, dando acesso aos serviços financeiros de que este público necessitava, mas com o diferencial de serem eles os donos do empreendimento coletivo e, conseqüentemente, os responsáveis por sua manutenção e sobrevivência³⁴. Assim, de acordo com o pressuposto de organização do quadrante, os agricultores A e B tenderiam a ser o público preferencial das cooperativas de crédito tradicionais, dado o interesse destas na alta movimentação financeira de seus associados. Por outro lado, os agricultores C e D, tenderiam a ser o público preferencial das cooperativas de crédito rural solidárias, uma vez que representam aqueles agricultores que não conseguiram inserir-se no sistema bancário tradicional.

³⁴ Este histórico será detalhado no Capítulo 1.

Para que pudéssemos efetivar tal categorização em relação aos sujeitos participantes da pesquisa, nossa ideia inicial era obter as informações acerca da movimentação financeira e da participação dos associados em cada unidade da Cresol Tombos, com o diretor responsável, antecipadamente à realização das entrevistas. Assim, poderíamos buscar agricultores que se encaixassem em cada um dos perfis e obter um leque variado de indícios e percepções acerca do fenômeno aqui focado: a incorporação de dois sistemas de cooperativas de crédito. Entretanto, dada à agenda de compromissos e reuniões destes diretores, ao tempo restrito para a pesquisa de campo, ao grande volume de dados que seria necessário obter e analisar para realizar as entrevistas e, principalmente, à possibilidade de incorrer em quebra da confidencialidade de dados para com os entrevistados – já que não seria possível obter os dados de todos os associados, a única possibilidade que se apresentava era buscar as informações sobre os que fossem entrevistados diretamente com os diretores através de seu nome – optamos por abordar tais critérios durante as entrevistas, através de questões sobre a participação em formações, assembleias ou outros momentos coletivos e sobre a utilização dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa (quais e para que). Contudo, dada esta alteração e, como afirma BRAGA (2008, p.84), compreendendo que em nosso trabalho de pesquisa necessitamos, “em perspectiva oposta à nomotética, que quer confirmar ou infirmar uma proposição rigorosa e específica inicial”, estar preparados para “desenvolver, tornar mais complexas, aprofundar, ajustar ou mesmo substituir as hipóteses de partida por outras, mais adequadas ao conjunto de indícios disponíveis, sistematicamente levantados e articulados”, passamos a considerar esta classificação e as hipóteses que, em nossa opinião, ela poderia suscitar, como secundárias ao nosso levantamento de dados. Portanto, apesar do quadrante proposto não ter determinado diretamente a forma como os dados seriam coletados, tampouco os sujeitos que seriam entrevistados, ele nos serviu como um precioso instrumento para aprimorar as discussões teóricas em cada capítulo da tese³⁵.

Assim, como já dissemos, foram realizadas 22 entrevistas distribuídas entre representantes do Sistema Cresol – Presidente, Coordenador Financeiro e Coordenadora de Formação da Base Minas; Analista de Gestão da Central Cresol Baser com atuação em Minas Gerais –; os diretores da Cresol Tombos e suas unidades; Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito; associados e um agricultor que, apesar do vínculo com os

³⁵ A caracterização dos sujeitos e as hipóteses levantadas neste quadrante serão retomados no Capítulo 3.

movimentos sociais do campo e com a história de constituição das cooperativas na região, ainda não era associado³⁶ (Quadro 5).

Destes entrevistados, 13 eram homens e 9 eram mulheres, com idades que variavam entre 23 e 65 anos e escolaridade entre ensino fundamental incompleto e pós-graduação e mestrado. Foi possível entrevistarmos agricultores vinculados tanto à sede da cooperativa em Tombos quanto a cada uma das seis unidades da área de abrangência desta. Nenhum dos entrevistados possui vínculo somente com a cooperativa de crédito; todos estão envolvidos em pelo menos mais um grupo seja de representação da agricultura familiar seja de interesse político ou religioso para o município em que se encontram (Quadro 4).

³⁶ A conversa com este agricultor começou como se fosse com um agente de crédito, até que em determinado momento, ele expôs que ainda não era associado à cooperativa, mas que sempre fez parte do processo de formação e mobilização dos agricultores para que a organização fosse constituída. Entretanto, até aquele momento, ainda não havia sentido a necessidade de ter vínculo com qualquer instituição financeira, pois não necessitava dos serviços oferecidos.

Quadro 4 – Perfil dos agricultores entrevistados, junho-julho/2015.

Foram 22 entrevistas totais , realizadas entre 11 de junho e 29 de julho de 2015, das quais:										
Gênero	Idade	Escolaridade		Residência		Vive dos rendimentos da agricultura?				
13 homens	28 a 65 anos					Sim	complementada por renda de cargo no sindicato	1		
		Pós-graduação (em curso)	1	Tombos (urbano)	3		somente	5		
		Ensino Superior (completo)	3	Tombos (rural)	1		maior parte. Recebe diárias como diretor	1		
				Ensino médio (completo)	4	Catuné (sede do distrito)	1			
				Curso técnico	2	Catuné (rural)	2	Não somente	Ocupa cargo no Sindicato	1
				Ensino Fundamental (incompleto)	3	Espera Feliz	3		Funcionário de Associação Local	1
						Carangola	1		Funcionário do Sistema Cresol (com salário)	3
				Simonésia	1	Recebe diárias como diretor de unidade	1			
9 mulheres	23 a 56 anos			Mestrado	1	Simonésia (rural)	2			
				Ensino Superior incompleto	1	Fervedouro (rural)	1	Não	Mas tem uma pequena lavoura	1
				Curso Técnico	1	Alto Jequitibá (rural)	1		Funcionário do Sistema Cresol	3
				Ensino Médio completo	3	Santana do Manhuaçu (rural)	3		Não tem vínculo com a agricultura	2
				Ensino Médio (em curso)	1	Divino (rural)	1		Ocupa cargo público	1
				Ensino Fundamental	1	Divino (urbano)	2		Ocupa um cargo no sindicato e em outras associações	1
				Ensino Fundamental (incompleto)	1				Não informado	1
		<i>Total</i>		<i>22</i>				<i>Total</i>	<i>22</i>	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quadro 5- Perfil dos agricultores entrevistados em relação ao vínculo com o Sistema Cresol e outras organizações, jun-jul/2015.

Foram 22 entrevistas totais , realizadas entre 11 de junho e 29 de julho de 2015, das quais:						
Nº	Associados à Cresol	Nº	Associado desde	Nº	Vínculo com o Sistema#	Outros vínculos
5	Tombos (sede)	7	2002-2003: mobilizações iniciais *	1	Presidente Baser MG	Sindicato da Agricultura Familiar (SINTRAF)
1	Catuné	1	2003-2004	1	Coordenador Financeiro Baser MG	Cooperativas de Produção
3	Divino	1	2005	1	Analista de Gestão (Central)	Associações para compra conjunta de terra
2	Santana do Manhuaçu	3	2007**	6	Diretor	Associações de mulheres
3	Simonésia	2	2009	3	Agente Comunitário de Desenvolvimento e Crédito	Associações para construção de habitação rural
1	Alto Jequitibá	2	2010	8	Associados	Associações Comunitárias
2	Espera Feliz	1	2011	1	Não associado	Associações de Agricultores Familiares
3	Baser/MG	3	2012	1	Coordenadora de Formação	Outras associações locais
1	Central Cresol Baser	1	2013			União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)
1	Não associado	1	jan/15			Pastorais
						Pastoral da Juventude Rural
						Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Minas Gerais (FETRAF MG)
22	<i>Total</i>	22	<i>Total</i>	22	<i>Total</i>	

*destes sete, um ainda não era associado na época da entrevista e outro estava vinculado ao Sistema Creditag na época das mobilizações iniciais, integrando-se ao Sistema Cresol quando da incorporação.

**dos três, um estava presente nas mobilizações iniciais, mas só se associou nesta data

#mesmo os funcionários contratados pelo Sistema são associados às cooperativas

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Neste sentido, ao analisarmos o tempo de associação destes entrevistados no Quadro 5, percebemos que sete estão vinculados à cooperativa – mesmo aquele que não é oficialmente associado – desde as primeiras mobilizações para sua constituição, entre 2002 e 2003. E, conseqüentemente, participaram das discussões e formações iniciais sobre cooperativismo, cooperação e gestão de uma cooperativa de crédito. Somados a estes, temos mais dez associados que se vincularam à Cresol entre 2003 e 2011, quando esta ainda pertencia ao Sistema Ecosol. E outros cinco entrevistados que chegaram à cooperativa entre 2012 e 2015, ou seja, durante o processo de incorporação e padronização das unidades para o Sistema Cresol.

Além disso, o vínculo com a agricultura, apresentado no Quadro 4, também é uma característica importante deste grupo de entrevistados. Do total de entrevistados, apenas dois declararam não ter vínculo direto com a agricultura – um nunca teve vínculo direto com a agricultura e o outro esteve por um pequeno período após a aposentadoria cuidando de um sítio da família. Os outros vinte entrevistados possuem algum vínculo com o meio rural e autodeclararam-se como agricultores familiares, ainda que alguns atualmente não exerçam diretamente a função, por ocuparem cargos institucionais ou públicos.

Todos estes fatores são importantes para que possamos nos situar em meio às informações que foram sendo suscitadas em cada uma das entrevistas, compreendendo – mesmo que precariamente – o lugar de quem fala e por que fala e buscando, com base nesses fatores realizar uma análise em que o lugar do sujeito no contexto de estudo seja respeitado em cada uma das discussões teóricas que nos propomos a fazer nos capítulos desta tese.

D) “Se determinados conceitos, premissas, hipóteses forem adotadas, que desafios e questões dirigem a esse tipo de caso?”³⁷”: as escolhas conceituais e a organização dos capítulos da tese

De acordo com Geertz (2008), não são os métodos (ou o conjunto de instrumentos metodológicos) e sua aplicação no campo de pesquisa que garantem um trabalho científico bem-sucedido, mas o esforço intelectual que a sua articulação com as teorias escolhidas representa. Para este autor, é preciso ir além da mera aplicação da teoria ao caso (realidade de estudo); é preciso “ver” o que os sujeitos inseridos neste contexto de

³⁷ (BRAGA, 2008, p. 82).

estudo “fazem” ou, em suas palavras, buscar o intrincado de “estruturas superpostas de inferências e implicações” em que estes sujeitos se inserem (GEERTZ, 2008, p.06).

Partindo deste pressuposto a estrutura desta tese foi elaborada com base em quatro deslocamentos teóricos – sistemas, discursos, cotidianos e sujeitos – os quais deram origem a cada um dos quatro capítulos que a compõem. Estes capítulos, aparentemente independentes, seguem o propósito metodológico da tese, cujo cerne lhes confere uma unidade em si mesmos, trazendo discussões teóricas importantes e complementares. Além disso, é preciso ressaltar que, ainda que as principais escolhas conceituais de cada capítulo tenham seguido a proposta de utilizar autores cujas discussões se filiam a uma ciência não nomotética, nos dois primeiros deslocamentos – sistemas e discursos – precisamos lançar mão de outros autores, ditos tradicionais, justamente para expormos aspectos do próprio objeto de pesquisa – o cooperativismo de crédito rural solidário. Da mesma forma, estes dois deslocamentos teóricos representam a primeira aproximação prática de uma pesquisadora com uma metodologia de pesquisa científica e de análise diferentes daquela que praticava até então. Já em relação aos dois últimos deslocamentos – cotidianos e sujeitos –, acreditamos que a própria abordagem metodológica já estava um pouco mais consolidada e as discussões teóricas que nos propusemos a fazer proporcionaram realizar uma abordagem do cotidiano, articulando enfoques metodológicos e interpretativos. Neste sentido, podemos dizer que o conjunto dos deslocamentos teóricos que compõe esta tese teve a intenção de revelar e demonstrar o complexo jogo de forças, tensões, táticas, estratégias e experiências originado nas pressões, nos modelos e também nos valores em torno do que se chama cooperativismo de crédito rural solidário, num momento de incorporação entre dois Sistemas no interior de Minas Gerais.

Assim, no **Capítulo 1** nosso objetivo foi compreender a Cresol Tombos e suas unidades como um sistema vivo, seguindo a perspectiva teórica de Humberto Maturana. Para este autor, um sistema vivo é uma organização autopoietica, cuja principal característica é ser capaz de se autoproduzir continuamente em um processo dinâmico de interação entre as partes que o compõem e o meio em que está. Neste processo, são possíveis mudanças estruturais que modificam o sistema e seus componentes ou mudanças que podem levá-lo a transformar-se de tal forma que sua identidade de classe pode ser perdida – já que afetam a organização do sistema. Neste sentido, entendendo as cooperativas como sistemas autopoieticos de terceira ordem (sistemas sociais), nos propomos a discutir até que ponto as mudanças estruturais sofridas por este sistema, congruentes com a dinâmica estrutural do meio e de seus componentes, são capazes de manter a sua identidade (missão organizacional).

No **Capítulo 2**, partindo do pressuposto de que o incentivo estatal à uniformização e padronização dos Sistemas de cooperativas de crédito rural solidárias no Brasil pode levar, tanto no âmbito dos sujeitos quanto no âmbito da organização, a uma instrumentalização dos discursos da cooperação, abordamos os discursos e os tensionamentos que emergem no campo discursivo das organizações pesquisadas, com base nos conceitos definidos por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em sua Teoria do Discurso, relacionados à abordagem de Rudimar Baldissera sobre as dimensões da Comunicação Organizacional. Para a Teoria do Discurso, este é uma categoria que congrega não só as palavras, mas também as ações dos sujeitos num dado contexto histórico e cultural. Contudo, é preciso considerar que, no âmbito desta teoria, um discurso nunca será capaz de fixar total e perenemente os significados/sentidos, já que está em interação com os significados de outras formações discursivas que o influenciam e podem alterá-lo. Dessa forma, podemos dizer que um discurso será uma construção social que conferirá sentido à realidade, mas sempre de forma instável, já que os sentidos produzidos por um discurso, além de precários e contingentes, são limitados por outros discursos exteriores, produtores de sentidos que lhe são contrários e, que, justamente por isso, não lhe permitem ter um caráter “finalístico”. Sendo assim, as dimensões da Comunicação Organizacional nos auxiliaram a realizar uma análise da interação – ou a possibilidade de sua ocorrência – entre o discurso “autorizado” (ou referente à Organização Comunicada), cujo escopo é definido pelo Banco Central e perpassa as normas e regras de funcionamento e operacionalização do Sistema através da atuação de sua Base Regional e, conseqüentemente da própria Cooperativa; e o discurso informal, “desautorizado” (referente à Organização Comunicante), partindo dos agricultores associados.

No **Capítulo 3**, considerando que ainda que o discurso hegemônico entre os sujeitos que formam a Cresol Tombos e suas unidades busque congregar diferentes significados em torno de um significante vazio, há um campo de discursividade onde coexistem significados em permanente disputa por espaço, nosso objetivo neste capítulo foi compreender as interações sociais que se delineiam entre as cooperativas pesquisadas e seus associados num contexto em que os formatos institucionais tendem a cristalizarem-se. Neste sentido, entendemos que o cotidiano se configura como o espaço em que tais interações acontecem, dada a necessidade de transformação e de ressignificação dos sentidos envolvidos nestas relações atualmente. Para tanto, utilizamos a abordagem de Georg Simmel sobre sociabilidade e a abordagem de Michel de Certeau sobre cotidiano. Sociabilidade é uma categoria pensada por Simmel (2006) que representa uma “forma

pura de interação” que ganha vida e forma próprias ao longo do tempo e possibilita a criação de instituições. Entretanto, no contexto da sociedade moderna, há uma tendência a que estas formas institucionais percam seu vínculo com a sociedade, “ossificando-se”. Já em relação, ao cotidiano, Certeau (1998) o apresenta como o espaço em que o ‘homem comum’ arquiteta suas práticas ou “maneiras de fazer” com vistas a lidar com a “ordem dominante” em que está inserido. Neste espaço, os sujeitos irão desenvolver o que o autor chama de “táticas”, ou seja, procedimentos que lhes permitem tolerar as ações, as interações e os discursos que são impostos em seus contextos. No entanto, estas táticas não são necessariamente visíveis a todos os sujeitos envolvidos na relação cotidiana; elas são desencadeadas em momentos que se abrem no cotidiano às ressignificações, à inventividade, enfim, às astúcias dos sujeitos que não detêm o poder. Portanto, no contexto da Cresol Tombos e suas unidades, percebemos, no contato com os associados, que a padronização das formas sociais trazida pelo Sistema Cresol, faz com que estas se ossifiquem. Contudo, ainda assim, estas formas não são estanques; no espaço cotidiano dos sujeitos continuam a existir negociações, resistências, astúcias e sociabilidades a gerar vitalidade para a organização, mantendo o sistema em uma tensão constante entre o que deve permanecer e o que pode ser mudado em sua identidade.

Por fim, no **Capítulo 4** procuramos compreender de que forma emergem os sentidos para a cooperação nas interações cotidianas entre os sujeitos vinculados à Cresol Tombos e suas unidades com base nos ensaios de Richard Sennett; nas discussões teóricas de John Dewey sobre experiência. Para Sennett (2012a), a cooperação é uma capacidade inerente aos seres humanos, cuja origem remonta ao período da infância. Entretanto, com o advento da modernidade e suas exigências, os sujeitos vão diminuindo ou perdendo esta capacidade, pois as relações sociais tornam-se cada vez mais complexas. Por isso, Sennett afirma que a cooperação deve ser entendida como uma habilidade para a qual os sujeitos precisam apresentar a “capacidade” de compreensão entre si, além de estarem receptivos para agir conjuntamente. No que se refere à experiência, Dewey (1980) afirma que uma experiência é uma interação que ocorre entre a “criatura viva” e o “ambiente” em que ela está inserida. Como interação, a experiência pressupõe que ambos afetem e sejam afetados, o que no caso dos seres humanos vai um pouco além do “agir” e “sofrer” a interação. A experiência, neste caso, é algo reflexivo, para a qual os sujeitos buscam um sentido e que contém elementos de experiências passadas, além de permitir modelar experiências futuras. Assim, é possível afirmarmos que a dinâmica de cooperação, no contexto pesquisado, é permeada por imposições e inconsistências que lhe conferem uma natureza conflituosa, materializada na prática organizacional de um Sistema, cujas ações

nem sempre são orientadas ao comportamento cooperativo entre os sujeitos. Por este motivo, para tais sujeitos, as resistências aparecem como uma possibilidade de reversão do lugar que ocupam em relação ao Sistema, em que os caminhos e possibilidades da cooperação ultrapassam as formas institucionais. Assim, o que a prática do cooperativismo nestas cooperativas pode trazer para os sujeitos rurais que as formam vai muito além do conteúdo oferecido nas formações, cursos e capacitações proporcionadas pelo Sistema Cresol. A inserção em uma cooperativa oportuniza a estes sujeitos uma experiência em relação à cooperação, que os torna pouco a pouco aptos a lidar com os (des)caminhos e com as (im)possibilidades da prática cooperativista e que vai além, possibilitando que se abram espaços para a (re)invenção nestes espaços onde se estabelecem a cooperação do “tipo exigente”.

Logo, embora a tese apresente discussões vinculadas a estes quatro grandes deslocamentos teóricos, não tivemos a pretensão de que a análise realizada para o caso da Cresol Tombos e suas seis unidades de atendimento pudesse ser aplicada, replicada ou comparada ao caso de outras cooperativas de crédito – rurais, solidárias, do mesmo sistema ou de outros. Nossa pretensão foi que a análise que intentamos realizar, pudesse evidenciar ou alertar para aspectos que, em conjunto, podem ser fonte de problemas para o cooperativismo de crédito – neste caso, cooperativismo de crédito rural solidário. Pois, como “andarilhos fiéis ao caminho”, “procuramos as pistas, caçamos o alimento, mas não esquecemos de que é o movimento das interações – e, em nosso caso, sua remontagem a partir de pegadas” que irão caracterizar o tipo de pesquisa (e, conseqüentemente de análise) que nos propomos a realizar (MAFRA, 2011, p.110).

DESLOCAMENTO I – Sistemas

Capítulo 1 – “Que queremos conservar? Porque segundo o que conservemos, é o espaço de mudança que se abre³⁸”: cooperativas de crédito rural solidárias, sistemas sociais autopoieticos e as possibilidades de mudança social

1 Apontamentos iniciais

O cooperativismo de crédito, como tipologia de estudo, nunca foi a minha área de interesse. Entre as disciplinas, atividades, trabalhos finais e estágios realizados durante a minha graduação, as cooperativas de crédito só apareciam por descuido ou falta de opção. Entretanto, foi em uma cooperativa de crédito rural solidária que realizei o estágio obrigatório do curso e, foi nele, que a primeira “pulga” se instalou atrás da minha orelha em relação à forma como as cooperativas eram reguladas pelo Estado, especificamente, pelas normas do Banco Central do Brasil, e à função destas cooperativas no meio rural.

A partir desta pequena pulga, discutida despretensiosamente no relatório final de estágio que, todavia, me levou a buscar outras leituras sobre o cooperativismo de crédito, focando o cooperativismo solidário, o interesse pelo tema foi crescendo e quando me dei conta havia uma família inteira de pulgas atrás das minhas orelhas que precisaria, em algum momento, ser “tratada”. Contudo, pela nossa experiência diária, sabemos que família não é uma coisa simples e que um “tratamento familiar” exige tempo, dedicação, paciência e, sobretudo, abordagens distintas e suficientes para abranger a diversidade dos sujeitos que conformam este grupo.

Dessa forma, quando reunimos as possibilidades de conceitos e hipóteses para o trato dos resultados da pesquisa, foi a primeira “pulguinha” sobre o cooperativismo de crédito e sua relação com o marco regulatório estatal que impulsionou a discussão que deu origem a este capítulo. No entanto, nosso intuito não foi discutir essa relação determinando causas e consequências, vítimas e/ou culpados, como outros pesquisadores já o fizeram (BÚRIGO, 2006a; SCHRÖDER, 2005; JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005), pois conforme o exposto na abordagem metodológica da tese e também como veremos na abordagem teórica deste capítulo, todas as relações, sejam entre instituições, sejam entre estas e os sujeitos que as formam, acontecem de forma complementar e dinâmica. Assim, este capítulo pretende apresentar uma parte dos resultados da pesquisa com a Cresol Tombos e seus seis Postos de Atendimento aos Cooperados (PACs), tendo como base teórica a abordagem de Humberto Maturana em relação aos sistemas sociais, complementada pela Teoria da Complexidade de Edgar Morin.

³⁸ (MATURANA; DÁVILA, s/d)

Para Maturana, sistemas autopoieticos são aqueles capazes de se autoproduzirem continuamente, em um processo dinâmico de interação entre partes (ou sujeitos, no caso dos sistemas sociais) que o compõem e o meio em que estão. Um sistema assim concebido apresenta dois aspectos importantes: a estrutura, representando os elementos que formam o sistema, somados às interações entre estes; e a organização ou o “conjunto de relações” que configuram a existência do sistema e definem, assim, a sua identidade (MOREIRA, 2004). Os elementos que compõem o sistema e o meio que o circunda influenciam-se mutuamente em relação às suas estruturas, o que possibilita que ocorram mudanças estruturais nestes, desde que tais estruturas sejam congruentes. Dessa forma, Maturana (2002) afirma que podem ocorrer mudanças capazes de modificar o sistema – advindas da mudança estrutural de suas partes em relação com outros sistemas ou da inserção de novos componentes – sem, contudo, alterar a sua identidade. Para o autor, também são possíveis mudanças que afetam a organização do sistema e podem levá-lo a desintegrar-se ou modificar-se de tal forma que sua identidade seja perdida.

Em relação às cooperativas de crédito, seu histórico de surgimento está diretamente ligado às dificuldades de acesso aos produtos financeiros por uma expressiva parte da população em determinado período. De acordo com Búrigo (2007, p.28), as primeiras iniciativas neste sentido acontecem na Europa do século XIX, como uma “alternativa de organização social, ante a dura realidade social e econômica que se fazia sentir naquele continente”. Ainda que estas organizações tenham chegado ao Brasil, no início do século XX, preservando boa parte de suas características de surgimento, em determinado momento de sua história no país, uma importante parcela da população rural é excluída de seu rol de associados, colocando como impedimento o fato de que tais agricultores não conseguiriam cumprir todas as exigências burocrático-econômicas de uma instituição financeira. Deste modo, abrem espaço para que surjam as cooperativas de crédito rural solidárias, com o propósito de inserir, no Sistema Financeiro Nacional (SFN), agricultores que já vinham de uma longa trajetória histórica de exclusão.

Portanto, seguindo ainda a proposta do andarilho que caminha a procura de pistas no movimento incessante das interações que este caminho lhe proporciona, reunindo em sua bagagem apenas as histórias de suas aventuras pelo mundo, nossa proposta é tentar compreender o cooperativismo de crédito rural solidário a partir da noção de autopoiese em sistemas sociais. Dessa forma, temos como objetivo, a partir da visão das cooperativas como sistemas autopoieticos de terceira ordem ou sistemas sociais, discutir até que ponto as mudanças estruturais do sistema, congruentes com a dinâmica estrutural do meio em que ele se insere, são capazes de manter a sua identidade.

Para tanto, apresentamos primeiramente a conformação do ambiente institucional e do campo do cooperativismo de crédito no Brasil, por meio dos quais procuramos demonstrar como estas organizações surgiram e como foram se estabelecendo ao longo dos anos. Em seguida, expomos os principais aspectos da perspectiva teórica de Humberto Maturana, cujo cerne tem como base a complexidade trabalhada por Edgar Morin. Os tópicos seguintes procuram “colocar em prática” nosso objetivo através da análise dos dados empíricos coletados junto aos associados da Cresol Tombos/MG e seus seis postos de atendimento localizados na Zona da Mata de Minas Gerais, por meio da observação em três formações oferecidas pelo Sistema Cresol – o Café com a Cresol; a aula do Programa “Um olhar para o futuro” e dois módulos da Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito –, além das entrevistas semiestruturadas realizadas com vinte e dois associados. Por fim, buscamos relacionar os principais pontos que nos chamaram a atenção em relação ao cooperativismo de crédito rural solidário e as possíveis implicações destes pontos para a Cresol Tombos.

2 O ambiente institucional do cooperativismo de crédito no Brasil: do tradicional ao solidário

As cooperativas de crédito surgiram num contexto em que o acesso ao crédito e aos serviços bancários era uma realidade distante de uma parcela considerável da população, em virtude das exigências burocráticas praticadas pelas instituições financeiras existentes. Neste sentido, a finalidade destas cooperativas era, então, estabelecer instrumentos que possibilitassem o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros por seus associados, despertando-lhes o sentido de poupança e concedendo-lhes empréstimos a juros abaixo dos praticados pelas instituições financeiras tradicionais, como os bancos comerciais³⁹ (BITTENCOURT, 2001; BÚRIGO, 2006a).

A primeira cooperativa de crédito de que se tem registro surgiu na Alemanha, em torno de 1850, como uma associação de apoio à população rural, cujas principais características eram, de acordo com Freitas (2011) e Pinheiro (2008), a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados; o voto individual e singular; e a inexistência de

³⁹ “Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão ‘Banco’” (BACEN, 2015a).

capital social, ou seja, o capital angariado entre os associados (como cotas parte) que fica retido na cooperativa enquanto o associado estiver a ela ligado. A partir desta experiência, surgiram outras cooperativas de crédito, sobretudo na Itália e no Canadá inicialmente, cujas características eram específicas, visando suprir as necessidades financeiras do seu quadro social, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi constituída em 1902, na cidade de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, seguindo o modelo alemão⁴⁰. Entretanto, como afirma Búrigo (2007, p. 17) “as cooperativas de crédito ficaram praticamente proibidas de funcionar [no país] durante muitos anos”, pois as regulamentações referentes à atuação destas organizações eram constantemente alteradas e, em muitos casos, bastante restritivas⁴¹. Para este autor, alguns fatores podem ter influenciado a conformação destas regulamentações legais no século XX, tais como: a) a crença reinante no âmbito estatal de que as cooperativas de crédito não possuíam e não conseguiriam obter estabilidade financeira e institucional suficientes para se manterem operando, como estabelecia o Sistema Financeiro Nacional; b) as possíveis pressões dos bancos comerciais em relação à abertura de instituições financeiras que configurariam um setor concorrente; e c) o desinteresse do governo estabelecido à época em fortalecer organizações que poderiam se tornar opositoras aos seus interesses. Importante ressaltar que nos anos 1960, ocorre a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, com a promulgação da Lei 4.595 de 1964, a partir da qual as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras e, conseqüentemente, passam a ser regulamentadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (FREITAS e FREITAS, 2014).

Assim, o florescimento do cooperativismo de crédito rural ocorreu de forma efetiva somente na década de 1980 quando “encontrou novamente espaços para se estabelecer no Brasil” (BÚRIGO, 2007, p.17). Contudo, nesta fase, a maior parte das cooperativas de crédito era constituída como uma seção de crédito das cooperativas agropecuárias e não como uma organização independente. Dessa forma, as cooperativas de crédito que surgiram no Brasil neste período foram, em grande parte, constituídas por agricultores que já estavam organizados e formavam os quadros sociais de cooperativas agropecuárias. Estas últimas, por sua vez, recebiam incentivos governamentais para sua constituição e desenvolvimento, o que as fez ter um papel extremamente relevante no

⁴⁰ Atualmente, esta cooperativa continua em funcionamento sob a denominação Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha, vinculada ao Sistema de Crédito Cooperativo (SICRED) (PINHEIRO, 2008).

⁴¹ Uma análise mais aprofundada sobre as diferentes bases normativas a que as cooperativas de crédito estiveram submetidas ao longo de sua existência no Brasil pode ser encontrada em Pinheiro (2008).

contexto nacional de modernização da agricultura através de projetos que traziam, para o meio rural brasileiro, novas tecnologias e investimentos. No entanto, tais projetos não eram compatíveis com a realidade de uma parcela expressiva dos agricultores brasileiros, já que pressupunham garantias financeiras e condições que estes não poderiam suprir (SCHRÖDER, 2005; BÚRIGO, 2007). Por outro lado, acreditava-se que, por estarem vinculadas às cooperativas agropecuárias, as cooperativas de crédito seriam capazes de garantir, aos seus associados, o acesso aos recursos financeiros de que precisavam para sua produção agropecuária, isentando-os de determinados riscos financeiros e do cumprimento individual das exigências burocráticas, já que estariam amparados por organizações já consolidadas. Exatamente por isso, as cooperativas de crédito constituídas nestes moldes incentivaram projetos de modernização da agricultura e priorizaram os agricultores mais capitalizados em seus empréstimos, excluindo, assim como as outras instituições financeiras do país, aqueles agricultores que não poderiam cumprir com o cabedal de exigências para o fornecimento de crédito (SCHRÖDER, 2005; BÚRIGO, 2006a; CAZELLA e BERRIET-SOLLIEC, 2008).

Seguindo esta linha de ação, na década de 1990, tais cooperativas de crédito passaram a adotar estratégias de atuação que priorizavam a “verticalização administrativa”, focando “as suas atividades financeiras nos clientes de maior retorno comercial” e direcionando “suas ações ao mundo urbano economicamente mais desenvolvido” (BÚRIGO, 2006b, p. 323). Como consequência, aquelas cooperativas constituídas para contrapor as normas do Sistema Financeiro Nacional acabaram ironicamente se acomodando às exigências de tais normas, formando grandes organizações cujas operacionalizações se aproximavam muito dos bancos comerciais.

Neste ponto, é importante ressaltar que, para a legislação brasileira desde a década de 1960, as cooperativas de crédito são consideradas instituições financeiras e, como tais, dependem de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar, sendo guiadas pela Lei 4595/64 (a lei do Sistema Financeiro Nacional), a Lei 5764/71 (Lei do Cooperativismo), a Lei Complementar 130/2009 (sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo) e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.434 de 2015⁴² (BACEN, 2015b). Todos estes normativos têm como objetivo estipular

⁴² A Resolução 4.434 de 05 de agosto de 2015 representa um novo marco legal para as cooperativas de crédito brasileiras como um todo, pois além de regulamentar “a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias, a mudança de categoria e o cancelamento de autorização para funcionamento” (BRASIL, 2015a), traz uma nova classificação para estas organizações. Esta nova classificação, ao contrário da anterior que separava as cooperativas de acordo com a formação de seu quadro social – pessoas de um mesmo segmento econômico que atuassem como empregados ou prestadores de serviços; profissionais da mesma área ou de áreas afins; pessoas que exerçam atividades agrícolas; pequenos ou micro empresários/empreendedores, por exemplo (BRASIL, 2010) –, caracteriza as

quem pode associar-se às cooperativas de crédito existentes no país, quais são os limites de capital que estas cooperativas devem atingir em determinados períodos e também recomenda que estas se agrupem em Sistemas com a finalidade de proporcionar maior sustentabilidade econômica para cada cooperativa. Os órgãos normativos entendem que uma cooperativa sozinha – ou solteira, como são chamadas aquelas que não pertencem a um Sistema – não será capaz de resolver problemas de ordem financeira e continuar operando, o que significa um risco para seus associados e para o segmento como um todo, de acordo com o Banco Central.

Assim, esta classificação legal imputou, a algumas cooperativas, lógicas de atuação que as aproximavam dos bancos comerciais – seja pela busca estrita de maior segurança financeira para seus associados, seja pela padronização de suas práticas e estruturas –, o que deu espaço para que agricultores menos capitalizados permanecessem à parte do Sistema Financeiro. Dessa forma, começam a surgir no Brasil, em meados da década de 1990⁴³, como alternativas às já existentes, as cooperativas de crédito rural solidárias, com a proposta de oferecer acesso diferenciado aos serviços financeiros de que os agricultores periféricos ao Sistema Financeiro necessitavam, mas que ainda não conseguiam acessar.

Entretanto,

(...) se o marco legal para a constituição de uma cooperativa é o mesmo, independentemente do conjunto de organizações envolvido na constituição, a legitimação social do modelo que resulta desse marco legal pode seguir caminhos diferentes. (SCHRÖDER, 2005, p.95)

diferentes formações de cooperativas de crédito com base nas operações que estas podem realizar e, conseqüentemente, o risco que correrão. Assim, três são as novas classificações: *cooperativa de crédito plena, que pode realizar todas as operações destinadas a este tipo de organização (como captar recursos do quadro de associados, obter empréstimos e repasses de outras instituições financeiras; aplicar recursos no mercado financeiro); cooperativa de crédito clássica, que pode realizar as operações básicas, exceto aquelas com moeda estrangeira ou vinculadas à variação cambial ou derivativos; e cooperativa de crédito de capital e empréstimo, cujas operações restringem-se ao capital integralizado por seus associados (INFORME PARANÁ COOPERATIVO, 2015). O próprio Banco Central elaborou uma lista das cooperativas em funcionamento no país sugerindo o novo enquadramento que, entretanto, poderia ser aceito ou não pelas cooperativas. O Bacen ainda aposta no fato de que os novos parâmetros para classificação das cooperativas permitirão um acompanhamento mais adequado destas, exatamente por considerar o risco e o tipo de operação realizado por cada segmento. Segundo o Comunicado Bacen 28.684/15, a Cresol Tombos (com suas respectivas unidades) é considerada uma cooperativa de crédito clássica (BRASIL, 2015b).

⁴³ Foi também neste período que surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com a intenção de “construir um conjunto de medidas integradas, que proporcionassem melhores condições para o desenvolvimento dos pequenos municípios do país”, a partir do reconhecimento de “uma nova tipologia social da agricultura brasileira”, a agricultura familiar. Tal programa tem uma interface de atuação direta com relação às cooperativas de crédito, visto que estas organizações figuram como agentes de repasse de seus recursos aos agricultores que a elas se vinculam (BÚRIGO, 2007, p.72).

Assim, embora todas as cooperativas de crédito brasileiras devam se submeter a um mesmo marco legal regulatório de suas atividades, constituição e funcionamento, nem todas buscam as mesmas formas de legitimação social em seu contexto de atuação, isto é, cada organização procura atuar e se legitimar entre seus membros e na comunidade em que se encontra com base em princípios, valores e estratégias que a diferencie de outras instituições financeiras. A mesma autora afirma ainda que, justamente por isso, as cooperativas de crédito, diferentemente de outras formas cooperativas, nem sempre vão priorizar “uma combinação equilibrada entre racionalidade econômica e associativismo, com predomínio de valores solidários”, pois suas “formas institucionais” irão procurar se adaptar ao “ambiente econômico e institucional” em que estiverem inseridas, tentando priorizar aquelas que melhor respondam aos interesses de seus cooperados (SCHRÖDER, 2005, p.79). Assim, conforme afirma Rios (2007, p. 15) “não se deve confundir a comum identidade jurídica das cooperativas com suas mais diversas inserções econômicas e sociológicas”.

Neste sentido, Schröder (2005, p. 96) faz uma diferenciação entre as conformações institucionais que moldaram a atuação e o funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil, classificando como “convencionais” as cooperativas de crédito que surgiram vinculadas às cooperativas agropecuárias, cujo interesse era viabilizar um modelo produtivo baseado na modernização da agricultura (aumento da produtividade, novas tecnologias, utilização de insumos e implementos químicos) e que “atenderam, prioritariamente, os agricultores mais capitalizados e melhor posicionados na estratificação social, definida em relação aos fatores renda e propriedade dos meios de produção”. E como “não-convencionais” as cooperativas de crédito que surgem a partir da articulação de organizações e movimentos sociais entre os agricultores, colocando como objetivo “alcançar, em alguma medida, um público que está à margem do sistema financeiro” (SCHRÖDER, 2005, p.96).

Esta classificação das cooperativas de crédito nacionais em duas vertentes distintas encontra-se também, na visão de outros autores, como uma tentativa de separar arranjos institucionais diferenciados que atuam como instituições financeiras nos meios rural e urbano, em busca de uma melhor distribuição do crédito. Dessa forma, em Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 109) encontramos a classificação adotada pelo Banco Central do Brasil, para o qual há o perfil “verticalizado”, como aquele em que as cooperativas buscam “centralização e ganhos pela economia de escala”, além de se organizarem em uma “estrutura piramidal, com as cooperativas singulares na base, as centrais na zona intermediária e as confederações no topo”. E o “perfil horizontal [que] representa redes

de cooperativas, solidárias, urbanas ou rurais, organizadas sob forma radial, com diversas singulares vinculadas a uma central ou associação representativa”.

De acordo com Freitas e Freitas (2011), a distinção estabelecida pelos autores, na categorização das cooperativas como tradicionais ou solidárias⁴⁴, seguindo o mesmo raciocínio das classificações anteriores,

(...) permanece para ressaltar que existem modelos diferentes, ora priorizando estruturas organizacionais hierarquizadas e piramidais e ganhos por escala, ora pautando por cooperativas organizadas em redes que trabalham com populações de baixa renda (2011, p. 173).

Entretanto, como asseveram Junqueira e Abramovay (2005, p. 20), ainda que diferentes estudiosos busquem criar “definições e concepções sobre as distintas modalidades financeiras destinadas a populações pobres”, todos entendem que o objetivo principal destas é “ampliar o alcance do financiamento de modo a atingir aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional”. Dessa forma, ainda que diversas classificações venham a se destacar no meio acadêmico e entre as próprias cooperativas, desde a época das cooperativas de crédito vinculadas às cooperativas agropecuárias, determinados grupos, marcadamente de agricultores, mas não só estes, permaneciam excluídos e, por isso, procuraram novas formas de acessar os recursos financeiros que necessitavam, formando organizações alternativas.

Neste sentido, de acordo com Búrigo (2006a), o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil – “não-convencional” (Schröder, 2005) ou “horizontalizado” (Soares e Melo Sobrinho, 2008) – surge motivado, em grande parte, pela verticalização ocorrida em três dos grandes Sistemas de cooperativas de crédito operantes no país: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob); Cooperativas de Crédito dos Profissionais da Área de Saúde (Unicred) e Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). Este novo formato institucional pretende, assim, ser um diferente meio de proporcionar acesso ao crédito para os agricultores familiares que ainda se encontravam excluídos do público atendido pelas instituições financeiras existentes no país.

Por isso, quando os sistemas tradicionais passaram a reestruturar sua forma de atuação com base na fusão e incorporação de pequenas cooperativas às cooperativas maiores, priorizando a forma de agrupamento vertical e tornando sua atuação cada vez mais parecida com a dos bancos comerciais – segundo os quais não há espaço para aqueles que não possuem recursos financeiros suficientes para servir de garantia aos empréstimos

⁴⁴ Nomenclatura utilizada neste trabalho.

pleiteados –, começam a surgir, em meados da década de 1990, pequenas cooperativas, sobretudo no meio rural, que visam proporcionar aos agricultores uma forma diferenciada – até personalizada, em alguns casos – de acesso ao crédito.

Assim, ao buscar constituir cooperativas de crédito rural baseadas em valores como a solidariedade e a autogestão, proporcionando empréstimos e juros adequados a sua realidade,

(...) os agricultores negaram um formato de cooperativa, mais centralizado, e tentaram construir um outro. (...) O “ser diferente” foi o elemento definidor da identidade institucional das cooperativas constituídas pelos agricultores familiares (SCHRÖDER, 2005, p.95).

De acordo com Búrigo (2006b, p.314), estas cooperativas surgem então “como uma tentativa de recuperar o potencial do cooperativismo de crédito junto aos segmentos sociais menos favorecidos” e buscam, através da solidariedade, proporcionar alternativas de acesso ao crédito condizentes com a necessidade e a realidade apresentadas por estes atores sociais. Pois, historicamente, o Estado só se volta a este segmento quando seus atores organizados reagem a projetos que privilegiam uma minoria mais capitalizada, em detrimento da maioria com poucas chances de alcançar o desenvolvimento econômico difundido pelo Estado (RUA, s/d). Deste modo, tais sujeitos conseguem de certa forma mobilizar atores governamentais por meio de uma ação organizada pela qual demonstram um poder de reivindicação que só é visível aos olhos do Estado quando estes trabalhadores conseguem atuar por meio de organizações próprias, as quais, no contexto rural brasileiro, estão (ou estiveram) vinculadas aos sindicatos, aos partidos políticos, às organizações não governamentais ou às igrejas (RUA, s/d).

Por conseguinte, quando estes agricultores passam a atuar organizados e amparados por um arranjo institucional que esteja empenhado não só em acessar recursos, mas em formar uma consciência cidadã entre seus constituintes, acabam desempenhando uma função que vai além dos limites de suas comunidades, ou seja, passam a mobilizar-se para preservar bens públicos no sentido de assumir funções do Estado e cumprirem o papel de agentes participantes da elaboração de programas de desenvolvimento local ou regional, prescindindo, muitas vezes, do apoio público (SABOURIN, 2009).

Neste sentido, a proposta das cooperativas de crédito rural solidárias é levar àquela parcela de agricultores excluídos o acesso ao crédito e aos serviços que estes não conseguem obter por meio dos bancos comerciais devido às garantias financeiras estabelecidas – como valor mínimo de renda mensal, documentos que comprovem a posse de imóveis e, principalmente, os prazos e juros exigidos para o pagamento –, exigências

que tais agricultores dificilmente conseguiriam cumprir. Além disso, diferente dos bancos comerciais, as cooperativas de crédito rural solidárias têm o propósito de garantir (ou ao menos, tentar) o desenvolvimento econômico e social de seus associados, atuando como agentes de desenvolvimento local ao captarem recursos de seu quadro social e os reverterem em empréstimos a este mesmo quadro que, possivelmente, realizará suas transações financeiras no comércio local e com membros da própria comunidade. Pois, como assevera Búrigo (2006b, p.314)

(...) uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões (social, cultural, política etc.). A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento a sua missão estratégica.

Exatamente por este caráter que as diferencia das outras instituições financeiras do país, as cooperativas de crédito rural solidárias sempre tiveram preferência por uma atuação local e uma organização em forma de redes, priorizando a abertura de Postos de Atendimento aos Cooperados (PACs) em localidades física e politicamente próximas. Esta forma de atuação e organização estava diretamente relacionada à percepção de cada grupo em relação às suas necessidades de serviços financeiros, à variedade de interesses que permeiam o campo do cooperativismo de crédito solidário brasileiro e à abordagem que cada grupo de associados dava preferência para a constituição de sua cooperativa.

Contudo, essa variedade de interesses e formas de atuação no próprio campo do cooperativismo de crédito solidário contribuiu para que estas organizações fossem vistas como frágeis na interpretação do Sistema Financeiro Tradicional. Assim, diante das dificuldades que elas enfrentavam para, “apesar de serem organizações formadas [em sua maioria] por agricultores familiares e com propósitos sociais, (...) alcançar sua legitimidade perante os órgãos regulatórios externos e outras organizações com as quais interagem” (FREITAS e FREITAS, 2013, p. 1009), foi constituída em 2008, a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), visando reorganizar este campo e congregar Sistemas e cooperativas singulares a fim de fortalecerem-se perante o Sistema Financeiro Nacional. Dessa forma, partimos para o nosso próximo tópico, o qual tem como objetivo apresentar a conformação do campo do cooperativismo de crédito no Brasil em relação aos diferentes Sistemas que o formam.

2.1 “*Não foi só por acaso que tudo não se dispersou ao acaso*”⁴⁵: o “campo” do cooperativismo de crédito no Brasil

De acordo com o histórico de surgimento das cooperativas de crédito no Brasil, percebemos que o campo de atuação destas organizações está dividido entre as cooperativas que se vinculam ao perfil tradicional ou verticalizado – formando os Sistemas tradicionais –, por um lado e, por outro, aquelas que se encaixam no perfil solidário ou horizontalizado – formando os Sistemas solidários.

Neste sentido, os Sistemas de cooperativas de crédito tradicionais são representados pelo Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) e Cooperativas de Crédito dos Profissionais da Área de Saúde (UNICRED). Tais Sistemas objetivam ganhos de escala, com organização estritamente piramidal e centralizada. Cada um destes Sistemas possui em sua estrutura: a) os Postos de Atendimento Cooperativos (PACs), unidades que atuam como “filiais” da cooperativa ou singular; b) as cooperativas singulares (a cooperativa em si) consideradas organizações de primeiro grau, pois, assim como os PACs, estão em contato direto com os associados; e c) as centrais, com a responsabilidade de congregar as atividades condizentes com o suporte administrativo-burocrático das cooperativas singulares. Estas centrais (consideradas organizações de segundo grau, já que são compostas por outras organizações) possuem atuação regional e coligam as cooperativas singulares que ali atuam. Há, por fim, em cada um destes Sistemas uma confederação (organização de terceiro grau), cujo papel é representar, organizar, consolidar e fortalecer as cooperativas e suas centrais, prestando serviços de interesse dessas, como auditorias, capacitações e soluções tecnológicas (BRASIL, 1971; SOARES e BALLIANA, 2009; SICOOB, 2012). Os Sistemas SICOOB e o SICREDI possuem ainda, cada um em sua estrutura, um banco para a realização de suas próprias atividades de compensação, que se encontra, organizacionalmente, entre as centrais e a confederação⁴⁶ (PINHEIRO, 2008).

A Figura 7 seguinte apresenta a representação gráfica e organizacional de um Sistema tradicional.

⁴⁵ (MORIN, 1977, p. 132).

⁴⁶ É importante ressaltar que as cooperativas de crédito tradicionais estão vinculadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), um órgão de representação instituído pelo governo em 1969, com o objetivo de representar todas as cooperativas do país, independentemente do tipo. Entretanto, no que se refere ao cooperativismo solidário (de crédito ou de outros ramos), esta representação não é considerada legítima, visto que a forma de atuação deste órgão não traduz seus valores e princípios.

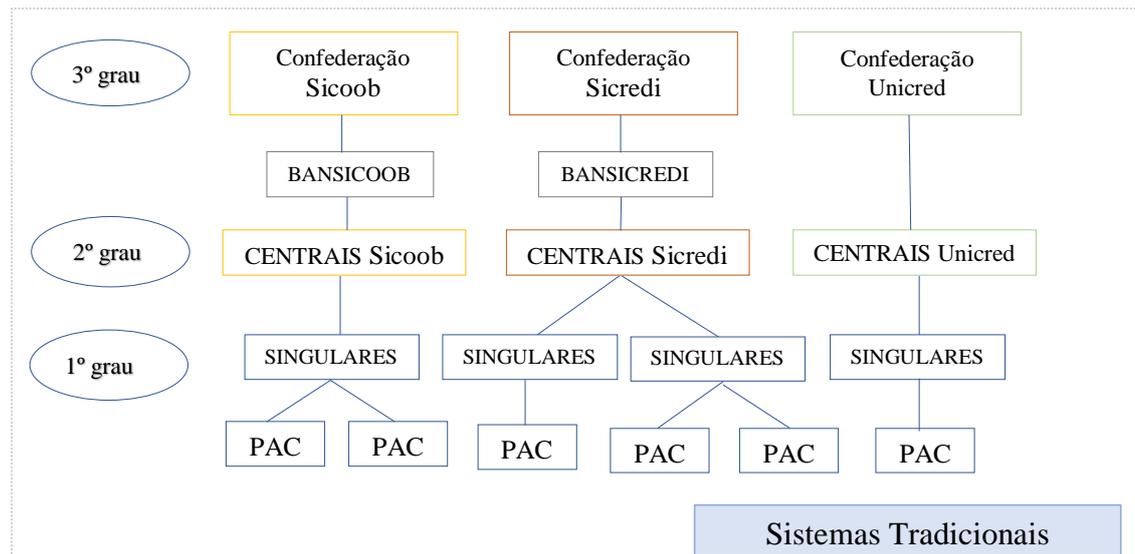


Figura 7 – Representação gráfica e organizacional de um Sistema de Cooperativas de Crédito Tradicional.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Por outro lado, temos os sistemas de cooperativas de crédito solidários, cuja principal característica está na formação e consolidação de redes entre as populações de baixa renda que formam seus quadros sociais, nos quais a estrutura atual segue um esquema parecido ao das cooperativas tradicionais, sobretudo em relação à hierarquização, como mostra a Figura 8. Porém, há diferenças significativas para a operacionalização destas organizações: entre as cooperativas singulares e as centrais, existem as Bases de Serviços Regionais, associações formadas para prestação direta de serviços às cooperativas, como representação política, oferecimento de formações e capacitações para o quadro social, além de outros serviços burocráticos; e não existem os bancos cooperativos⁴⁷, pois a compensação bancária, atualmente, é realizada através de convênios com o Banco do Brasil, por exemplo (CONFESOL, 2014b). No caso destes Sistemas, a confederação é única e cada Sistema possui sua(s) própria(s) central(ais), segundo a área de abrangência em que se situa.

⁴⁷ De acordo com as informações coletadas durante as entrevistas realizadas com os associados da Cresol Tombos em 2015, está em trâmite interno ao Sistema Cresol a proposta de constituição de um banco cooperativo dos Sistemas solidários, a partir da Confederação que os congrega, a Confesol.

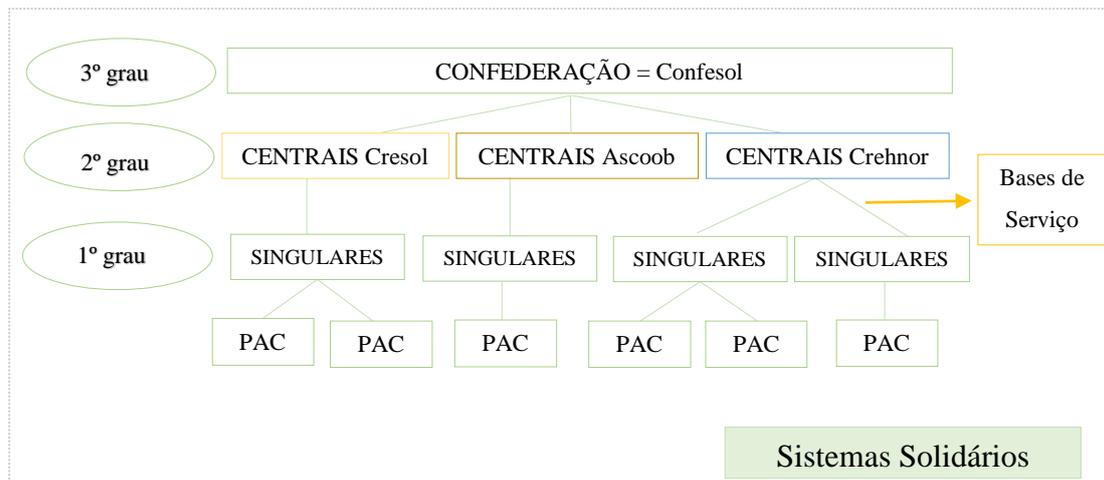


Figura 8– Representação gráfica e organizacional de um Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário⁴⁸.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Conforme foi dito, os Sistemas considerados como solidários estão atualmente congregados na Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL), uma confederação com atuação nacional que tem o objetivo de reunir todas as organizações que compõem o Sistema Cooperativo de crédito de Economia Familiar e Solidária.

A Confesol foi criada em 2008 para substituir a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol⁴⁹) e reorganizar formalmente o campo de atuação destas cooperativas no Brasil. Anteriormente à Confesol, o campo do cooperativismo de crédito rural solidário era formado por diferentes sistemas e por um grande número de cooperativas “solteiras” – cooperativas que não estavam vinculadas a nenhuma entidade representativa, como centrais, bases de serviços ou mesmo Sistemas. Entretanto, a partir das exigências legais para que estas organizações e Sistemas se organizassem e com o argumento de que tal organização traria como consequência o fortalecimento da representatividade e da legitimidade perante o Estado, nos últimos anos, foram ocorrendo incorporações entre os Sistemas solidários que existiam no país (FREITAS, 2011).

⁴⁸ Durante a escrita deste capítulo, ao menos duas mudanças importantes aconteceram no campo dos Sistemas solidários: 1) o Sistema Crehnor foi incorporado ao Sistema Cresol, em abril de 2016, unificando com isso suas centrais; 2) a Confesol passa a ser denominada “Confederação Cresol”, em junho de 2016, sob a justificativa de que as Centrais Cresol abrangem 97% desta confederação (CRESOL, 2016). Além disso, desde dezembro de 2015, está em vigor um Termo de Cooperação Técnica entre o Sistema Cresol e o Sistema Ascoob.

⁴⁹ A Ancosol foi a entidade de representação política dos Sistemas de cooperativas de crédito rural solidárias entre 2004 e 2008. Após esta data, a Ancosol se funde com a Confesol, tornando esta última a entidade maior de representação do cooperativismo de crédito rural solidário no país (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2016).

Deste maneira, o campo do cooperativismo de crédito rural solidário até 2008, era formado pelo Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol); Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol); Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob); Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor); Cooperativa de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário de Iúna-ES (Credsol); Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Sistema Creditag) e o Sistema Integrar, cada um com atuação em diferentes regiões do país (FREITAS, 2011), além das cooperativas “solteiras”, como mostra a Figura 9.

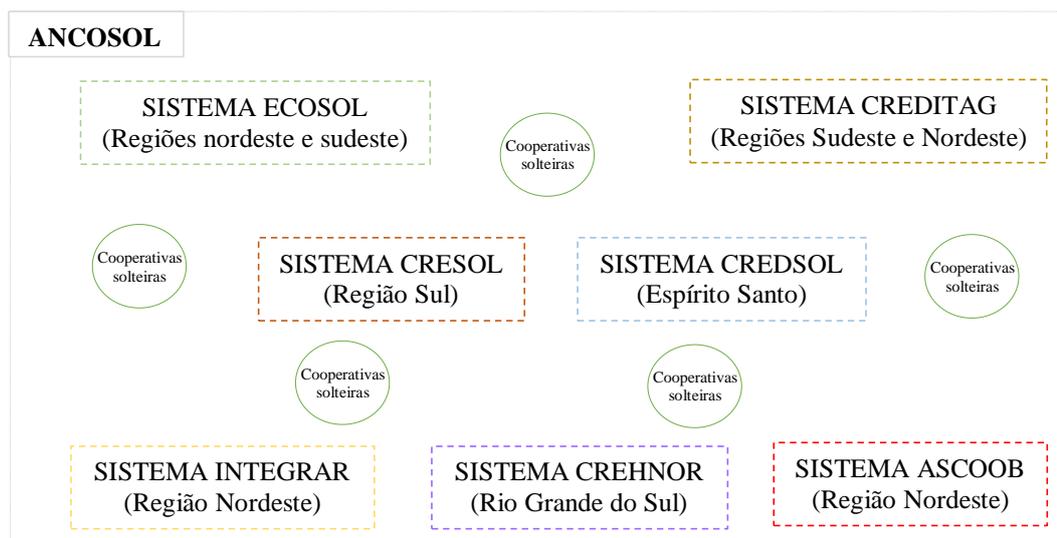


Figura 9 – Campo do cooperativismo de crédito rural solidário brasileiro até 2008. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FREITAS (2011).

Contudo, em virtude das exigências do Banco Central – como órgão fiscalizador e normatizador destas cooperativas – em relação à necessidade de ampliar o controle sobre estes Sistemas e, principalmente, sobre aqueles que ainda não possuíam uma central, alguns processos de incorporação foram ocorrendo (PINHEIRO, 2008). Num primeiro momento, as cooperativas vinculadas ao Sistema Integrar e ao Sistema Creditag, na região nordeste do país, foram incorporadas ao Sistema Ecosol. Em seguida, com a possibilidade de expansão do Sistema Cresol – antes com atuação exclusivamente na região sul – para a região sudeste e, porque este já possuía uma parceria com os Sistemas Ecosol e Creditag em termos de apoio técnico-administrativo, houve uma aproximação maior entre estes Sistemas, culminando em sua incorporação pelo Sistema Cresol. Além destes, o Sistema Credsol, que atuava no estado do Espírito Santo, também foi incorporado pelo Sistema Cresol (FREITAS, 2011).

A Figura 10 apresenta, esquematicamente, tais processos.

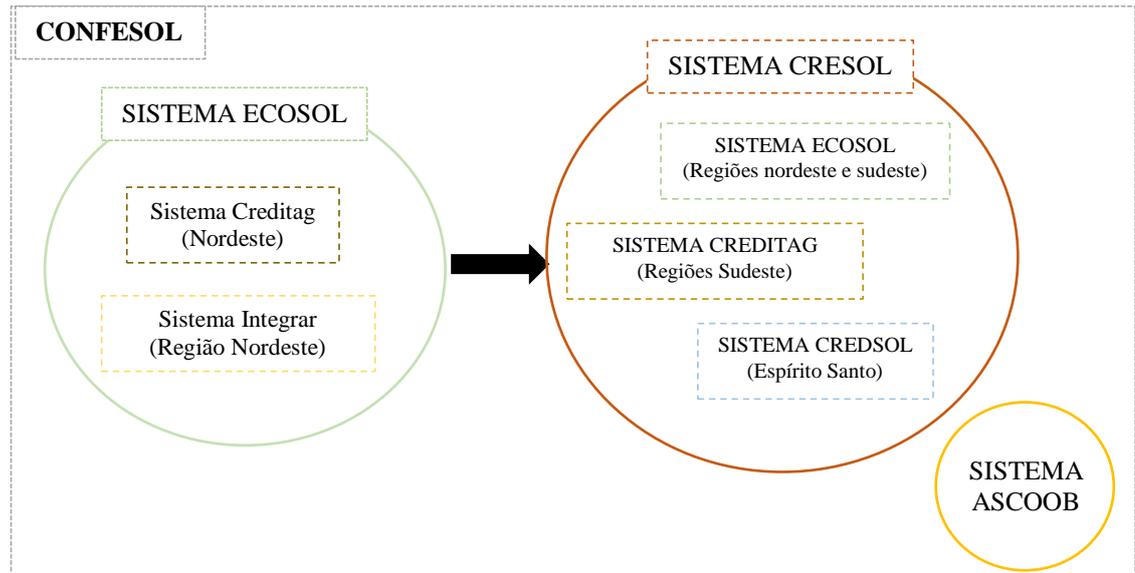


Figura 10 – Representação gráfica das incorporações entre os Sistemas solidários.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Freitas (2011).

Dessa forma, quando a Confesol passa a atuar como representação nacional do cooperativismo de crédito rural solidário, sua composição se restringe às centrais de crédito vinculadas ao Sistema Cresol – Cresol Central SC/RS, Central Cresol Sicoper e Central Cresol Baser –; ao Sistema de Cooperativas de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Sistema Crehonor) e à Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Sistema Ascoob). Cada uma destas centrais possui suas próprias bases de serviços regionais, responsáveis pela prestação de serviços às cooperativas singulares de determinada região e, na base da organização estão as cooperativas singulares e PACs, que lidam diretamente com as demandas dos agricultores familiares que as compõem.

Por congregarem três diferentes Sistemas de cooperativas de crédito rural solidárias, a área de atuação da Confesol se estende, atualmente, a 20 dos 27 estados brasileiros (Figura 11), sendo que o Sistema Ascoob atua na Bahia, em Alagoas e em Sergipe; o Sistema Crehonor atua somente na região sul e o Sistema Cresol atua em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, em Rondônia, no Espírito Santo, em Minas Gerais, em Goiás, no Mato Grosso, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Paraná⁵⁰.

⁵⁰ Os outros estados que aparecem no mapa como área de atuação de cooperativas vinculadas à Confesol são aqueles que possuíam sedes ou PACs de outros Sistemas, como os extintos Sistemas Creditag e Ecosol, cujas cooperativas estão em processo de incorporação ao Sistema Cresol.



Figura 11 - Área de atuação dos Sistemas de Cooperativas de Crédito vinculados à Confesol (2014).

Fonte: Confesol, 2014b.

A atual configuração da área de abrangência destes Sistemas de Crédito Solidários demonstra que, à parte o interesse imediato de cada um, o principal argumento de manutenção da “sobrevivência” de suas cooperativas no atual cenário financeiro do país, está diretamente vinculado a incorporação dos menores pelos maiores, ou seja, a união de forças entre os próprios Sistemas e a inclusão de cooperativas “solteiras” no quadro de formação de Sistemas já consolidados.

Desse modo, após a descrição da atual configuração do campo do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil, salientamos que a nossa pesquisa focaliza a Cresol Tombos e suas unidades, as quais anteriormente faziam parte das cooperativas de crédito rural solidárias que compunham o Sistema Ecosol na região sudeste. Neste sentido, dada a dinâmica e complexa configuração deste campo, procuramos mobilizar aparatos teóricos que nos ajudassem a compreender e buscar parâmetros analíticos suficientes para uma primeira aproximação em relação a incorporação recente destas cooperativas ao Sistema Cresol. Para tanto, apresentamos, na seção seguinte, a discussão teórica de Humberto Maturana, o qual realiza uma abordagem dos sistemas sociais como sistemas vivos.

3 Sistemas sociais como sistemas vivos: a perspectiva teórica de Humberto Maturana⁵¹

O peculiar na teoria sistêmica é que cada vez que se distingue no espaço relacional o que se deseja conservar, produz mudanças. (ROMESÍN e DÁVILA, 2004, p. 104)

Humberto Maturana Romesín é um neurobiólogo chileno que atualmente leciona na Faculdade de Ciências da Universidade do Chile. “Como biólogo, seu interesse se orienta para a compreensão do ser vivo e do funcionamento do sistema nervoso” (MATURANA, 2004, s/n). Contudo, ao longo das pesquisas e discussões teóricas que realizou em sua trajetória acadêmica, sobretudo aquelas em conjunto com Francisco Varela, buscou compreender as “relações constitutivas do ser vivo” de uma forma mais aprofundada do que a que vinha sendo feita em meados do século XX. Neste sentido, conclui que os seres vivos são entidades autônomas, ou seja, entidades constituídas por “uma rede descontínua de processos circulares de produções moleculares na qual as moléculas produzidas constituem através de suas interações as redes que as produz[em]” (MATURANA, 2002, p.187). Esta concepção dos seres vivos como sistemas autônomos é o que irá, assim, representar o “ponto de partida” para o desenvolvimento de toda uma teoria por este autor.

Dessa forma e partindo desse pressuposto, a proposta teórica de Maturana traz um novo entendimento dos seres vivos enquanto sistemas e, para ele e Francisco Varela, esta compreensão caracteriza-os como sistemas autopoieticos. Mas, o que isso quer dizer? “Autopoiese” é um dos principais conceitos que surgem das reflexões teóricas destes autores e, num sentido restrito, quer dizer autoprodução (MARIOTTI, 1999). Sistemas autopoieticos são “sistemas dinâmicos fechados⁵²” (MATURANA, 2002, p.134), autônomos e individuais, que “continuamente especificam e produzem sua própria organização por meio da produção de seus próprios componentes” (MOREIRA, 2004, p.598). No entanto, para que possam realizar-se desta maneira, os sistemas autopoieticos estão em constante interação estrutural com o meio em que se encontram, além de estarem

⁵¹ A nossa opção pela perspectiva teórica de Humberto Maturana para compreender sistemas sociais como sistemas vivos não ignora o esforço analítico de Niklas Luhmann, sociólogo alemão que utiliza a noção de autopoiese para realizar uma análise dos sistemas sociais. Entretanto, na perspectiva de Luhmann um sistema social é formado por processos comunicativos e não por sujeitos, os quais compõem o entorno do sistema. Neste sentido, a perspectiva teórica de Maturana, em que os seres vivos humanos compõem o sistema social, nos pareceu mais adequada para o tipo de análise que pretendíamos realizar.

⁵² Conforme Vieira (2004, s/n), ao afirmar que os sistemas autopoieticos são sistemas fechados, Maturana não está fazendo uma “contraposição a ‘aberto’, no sentido de relações com o meio, mas fechadas são as macro condições dessa relação. Fechado quer dizer que o sistema mesmo é dotado de mecanismos de autosustentação, protosustentação e retossustentação [sic]”.

em um processo interno constante de mudança. Neste sentido, entende-se que sistemas autopoieticos são autônomos, mas também dependentes do meio.

De acordo com Mariotti (1999, p. 01), o “paradoxo autonomia-dependência dos sistemas vivos” não pode ser compreendido a partir de um pensamento linear, ou seja, a partir de uma concepção de mundo em que é preciso definir-se objetivamente os parâmetros que orientam a ação. Este paradoxo será “mais bem compreendido por um sistema de pensamento que englobe o raciocínio sistêmico (que examina as relações dinâmicas entre as partes) e o linear” (MARIOTTI, 1999, p. 01). Tal raciocínio está ligado à Teoria da Complexidade formulada por Edgar Morin, para o qual é preciso compreender os sistemas como unidades em que “não deve haver aniquilamento do todo pelas partes nem das partes pelo todo. Importa, portanto, esclarecer as relações entre as partes e o todo, onde cada termo remete para o outro” (MORIN, 1977, p. 120). Ou seja, não é possível a um sistema ser entendido como a mera soma das determinadas partes que o compõem, nem como um todo independente de suas partes. Segundo Morin (2008) é preciso um processo circular de compreensão das partes e do todo, em relação aos sistemas, para que estes possam ser definidos.

Dessa maneira, a autonomia e a dependência dos sistemas autopoieticos ocorrem como a forma que tais sistemas operam em relação ao meio em que se encontram, reagindo às influências deste meio e modificando-se somente quando estas encontram ressonância com a conformação interior destes sistemas. Como afirma Morin (2008, p. 184), “um sistema que funciona precisa de uma energia nova para sobreviver e, portanto, deve captar essa energia no meio ambiente”. Entretanto, é preciso que este sistema seja “ao mesmo tempo fechado, para preservar sua individualidade e sua originalidade”. Mas, como estas considerações se refletem na proposta teórica de Maturana?

Para chegar à compreensão dos sistemas vivos como sistemas autopoieticos, Humberto Maturana traz primeiramente a definição de unidade. Para este autor, a unidade é concebida como uma “entidade”, [ou seja] qualquer coisa que possamos distinguir de alguma maneira” (MATURANA, 2002, p. 56). E, para ele, essa distinção é feita em relação ao *background* ou entorno, meio em que esta unidade está (sempre que se define uma unidade, isso se faz distinguindo-a de seu entorno). Além disso, Maturana aponta dois tipos de unidades: as simples, consideradas no todo, não sendo possível decompô-las; e as compostas, formadas de partes “que podem ser separadas”. Em sua análise, o autor classifica os sistemas vivos como unidades compostas, fato que implicará no destrinchamento de sua teoria.

Sendo unidades compostas, os seres vivos apresentam dois aspectos importantes, conforme nos explica Maturana (2002, p.57): •organização: “que se refere às relações entre os componentes que fazem com que a unidade seja o que você afirma que ela é”; e •estrutura: representando “os componentes e as relações que constituem uma unidade particular” (MATURANA, 2002, p.58). A organização é o que confere “identidade de classe” para a unidade – seja um ser vivo, um objeto, uma organização ou que se queira caracterizar – e é comum para uma determinada classe. Para tanto, a organização será, até certo ponto, estável em um sistema, pois, é ela que “liga e transforma os elementos num sistema”, mas é também o que “produz e mantém este sistema” (MORIN, 1977, p.125). Quando a organização muda, o sistema muda ao ponto de transformar-se em outra coisa ou deixar de existir. Já a estrutura é individual, cada sistema possui a sua própria, a qual está em um processo constante de transformação, “como resultado de nossa própria dinâmica estrutural interna” (MATURANA, 2002, p. 196) ou que pode ser desencadeado pela interação do sistema com o meio no qual está inserido– que também se mantém em constante mudança. Ainda assim, as mudanças estruturais de um sistema não são determinadas pelo meio; elas acontecem de forma efetiva somente se a estrutura do sistema aceitar a interferência do meio como uma perturbação capaz de alterá-lo. A partir disto, o sistema irá modificar a sua estrutura para adaptar-se às novas condições do meio. É importante lembrar, no entanto, que a estrutura do sistema precisa estar em convivência com a estrutura do meio em que este se encontra, para que o sistema perdure no tempo sem perder a sua identidade específica.

Dessa forma, “estruturalmente o sistema vivo é sempre aberto, embora tenha que manter sua organização operacionalmente fechada” (MORAES, 2002, p.06). Esta condição pressupõe que a organização dos sistemas vivos é sempre conservada, o que significa que nestes sistemas “algo permanece, isto é, algo mantém a sua identidade, quaisquer que sejam as mudanças estruturais” (MATURANA, 2002, p. 197-198) que ocorram com este sistema. Deste modo, à parte as mudanças estruturais que ocorrem constantemente no sistema e no meio em que este se insere, a organização deste sistema somente se conserva se as estruturas do meio e do sistema forem congruentes. Portanto, nos termos do autor, deve haver uma “congruência estrutural” (MATURANA, 2002, p. 198) entre sistema (ser vivo) e meio. É esta congruência estrutural que Maturana chama de adaptação. Neste sentido, como afirma Vieira (2004, s/n) “não é possível determinar quais as ações subseqüentes [sic] num processo autopoietico. Mas é possível saber que o vivo age e re-age diante das circunstâncias”, pois o “organismo se autogere, mas só o faz na relação com outros organismos”.

A partir disto, cabe-nos agora procurar delimitar formas de transferir os apontamentos teóricos sobre os sistemas vivos realizados por Maturana para outros domínios do conhecimento, notadamente para o âmbito social. Assim, Moraes (2002, p. 04) afirma que

Em termos gerais, Maturana reconhece que o pensamento autopoietico é válido para outros sistemas além do biológico, já que em qualquer um deles, o sistema vivo interage com as circunstâncias e, a partir dessas interações, ou ele se conserva contingente com as circunstâncias, em termos de sua organização, ou o sistema se desintegra. Biologicamente falando, para ele, não existiria contradição entre o social e o individual.

Mas, como é possível compreender um sistema social a partir dos conceitos e do desenvolvimento teórico de Humberto Maturana?

A partir do conceito de autopoiese e dos conceitos adjacentes desenvolvidos por este autor, há uma gradação entre os tipos de sistemas que podem ser analisados. Nesta perspectiva, “as células seriam sistemas autopoieticos de 1ª ordem; os organismos vivos de 2ª ordem e o agregado de organismos vivos constituiria um sistema de 3ª ordem” (MORAES, 2002, p.04). Logo, o “acoplamento estrutural entre duas ou mais unidades autopoieticas de primeira ordem, mantendo a organização autopoietica, resulta em uma unidade autopoietica de segunda ordem e assim por diante” (MOREIRA, 2004, p.599). Um sistema social seria, enfim, um sistema autopoietico de 3ª ordem, já que o mais importante neste sistema são as relações entre os sujeitos (ou organismos) que o formam e não o caráter auto-organizador mantenedor de si que caracteriza um organismo vivo.

Portanto,

Um sistema social é um sistema que engendra todos os fenômenos que nós chamamos de *fenômenos sociais* na vida cotidiana. É um sistema formado por seres vivos que, através de suas interações recorrentes, constituem uma rede de ações coordenadas na qual eles se realizam a si próprios como tais, é um sistema que engendra todos os fenômenos que nós chamamos sociais (MATURANA, 2002, p.189).

Assim sendo, ao lidarmos com um sistema social a partir da perspectiva da autopoiese, precisamos considerar que a mudança estrutural dos indivíduos – ou de apenas um deles – irá acarretar também a mudança estrutural do sistema. E esta mudança é possível uma vez que os indivíduos que fazem parte de um sistema social podem, como afirma Maturana (2002), interagir em outros espaços fora do sistema que compõem (podem constituir outros sistemas sociais e estão em constante interação com seus meios). Quando isso acontece, são lançados novos padrões de comportamento para este sistema

que, contudo, continuará o mesmo, sem necessariamente alterar a sua organização. Isso pode acontecer também quando são inseridos novos membros em um sistema social, os quais trazem “uma história prévia de interações independentes dele” (MATURANA, 2002, p. 201). Por outro lado, se a mudança se efetivar na organização individual daqueles que compõem o sistema, ou seja, se os indivíduos que formam determinado sistema social mudarem, ao ponto de assumirem outros comportamentos ou outra identidade, o sistema social como tal pode deixar de existir ou tornar-se outra coisa (ou outro sistema).

É importante destacar que, no âmbito desta concepção dos sistemas sociais, a linguagem – verbal e não verbal – ou as comunicações/conversações constituem-se como o elemento que torna admissível compará-los aos sistemas vivos autopoieticos. De acordo com Moraes (2002, p.10), Maturana concebe o processo comunicativo como “uma coordenação de comportamentos entre dois ou mais organismos vivos que acontece a partir de acoplamento estrutural mútuo”, ou seja, comunicar-se através da linguagem representa uma ação que ocorre, em meio aos seres vivos, “nas interações, nas relações de convivência” entre eles. A autora afirma ainda que a linguagem é importante na concepção dos sistemas sociais como sistemas vivos, pois irá refletir “os sistemas de crenças, pensamentos, ideias e valores de cada comunidade, gerando assim um contexto de significados comuns que é sustentado por novas comunicações” (MORAES, 2002, p.20). E é este processo recursivo de formação de contextos de significados comuns que irá conformar a identidade de um sistema social. Quanto a isso, não se pode esquecer que a identidade é dinâmica, uma vez que só existe através das interações estruturais que se dão na linguagem, nas redes de conversação próprias entre os indivíduos que formam este sistema, com a condição de que haja uma congruência estrutural entre o sistema e indivíduos. E para que esta congruência estrutural (ou adaptação) possa existir, é preciso que o sistema lide com as perturbações ambientais (e também aquelas trazidas por seus membros), entrevedo, em meio a estas, maneiras para manter-se “vivo”.

4 O cooperativismo de crédito rural solidário como um sistema social autopoietico

Nossa proposta neste item é apresentar os fatores que nos permitem compreender a Cresol Tombos como um sistema vivo, ou melhor, como um sistema social autopoietico do ponto de vista de Maturana. Para tanto, iremos, primeiramente, relacionar alguns conceitos teóricos ao campo empírico em questão. Neste sentido, o primeiro conceito que trataremos é o de sistema, visto que será o cerne de nossa análise. De acordo com Montilla

R.; Pernía H.; Rodríguez G. (2010, p 254 – tradução nossa), autoras que realizam uma análise comparativa do cooperativismo venezuelano como sistema, a partir das concepções de Luhmann e Maturana, consideraremos como um sistema vivo algo que contenha certas propriedades e possa ser definido como “um conjunto de elementos dispostos de tal maneira que ao inter-relacionar-se de forma dinâmica alcançam determinados objetivos⁵³”. Assim, uma cooperativa – ou um conjunto de cooperativas, tal como é o nosso caso – pode ser entendida como um sistema, visto que seus associados se unem para, em um interagir dinâmico, alcançarem um fim comum. Mais do que isso, ao considerarmos as propriedades de um sistema vivo – habilidade de se auto-organizar e se autoproduzir; contínua mudança estrutural a partir de sua dinâmica interna ou de sua relação com o meio (que é dinâmico); sobrevivência relacionada à congruência estrutural com este meio; e tendência a conservar sua organização –, torna-se possível abordar uma cooperativa como um sistema autopoietico de terceira ordem ou um sistema social, já que sistemas vivos humanos acoplam-se estruturalmente formando um sistema mais complexo, no qual influenciam-se mútua e dinamicamente. Desse modo, nosso sistema social autopoietico será representado pela Cresol Tombos e seus seis postos de atendimento – Cresol Catuné; Cresol Alto Jequitibá; Cresol Divino; Cresol Espera Feliz; Cresol Simonésia e Cresol Santana do Manhuaçu – que, em março de 2015 somavam 3.535 associados (Figura 12). Dessa forma, sempre que nos referirmos ao “sistema” (com *s* minúsculo⁵⁴) estaremos nos reportando ao conjunto destas sete unidades de cooperativas, seguindo as disposições teóricas de Humberto Maturana.

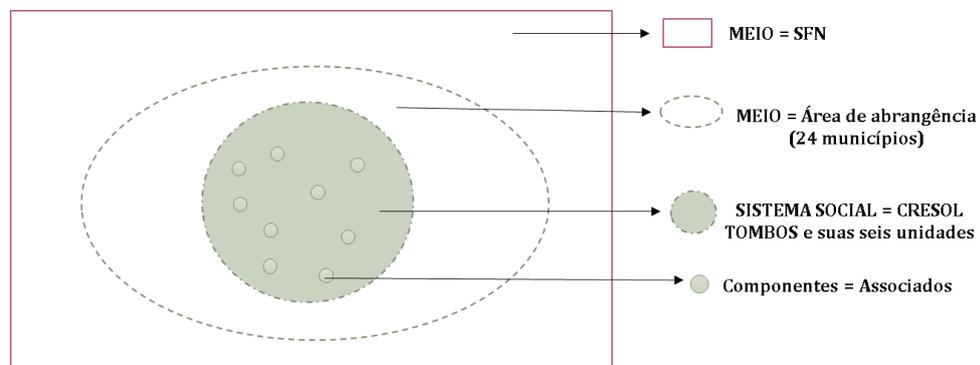


Figura 12 – Representação gráfica da Cresol Tombos como um sistema social autopoietico.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

⁵³ “un conjunto de elementos dispuestos de tal manera, que al interrelacionarse en forma dinámica logran determinados objetivos” (MONTILLA R.; PERNÍA H.; RODRÍGUEZ G., 2010, p. 254)

⁵⁴ Esta diferenciação será importante já que as cooperativas de crédito, como vimos, estão organizadas em Sistemas próprios. Neste caso, ao nos referirmos à forma organizacional destas cooperativas utilizaremos “Sistema” (com *S* maiúsculo). Tal diferenciação tem uma função meramente didática neste trabalho, procurando evitar confusões entre a forma organizacional das cooperativas de crédito e a perspectiva teórica adotada para análise.

Assim, neste primeiro momento, buscamos, nas falas coletadas durante as entrevistas e observações de momentos coletivos, pistas e indícios que nos levassem a uma aproximação teórica entre o esforço analítico de Maturana e o contexto das cooperativas de crédito rural solidárias pesquisadas. Neste íterim, pretendemos confirmar este sistema como um sistema possível a partir da categorização proposta por este autor, para, na sequência, irmos além, elencando os fatores que implicam e influenciam a manutenção destas cooperativas enquanto sistemas vivos.

Dessa forma, os fragmentos de falas a seguir tentam demonstrar empiricamente algumas das características de um sistema social, seguindo os parâmetros teóricos apresentados, por meio dos trechos em destaque:

Ah, cooperativa de crédito solidária é um grupo, pra mim, é **um grupo de pessoas que unem em prol do objetivo de tá trabalhando junto. Enquanto um poupa outro tem um investimento que precisa ser feito, aí aquela poupança do outro vai servir pra gerar esse investimento da outra pessoa.** (...). O dinheiro da cooperativa aqui de economia solidária vai ser gerido dentro do próprio município. Vai então crescer a agricultura familiar, vai crescer os comércios do município. Então isso acaba sendo um diferencial também de uma cooperativa solidária, **aí, que eu entendo como solidariedade. Você tá movimentando seu próprio município, um ajudando o outro, da forma que ele vê que tem a possibilidade no momento:** um é poupando, outro é pegando investimento, outro é comprando no comércio local... (Entrevistado 20, Divino, 2015 – grifos nossos).

Olha, primeiro eu era bem nova e não entendi muito, sabe. Mas depois que eu entrei, eu comecei a observar que **a gente sem ser uma cooperativa é muito mais difícil pra gente conseguir, né, algum benefício,** de modo geral **pra gente que mora na comunidade rural.** (...). Porque eu acho assim que **só, todos nós juntos, né, pode reivindicar a mesma causa, nós vamos conseguir um bem.** Por exemplo, (...) é muito mais difícil pra gente conseguir um crédito num banco tradicional. Hoje não, você tendo a movimentação certinha, você vem na Cresol e rapidinho cê consegue... ali pras suas necessidades (Entrevistada 06, Tombos, 2015 – grifos nossos).

Complementando a análise inicial do sistema, é preciso também considerarmos o meio em que este sistema está inserido. Desse modo, no que se refere à Cresol Tombos, seu entorno é constituído num âmbito mais restrito pela área de abrangência desta cooperativa e suas unidades, justamente por suas características econômicas, sociais, políticas e geográficas que a influenciam diretamente por meio da influência sobre seus associados. Esta área de abrangência compreende a região entre os municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Manhauçu, Manhumirim, Orizânia, Pedra Dourada, Reduto, Santana do

Manhuaçu, Simonésia, Tombos e Vieiras, no estado de Minas Gerais; Porciúncula, Natividade, Itaperuna e Varre-Sai, no Rio de Janeiro; Dores do Rio Preto e Guaçuí, no Espírito Santo. Especificamente, são as áreas rurais destes municípios as quais configuram o principal foco de atuação da cooperativa e com a qual seus componentes (associados) estão em constante interação. É no convívio diário nestas áreas rurais – ou ainda em algumas áreas urbanas dos municípios menores – que tais agricultores realizam a maior parte de suas interações com outros sujeitos e sistemas sociais, conforme o excerto de entrevista apresentado. Adicionalmente, como instituições financeiras, estas cooperativas estão congregadas em um Sistema organizador próprio, o Sistema Cresol – que reúne outras cooperativas em distintas regiões do país – e também inseridas no Sistema Financeiro Nacional, os quais irão também compor o seu entorno, influenciando-o estruturalmente a partir das regras internas – como Estatutos e Regimentos – e das regulamentações legais que orientam seu funcionamento. Como afirmam Montilla R.; Pernía H.; Rodríguez G. (2010, p. 255 – tradução nossa) em relação às cooperativas, “as modificações ambientais produzem efeitos muito importantes sobre cada uma das pessoas e entidades que fazem parte destas organizações⁵⁵”

Nas falas seguintes podemos perceber parte da influência do meio sobre o sistema e das inter-relações que se estabelecem:

[Divino] é um município que a gente sabe que tem um potencial muito grande, é **um município que a agricultura familiar é muito forte**, que **tem organizações fortes**: o sindicato, a associação, a cooperativa. Então, é motivo de orgulho pra quem é daqui (...) e é agricultor familiar. Então **aqui vocês têm organizações que trabalham e lutam e buscam objetivos pra cada um de vocês**. (...). E aí, na apresentação aqui hoje, você vai ver que todos os números que vão tá apresentado aqui, na Cresol Tombos, que pega as nossas sete unidades, tem participação sua, né? (...) (Pré-assembleia 3, Cresol Tombos, 2015 – grifos nossos).

Então **pra gente ter um Pronaf aqui**, pra nós ter repasse e isso e aquilo, **a gente precisa de ter pessoas lá em Brasília**, mais lá em cima pra brigar por essas políticas também, pra gente ter recursos, se não a gente não consegue, **ela [a cooperativa] sozinha também não sobrevive**” (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015 – grifos nossos).

Por fim, outros dois conceitos nos parecem importantes para esta aproximação entre a abordagem teórica sobre sistemas vivos e o cooperativismo de crédito rural solidário abordado em nossa pesquisa: a organização e a estrutura de um sistema. Em

⁵⁵ “Las modificaciones del entorno, producen efectos muy importantes sobre cada una de las personas y entidades que hacen parte de estas organizaciones” (Montilla R.; Pernía H.; Rodríguez G., 2010, p. 255).

nosso caso específico, a organização, aquilo que garante a identidade do sistema e, por isso, tende a ser conservada, aparece primeiramente na definição de uma cooperativa de crédito como uma instituição financeira constituída com a finalidade de prestar serviços financeiros aos seus associados de forma menos burocrática e impessoal. Esta definição torna-se mais específica quando se trata de uma cooperativa de crédito rural solidária, pois esta tem a sua atuação particularmente direcionada para agricultores com base em valores e princípios como a cooperação, a solidariedade, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável, etc. Neste sentido, a Cresol Tombos traz a sua *identidade de classe*, nos termos de Maturana, caracterizada pela seguinte missão organizacional: “Promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional” (CENTRAL CRESOL BASER, 2015a). É com base na manutenção desse pressuposto e na conservação das características que a individualizam como uma cooperativa de crédito rural solidária, que as perturbações do meio em que se insere devem ser absorvidas pelo sistema, de acordo com a sua estrutura, para que este continue “vivo”. O trecho a seguir, fala de um dos entrevistados em uma formação oferecida pelo Sistema Cresol, permite-nos observar tais fatos:

Que a gente tá aqui pra conversar e mostrar **o que que é a cooperativa, qual a diferença dela, né, dos banco** que têm; qual que é a importância de você ser um cooperado ativo, participar, movimentar os recursos que você tiver nela, quais as vantagens que você vai ter fazendo isso. Então essa é a diferença. Porque **a cooperativa não veio pra cá pra ser mais um banco (...)** Ela veio a partir da necessidade que os agricultor familiar daqui e pra ser diferente. E a diferença dela começa com esse encontro. Porque qual banco aí te convida, a partir do momento que você associa, pra participar de uma reunião pra você ouvir o que que é a cooperativa, quais que são os seus direitos, quais que são os seus deveres, né? (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015 – grifos nossos).

Já em relação à sua estrutura, podemos inferir que esta se conforma a partir do conjunto de seus associados e as inter-relações que se estabelecem entre estes. Desse modo, como afirma Maturana (2002, p. 58) “a organização é invariante e é comum a todos os membros de uma classe particular de unidades compostas, mas a estrutura é sempre individual”. Do que decorre que, no caso de uma cooperativa de crédito rural solidária, ainda que sigam princípios e regulamentações legais específicas, sua estrutura é particular, individual, porquanto os sujeitos que a constituem trazem consigo atributos distintos e, um histórico de inter-relações estruturais com o meio e com outros sistemas que os diferenciará e, conseqüentemente, conformará os tipos de relações entre eles.

Podemos então inferir que, ao considerarmos a Cresol Tombos como um sistema vivo, apesar da influência normativa vinda do Sistema Financeiro Nacional através do Banco Central, são as relações interpessoais dos sujeitos que compõem o sistema com outros sujeitos, com outras organizações, associações e afins que irão, neste caso, reger as mudanças estruturais deste sistema, bem como a forma como as regras e normas serão efetivamente aplicadas em seu cotidiano.

Quando estas cooperativas são constituídas no interior de Minas Gerais, o campo do cooperativismo de crédito no Brasil estava claramente delimitado entre cooperativas tradicionais e cooperativas solidárias, organizações cujas formas de atuação e ideologias as caracterizavam de forma distinta, já que “são constituídas (...) com base nos valores de determinado grupo social e atuam, por isso, em diferentes espaços socioeconômicos” (SCHRÖDER, 2005, p.79).

Dessa forma, assim como outras organizações de agricultores, a constituição das cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais – atualmente sob a denominação jurídica de Cresol Tombos – acontece a partir da articulação de um determinado grupo de sujeitos rurais com distintas organizações já estabelecidas – sindicatos, partidos políticos, associações e organizações representativas –, que contribuem para o trabalho de constituição do grupo, não só em aspectos formais, mas principalmente em relação às formações e oficinas realizadas com o objetivo de levá-los a problematizar sua realidade e buscar alternativas coerentes com as suas necessidades⁵⁶. Neste sentido, as cooperativas de crédito rural solidárias mineiras se propunham a auxiliar os agricultores a acessarem recursos financeiros de uma forma menos burocrática que os bancos comerciais, além de facilitarem o alcance de determinadas políticas públicas, como o Pronaf.

Como afirma uma entrevistada, sócia fundadora da cooperativa:

a gente tinha assim, como objetivo, né, fundar o banco do povo. (...). Então, a Maria e o José poupava e o João precisava de empréstimo, pegava aquela poupança da Maria e José que tava lá, aí pagava os juros e assim ia gerando capital (...). Então a gente acreditava nessa economia solidária dessa forma (Entrevistada 03, Tombos, 2015).

Contudo, tanto o sistema quanto seus componentes e o meio que o congrega são dinâmicos. Assim, também em relação ao cooperativismo de crédito e, sobretudo, em relação à vertente solidária, há um dinamismo que envolve tais organizações e que ganha

⁵⁶ O histórico de constituição destas cooperativas será apresentado no Capítulo 2 – Contextos organizacionais, práticas articulatórias e significantes vazios: discursos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais.

forma através das a) mudanças nas necessidades dos agricultores em relação ao crédito e aos serviços financeiros; b) diferentes políticas públicas que surgiram e ampliaram seu escopo de atuação, trazendo novos elementos para a relação entre agricultores e cooperativas de crédito; c) alterações e consequentes adaptações às regulamentações do Banco Central do Brasil ao longo do tempo e; d) diferentes formas de inserção dos agricultores associados, especialmente os diretores, em espaços de discussão sobre temas de interesse dos agricultores ou outras organizações da agricultura familiar. Estes fatores contribuíram para que as cooperativas alcançassem “maior complexidade institucional e magnitude econômica”, levando a alteração dos “parâmetros das relações entre associados e as cooperativas, assim como das práticas por intermédio das quais as cooperativas se organizam e funcionam” (SCHRÖDER, 2005, p.80). Ou seja, se a estrutura, ou melhor, se os componentes e inter-relações que formam um ser vivo alteram-se e, sendo este parte de um sistema social, “a estrutura dos outros sistemas vivos integrantes desse mesmo sistema social também muda, a partir da mudança de conduta de seus componentes” (MORAES, 2002, p.10).

Dessa forma, parte da mudança estrutural das cooperativas analisadas pode ser percebida pela inserção destas no Sistema Cresol, cujas condutas adequadas, nos termos de Maturana, diferem daquelas anteriormente instituídas pelo grupo de agricultores quando estas cooperativas estavam vinculadas ao Sistema Ecosol. Além do mais, como decorrência desta incorporação entre os Sistemas Ecosol e Cresol e das novas condutas assumidas pelo sistema, novos sujeitos foram aceitos como associados. Neste sentido, para Maturana (2002), a entrada de novos elementos no sistema acarreta mudanças estruturais para este sistema e para os sujeitos que o compõem, já que estes últimos trarão uma história de interação própria anterior que será incorporada nas suas práticas cotidianas. Contudo, caso o sistema não comporte essas condutas, existe um risco iminente de não inclusão plena dos novos sujeitos ou de que o próprio sistema venha a desintegrar-se. Por outro lado, a dinâmica sistema-sujeitos-meio que acarreta mudanças estruturais para um sistema social, indica também que “a fluidez e o vivo encontram-se na rede de relações existente entre as pessoas e não na estrutura formal da organização caracterizada pelos estatutos, organogramas e regimentos” (MORAES, 2002, p.10).

E neste ponto, é importante salientar que há um incentivo estatal para que os Sistemas de cooperativas de crédito unifiquem-se, independente de qual vertente venham a seguir – tradicional ou solidária. Assim, quando as cooperativas pesquisadas buscam a incorporação em um Sistema já consolidado como o Sistema Cresol, isto é tido como uma estratégia crucial para que possam continuar atendendo às necessidades de seu quadro

social e expandir sua atuação para outras comunidades rurais incluídas em sua área de atuação, mas que ainda não são contempladas com o trabalho que essas cooperativas realizam. Neste sentido, nos termos dos parâmetros teóricos aqui definidos, este incentivo estatal à padronização do campo do cooperativismo de crédito no Brasil, representa uma perturbação para o sistema, cuja “autopoiese” acontece sem, no entanto, atingir todos os seus componentes (agricultores associados). Dessa forma, a mudança estrutural (ou a sua possibilidade), no âmbito deste sistema social específico, assume uma direção oposta àquela que representa a composição dos sistemas e seus entornos.

Com base nestes argumentos, a Figura 13 intenta representar, de forma esquemática, a conformação dos sistemas e seus meios, de acordo com a sua complexidade, a partir dos associados que formam as unidades da Cresol Tombos e também a direção da mudança estrutural.

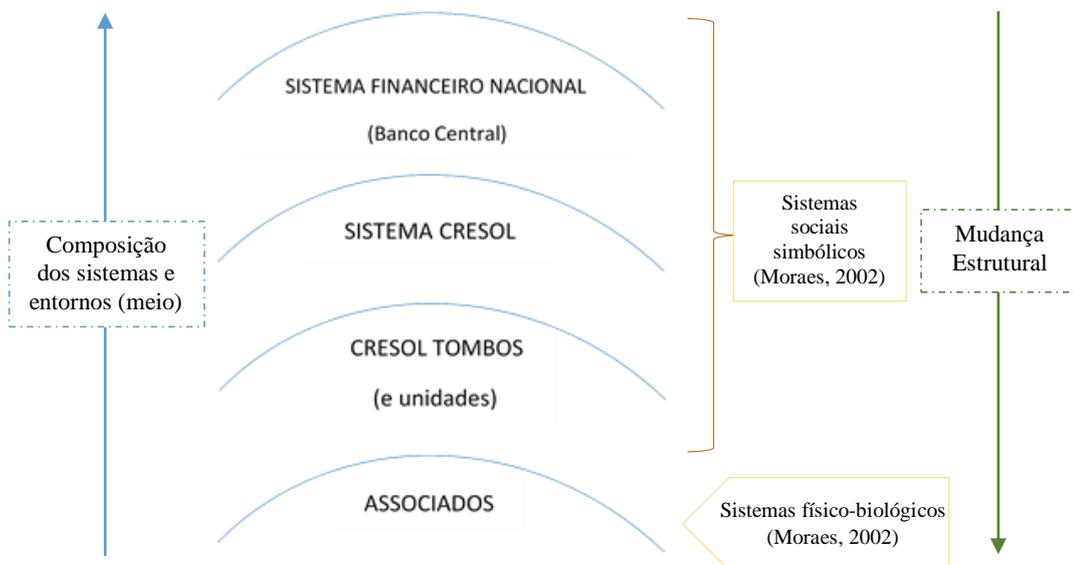


Figura 13 – Composição dos sistemas, meio e mudança estrutural no cooperativismo de crédito rural solidário de Minas Gerais.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Maturana (2002); Moraes (2002); Moreira (2004).

Conforme a Figura 13 então, o primeiro nível dos sistemas é formado pelos associados – sistemas vivos, autopoieticos de segunda ordem (MATURANA, 2002) –, também chamados por Moraes (2002) de sistemas físico-biológicos, pois ainda que não tenham a autopoiese como seu principal fator organizador, dela dependem para a sua sobrevivência. Estes associados, majoritariamente agricultores, ao organizarem-se em torno das cooperativas de crédito, dão origem a um sistema social (autopoietico de terceira ordem), a Cresol Tombos e suas unidades, o qual se configura não só como um sistema de ordem superior e por isso mais complexo, mas também como entorno, meio

que influencia e é influenciado pelos agricultores. A Cresol Tombos, por sua vez, compõe o Sistema Cresol, que congrega outras unidades de cooperativas de crédito rural solidárias espalhadas por praticamente todo o Brasil e que representam, na análise proposta por Maturana (2002), um sistema social mais complexo que o anterior. Por fim, o próprio Sistema Cresol compõe, junto com outros Sistemas de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, o Sistema Financeiro Nacional (SFN), cujo órgão representativo com o qual as cooperativas se relacionam é o Banco Central. De forma complementar, segundo Moraes (2002), para Maturana, em sistemas sociais ocorre uma “intercessão estrutural” entre sistemas físico-biológicos e sistemas social-simbólicos, justamente porque ambos são formados por seres humanos e, este fator pode ser um complicador na análise, já que “no caso dos sistemas sociais humanos existiria um domínio físico-biológico com o qual os indivíduos interagem e também um domínio social-simbólico que surge com o pensamento, a consciência e a linguagem humana” (MORAES, 2002, p. 05).

Apesar de seguirem o acoplamento estrutural explicado por Maturana (2002) – sistemas que se juntam e formam um sistema mais complexo – e também uns representarem o entorno dos outros (a partir da Cresol Tombos), a direção da mudança estrutural, neste caso, tende a seguir o sentido inverso daquele definido pelo autor. Dissemos que “tende a seguir”, pois no sistema social analisado por este trabalho, ainda que existam regulamentações exteriores que “determinem” sua operacionalização, foi sim através das mudanças estruturais em parte de seus componentes – ou grupo de associados – que possibilidades de transformação e adaptação se abriram para o sistema. Assim, os componentes do sistema afetados pela dinâmica estrutural do meio que desencadearam o processo de mudança estrutural que pretendemos analisar, são os associados que fazem (ou fizeram) parte da diretoria, pois são aqueles que lidam diretamente com a parte administrativo-burocrática das cooperativas e, conseqüentemente, com a implementação das regulamentações no cotidiano das cooperativas. Além disso, em alguns casos, estes associados precisaram deixar suas atividades no meio rural para cumprirem outras inúmeras atividades administrativas, burocráticas e representativas nas cooperativas e outras organizações das quais fazem parte, trazendo para o interior do sistema, propostas que podem levar à mudança das práticas e trazer novos parâmetros de atuação para o sistema.

Há uma preocupação do SFN em organizar e padronizar o campo do cooperativismo de crédito no país, como dissemos, o que ocasiona mudanças estruturais nos sistemas sem, todavia, incluir nestas todos os agricultores que os constituem. Dessa

forma, tais mudanças chegam primeiramente ao conjunto de sujeitos que compõem (ou compuseram) a diretoria das cooperativas, os quais são capazes de adaptarem-se às mudanças estruturais do sistema, nos termos propostos por Maturana, ou seja, em relação à sua capacidade de congruência estrutural. No entanto, este conjunto de sujeitos é extremamente pequeno em relação ao universo de associados, o que conduz a implementação de modos de (in)formarem o restante dos sujeitos sobre as condutas adequadas para a sua permanência ou inserção nesta nova configuração do sistema social. Por outro lado, para aqueles sujeitos que, ainda assim, apresentam dificuldades em sua capacidade de adaptação às mudanças estruturais pelas quais o sistema passa, há uma forte possibilidade de deixarem de fazer parte do conjunto de seus componentes.

Portanto, se o sistema social sofre transformações decorrentes da interação estrutural de seus componentes e meio, mudam os discursos, mudam as relações, mudam os sujeitos e, conseqüentemente suas interações. Neste interim, porém cabe-nos questionar se as mudanças estruturais desencadeadas no sistema – seja pela interação de parte de seus sujeitos com outros sistemas sociais, seja pela inserção de novos membros ou pela dinâmica relacional com o meio –, mantêm a identidade deste sistema ou acarreta uma mudança social efetiva. Ou seja, é possível a este tipo de organização social formal incorporar novos elementos a sua formação estrutural, tal como pressupõe Maturana em relação aos sistemas vivos, reorganizando suas interações com o seus componentes e com o seu entorno sem, contudo, perder-se de seu objetivo social⁵⁷? Seria possível, então, às cooperativas de crédito rural solidárias pesquisadas incorporarem novas condutas, novos sujeitos (diferentes daqueles que a constituíram inicialmente) e novas formas de interação em seu contexto, sem deixarem de ser efetivamente solidárias?

Isso é o que o próximo item se propõe a discutir.

⁵⁷ De acordo com o Art. 2º, Capítulo II, do Estatuto Social da Cresol Tombos (CRESOL TOMBOS, 2015, p. 03), esta cooperativa tem como objetivos sociais: “I- propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização; II- a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; III- conceder financiamento habitacional a seus cooperados por meio da participação em programas que tenha esse objetivo”.

4.1 “Saímos aí de um fusquinha e dizemos que tamos hoje num Peugeot, né?” – qual mudança social existe nas cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais?

Antes de iniciar as minhas viagens de campo, visitando as unidades vinculadas à Cresol Tombos e entrevistando parte do grupo de associados, entrei em contato, via telefone, com estas unidades e seus diretores para tentar organizar uma agenda de visitas e viagens com o intuito de aproveitar melhor o pouco tempo disponível que teria. Estes contatos telefônicos tinham o objetivo de iniciar o meu contato com o grupo de diretores, pois não conhecia a maior parte deles. Também foi por este meio que procurei me encaixar na agenda dos diretores da cooperativa e dos representantes da Base de serviços de Minas Gerais (Cresol Base Minas).

Eu tinha a expectativa de, via telefone, conseguir informar aos diretores que compõem o conselho de administração da cooperativa a minha intenção de visitar a unidade e entrevistar tanto eles quanto alguns dos cooperados que eu conseguisse encontrar. Como na época da pesquisa de mestrado, as possibilidades de realizar esse tipo de contato eram muito restritas – nem eu nem eles possuíamos telefones disponíveis –, quando consegui ter acesso aos números telefônicos tanto dos diretores quanto das unidades de atendimento da cooperativa, achei que num instante teria tudo resolvido em relação às viagens. Mas, como em termos de pesquisa, nem tudo sai como planejamos – e nós nunca nos lembramos desse detalhe – acabei passando uma tarde inteira com lápis, papel e um aparelho telefônico. Pois, assim como as possibilidades de contato telefônico aumentaram neste espaço de tempo, também os compromissos destes diretores se multiplicaram e a tarefa, que eu acreditei concluir em um dia, estendeu-se por algumas semanas... Durante este tempo, em determinados casos, não só não consegui falar com o diretor, que estava ausente da unidade naquele dia, como o próprio telefone chamava até cair a linha.

Fui percebendo, através dessa primeira fase não computada da minha pesquisa de campo, que chegar até esses diretores seria um pouco mais complicado do que eu havia imaginado. Embora eu percebesse muita disposição em participar da pesquisa e em me receber nas cooperativas, no caso em que era possível falar ao telefone, havia sempre um empecilho relacionado à agenda de compromissos destes diretores com a cooperativa ou com as formações oferecidas pelo Sistema Cresol.

Quando eu finalmente consegui agendar algumas das entrevistas – no intervalo ou após as observações de momentos coletivos; na pausa para o almoço de uma reunião de

conselho ou num encontro não programado em uma das unidades – e iniciei a minha jornada de viagens entre os municípios em que a Cresol Tombos possui postos de atendimento, pude presenciar episódios que demonstravam que apesar das falas serem positivas em relação ao Sistema Cresol e às mudanças que ele trouxe para as cooperativas mineiras, a postura, os termos de linguagem e, sobretudo, o ânimo em relação à cooperativa e ao cooperativismo de crédito dos associados e diretores não eram mais os mesmos.

Em 2009, durante minha pesquisa de mestrado, era possível perceber nos diretores uma alegria, uma disposição, uma empolgação em falar sobre a cooperativa que eles estavam gerenciando naquele momento, que se tornava perceptível na postura que eles adotavam durante as entrevistas, nos cursos que presenciei e, sobretudo, nas falas. E isso acontecia também em relação aos cooperados entrevistados. Contudo, em 2015, nos dois meses em que estive acompanhando formações, realizando entrevistas e conversando informalmente com agricultores envolvidos com o Sistema Cresol, pude perceber uma sobrecarga de atividades e reuniões, um arsenal de discursos tão prontamente disponíveis e acionáveis em relação ao cooperativismo de crédito e uma preocupação latente em relação às metas, cujo resultado, ao meu ver, arrebatava o ânimo de parte destes associados e diretores.

A partir desse contato mais próximo, foi possível observar a forma como “uma nova configuração de ações coordenadas” (MATURANA, 2002) vem surgindo no âmbito das unidades da Cresol Tombos em Minas Gerais, pois os diretores representam os sujeitos ou componentes do sistema, cuja interação com o meio e com outros sistemas sociais – como instâncias superiores no próprio Sistema Cresol; participação em organizações de agricultura familiar com atuação regional, estadual ou nacional; contato mais próximo com agentes estatais, por exemplo – resulta na alteração dos parâmetros que indicam qual a conduta adequada dos membros para permanecerem ou adentrarem o sistema em sua configuração atual.

E como cada membro é estruturalmente determinado, podemos também inferir (...) que ocorrendo mudanças na estrutura de um ser vivo integrante de um sistema social, ocorrerão também mudanças no sistema social, a partir da mudança de conduta gerada em função das transformações estruturais de cada componente (MORAES, 2002, p.11).

Ou seja, quando os diretores, no cumprimento de suas funções administrativo-burocráticas e de representação política das cooperativas, passam a agir de uma forma

diferente daquela estabelecida no âmbito organizacional das cooperativas, aceitando como parâmetros de ação condutas e linguagens resultantes de sua interação com o meio, isso acarreta uma nova configuração de ações coordenadas, conforme nos explica Maturana (2002), que se materializa em processos comunicacionais que irão moldar os processos de auto-organização do sistema.

Entretanto, no caso específico destas cooperativas, a mudança social que viria a partir da mudança estrutural dos membros, parte daqueles que estão na administração – uma vez que são estes os que estão em contato direto com os normativos e participam constantemente de formações oferecidas pelo Sistema – e segue para os agricultores que formam o quadro social da cooperativa. Tal fator pressupõe, assim, a utilização de estratégias que levem até a base social formada pelos agricultores, os parâmetros que poderiam concretizar a mudança social efetiva, já que esta “só acontece quando o comportamento dos sistemas vivos individuais que compõem o sistema social se transformam de maneira a dar origem a uma nova configuração de ações coordenadas que define uma nova identidade para o sistema social” (MATURANA, 2002, p.190).

Dessa forma, com base nas observações realizadas durante a pesquisa de campo, três das formações oferecidas pelo Sistema Cresol representam, nesta análise, formas de inserção dos agricultores e seus familiares nas cooperativas. São formações padronizadas que indicam “como ser” um associado, futuro associado ou agente de crédito e, conforme a perspectiva teórica da autopoiese dos sistemas sociais, representam espaços em que é possível aos agricultores – associados ou não – aprenderem a conduta adequada e a linguagem para sua inserção ou permanência no sistema. Em uma breve descrição, as formações a que nos referimos são:

- O curso de **Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito**, uma formação continuada, com duração de três anos, subdividida em módulos bimestrais, nos quais são tratados temas pré-determinados pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS). As datas para a realização de cada um dos módulos desta formação são determinadas por cada unidade, de acordo com a disponibilidade dos agentes comunitários, do diretor e do responsável por ministrar a formação. Conforme um dos entrevistados, na Cresol Tombos “(...) cada cooperativa cria a metodologia porque nós temos essa autonomia (...) e aqui [em Tombos] eu acho que tem três [grupos]. Tem um mais voltado mais pra Simonésia e Santana; tem um outro grupo em Espera Feliz e outro grupo aqui” (Entrevistado 10, Tombos, 2015). Como a cooperativa tem sete unidades de atendimento distribuídas pela Zona da Mata Mineira, há turmas do curso de formação para os agentes

comunitários reunindo unidades geograficamente mais próximas. Geralmente, quem coordena a discussão dos tópicos é o diretor de formação da Cresol Base Minas Gerais, seguindo um roteiro sugerido pelo Infocos. Os temas versam sobre assuntos de interesse dos agricultores e sobre os quais os agentes comunitários precisam deter um conhecimento maior para orientá-los no trato com a cooperativa e, nas palavras de um entrevistado, “pra entender o que que é o processo de trabalho deles porque eles têm um papel importante” (Entrevistado 11, Simonésia, 2015). Pude presenciar, parcialmente, dois módulos dessa formação em duas unidades diferentes da Cresol Tombos, que abordaram a conjuntura política do Brasil e a gestão das propriedades, respectivamente. Nos dois casos, havia uma apresentação de *slides* a partir da qual os temas eram expostos aos agricultores presentes (alguns diretores participam da formação quando possível, além de funcionários em determinados casos), com a proposta de serem discutidos. Entretanto, somente em um dos módulos que assisti, as atividades eram interativas e pareciam ser de maior interesse dos agentes presentes (Figura 14).



Figura 14 – Módulo da Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

As falas a seguir, em que os entrevistados – diretores ou sujeitos vinculados formalmente ao Sistema Cresol – discorrem sobre o papel dos agentes no sistema e na relação entre a cooperativa e os associados, demonstram a importância destes sujeitos para a divulgação dos parâmetros do sistema e da forma como a mudança estrutural vem chegando aos componentes deste:

(...) **esses agentes são as lideranças** que nós localizamos aí nas comunidades, né, nos locais de referência nosso, né. Eu acredito que **além deles poderem estar passando as informações mais de perto**

aos cooperados, né, que aí passa a ser tema dos bate papo, dos dia a dia, lá no meio das propriedade, aonde eles encontrar, **a gente tá formando novos quadros**, né. Acho que essas pessoas que estão sendo capacitadas hoje, serão aí futuramente os diretores dessa cooperativa, né. Formação de liderança leva algum tempo, né, alguns anos. **Então as pessoas que forem se destacando e for entendendo o processo coletivo do cooperativismo, a tendência é que ele venha a fazer parte do nosso quadro**, né (Entrevistado 5, Tombos, 2015 – grifos nossos).

Esses agentes, você já viu aqui, são **lideranças que a diretoria convidou ou escolheu** pra vim participar dos agentes. **O objetivo é fazer com que esses agentes sejam futuras lideranças colaboradoras, inclusive que venham a dirigir futuramente o sistema. E também ele ser realmente o elo nosso lá na comunidade, divulgando, disseminando, não somente o crédito, mas todo o instrumento de desenvolvimento daquela comunidade.** Então esse agente, ele precisa de estar bem com os sindicatos, estar bem com a cooperativa de produção. Só com a Cresol não é importante. Então a gente trabalha muito isso, essa integração, essa interação desses agentes. Então num primeiro momento, eles vêm, essa capacitação é três anos. E a gente está criando o dever de casa que é a interação que eu acabei de dizer pra você que precisa fazer, **a relação, o elo, comunidade-Cresol e as outras organizações da sociedade civil** (Entrevistado 10, Tombos, 2015 – grifos nossos).

Tanto um quanto o outro entrevistado, quando questionados sobre o papel dos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, os apontam como **lideranças comunitárias** (que atuam em Pastorais, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em associações comunitárias ou mesmo que se destacam na própria comunidade) que foram convidadas por algum dos diretores para atuarem como uma espécie de **elo entre a cooperativa e os agricultores associados** ou que tenham interesse em se associar e **outras organizações e associações**, pois além de se tornarem uma referência da cooperativa de crédito nas comunidades, poderão inseri-la nas conversas e no cotidiano destes sujeitos, não só nas comunidades em que vivem, mas também em suas organizações. Além disso, há uma expectativa de que estes agentes comunitários, ao capacitarem-se para realizar a função, possam, conforme o Entrevistado 05, entender “**o processo coletivo do cooperativismo**” e, partir disso, no futuro, **compor a diretoria da cooperativa**. É possível, então, observarmos nesta formação específica, uma das formas que o sistema atualmente utiliza para garantir que a sua identidade (missão organizacional) não será totalmente descaracterizada, apesar de ser um ente e estar em um ambiente de contínuas mudanças estruturais. Por outro lado, tais formações servem igualmente para ensinar aos seus componentes a conduta adequada de permanência no sistema.

• A aula do **Programa “Um olhar para o Futuro”**, parte de um programa idealizado pelo Infocos que discute o cooperativismo com crianças de escolas rurais. Em Minas Gerais, teve início no ano de 2015 como um projeto piloto em duas escolas rurais de Espera Feliz. Cada escola recebe, em datas predeterminadas, o “agente de educação infantil” – um diretor ou funcionário da cooperativa que participa de formações específicas para desempenhar a função – para discutir, em encontros agendados, um total de oito assuntos diferentes em torno de temas como cooperação, cooperativismo, tipos de cooperativas, valores e princípios do cooperativismo, educação financeira, entre outros (INFOCOS, 2008-2016). A aula em que realizei a observação teve como tema o funcionamento de uma cooperativa (Figura 15), em uma turma com onze crianças do 4º e 5º ano do ensino fundamental. O agente de educação infantil coordena as atividades – compostas por dinâmicas, leitura e dramatização da história em quadrinhos do livrinho que é entregue às crianças, discussão sobre o tema e a realização de atividades lúdicas que vêm como um encarte no livro – com a ajuda da professora e, vai auxiliando as crianças a discutirem os temas, trazendo experiências do seu dia-a-dia. Na turma em que realizei a observação todas as crianças pareciam bastante interessadas em participar das atividades. Ao final de cada uma das atividades e da participação das crianças, estas são incentivadas, chegando em casa, a conversarem com os pais sobre os temas, as dinâmicas e os joguinhos que realizaram na aula.

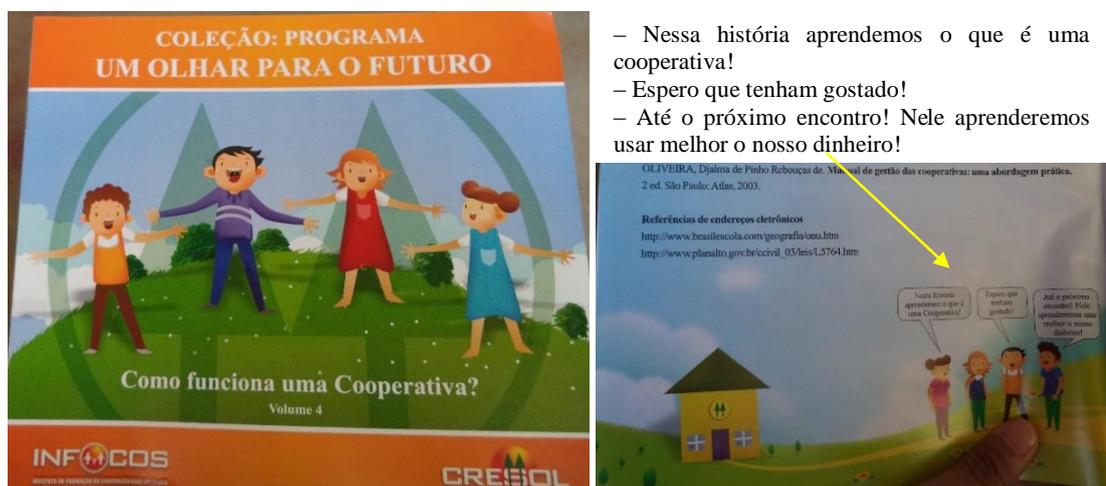


Figura 15 – Capa e última página do livro utilizado na aula do Programa “Um Olhar para o Futuro”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Dentre as falas do agente de educação infantil durante a aula sobre o funcionamento de uma cooperativa que presenciei, o trecho a seguir destaca “a função” desta atividade de formação para o sistema:

(...) isso que a gente tá fazendo aqui, nas escolas, né, no nosso sistema, isso aí **é um trabalho que o sistema tá fazendo pra contribuir com a comunidade aonde a cooperativa atua**, né. Então hoje aqui a gente tem cooperado aqui na comunidade. Então **a ideia do Programa Um Olhar para o Futuro é levar o cooperativismo na escola, na comunidade**, né. Muitos de vocês, muitos não, eu creio que a maioria nunca deve ter ouvido falar de cooperativa. Tinha ouvido falar? (silêncio) (Aula do Programa Um Olhar para o Futuro, Espera Feliz, 2015).

Dessa forma, podemos destacar que, segundo a finalidade estabelecida pelo Sistema, essa atividade tem o propósito de contribuir com a comunidade onde a cooperativa atua, levando informações sobre o cooperativismo para o cotidiano dos agricultores através de seus filhos, já que muitos deles não têm conhecimentos específicos sobre uma cooperativa e seus pressupostos. Percebe-se, assim, mais uma maneira de informar, aos sujeitos componentes do sistema, os parâmetros que o guiam e que devem guiá-los enquanto forem considerados como tais. Podemos então inferir, a partir destas observações, que há uma dificuldade de adaptação de parte dos sujeitos que não correspondem às expectativas vinculadas aos parâmetros atuais do sistema e às consequentes mudanças estruturais pelos quais este passa.

- E, por fim, o **Café com a Cresol**, uma reunião para novos associados que acontece de acordo com a quantidade de novas associações em cada unidade e tem como objetivo discutir o que é uma cooperativa de crédito, quais são as vantagens de estar associado a uma instituição deste tipo, quais os deveres e quais os direitos dos associados, entre outras coisas. Assim como as outras formações, esta reunião também tem um formato definido pelo Infocos e é conduzida pelo próprio diretor da unidade ou um dos diretores da Cresol Tombos. Neste formato, incluem-se um material padronizado, entregue a cada novo associado presente ao final da reunião, composto por uma “cartilha [que], no final, tem o estatuto social” (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015) e uma apresentação de slides composta pelas imagens e textos da própria apostila. Esta reunião é uma obrigação estatutária das cooperativas, mas em Minas Gerais ganhou este nome, pois os diretores pensaram em proporcionar um momento de encontro e discussão com os novos associados, em que “a partir do momento que o agricultor vem cooperar aqui na Cresol, a gente faça essa primeira

reunião com ele”, com o propósito de, de acordo com o diretor que conduziu a reunião em Alto Jequitibá “ser um bate papo mesmo. Então eu vou tá falando aqui, mas dúvidas que vocês tiver, perguntas, cês pode ficar bem à vontade, né” (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015). No que pude presenciar durante o período da pesquisa de campo, houve uma apresentação formal do conteúdo da cartilha (Figura 16) sem muitos questionamentos ou explicações mais aprofundadas. Havia um interesse dos associados – ou daqueles que pretendiam se associar – em descobrir quais eram as condições práticas para que pudessem ter acesso a determinados serviços da cooperativa, notadamente aos empréstimos, ainda que a proposta fosse ampliar ou proporcionar-lhes conhecimento sobre uma cooperativa de crédito. Esta foi uma das ocasiões em que pude notar a forma como as perturbações do meio – exigências formais para o crescimento e padronização das cooperativas – causaram mudanças estruturais nos sistemas vivos – conduta dos diretores – que compõem o sistema social em análise, já que era perceptível um posicionamento de cumprimento de função e de mais uma atividade do extenso cronograma das cooperativas.

Entretanto, durante a realização das entrevistas, o Café com a Cresol é tido como uma formação que garante aos novos associados um **entendimento maior** sobre a cooperativa, **seus processos** e a sua **diferença de um banco comercial**.

O cooperado que participa desse curso, ele entende muito melhor a cooperativa, o processo do cooperativismo, diferença da cooperativa pra um banco. Esse cooperado, ele sai daqui bem informadinho, com pouco tempo, uma hora de curso que é. (...) Então isso aí tá fazendo uma diferença enorme porque quando aquele vem na cooperativa, volta na cooperativa pra acessar um produto ou serviço, ele já tá com aquele negócio na cabeça: “ó, isso aqui é meu. Eu sei que eu tenho que ver qual que é o meu direito, qual que é o meu dever. (...). Essa **formação de novos cooperados, a gente vê nitidamente a diferença de quem participou para quem não participou** (Entrevistado 01, Tombos, 2015).

Apesar disso, esta formação foi institucionalizada e acontece regularmente a partir de 2013, após a incorporação entre os Sistemas Ecosol e Cresol, o que deixa de fora um número expressivo de associados que já estavam vinculados à cooperativa antes desta incorporação.



Figura 16 – Café com a Cresol, reunião para novos associados.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Mesmo que nas falas dos entrevistados ou dos mediadores em cada uma destas formações, elas figurem como possibilidades de manutenção da identidade do sistema como uma organização solidária, estas formações não atingem necessariamente todo o grupo de associados da Cresol Tombos, justamente porque são direcionadas a públicos específicos, deixando de fora uma grande parcela dos sujeitos que compõem este sistema social. Além disso, há uma forte padronização tanto do formato quanto do conteúdo destas formações, do que decorre que, se a mudança estrutural em um sistema vivo, em congruência com a mudança estrutural e dinâmica do meio, só se efetiva na direção que o sistema permite, com base naquilo que pretende conservar⁵⁸ (MATURANA; DÁVILA, s/d), a incorporação entre os sistemas de cooperativas de crédito em Minas Gerais, ao pressupor a padronização e uniformização destas organizações, segundo os parâmetros colocados pelo Banco Central para as instituições financeiras, cujos aspectos são materializados em cada uma das formações descritas, podem levar o sistemas a apresentar um caráter de desequilíbrio que obscurece a criatividade de seus componentes.

Assim, a inserção de novas condutas que acontece no Sistema Cresol a partir dos diretores pode não conduzir à uma mudança social em que a sua identidade (missão organizacional), apesar das constantes mudanças estruturais na tríade sujeitos-sistema-meio, consiga conservar a solidariedade e a cooperação como valores intrínsecos e que inclua todos os sujeitos que formam o sistema. Mas, que podem levar os sujeitos à uma

⁵⁸ Humberto Maturana e Ximena Dávila respondem a um questionamento enviado para o espaço Conversando, disponível no endereço eletrônico do Blog do Instituto Matrízica, sobre as mudanças de conversações que podem acontecer em uma organização que, seguindo a orientação dominante da atualidade, privilegia o lucro, para que venha a tornar-se uma organização que privilegia os valores da cooperação sem, contudo, desestabilizar no mercado. Neste sentido, os dois apontam que as redes de conversação em um sistema social orientam-se de acordo com aquilo que o sistema pretende conservar, assim como a direção que a mudança social irá tomar nesse sistema específico. “Se o que queremos conservar é lucro, todos e todas os demais passam a cuidá-lo e o poder de mudar se subordina ao lucro” (MATURANA, DÁVILA, s/d).

condição de periférica em relação aos sistema quando: •a perturbação sofrida pelo sistema não é bem aceita ou incorporada pelos sujeitos, que não se manifestam por não se sentirem parte do sistema e por isso incapazes de articular a linguagem utilizada por este; ou •as perturbações trazidas pelos sujeitos para o interior do sistema, seja pela dificuldade de articular a linguagem do sistema, seja por não concordarem com a nova conduta, não são aceitas ou incorporadas, afastando estes sujeitos que, por isso, não se encaixam na nova configuração do sistema⁵⁹. Por fim, é importante compreender que “perturbações implicam em reorganizações, indicando a importância dos diálogos, das interações, da mediação e da qualidade das conversações estabelecidas nos diversos níveis na relação do sistema vivo e meio” (MORAES, 2002, p.08).

Não tenho a intenção de afirmar que em 2009 a situação da cooperativa era melhor ou pior do que a atual. Em termos de estrutura física e de capital, as mudanças foram significativas e até positivas. Mas, colocando-nos no lugar daqueles que, diante dessa nova configuração do sistema, apresentam dificuldades de se adaptarem às novas formas comunicacionais deste, questionamos: não seria melhor continuar um fusquinha?

5 Apontamentos finais

Após a exposição dos fatores que nos levaram a tratar, neste capítulo, a Cresol Tombos e suas unidades, como sistemas sociais autopoieticos, podemos considerar que, se o meio em que este sistema se encontra é estruturalmente dinâmico e os seres vivos que o compõem estão em constante interação estrutural com este meio, tornando possível para o sistema as possibilidades e/ou necessidades de mudanças estruturais, as perturbações recíprocas entre sujeitos, sistema e meio implicam em reorganização. Contudo, para que essa reorganização sistêmica se efetive é preciso, como afirma Moraes (2002), que esteja baseada em uma nova configuração das conversações, mediações e interações que acontecem entre os sujeitos, sistema e meio. Pois, seguindo a perspectiva teórica de Maturana, a mudança social só se concretiza com a mudança na organização dos sujeitos e do sistema.

⁵⁹ Os dados que evidenciam tais fatores serão desmembrados nas análises do Capítulo 2, ao tratarmos as maneiras pelas quais a cooperação e o cooperativismo de crédito rural solidário se tornam significantes vazios no contexto da Cresol Tombos e suas unidades; no Capítulo 3, ao abordarmos as “astúcias” empreendidas no cotidiano dos sujeitos para lidarem com as imposições instituídas pelo Sistema; e no Capítulo 4, quando apontarmos a cooperação como uma interação social em que as experiências dos sujeitos possibilitam (re)invenções em seu cotidiano.

Por outro lado, mesmo que aconteçam transformações em um sistema social autopoiético e que estas sejam impulsionadas pelas perturbações estruturais entre estes elementos, algo irá ser conservado, já que em sistemas sociais há uma tendência em conservar sua organização. Assim, dependendo daquilo que se quer conservar em um sistema social, define-se aquilo que irá mudar, qual o escopo e o alcance dessa mudança.

Dessa forma, no caso específico das cooperativas analisadas neste trabalho, entendemos que a direção da mudança estrutural do sistema e de seus componentes será determinada a partir do que se escolha realmente conservar de sua identidade ou missão organizacional. Entretanto, o incentivo estatal para que os Sistemas de cooperativas de crédito unam-se, incorporando-se uns aos outros até que haja uma padronização/uniformização do campo de atuação destas organizações, nos leva a supor que tal estratégia prejudicará, num curto espaço de tempo, a continuidade de organizações criativas e diferenciadas, já que mina a diversidade das organizações cooperativas e, conseqüentemente, obscurece a capacidade adaptativa de alguns grupos de sujeitos à autopoiese proposta nestes sistemas sociais. Além disso, acreditamos que esse processo pode conduzir a uma instrumentalização dos discursos que fundamentam aquilo que as cooperativas expressam como o que se pretende conservar de sua identidade, ou seja, a cooperação e a solidariedade como valores tanto para a organização quanto para os agricultores que a compõem. Neste sentido, vemos a necessidade de encontrar respostas na história e a utilizá-la por meio de outros parâmetros que nos auxiliem a compreender de que forma essas mudanças estruturais no sistema podem acarretar riscos para determinados grupos de agricultores que não consigam se adaptar a incorporação destes sistemas. Este é o propósito de discussão do Capítulo 2, a partir da Teoria do Discurso.

DESLOCAMENTO II – Discursos

Capítulo 2 – Contextos organizacionais, práticas articulatórias e significantes vazios: discursos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais

1 Apontamentos iniciais

Pesquisadora: Como é que o senhor define uma cooperativa de crédito rural solidária? O que o senhor acha que deveria ser uma cooperativa de crédito rural solidária?

Entrevistado: O que que eu acho que deve ser uma cooperativa de crédito...

Pesquisadora: Rural solidária.

Entrevistado: Rural solidária? Rural quer dizer, eu moro na zona rural. Solidária quer dizer o que? Desculpe da pergunta.

Pesquisadora: Solidária, de solidariedade.

Entrevistado: Ah, solidariedade... (silêncio). Ah faz de novo, que eu...

Pesquisadora: Como é que o senhor define uma cooperativa de crédito?

Entrevistado: Olha, como eu defino uma cooperativa de crédito? Ah, uma cooperativa de crédito é uma coisa que é mais fácil da gente conseguir um empréstimo, é mais fácil da gente, é... ter mais tempo de conversar com as pessoas do crédito... é, ah! só isso, por enquanto.

(Extratos da conversa com o entrevistado 16, Espera Feliz, 2015).

O campo do cooperativismo de crédito rural solidário está repleto de significados e formas de compreensão de mundo que podem, aparentemente, divergir entre si, como podemos perceber no diálogo da epígrafe que abre este texto. Contudo, de acordo com Morin (2008, p. 191), ao pensarmos o social como um espaço de complexidades, nos predispomos a “renunciar para sempre ao mito da elucidação total do universo”, e procuramos “prosseguir na aventura do conhecimento que é o diálogo com o universo”. O discurso que abre esse capítulo, vem de um agricultor entrevistado durante a pesquisa de campo, que não possui o ensino fundamental e, hoje, próximo aos 50 anos, atua como agente comunitário de desenvolvimento e crédito em uma das unidades da cooperativa pesquisada. Este agricultor, embora não consiga claramente articular sua resposta ou ter uma compreensão plena do questionamento a que estava sendo exposto, traz para a nossa análise parte de um universo de significados, presente no cooperativismo de crédito rural solidário, para a qual nosso olhar deve se voltar atentamente.

Quando as cooperativas de crédito solidárias surgiram na Zona da Mata de Minas Gerais, o contexto em que os agricultores envolvidos em seu processo de fundação estavam inseridos ligava-se diretamente aos movimentos sociais da região e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Neste sentido, estas organizações procuraram instituir práticas de funcionamento e atendimento baseadas nas necessidades de seus cooperados, moldando sua atuação, no que se refere à prestação de seus serviços, de

acordo com as especificidades do grupo de agricultores que as constituíram. Entretanto, dadas as exigências legais via Banco Central, em determinado ponto de sua história, tais cooperativas se veem em um contexto pouco favorável para a sua continuidade enquanto instituições financeiras solidárias procurando, assim, novas alternativas de funcionamento que as viabilizassem economicamente sem, no entanto, prejudicar seu objetivo social. Dessa forma, uma das alternativas encontradas pelas cooperativas de crédito rural solidárias juridicamente vinculadas à Cresol Tombos (que anteriormente estavam vinculadas ao Sistema Ecosol) foi a incorporação de suas organizações ao Sistema Cresol, o mais consolidado entre os sistemas de crédito rural solidário do país. Esta incorporação entre os Sistemas trouxe para o cotidiano dos agricultores associados e daqueles que formam os conselhos diretivos da Cresol Tombos e suas unidades novas práticas organizacionais e uma maior padronização de seus processos internos. Além dos aspectos organizacionais, o universo de significados acerca do cooperativismo de crédito rural solidário, da cooperação e de seus valores viu-se permeado por outros significados e, conseqüentemente, por outros discursos.

Dessa forma, partindo da perspectiva teórica de Laclau e Mouffe (1987) – para os quais um discurso é mais do que um conjunto de palavras; é um complexo de significados que perpassam a linguagem e as ações dos sujeitos, atribuindo sentido, contingente e precário, ao social e, justamente por isso, representando formações abertas que se relacionam a elementos de outras formações discursivas, trazendo para o seu interior, eventualmente, resíduos destes discursos –, complementada pela proposta de Baldissera (2009) sobre as dimensões da comunicação organizacional em contextos complexos – a dimensão da organização comunicada, ou seja, dos discursos que são autorizados e oficialmente elaborados pela organização; a dimensão da organização comunicante, na qual os discursos são de sujeitos diretamente vinculados à organização e a dimensão da organização falada, em que os discursos pertencem a sujeitos que não possuem uma relação direta com a organização, mas podem afetá-la –, nosso objetivo neste capítulo é, então, abordar os discursos e os tensionamentos que emergem no campo discursivo das organizações pesquisadas. Especificamente nos propomos a apresentar os tensionamentos que emergem na interação entre o discurso oficial, autorizado (da “organização comunicada”) e o discurso desautorizado (da “organização comunicante”) no âmbito desta cooperativa e suas unidades (BALDISSERA, 2009). Tais tensionamentos nos permitem perceber os novos parâmetros que o sistema utiliza e as “reações” dos sujeitos às perturbações que incorrem neste contexto.

Neste sentido, dentre os instrumentos metodológicos utilizados para a pesquisa como um todo, selecionamos a parte final das entrevistas semiestruturadas realizadas com os associados, diretores e representantes do Sistema Cresol em Minas Gerais – na qual solicitávamos aos participantes que definissem uma cooperativa de crédito rural solidária –; as narrativas construídas a partir da observação das pré-assembleias e da Assembleia Geral realizadas em 2015; as transcrições das falas de diretores e representantes do Sistema Cresol durante esses momentos, além das anotações do diário de campo.

Assim, o capítulo está organizado em outros três itens, além desta introdução e das considerações finais. O item 2 traz o histórico de surgimento da Cresol Tombos e suas unidades em Minas Gerais, abordando os aspectos que motivaram a sua constituição inicialmente vinculada ao Sistema Ecosol e os motivos que levaram este Sistema a ser incorporado pelo Sistema Cresol. O item 3 tem como proposta apresentar o conceito de discurso e uma proposta de aplicação ao caso estudado, num primeiro momento através da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e, em seguida, por meio das possibilidades ou formas que um discurso pode assumir nas organizações. Por fim, no item 4, buscamos realizar uma aplicação destes conceitos ao caso estudado, apresentando o discurso da organização e, em seguida, os discursos na organização.

2 De Ecosol a Cresol: o histórico das cooperativas de crédito rural solidárias na Zona da Mata de Minas Gerais

Antes de serem incorporadas ao Sistema Cresol, a atual Cresol Tombos e suas unidades estavam vinculadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Sistema Ecosol). Foi através do Sistema Ecosol que as cooperativas de crédito rural solidárias chegaram à Zona da Mata de Minas Gerais no início dos anos 2000. Entretanto, a constituição destas cooperativas foi fortemente influenciada por uma experiência um pouco mais antiga em funcionamento nos estados do sul do país: o Sistema Cresol.

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol) surgiu em 1996 no sudoeste do Paraná como desdobramento e expansão de uma experiência de Fundo de Crédito Rotativo (FCR). Esta experiência teve início na década de 1980, por iniciativa de uma organização de pequenos agricultores do sudoeste do Paraná – a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) – em parceria com a Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha

(MISEREOR), uma vez que nesta região já havia um conjunto de municípios que realizavam trabalhos de caráter associativista (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2013a). O objetivo do FCR era contribuir e ampliar as possibilidades alternativas de acesso ao crédito pelos agricultores da região, pois “o crédito, já na década de [19]80, excluía a grande maioria dos pequenos agricultores que não haviam migrado para as fronteiras agrícolas ou para as cidades” (ASSESOAR, 2005, p.02).

Este fundo funcionava amparado por um conselho de entidades formado pela Assesoar, a Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); a Central Única dos Trabalhadores regional (CUT-Sudoeste/PR); a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as Associações de Pequenos Produtores do Sudoeste do Paraná. Entretanto, as operações de crédito realizadas por este fundo apresentavam limitantes legais, já que não se tratava de uma instituição financeira reconhecida pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Dessa forma, no princípio da década de 1990, iniciou-se uma discussão sobre a criação de uma instituição financeira própria, que pudesse realizar um número maior de operações e assim, garantisse a “inserção financeira para pequenos agricultores” e os “benefícios decorrentes do processo de organização social” (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2013a, s/n). Surgem então, a partir destas discussões e da formação de um grupo de trabalho específico, as primeiras cooperativas Cresol em alguns municípios da região, com apoio e envolvimento da Assesoar e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (ASSESOAR, 2005).

Esta primeira experiência para o cooperativismo de crédito rural solidário brasileiro, ao longo do tempo e com base em sua consolidação frente ao SFN, abre espaço para a discussão e constituição de outras instituições financeiras de mesmo molde em outras regiões do país, como o Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Sistema Ecosol). Esta instância do cooperativismo de crédito rural solidário brasileiro tem sua origem diretamente vinculada à articulação entre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que já atuavam em segmentos vinculados à economia solidária através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Os trabalhos da ADS, por sua vez, eram voltados para questões como crédito, reforma agrária e produção, contudo seus técnicos acabaram percebendo que aspectos relacionados à questão do crédito abarcavam um público diferenciado – neste caso, agricultores que não conseguiam enquadrar-se no conjunto de exigências impostas pelos bancos comerciais para realizar transações financeiras –, que precisava ser tratado de outra forma (DADOS DA PESQUISA, 2015).

A partir desta constatação, o grupo de trabalho da ADS começou a realizar trabalhos e diagnósticos com vistas a criar um sistema financeiro de economia solidária, donde desemboca a criação de uma central nacional em 2002 – a Ecosol Central com sede em São Paulo/SP – juntando as três maiores cooperativas de crédito solidárias existentes até então. A ADS passa, assim, a realizar cursos sobre cooperativismo em algumas regiões do país e a fazer um levantamento de onde existiam trabalhos coletivos (como fundos rotativos) para a possível constituição de cooperativas de crédito nestes municípios. Destas iniciativas e de “uma série de mobilizações sociais” (FREITAS e FREITAS, 2013, p. 1008) conduzidas pelos STRs e baseadas nas experiências de crédito rotativo regionais, foram constituídas duas cooperativas singulares em Minas Gerais nos municípios de Araponga e Tombos.

O processo de constituição destas cooperativas ocorreu entre os agricultores familiares vinculados aos STRs e outras organizações representativas não só dos municípios de Tombos e Araponga, mas também em outros municípios da Zona da Mata Mineira como Espera Feliz, Divino e Simonésia. Este processo foi realizado de forma conjunta entre 2001 e 2002 e as cooperativas (singulares) iniciaram o atendimento aos seus associados em novembro de 2004 (Araponga) e fevereiro de 2005 (Tombos)⁶⁰. Foi a partir desta experiência inicial e das capacitações que ocorreram entre os agricultores da região que foram sendo constituídos os Postos de Atendimento Cooperativo em outros municípios ao longo do tempo.

Quando as cooperativas vinculadas ao Sistema Ecosol iniciaram seu funcionamento no início dos anos 2000, o Sistema Cresol já era um sistema consolidado no país – com quase 10 anos de funcionamento –, fato que o colocou como modelo para o grupo de associados das cooperativas mineiras em termos de organização, controle das operações e capacitações. Por isso, a história do Sistema Ecosol em Minas Gerais possui muitos pontos em comum com a história do Sistema Cresol – que, até então, tinha sua atuação restrita aos estados do sul do país –, como o surgimento vinculado a experiências de Fundo de Crédito Rotativo, a organizações/associações de agricultores já existentes e à forte proximidade e envolvimento com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Entretanto, no que tange ao Sistema Ecosol em Minas Gerais, uma das principais características de suas cooperativas era a proximidade entre a organização e seus

⁶⁰ De acordo com as normas vigentes na época, as cooperativas de crédito deveriam primeiro reunir o número de associados e o capital social exigido pelo BACEN para solicitar a autorização de funcionamento. Após a aprovação deste para o funcionamento fariam, então, um plano de viabilidade, que por sua vez também deveria ser encaminhado a este órgão e somente após sua aprovação poderiam finalmente abrir suas portas e realizar seus trabalhos.

associados, além da forma pessoal e, algumas vezes até informal, de análise dos pedidos de associação ou empréstimo. Quando surgiram, as cooperativas buscaram legitimar-se entre os agricultores das cidades em que estavam instaladas e nas cidades vizinhas, sobretudo nas comunidades rurais, por meio de um discurso difundido entre o grupo de cooperados, cuja essência estava ligada à ideia de cooperação e união do grupo. E, a causa pela qual estes indivíduos orientavam sua ação era justamente o propósito de valorar uma instituição financeira com uma lógica de funcionamento que atendesse suas necessidades específicas enquanto agricultores, como empréstimos de pequenos valores, condições de pagamento diferenciadas, taxas de juros menores e horário de funcionamento adequado as suas atividades no centro urbano das cidades, por exemplo.

Tais fatores

(...) pressupõe[m] um conjunto de práticas organizacionais voltado especificamente para a atuação de uma “instituição financeira diferenciada”, capaz de tornar mais fácil o acesso ao crédito pelos agricultores da região e que [estava] estruturada especificamente para prestar serviços a este segmento (MARTINS, 2010, p. 55).

Neste sentido, quando as cooperativas mineiras começam a operar, tentam contrapor os padrões e procedimentos adotados pelos bancos comerciais e pelas cooperativas de crédito tradicionais que já operavam na região. No entanto, com o aumento dos quadros sociais destas cooperativas, iniciou-se um movimento em direção a outros tipos de práticas, diferentes dos estabelecidos no início dos trabalhos da cooperativa e que, conseqüentemente, levaram à mudança das práticas, operações e procedimentos postos. Assim, em meados de 2007-2008, quando estas cooperativas precisam – em virtude das regulamentações do Banco Central – ampliar o número de associados que possuíam para alcançar o patamar estipulado pelas resoluções vigentes em relação ao capital social, e com a conseqüente demanda por mais serviços e condições de atendimento decorrentes dessas modificações, estas passam a discutir a necessidade de uniformizar as práticas organizacionais e tornar a sua operacionalização mais padronizada, aproximando seu funcionamento do funcionamento dos bancos comerciais, através de um maior controle sobre as atividades internas das cooperativas (MARTINS, 2010; DADOS DA PESQUISA, 2015).

Estes novos elementos, então, vão se instaurando aos poucos,

(...) adicionando novos elementos às capacitações e discursos, como a preocupação com a divulgação e o aumento do número de poupanças, as responsabilidades inerentes ao aumento da movimentação financeira decorrente do maior número de associados e o cumprimento rigoroso de procedimentos legais para a formalização de contratos de empréstimos, por exemplo (MARTINS, 2010, p. 56).

É neste contexto que surge, para as cooperativas de crédito vinculadas ao Sistema Ecosol na Zona da Mata de Minas Gerais, a “necessidade de crescimento e de adoção de mecanismos mais rígidos de controle, a fim de diminuir risco e manter a autossustentabilidade das cooperativas nos anos seguintes” (FREITAS e FREITAS, 2013, p. 1008). Além disso, os parâmetros operacionais nestas cooperativas também foram sendo alterados, sobretudo em virtude das exigências do Banco Central (BACEN) em relação ao aumento do volume das movimentações financeiras; à padronização do horário de funcionamento das cooperativas e PACs, das formas de atendimento, concessão de empréstimos e utilização dos serviços; e ao aumento do nível de profissionalização da gestão para que os riscos financeiros e a inadimplência diminuíssem (ou fossem controlados, ainda que o número de associados, operações e unidades fosse maior). De acordo com Freitas e Freitas (2013, p. 1009), apesar da necessidade premente de mudança das práticas para o Sistema Ecosol em Minas Gerais, as cooperativas se viam em meio a um dilema em que “apesar de serem organizações formadas por agricultores familiares e com propósitos sociais”, estas organizações necessitavam ainda “alcançar sua legitimidade perante os órgãos regulatórios externos e a outras organizações com as quais interagem”.

Dessa forma, uma das alternativas encontradas pelas cooperativas mineiras foi, no ano de 2010, firmar um convênio de apoio técnico com o Sistema Cresol, procurando encontrar soluções para os problemas vivenciados, principalmente aqueles relativos à gestão. Neste sentido, a proposta, naquele momento era encontrar meios para que as especificidades no relacionamento com os cooperados, considerando determinadas necessidades ou interesses destes e um melhor relacionamento e atendimento daquelas exigências que não eram alcançadas em bancos comerciais, não fossem deixadas de lado (FREITAS, 2011).

Assim, em meados de 2012, este convênio de apoio técnico leva à incorporação das cooperativas vinculadas ao Sistema Ecosol em Minas Gerais pelo Sistema Cresol, como forma de fortalecimento destas organizações. Ao se vincular ao Sistema Cresol, as cooperativas passam a funcionar como “filiais” de um grande sistema, já consolidado no país, que leva, às suas filiadas, regras, procedimentos e produtos que seguem um padrão

comum a todo o sistema, além de recursos para garantir a perenidade dessas cooperativas. Neste sentido, desde 2012, as cooperativas juridicamente vinculadas a sede em Tombos e a própria sede vêm se adequando aos padrões de funcionamento, estrutura, número de associados e metas financeiras pré-estabelecidos pelo Sistema Cresol, através da Central Cresol Baser.

Entendemos que estas organizações, ao deflagrarem relações sociais em seus contextos de atuação, prescrevendo e indicando determinados tipos de identidades a serem assumidas pelos sujeitos, instalam disputas por significados em um campo discursivo marcado pela instrumentalidade de um discurso hegemônico sobre a cooperação. Assim, compreender o discurso e seus conceitos complementares, somando a esta compreensão a abordagem organizacional em contextos de complexidade, tal como este em que se encontra o cooperativismo de crédito rural solidário brasileiro, figura como extremamente importante neste trabalho, para que possamos assinalar as práticas discursivas enredadas pelo Sistema Cresol na Zona da Mata de Minas Gerais. Portanto, o próximo item apresenta, sob o ponto de vista conceitual, o que é o discurso, de acordo com Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para, em seguida, apresentar e discutir as possibilidades do discurso em contextos organizacionais a partir da abordagem realizada por Rudimar Baldissera sobre a comunicação organizacional, a identidade dos sujeitos e das organizações num contexto de complexidade. Pretendemos, a partir de tais discussões teóricas, subsidiar a compreensão acerca dos discursos, campos discursivos e tensionamentos que podem neles incidir no âmbito da Cresol Tombos e suas unidades.

3 O que é, enfim, discurso? A proposta de análise de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Discurso é uma categoria que, segundo Laclau e Mouffe (1987), congrega não só as palavras, mas também as ações dos sujeitos num dado contexto histórico e cultural. É a partir do discurso que “o social deve ser percebido” (MENDONÇA, 2009, p.155). Contudo, para chegar a esta assertiva, Laclau e Mouffe percorreram um caminho analítico complexo, a partir do qual lidam com noções e conceitos advindos de diferentes áreas, combinando-os e modificando-os para que possam dar origem a sua Teoria do Discurso. Neste sentido, elementos de diferentes tradições teóricas, tais como o estruturalismo, o marxismo, a linguística e a psicanálise, fundem-se “em uma singular teoria pós-estruturalista em que o papel do campo social é entendido como uma rede de processos

em que o significado é criado⁶¹” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p.25 – tradução nossa). O propósito que os orienta é demonstrar que, mesmo que a modernidade conceba as relações sociais como complexas, sua admissão de um só centro constituidor das identidades não pode ser aceita, pois que as sociedades contemporâneas são portadoras de múltiplos centros, donde procede a “emergência de muitas outras identidades, que podem ser hegemônicas, num processo de formação do discurso e disputa pelo significado da realidade (Laclau, 1985 citado por FERREIRA, 2011, p. 13).

Dessa forma, a Teoria do Discurso engendrada por estes autores parte do questionamento teórico de três pontos específicos: “a crítica ao essencialismo filosófico, [a]o novo papel atribuído a linguagem na estruturação das relações sociais e a desconstrução da categoria de ‘sujeito’ no que se refere à constituição das identidades coletivas” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 03 – tradução nossa⁶²). No que tange ao essencialismo filosófico, os questionamentos destes autores focalizam basicamente o marxismo, afirmando que esta abordagem do social “resume o fundamento da história universal na luta entre oprimidos e opressores na relação capital/trabalho”, o que a impossibilita de compreender as relações sociais atuais, uma vez que outras dicotomias, de cunho mais identitário e não apenas vinculadas aos processos econômicos, acabam constituindo as disputas de sentido em torno do social. No âmbito do papel da linguagem, Laclau e Mouffe (1987) afirmam que a linguagem passa, nos estudos sociais, a ter maiores áreas de interseção com o campo do social e, paralelamente a isso, começa-se a discutir, então, quais seriam os limites da linguagem, compreendendo, neste sentido, os processos de construção do sentido como formas de instituição de práticas sociais pelo discurso. Finalmente, a desconstrução da categoria de sujeito aparece como uma espécie de efeito dos dois questionamentos anteriores, pois para as ciências sociais tradicionais, o sujeito era tido como uma unidade cartesiana, capaz de ser apreendido em sua totalidade.

A Teoria do Discurso surge, assim, com base nestas três principais críticas teóricas e desdobra-se em uma proposta de “redefinição do projeto socialista em termos de uma radicalização da democracia”, buscando articular lutas em torno de “diferentes formas de subordinação” – tais como de classe, de sexo, de raça –, bem como daquelas outras subordinações a que se opõem os movimentos ecológicos, antinucleares e anti-intitucionais. Neste sentido, os autores se situam no debate teórico de uma nova esquerda,

⁶¹ “(...) into a single poststructuralist theory in which the whole social field is understood as a web of processes in which meaning is created” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p.25).

⁶² “la crítica al esencialismo filosófico, el nuevo papel asignado al lenguaje en la estructuración de las relaciones sociales y la desconstrucción de la categoría de «sujeto» en lo que respecta a la constitución de las identidades colectivas” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 03).

que se apoia no aprofundamento da “revolução democrática iniciada no século XVIII”, estendida, atualmente, “a esferas cada vez mais numerosas da sociedade e do Estado, em busca de uma “democracia radicalizada e plural” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 06 – tradução nossa).

Os autores asseveram que o pensamento de esquerda, no final do século XX, é colocado em xeque por um conjunto de transformações sociais. Tais transformações emergem entre um contexto advindo do que eles chamam de “evidências do passado” – “as formas clássicas de análise e cálculo político, a determinação da natureza das forças em conflito, o sentido mesmo das próprias lutas e objetivos⁶³” – que questionam a legitimidade do próprio campo em que se constituíram historicamente e um contexto de “fenômenos novos e positivos” como os movimentos feministas, das minorias étnicas, das lutas ecológicas, das populações marginais, entre outros (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 08-09 – tradução nossa) É a partir destas transformações sociais, assinaladas como exemplo para a encruzilhada em que se encontrava o pensamento de esquerda, que emerge o excesso de significados que permeiam o social na contemporaneidade, impedindo-o, como afirma Mendonça (2009, p. 154) “de ser apreendido a partir de formas ou fórmulas gerais”. O social compreende, então, um campo discursivo, ou seja, um espaço caracterizado por um sem número de significados.

A Teoria do Discurso decorre, enfim, do que Laclau e Mouffe (1987) denominam como o fio condutor de sua análise: as transformações que o conceito de hegemonia sofre ao longo da história. Deste modo, partindo do exame de Mendonça (2009, p. 159) sobre esta teoria, “hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico-discursivo, de forma precária e contingente⁶⁴, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos”. Entretanto, “o campo do social é uma guerra de trincheiras; de estabelecimento de espaço” (FERREIRA, 2011, p. 14), em que determinados grupos buscam o estabelecimento de significados de acordo com os seus interesses. Mas, ainda que estes grupos logrem alcançar seu intento, este significado é sempre parcial, sempre provisório, visto que sempre existirão outros significados a compor o quadro das relações sociais.

⁶³ “*las formas clásicas de análisis y cálculo político, la determinación de la naturaleza de las fuerzas en conflicto, el sentido mismo de las propias luchas y objetivos*” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 08-09).

⁶⁴ Contingência e precariedade são dois atributos centrais para a análise de Laclau e Mouffe. Contingência é que impossibilita um discurso de impor ordem em um campo de significação, pois que há sempre uma possibilidade de vir a ser para os significados. Precariedade indica que os discursos podem ser superados, revistos, ressignificados, ainda que eles consigam fazer-se hegemônicos em um dado momento da história (MENDONÇA, 2009).

O discurso, nesta perspectiva, “é um sistema de representação, cuja função é a produção de sentidos, com o intuito de simbolizar a realidade sob um conjunto de significados articulados”. É, assim, aberto, pois atrai “elementos de outras formações discursivas, vinculando-os a sua própria rede de significação” (SILVA, 2014, p.202) e constitui-se através do Laclau e Mouffe denominam como prática articulatória, uma vez que “uma estrutura discursiva não é uma entidade meramente ‘cognoscitiva’ ou ‘contemplativa’, é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 161-162 – tradução nossa⁶⁵).

Dessa forma, a prática articulatória deriva da *articulação*, ou seja, um artifício que “estabelece uma relação entre elementos, cuja identidade resulta modificada como resultado dessa prática”; *elementos*, por sua vez, representam “toda diferença que não se articula discursivamente”, mas que, em uma dada construção discursiva – como quando diferentes grupos unem-se em torno de uma reivindicação comum – poderão ser reduzidos a *momentos* ou “as posições diferenciais que aparecem articuladas no interior de um discurso” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 176-177 – tradução nossa⁶⁶) (Figura 17). Ou seja, *elementos* representam signos com múltiplos e potenciais significados (polissêmicos), os quais poderão ser modificados através de práticas que os relacionam em determinado contexto (*articulação*), modificando sua identidade e transformando-os em *momentos* por meio da fixação do significado, em relação a outros signos, dentro de um domínio específico (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002). Estes *momentos* acontecem quando a articulação discursiva se dá entre diferentes campos, cujos sentidos não necessariamente se relacionam, mas possuem como ligação um ponto nodal comum. Assim, *pontos nodais* representam, como afirma Carvalho (2015, p.51), “pontos de fixação parcial de sentido na estrutura discursiva, que permitem projetar uma sociedade como minimamente estável”, como pontos de cristalização dentro de um discurso específico (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002). Entretanto, o discurso resultante da união destes campos discursivos não é homogêneo, pelo contrário, contém em si as demandas particulares, bem como as contradições e antagonismos dos sujeitos que os compõem.

⁶⁵ “(...) una estructura discursiva no es una entidad meramente ‘cognoscitiva’ o ‘contemplativa’; es una práctica articulatoria que constituye y organiza a las relaciones sociales” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 161-162).

⁶⁶ “(...) **articulación** a toda práctica que establece una relación tal entre elementos, que la identidad de éstos resulta modificada como resultado de esa práctica. A la totalidad estructurada resultante de la práctica articulatoria la llamaremos **discurso**. Llamaremos **momentos** a las posiciones diferenciales, en tanto aparecen articuladas en el interior de un discurso. Llamaremos, por el contrario, **elemento** a toda diferencia que no se articula discursivamente” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 176-177).

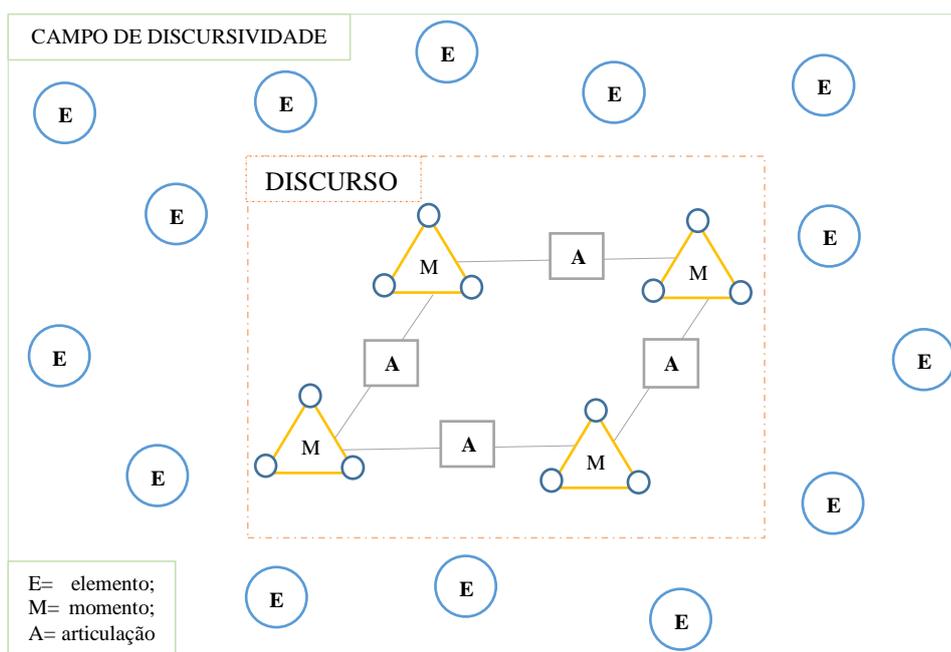


Figura 17 – Representação gráfica do discurso a partir da perspectiva de Laclau e Mouffe
 Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ferreira (2011).

Neste sentido, o discurso é uma construção social que procura “conferir significado à realidade a partir de alguns sentidos”, no entanto será sempre uma construção “instável” que “está em permanente disputa” (SILVA, 2014, p.203). Tal instabilidade se dá justamente porque os sentidos produzidos por um discurso, além de precários e contingentes, são limitados por outros discursos exteriores, produtores de sentidos que lhe são contrários e, que, justamente por isso, não lhe permitem ter um caráter “finalístico”. Assim, a expansão de sentidos de um dado discurso é bloqueada “pela presença de seu corte antagonico”, ou seja, da “impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou finalístico, a toda lógica discursiva” (MENDONÇA, 2009, p. 161). Mas, ainda que o antagonismo represente um limite à construção discursiva, representa igualmente sua “própria condição de existência”, visto que é por esta condição antagonica que os significados continuamente serão questionados, levando à necessidade de serem repensados.

Portanto, a necessidade “da construção de um discurso, surge na luta por hegemonia, motivada pelo antagonismo à posição hegemônica dominante” (CARVALHO, 2015, p.53). E, de acordo com Silva (2014), os discursos buscam tornarem-se hegemônicos, ou melhor, buscam fazer com que seus sentidos se universalizem, para que “as práticas e a significação atribuída a uma matéria sejam dadas como naturais”. Todavia, mesmo que um discurso venha a tornar-se hegemônico, no sentido proposto por Laclau e Mouffe (1987), os significados propostos por este se

constituirão sempre em um “campo cercado de antagonismos”, impedindo-os de tornarem-se “totalidade social”. Assim sendo, quando diferentes sujeitos, trazendo consigo diferentes significados da realidade, se unem em torno de um ponto nodal para contraporem-se a um discurso hegemônico, “essa prática articulatória, justamente por abarcar identidades diversas em torno de um antagonismo comum, gera um ponto nodal cujo significado é vazio, ou seja, não representa as identidades envolvidas, tamanha a sua amplitude” (CARVALHO, 2015, p.55). O significante vazio ocorre, então, pela existência de um grande número de sentidos em um dado discurso, “a ponto de tal discurso perder seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas”. Assim, “um significante vazio é, ainda, um discurso capaz de impor-se num contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica” (MENDONÇA, 2009, p. 165).

Dessa forma, a partir desta explanação sobre discurso e a possibilidade premente de que ele possa se tornar um significante vazio, passaremos à discussão sobre suas possibilidades no contexto das organizações – âmbito de nosso maior interesse para a análise empírica. Neste sentido, nosso esforço será compreender em que medida essa construção de práticas articulatórias, que busca reunir identidades diferentes em torno de uma proposta comum, acontece nos contextos organizacionais de cooperativas de crédito rural solidárias, em meio a processos pautados por uma complexidade das relações e por interações que não são totalmente controladas pelas organizações, ainda que haja um esforço para tal. Neste contexto, a comunicação organizacional se apresenta como o lugar de embate entre os novos sentidos que chegam à organização por meio do Sistema ao qual esta foi incorporada e os sentidos já existentes, que precisam se adaptar.

3.1 “É preciso ser dependente para ser autônomo⁶⁷”: o discurso das (nas) organizações

Organizações e sujeitos são “forças em relação que não podem ser subestimadas” (BALDISSERA, 2014, p. 09).

Com base na noção de discurso apresentada no item anterior, pretendemos aqui demonstrar as diferentes formas que este pode se apresentar no âmbito das organizações. Para tanto, partimos da discussão de Baldissera (2007; 2009; 2014), sobre a comunicação e a identidade organizacional e, sobretudo, sobre as dimensões que podem ser assumidas

⁶⁷ (MORIN, 2008, p. 184).

pela comunicação organizacional quando analisada a partir do Paradigma da Complexidade de Edgar Morin. Procuramos, neste íterim, compreender em que medida o pensamento complexo, ao vislumbrar as interações nas organizações, nos permite uma operacionalização da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1987). Em outras palavras, é possível utilizar a Teoria do Discurso fundada por tais intelectuais na problematização de interações deflagradas em meio aos contextos organizacionais, a partir de uma aproximação com a noção de complexidade proposta por Morin (2008)?

Primeiramente, cumpre-nos ressaltar que o pensamento complexo começa a tomar forma com as discussões acerca da primazia do paradigma da cientificidade baseado nas ciências naturais, cujo escopo fundamenta-se nas noções de quantificação, repetibilidade e rigor. Questionando estas noções e sua primazia no campo científico, abrem-se novas propostas para pensar o mundo científico e o mundo social sem a separação exaltada por este paradigma. Assim, como afirmam Curvello e Scroferneker (2008, p. 05), “o pensamento complexo extrapola, portanto, os limites do pensamento linear, herdeiro de uma visão mecanicista do mundo”, admitindo que “tudo está em constante construção e renegociação”. Portanto, segundo Morin (2008, p. 192), através do “método da complexidade” somos convocados a “pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, (...) para reestabelecemos as articulações entre o que foi separado” e, com base nesta nova postura “tentarmos compreender a multidimensionalidade” sem que nos esqueçamos das “totalidades integradoras”.

Assim, ao pensarmos as organizações seguindo os pressupostos da complexidade, podemos considerá-las como associações “de sujeitos que, coordenadamente, combinam esforços (habilidades e competências)”, visando o alcance dos objetivos destas, os quais, “de modo geral considerados objetivos comuns” (BALDISSERA, 2014, p. 06). Como o mesmo autor assevera, embora os sujeitos em uma organização unam-se em torno de uma finalidade comum, permanecem com seus interesses particulares que “se atualizam no ‘ser’ organização e, tensionados aos objetivos comuns, a constituem”. Disto decorre que uma organização vai além daquilo que é considerado fim comum aos sujeitos que a constituem e também dos objetivos particulares que estes trazem para o seu interior (BALDISSERA, 2014, p. 06).

De forma complementar, para Baldissera (2007, p. 240), a construção e a transformação da identidade organizacional acontecem no processo de interação entre sujeitos e organizações, visto que estes sujeitos “não nascem com as identidades dos grupos a que pertencem, não se trata de algo inato”. Essa identidade vai sendo moldada no relacionamento entre os objetivos particulares e os objetivos comuns que uniram os

sujeitos em organizações e, neste ínterim, é possível aos sujeitos conhecer “a significação do que seja ser membro de um determinado grupo cultural, seu lugar na estrutura social e as regras e normas que definem como deve portar-se frente ao ‘outro’”, por meio do conjunto de significação que representa o grupo (BALDISSERA, 2007, p. 240).

Da mesma forma, as identidades dos sujeitos não são únicas, estáticas, perfeitamente completas, mas são moldadas (e remoldadas) no contato entre diferentes sujeitos que, mesmo ao buscarem uma identidade estável – como pode acontecer quando se unem em organizações – ainda são permeados por sua identidade incompleta, antagônica e, simultaneamente, complementar. Assim, ao pensarmos “os sujeitos em relação” percebemos que estes “são movidos por muitos e diferentes estímulos, percepções, desejos, objetivos e competências”, os quais ao serem tensionados “atualizam-se em forças diversas e multidirecionais que fazem com que a identidade organizacional seja (re)tecida permanentemente” (BALDISSERA, 2007, p.231).

Baldissera (2014, p. 09) afirma que ainda que as organizações possam – ou se empenhem em – impor uma “dada linha interpretativa” aos seus membros, elas vão, de alguma forma, tentar saber mais sobre estes sujeitos, conhecendo seus “códigos culturais”, para que possam “construir e oferecer discursos que, de alguma forma, possam neutralizar as resistências e gerar simpatia”. Deste modo, estes sujeitos, reconhecendo no discurso da organização algo de si, tenderão a se identificar de uma forma mais efetiva com ela.

Logo, admitimos, de acordo com Silva (2008), que é a relação entre sujeitos e organizações que garante a base para a comunicação organizacional. O autor elucida igualmente que “estar em relação, pôr em relação, perceber as zonas de intersecção, gerir e administrar os relacionamentos” é o que dá forma aos processos de comunicação organizacional, admitindo ainda que neste contexto relacional convivem, “ao mesmo tempo, conflito e cooperação” (SILVA, 2008, p. 07).

Portanto, pensar a comunicação organizacional a partir do paradigma da complexidade, é reconhecer, conforme Baldissera (2009, p. 117) sua “diversidade de possibilidades e realizações”, entendendo-a “como processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (BALDISSERA, 2009, p. 116). Para este autor, pensada dessa forma, a comunicação organizacional irá apresentar três dimensões em permanente tensionamento entre si e numa relação de interdependência: a) a *Organização comunicada*, que se refere aos “processos formais e, até, disciplinadores, da fala autorizada; àquilo que a organização seleciona de sua identidade” com o objetivo de obter reconhecimento público, legitimidade para seus processos e também

“autoelogio”. (BALDISSERA, 2009, p. 118); b) a *Organização comunicante*, a qual representa “todo processo comunicacional que se atualiza quando, de alguma forma e em algum nível, qualquer sujeito (pessoa, público) estabelecer relação com a organização” (BALDISSERA, 2009, p. 118); e c) a *Organização falada*, cuja esfera refere-se aos “processos de comunicação informal indiretos (...) que se realizam fora do âmbito organizacional e que dizem respeito à organização” (BALDISSERA, 2009, p. 119).

Estas três dimensões da comunicação organizacional permitem-nos compreender as diferentes formações discursivas no interior das organizações, representando tanto os interesses conjuntos desta quanto os objetivos particulares que seus membros trazem e buscam realizar em sua interação com a organização. Cabe salientar que, o paradigma da complexidade, nos auxilia a tomar nas organizações estas dimensões de forma integrada, com o mesmo peso em seus processos e relacionamentos, pois somente assim, será possível compreender as identidades e discursos – fragmentados e mutantes.

Seguindo por esse viés, nos questionamos: como pensar o esforço discursivo feito pelas organizações de cooperativismo de crédito rural solidário neste contexto das incorporações? Mais do que isso, como pensá-las a partir das transformações estruturais que sofreram nos últimos anos, após serem incorporadas pelo Sistema Cresol? Na tentativa de articularmos argumentos capazes de responder a estes questionamentos, partimos do pressuposto que a tentativa de fixação de significados, em torno de um discurso comum nestas organizações, nos auxilia a compreender em que medida a própria construção discursiva da cooperação na Cresol Tombos e suas unidades tende a se tornar um significante vazio em meio a uma prática altamente complexa de significações e pautas econômicas que passam a adentrar o cotidiano desses sujeitos rurais.

4 Os lugares discursivos da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário na Cresol Tombos e suas unidades

Partindo então dos pressupostos teóricos sobre discurso e organizações, nesta seção nossa proposta é proceder à análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo com as organizações cooperativas vinculadas à Cresol Tombos, na Zona da Mata de Minas Gerais. Como foi dito na apresentação deste trabalho, a Cresol Tombos possui seis unidades – além da própria sede em Tombos. Cada uma dessas unidades, é considerada como uma cooperativa (daí que em determinados momentos do texto,

usaremos a expressão no plural), embora estejam todas formalmente representadas pela sede.

Deste modo, para apresentar o lugar discursivo da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário como um indício acerca da ameaça à adaptação de sujeitos que podem encontrar dificuldades para o acesso aos serviços financeiros nestas organizações, partimos do pressuposto de que sua apreensão tem como base a relação sujeito, discurso e identidade, além de se conformar de maneiras distintas entre aqueles que ocupam algum tipo de cargo formal no Sistema Cresol (como contratado ou “diretor liberado”) e aqueles que estão ligados à cooperativa como associados ou como diretores comuns. Dessa forma, nos subitemos em que se divide este item, apresentaremos, num primeiro momento, os resultados referentes ao discurso *da* organização, do ponto de vista formal, institucionalizado, com base nos dados das observações em pré-assembleias e na Assembleia Geral. E, em seguida, abordaremos os resultados atinentes aos discursos que emergem *na* organização.

4.1 Discurso autorizado, discurso instrumentalizado: o discurso da organização

As assembleias gerais de cooperativas sempre me pareceram o verdadeiro espaço de discussão e debate sobre os rumos da organização, os incômodos e divergências dos associados e as condições financeiras e políticas em que a organização se encontra e quais pretende alcançar. E as pré-assembleias – estratégia utilizada pelas cooperativas rurais para alcançar as demandas dos associados em suas comunidades – sempre me remeteram às descrições que ouvi sobre as reuniões nas comunidades, como um espaço em que o agricultor – simples, nem sempre com alguma escolaridade formal ou mesmo o militante, integrado nas organizações e nos movimentos sociais rurais – poderia se expor e apresentar suas dúvidas e opiniões, ainda que estas fossem banais ou óbvias. Eu imaginava um local simples das comunidades – o pátio de uma escola, o salão de uma igreja – com uma quantidade de cadeiras suficientes para uns tantos agricultores e agricultoras que, naquele momento, teriam contato mais próximo com os dirigentes que elegeram para representá-los na administração formal da cooperativa. Seria um espaço de conversa, de discussão entre diretores e associados, em que estes últimos apresentariam os problemas que, naquela comunidade (ou município), poderiam ser solucionados por meio da atuação da cooperativa de crédito. Ou ainda, as necessidades específicas daqueles agricultores em relação ao acesso ao crédito e aos serviços a ele relacionados. Enfim, um espaço em que a realidade de um grupo específico, atendido pela cooperativa, pudesse

ser abertamente discutida e inserida nos planejamentos da organização de alguma forma, já que a assembleia geral poderia talvez representar um espaço em que os agricultores não se sentiriam completamente à vontade para expor suas opiniões e, dado o número de presentes, poderiam não ter tempo suficiente para isso.

Foi com esse tipo de imagem mental que, em março de 2015, iniciei a primeira parte da pesquisa de campo com as observações das pré-assembleias da Cresol Tombos. Em cada um dos seis municípios em que estão instalados os PACs seria realizada uma pré-assembleia cujas discussões seriam levadas à assembleia geral, em Tombos, no final do mesmo mês. Embora tivesse partido para o campo propriamente dito sabendo que as pré-assembleias, neste caso, seriam maiores do que aquilo que minha imaginação havia construído, as pré-assembleias da Cresol Tombos foram realmente além do que eu poderia supor. Das seis pré-assembleias realizadas, eu só consegui estar presente em quatro⁶⁸, que me deixaram extremamente impressionada em vários sentidos, os quais tentarei descrever aqui.

A primeira pré-assembleia em que estive estava marcada para o fim de tarde de uma sexta-feira em um local que eu não me preocupei em descobrir com antecedência, acreditando que por ser em uma cidade pequena e como eu sabia onde “era” a cooperativa – “era”, no passado, porque a sede estava em outro local – não me perderia. Para minha sorte, neste caso, realmente não tive maiores problemas para encontrar o local, pois logo ao entrar na cidade, saindo da rodovia, um enorme balão com o logotipo e as cores do Sistema Cresol me chamou a atenção. Admirada, achando que ali poderia ser uma nova sede, ao passar em frente ao local, tentei olhar no interior, quando enxerguei uma faixa dando as boas-vindas aos associados que chegariam para a pré-assembleia (Figura 18).

⁶⁸ Como em alguns trechos desta tese serão utilizados trechos das falas proferidas por alguns dos entrevistados durante as pré-assembleias e a Assembleia Geral Ordinária, optamos por não identificar as cidades a que nos referimos em cada descrição. Portanto, as pré-assembleias serão identificadas por números (Pré-assembleia 1, Pré-assembleia 2, Pré-assembleia 3 e Pré-assembleia 4).



Figura 18 – O balão da Cresol e a faixa de boas-vindas na Pré-assembleia 1.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Ao adentrar o local, deparei-me com um salão suntuosamente decorado e preparado para receber aproximadamente uns quinhentos agricultores – o que na minha ingenuidade acreditei ser espaço para umas duzentas pessoas, e já era muito! –; dois rapazes fazendo teste de som e tocando músicas “modernas” em volume elevado (como nos preparativos para uma grande festa); uma equipe de cozinha preparando uma grande quantidade de cachorro quente para servir no final; uma mesa de brindes para serem sorteados entre os agricultores associados que estivessem presentes e a divulgação de uma empresa de implementos agrícolas, do lado de fora, expondo seus produtos (dois dos quais foram itens de sorteio para os associados) e entregando folders publicitários (Figura 19).



Figura 19 – Aspectos da organização da Pré-Assembleia 1 da Cresol Tombos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A pré-assembleia 1 – que foi também a primeira das seis unidades da Cresol Tombos –, longe dos meus mais doces pensamentos, foi um espaço de confraternização, de festa entre agricultores e representantes do Sistema Cresol – incluindo aqui os próprios diretores –, um momento de encontro, de festejo, mas principalmente, um espaço dedicado quase que exclusivamente para prestação de contas do exercício social das sete unidades de atendimento da Cresol Tombos, o que, sinceramente, foi o que mais me impressionou, sobretudo após as outras três pré-assembleias em que estive presente.

Para a pré-assembleia 2, novamente não me preocupei em confirmar em qual local seria, acreditando que, numa cidade menor que a anterior, seria impossível não encontrar um local em que estariam reunidas muitas pessoas. Além disso, desta vez, eu já contava com a presença do balão da Cresol na calçada. Entretanto, apesar de toda a hospitalidade local – todos a quem pedi informações foram bastante atenciosos e prestativos –, a única informação concreta sobre o lugar de realização da pré-assembleia estava desatualizada e eu acabei por ficar passeando pelas ruas da cidade à procura do balão da Cresol e de alguma aglomeração. E, quando estava quase desistindo da busca, eis que encontro não o balão, mas o carro da Cresol estacionado bem perto de onde seria a pré-assembleia.

O local havia sido alterado de última hora (do salão paroquial para a sede da Sociedade São Vicente de Paula) justamente por causa do número de associados (e agricultores interessados em se associar) esperados. Um local espaçoso o suficiente para acomodar os associados do município, seguindo a decoração “padrão” da pré-assembleia anterior – mesa central arrumada e com flores; vasos de plantas e flores espalhados pelo salão, espaço ao lado da mesa central para os brindes e banners sobre os produtos e parceiros da Cresol no município espalhados pelas paredes. O balão da Cresol estava lá, não na calçada, mas do lado de dentro do portão (Figura 20).

Havia, como na pré-assembleia 1, um funcionário extremamente simpático e solícito recebendo os agricultores na porta de entrada e encaminhando-os para a mesa em que estava o livro de presença, o qual deveriam assinar antes de entrar. E enquanto os associados iam entrando, acomodando-se nas cadeiras, foi feita uma apresentação musical por dois senhores que tocaram viola e acordeom e cantaram “modas de viola”. E, diferente de outros inícios, ao tomar o microfone para iniciar a pré-assembleia, o presidente da Cresol Tombos convidou um dos associados presentes para fazer uma oração⁶⁹ e dar início à apresentação dos dados sobre a cooperativa.

⁶⁹ A transcrição completa da oração está no Anexo A desta tese. Acreditamos ser importante apresentá-la neste trabalho, pois no discurso deste interlocutor é possível perceber, através das expressões e conceitos utilizados, uma mescla entre elementos religiosos e elementos de militância político-social, caracterizando, como afirma FREITAS (2011, p. 75), o espaço da mística habitualmente presente nas reuniões entre os



Figura 20 – Aspectos da organização da Pré-assembleia 2 da Cresol Tombos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Na pré-assembleia seguinte – a terceira na minha lista – diferente das cidades anteriores, já havia alguns agricultores ao redor do local – um salão de festas amplo, afastado do centro da cidade – com muita antecedência ao horário estipulado para o início da reunião (Figura 21). Foi nesta pré-assembleia que eu tive tempo de contar, por cima, a quantidade de cadeiras que estava disponível para os associados e, ao perceber que neste lugar menor, visivelmente com menos cadeiras dispostas, cabiam mais de duzentas cadeiras, me dei conta da magnitude da pré-assembleia 1. Se aqui havia cadeira para mais de duzentos associados, lá teria, sem sombra de dúvidas assento para mais de quinhentos!

Mas, a pré-assembleia 3 foi mais simples – a decoração se concentrava somente na mesa principal e ao seu redor. No salão havia alguns banners e faixas espalhados –, menos formal e, apesar dos agricultores terem se adiantado para chegar, durante a apresentação dos dados sobre a cooperativa houve uma excessiva conversa paralela dos associados, um ruído que chegava a incomodar, mesmo já sabendo quais eram os dados e a sequência da apresentação. Contudo, a pré-assembleia 3 foi extremamente rápida!

agricultores, ou seja, o espaço da “manifestação simbólica da reflexão sobre a realidade e do sentido de união, da representação da identidade por causas comuns”, “momentos subjetivos e introspectivos que precedem as discussões e as decisões que compõem a pauta formal das reuniões”.

Mesmo seguindo todos os trâmites formais para sua realização, chegou ao fim muito mais cedo do que as anteriores. A sensação de que os agricultores não estavam nem um pouco interessados na apresentação dos dados da cooperativa como um todo foi muito forte nessa pré-assembleia e, talvez seja justamente pela falta de interesse que ali se sobressaia que os dados foram repassados com maior rapidez.



Figura 21 – Aspectos da organização da Pré-assembleia 3 da Cresol Tombos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Por fim, a Pré-assembleia 4 – a última em que estive e também a última na sequência das pré-assembleias – foi a mais simples em termos de decoração e local. A cooperativa fica no térreo do prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), um prédio de três andares que está em processo de construção. Somente os andares em que estão a cooperativa e o STR (térreo e primeiro andar, respectivamente) estão prontos (Figura 22). Por isso, a pré-assembleia foi em um salão, em construção, no último andar desse prédio que não foi decorado como nas outras pré-assembleias⁷⁰ e, pela sua falta de estrutura, não permitiu que todas as formalidades características fossem realizadas.

⁷⁰ Quando saí da pré-assembleia 4 acreditava que o motivo para que não houve a decoração e as formalidades características das pré-assembleias anteriores fosse o salão em construção e localizado no último andar de um prédio sem elevador. Mas, no decorrer das entrevistas e das muitas conversas informais que tive nesse período, descobri que cada unidade é responsável pelos gastos em relação à padronização de sua estrutura de acordo com as exigências do Sistema Cresol. E a unidade em que foi realizada a pré-



Figura 22 – Aspectos da Pré-assembleia 4 da Cresol Tombos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Havia uma quantidade pequena de cadeiras dispostas no salão, um pequeno balcão no fundo em que foram sendo montados os cachorros-quentes para serem servidos ao final; somente uma modesta decoração na parte da frente do salão, para que a apresentação de slides pudesse ser refletida e um único brinde para o sorteio final. A apresentação dos dados da cooperativa, feita pelo representante da Baser Minas, me pareceu muito fastidiosa para ele, pois transparecia desânimo e cansaço, sem nenhum entusiasmo (como o fora em outras anteriores).

Entretanto, o coordenador do PAC parecia muito animado com a pré-assembleia local, tanto que em diversos momentos foram elogiadas sua iniciativa e perseverança durante os dias que antecederam aquela reunião, pois ele convidou os associados pessoalmente para estarem presentes ali naquela tarde de sábado. E foi ele que, iniciando a reunião com os cooperados, dando as boas vindas, contou uma história⁷¹ sobre o Lobo e o Trabalhador associando-a à história da Cresol no município.

Durante a pré-assembleia, talvez tomada pelo mesmo cansaço do “apresentador” acerca daquelas mesmas informações repetidas em cada uma das pré-assembleias anteriores, a sensação era a de que tudo iria transcorrer sem maiores alterações ou participação dos associados que pudessem diferir daquilo que já havia sido visto. O salão era quente, não havia cadeiras para todos, reinava um silêncio respeitoso como em uma missa, as poucas crianças que acompanhavam os pais estavam devidamente sentadas e

assembleia 4 ainda estava em meio ao processo de padronização, já que era uma unidade com menor número de associados e, conseqüentemente, menor fluxo de recursos.

⁷¹ A transcrição desta história está no Anexo B desta tese, pois acreditamos trazer elementos significativos para complementar as análises realizadas.

quietas, fazendo parecer que havia uma espera silenciosa pelo final para que todos pudessem retomar suas atividades.

Contudo, assim que a apresentação formal foi encerrada e abriu-se espaço para que os agricultores perguntassem ou expusessem suas opiniões, ocorreu uma surpreendente participação dos associados! Além das tradicionais perguntas sobre as condições dos sorteios das campanhas lançadas pelo Sistema Cresol, houve perguntas sobre o Cartão Cresol, a solicitação de um caixa eletrônico para agilizar os serviços prestados pela cooperativa aos associados, sobretudo no que se refere aos extratos das contas; questionamentos sobre a adesão dos comerciantes locais ao cartão de crédito da Cresol e sua utilização pelos associados; sobre os juros do PRONAF; sobre a atuação do Sistema Cresol nos estados do sul e de outras cooperativas de crédito rural solidárias, etc. E, ao deixar o local, a sensação foi de que aquele grupo de agricultores, novos no relacionamento com uma cooperativa de crédito, traziam um impulso mais ativo para a cooperação, no sentido positivo e sincero do termo.

Ao final destas primeiras observações, o que realmente me impressionou foi perceber que as pré-assembleias, longe de serem um espaço para discussão sobre as questões do crédito, da agricultura e das organizações na área em que cada unidade atua, eram um espaço de encontro, de festejo e, principalmente, de estrita prestação de contas. E este último aspecto ficou evidente pela utilização de uma apresentação técnica, padronizada para todas as unidades trazendo informações como o que é a Cresol; qual é a sua área de abrangência no Brasil; qual a sua missão; quais foram os números da Cresol Tombos em relação aos empréstimos, depósitos em poupança, uso de cartões e conta corrente no último ano; a relação dos associados premiados nas campanhas realizadas ao longo do ano anterior; os projetos sociais da Cresol Tombos; as propagandas realizadas; a nova campanha de incentivo ao uso dos serviços da cooperativa pelos associados e seus prêmios e, por fim, o convite para a participação na Assembleia Geral Ordinária em Tombos no fim daquele mês (Figura 23).

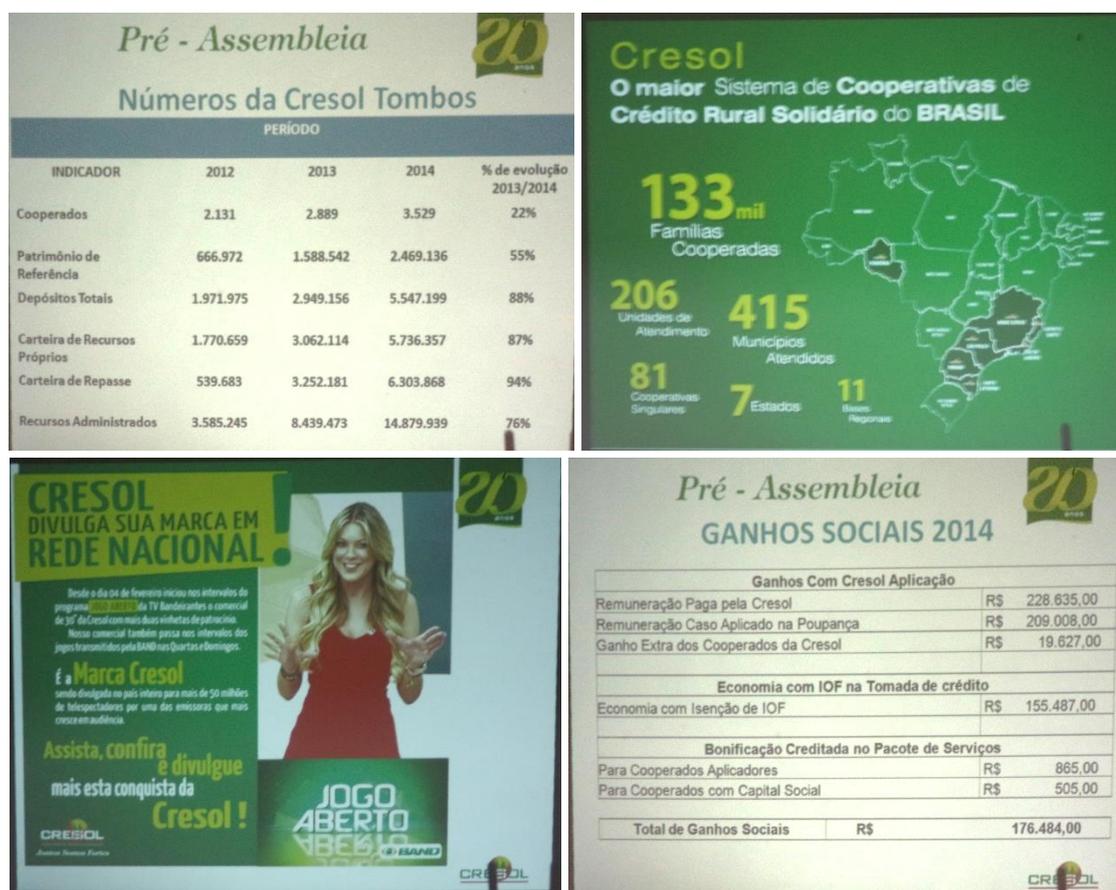


Figura 23 – Parte dos slides utilizados nas pré-assembleias da Cresol Tombos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A culminância desse processo de realização de pré-assembleias se deu com a Assembleia Geral Ordinária da Cresol Tombos no final de março de 2015, seguindo os parâmetros de decoração e organização semelhantes aos das pré-assembleias, mas numa escala muito ampliada. Fiquei sem palavras, verdadeiramente impressionada pela grandiosidade do evento, pela forma como as apresentações tanto dos diretores quanto das informações técnicas, administrativo-financeiras foram feitas – sobretudo pelo sincronismo para o encadeamento das informações – e pelo vazio de significado que, na minha opinião, este espaço se tornou para os agricultores associados. A decoração, a “formação da mesa do evento”, os uniformes, a execução do Hino Nacional e o discurso técnico remetiam a elementos que, ali reunidos, pareciam estar longe de fazer sentido para aquelas famílias (Figura 24). Fiquei com a impressão de que aquele era um grande evento para chamar a atenção não só dos associados, mas também de outros agricultores que ainda não conheciam a cooperativa. Contudo, apesar de todas as falas ressaltando o caráter diferencial da Cresol Tombos, como uma cooperativa solidária, voltada para atender os interesses dos agricultores familiares, estes momentos de reunião não se efetivavam como espaços de participação e discussão para os próprios agricultores,

justamente pela sua atual proporção, pela quantidade de pessoas presentes e, sobretudo pelo formato⁷². As pré-assembleias e a Assembleia Geral da Cresol Tombos configuram-se como espaços de um discurso instrumentalizado sobre a cooperação e o cooperativismo em que os próprios sujeitos que deveriam formar o campo discursivo do cooperativismo de crédito rural solidário estavam, muitas vezes, aguardando somente os sorteios de brindes e o lanche do final.



Figura 24 – Aspectos da Assembleia Geral Ordinária da Cresol Tombos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

E, para mim, representaram uma enxurrada de questionamentos sobre qual o significado da cooperação e do cooperativismo naquele contexto e quais os rumos que esta organização cooperativa estava assumindo no relacionamento com seus cooperados.

Mas, o que há de tão ruim nisso tudo? Pouca coisa, além do fato de tornar o discurso destas cooperativas, tal como Laclau e Mouffe (1987) o conceituam (conjunto

⁷² Outro aspecto que só foi possível apreender ao final da pesquisa de campo é que o formato (organização, decoração, temas a serem discutidos, sugestões de sequência, etc.) dos momentos coletivos observados durante a pesquisa de campo vem de um planejamento prévio do Sistema Cresol, através do Infocos. Este Instituto de Formação é responsável por desenvolver as formas de realizar cada uma das formações, reuniões, cursos e afins realizados pelas cooperativas e Bases de Serviço. E nem sempre há uma adequação do formato à realidade da unidade que o implementa.

de práticas e ações articuladas para conferir sentido ao social), cada vez mais próximo do discurso das instituições financeiras comuns e das cooperativas tradicionais, a partir do qual a cooperação e o cooperativismo de crédito rural solidário configuram-se como significantes vazios, ou seja, pontos nodais em que os discursos referentes aos valores e princípios basilares destas organizações – cooperação, a solidariedade, a ajuda mútua, o trabalho conjunto – encontram-se agregados a outros discursos – diferentes e até antagonísticos. Nada contra a confraternização e a prestação de contas, são duas instâncias importantes nestes momentos coletivos das pré-assembleias e da Assembleia Geral Ordinária. O que me preocupou foi elas terem se resumido a isso.

As falas a seguir trazem alguns destes elementos:

[a pré-assembleia] é o **momento que vocês têm de participar** e ver como foi o ano de 2014 na Cresol e nas suas unidades, na Cresol Tombos e suas sete unidades. **E aí, a diretoria vem, nesse momento, apresentar a vocês essa prestação de contas.** O que que foi desenvolvido, os números e o crescimento do ano de 2014. (Pré-assembleia 3, Cresol Tombos, 2015⁷³ – grifos nossos)

(...) a cooperativa é cada um de vocês. Nós que estamos aqui como diretores, apenas estamos coordenando, direcionando os trabalhos, mas ela só existe porque vocês confiam na cooperativa, tá indo lá... (Pré-assembleia 1, Cresol Tombos, 2015)

Neste sentido, podemos dizer, que há um discurso do Sistema Cresol, via diretores, funcionários e representantes da Base de Serviços mineira, cujo objetivo principal é reafirmar aos agricultores associados que eles são parte importante da organização. Este discurso é permeado de elementos que evidenciam o caráter formal da cooperação no âmbito destas cooperativas, tendo como foco a reafirmação sobre o pertencimento ao campo do cooperativismo solidário, sobre a importância da família e até mesmo na utilização do *slogan* “Juntos somos fortes”, presente nos cartazes, *outdoors* e no interior das próprias cooperativas. Percebemos então, que tal discurso representa o que Baldissera (2009) caracterizou como a dimensão da *organização comunicada*, visto que enaltece aspectos positivos da própria organização com o objetivo de criar identidade entre esta e os sujeitos que a compõem. Entretanto, a construção contraditória do discurso autorizado é permeada de elementos, cujo significado se confunde com as falas e crenças dos agricultores, no intuito de criar uma “simpatia” entre organizações e sujeitos.

⁷³ Todos os trechos de falas retirados das pré-assembleias e da assembleia geral da Cresol Tombos referem-se ao discurso da organização comunicada, ou seja, foram retirados do discurso institucional proferido por diretores ou representantes do Sistema Cresol.

O trecho a seguir, extraído de uma fala em uma das pré-assembleias da Cresol demonstra a ênfase no papel do associado como dono da organização, responsável pelos rumos que ela deve tomar. Entretanto, o mesmo trecho traz elementos que nos permitem questionar: uma vez que os agricultores são os donos da cooperativa porque eles deveriam ser considerados privilegiados ao receberem informações sobre a organização somente em uma determinada ocasião do ano?

(...) [a pré-assembleia] é um momento especial pra vocês. **Vocês são donos da cooperativa.** Então, **tem que se sentir donos realmente:** saber onde que vocês investiram suas cotas parte; saber como que tá a entidade que vocês são donos. **Se a gente abre um barzinho, um botequinho ali, a gente toma conta dele.** Se nós somos donos da Cresol, a gente também tem que tomar conta (Pré-assembleia 3, Cresol Tombos, 2015 – grifos nossos).

E o trecho seguinte complementa nosso raciocínio ao demonstrar que os agricultores, ainda que sejam donos, estão sendo “informados” sobre a situação atual de sua cooperativa. Além disso, há uma ênfase no fato de que a pré-assembleia representa um espaço, ou melhor, um momento em que “a cooperativa” (sua parte formal, burocrática representada pelos diretores) está “junto de seus cooperados”:

(...) nós vamos mostrar pra vocês, que **são os donos dessa cooperativa,** os donos desse banco, o que que tá acontecendo nessa cooperativa, **pra saber como que tá, se ela tá com saúde, se ela tá boa, se ela tá crescendo,** quais os produtos que tá tendo pra oferecer. Então, assim, **é um bate papo mesmo com o cooperado,** passando pro cooperado o que que a sua cooperativa tem. (...). E a gente deixa vocês bem à vontade, pras dúvidas que tiverem, pra tá perguntando, o que não entendeu pode pedir pra explicar de novo, que **hoje aqui é pra esclarecer pra vocês mesmo.** Por isso que a gente faz as pré-assembleias e preza muito esse momento, **é o momento da cooperativa está junto de seus cooperados...**” (Pré-assembleia 4, Cresol Tombos, 2015 – grifos nossos).

Percebemos, então, pelos elementos presentes nos trechos que representam o discurso autorizado, uma ênfase em aspectos como informações sobre a condição financeira da cooperativa; a responsabilidade dos associados como donos e também sobre a importância da cooperativa para as áreas rurais dos municípios em que ela atua. Estes elementos, presentes no discurso institucional, representam também os interesses dos agricultores associados e, como tais, não podem ser tomados como estritamente negativos. Entretanto, dado o contexto em que são proferidos – momentos coletivos de

cooperativas contam com um quadro social diversificado, cujos sujeitos não são estritamente os agricultores familiares que as constituíram. Estes quadros sociais são formados também por agricultores mais capitalizados, organizações voltadas para o comércio de implementos agrícolas e maquinário, além de pessoas que não possuem vínculo direto com a agricultura ou o possuem de forma indireta, através de pais ou parentes que vivem na roça. Dessa forma, estas cooperativas estão congregando objetivos outros que, por virem de sujeitos pertencentes a diversas posições econômico-sociais, podem entrar em conflito com a sua missão institucional: a inserção financeira dos agricultores menos capitalizados.

Logo, “é provável que as organizações, focadas em seus objetivos, procurem conhecer os códigos culturais de seus públicos (em algum nível)” e, a partir desta informação procurem “gerar discursivamente algo como um espelhamento dos valores dos públicos para que, ao reconhecerem seus próprios valores na fala organizacional, tendam a se identificar com ela” (BALDISSERA, 2014, p. 09). Mas, no contexto destas cooperativas e com a diversidade de sujeitos que compõem o seu público atualmente, este “espelhamento dos valores” pode ficar comprometido, visto que o discurso que identifica um, não necessariamente identifica o outro. Isto, então, abre espaço para que o discurso destas cooperativas, em relação à cooperação, seja composto de muitos significantes, que unidos em torno de um ponto nodal comum, seja adequado apenas para a proposta de uma instituição financeira, pois ao aceitar a associação de muitos tipos diferentes de sujeitos – de classes profissionais diferentes e até antagônicas e, conseqüentemente, níveis de renda díspares –, a proposta de ser uma cooperativa de crédito rural solidária, que deveria ser o discurso que uniria todos em torno da organização, perde-se e, com isso, já não identifica o discurso dos agricultores familiares que a constituíram nem o discurso daqueles – agricultores ou não – cujo interesse é obter serviços financeiros sem as dificuldades que encontrariam nos bancos atualmente (filas, greves, atendimento não personalizado).

Dessa forma, ainda que a cooperação instrumentalizada represente o discurso hegemônico da organização, outros sentidos sobre ela “gravitam” em torno deste significante vazio ou ponto nodal em um campo de discursividade⁷⁴ que funciona como

⁷⁴ Para Jorgensen e Phillips (2002, p. 27 – tradução nossa), a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe não traz uma definição clara sobre o campo de discursividade ou campo discursivo. Para as autoras, “não é totalmente claro se o campo da discursividade é uma massa relativamente não estruturada de todas as construções possíveis de significado ou se ele próprio é estruturado por dados discursos concorrentes”. Por isso, elas propõem uma separação entre essas duas possibilidades. Assim, o campo discursivo corresponderia a “todas as possíveis construções de sentido excluídas [do discurso hegemônico]” e a “gama ilimitada de discursos que lutam no mesmo terreno”, para elas, seria chamado de ordem de discurso.

um “reservatório para o ‘excedente de sentido’ produzido pela prática articulatória” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p. 27 – tradução nossa⁷⁵). Neste campo discursivo, outros significados para a cooperação – que levam a outros tipos de prática cooperativa – emergem na organização e se articulam entre os sujeitos, buscando inserir-se no discurso hegemônico, fissurando-o. Portanto, os significados excluídos do discurso hegemônico sobre a cooperação na Cresol Tombos e suas unidades, “a fim de criar uma unidade de sentido”, irão compor o campo de discursividade do cooperativismo de crédito rural solidário, ameaçando a hegemonia deste discurso instrumentalizado através de “outras formas de fixação de significados”. O subitem seguinte propõe-se, então, a apresentar os dados da pesquisa que correspondem aos discursos reunidos neste campo de discursividade.

4.2 “*Quais diferentes compreensões da realidade estão em jogo[?]*”⁷⁶: os discursos na organização

Como vimos, o discurso da organização traz a cooperação como um ponto nodal em que seu significado é reduzido para “encaixar-se” na proposta de uma instituição financeira legitimada em seu campo de atuação, o que reduz a sua polissemia em um contexto de cooperativas de crédito rural solidárias. Entretanto, há um campo discursivo em que outros significados sobre a cooperação coexistem e buscam, de certa forma, ganharem espaço no jogo discursivo. Neste campo de discursividade estão congregados aqueles sentidos que a cooperação e o cooperativismo de crédito rural solidário “tenha, ou tenha tido, em outros discursos” que, entretanto, foram excluídos pelo discurso hegemônico da organização (o discurso autorizado, da organização comunicada), “a fim de criar uma unidade de sentido” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p. 27) em torno do significado que melhor se encaixa aos interesses da organização.

No âmbito das cooperativas como um todo, os sujeitos sempre estiveram, discursivamente, em uma posição central. Foi por eles e para eles que as cooperativas foram um dia criadas. Neste sentido, entendemos que, se o discurso da organização comunicada em relação à cooperação, ao cooperativismo de crédito rural solidário e à solidariedade traz uma instrumentalização que o descaracteriza e exclui de seu rol outros

Acreditamos ser importante trazer essa crítica, pois na análise dos dados, trabalharemos com o campo discursivo como aquele em que os sentidos excluídos do discurso organizacional se localizam.

⁷⁵ “*reservoir for the ‘surplus of meaning’ produced by the articulatory practice*”. (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p. 27).

⁷⁶ “*What different understandings of reality are at stake [?]*” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p. 51).

significados – contrários ou somente dissonantes ao significado hegemônico – pertinentes à prática das cooperativas, é necessário apresentar, ainda que parcialmente, quais são estes significados e as diferentes formas que os sujeitos encontram para articulá-los no âmbito organizacional e para buscarem sentido para suas práticas, mantendo-se em um sistema vivo (ou “vivos” no sistema).

Nossa análise neste momento busca, assim, evidenciar que a proximidade de determinados sujeitos com o ambiente institucional do Sistema Cresol é fator de diferenciação entre os discursos que coexistem na organização. Mas, em que medida essa diferenciação entre os discursos é relevante para a análise a que nos propomos? Em termos discursivos, a separação entre os sujeitos nestas duas categorias principais – aqueles que representam a organização ou o Sistema, como diretores ou técnicos e os agricultores associados – nos permite evidenciar como a cooperação e o cooperativismo de crédito rural solidário se tornam significantes vazios no contexto destas cooperativas. Pois, de um lado, temos um discurso extremamente elaborado, contendo elementos que buscam afirmar tais significados como técnicas positivas e necessárias à operacionalização das cooperativas e, por outro lado, um discurso informal, menos elaborado, que evidencia outros significantes resultantes da prática no cotidiano dos sujeitos, suas famílias, comunidades e outros grupos aos quais pertencem.

Dessa forma, tal como nos demonstram Jorgensen e Phillips (2002, p. 27) se o “campo da discursividade é entendido como tudo fora do discurso, tudo que o discurso exclui” e, se “o discurso é sempre constituído em relação a uma lado de fora” – o que lhe confere um caráter precário e contingente, como afirmam Laclau e Mouffe (1987) –, há sempre a iminência de que os significados presentes no discurso hegemônico sejam, de alguma forma, transformados ou substituídos pelos significados presentes no campo de discursividade.

Entretanto, quais são os significados presentes no discurso hegemônico que tornam a cooperação um significante vazio no âmbito destas organizações?

Numa primeira aproximação ao discurso dos sujeitos participantes da pesquisa de campo como entrevistados, há uma predominância de elementos cujo cerne está na organização comunicada, na fala autorizada que ressalta aspectos positivos da organização em questão, para conferir sentido à cooperação e ao cooperativismo de crédito rural solidário. Dentre estes sujeitos estão os diretores liberados e os representantes da Baser Minas, os quais se mostram mais propensos a reproduzir um discurso em que estes significantes são tomados como meras ferramentas para que a organização se legitime como uma instituição financeira – aumentando o número de

associados, de movimentação financeira, de produtos e serviços oferecidos – sem que necessariamente mantenha-se condizente com os princípios e valores que orientaram a sua constituição. Todavia, tal discurso congrega elementos que, numa análise mais rápida, pode nos levar a acreditar que os significados atribuídos pelos agricultores à cooperação e ao cooperativismo de crédito rural solidário estão sendo efetivamente contemplados.

Os trechos seguintes ilustram parte desse discurso em que a cooperação e o cooperativismo de crédito rural solidário configuram-se como pontos nodais deste discurso instrumentalizado da organização:

(...) o pessoal muitas vezes tem gente que acaba achando, confundindo um pouco. Ele acha que a cooperativa ela é solidária, **a gente trabalha os princípios, mas não é uma casa de caridade.** (...) nós **somos cooperativa, mas é uma instituição financeira.** Então, assim, muitas vezes não entende. Mas eu defino que é isso que a cooperativa faz, sabe? **Interação solidária pra mim é os cooperados têm acesso à participação, têm acesso, né, aí a todas as informações que a cooperativa tem** e a Cresol dá ferramenta pra isso pro cooperado. Ele ser chamado pra uma assembleia, pra uma reunião, ele poder optar, ele ter direito às sobras, né, que é um diferencial. Então eu movimenteí, quanto mais eu movimenteí, mais eu tenho aí direito de participação. Então, assim, eu acho que isso é solidário. Mas, lembrando, que **ela precisa, tem que ter as taxinhas sim** porque senão ela não consegue sobreviver (Entrevistado 13, Espera Feliz, 2015 – grifos nossos).

Uma cooperativa de crédito rural solidária é **uma cooperativa que visa é, prestar serviços aos seus associados, financeiros** e esse solidário e essa interação, né, que o, acho que é o marco, né, que a cooperativa de crédito por si existe, essa interação entre o quadro social, **a proximidade, né, da transparência e interação** que faz com que ela seja **uma cooperativa diferente.** O associado se sente dono realmente, essa é a diferença, **ele se sente dono porque tudo é transparente, né?** A questão do crédito rural aí também (Entrevistado 9, Tombos, 2015 – grifos nossos).

Ao observarmos estes fragmentos de discurso, algumas expressões chamam a nossa atenção, pois congregam elementos característicos dos sujeitos que estão diretamente vinculados à organização como representantes do Sistema Cresol e outros que se apresentam como antagônicos no próprio jogo discursivo. Neste sentido, expressões como “a gente trabalha os princípios [do cooperativismo], mas não é uma casa de caridade”, “interação solidária (...) é ter acesso à participação”, “é uma instituição financeira”; “prestar serviços [financeiros] aos seus associados”; “uma cooperativa diferente”, “ele se sente dono porque é tudo transparente” etc., congregam elementos de um discurso da organização comunicada – instituição financeira, interação solidária, prestação de serviços – que convergem no que se refere a uma tentativa de homogeneizar

e hegemonizar os significados presentes neste campo discursivo, mesclando elementos cujos significados condizem com os discursos dos associados – princípios do cooperativismo, participação, cooperativa diferente, como veremos mais a frente.

Além disso, podemos evidenciar elementos técnicos, resultantes das formações oferecidas pelo Sistema Cresol àqueles que os representam em âmbito regional e local e da participação destes sujeitos em outros espaços de discussão sobre o cooperativismo de crédito em contextos mais amplos⁷⁷, posto que parte das expressões em destaque – “eixo do desenvolvimento sustentável”; “interação homem, natureza e bem estar social das famílias”; “evolução do cooperado como produtor”; “manutenção da vida no campo” – trazem conceitos e informações técnicas que não fazem necessariamente parte do universo de significados dos associados como um todo. Os trechos seguintes evidenciam tais aspectos:

Olha, a minha definição de **uma cooperativa de crédito rural é uma instituição financeira que presta serviços financeiros para a agricultura familiar**, pro desenvolvimento da agricultura familiar. (...). Usar os mecanismos financeiros para o desenvolvimento sustentável lá das famílias de agricultor, combater o êxodo rural, os jovens sair da roça pra vim pra cidade, tirar isso da cabeça do jovem (...). Mas eu acho que assim, **a cooperativa tem esse papel de fazer esse desenvolvimento através do serviço financeiro** (Entrevistado 1, Tombos, 2015 – grifos nossos).

Uma cooperativa que pensa no bem-estar do cooperado, a evolução dele enquanto produtor, enquanto agricultor... uma cooperativa **que pensa no meio ambiente, que pensa no futuro das gerações**, né? Cooperativa que pode até custear, mas não investir diretamente nesses usos abusivo de defensivo químico, destruindo não só a natureza, mas as pessoas que fazem uso. **Uma cooperativa que seja capaz de interagir, né, homem, natureza e bem-estar social da família** (Entrevistado 5, Tombos, 2015 – grifos nossos).

É importante ressaltar que os sujeitos cujas falas foram destacadas até aqui, além do fato de estarem no Sistema Cresol por vínculo empregatício, como diretor liberado (fator importante em sua identidade, pois que é de onde provêm seus rendimentos) ou representante da Base de Serviços, também possuem, em sua maioria, ensino superior completo (apenas um possui ensino médio, mas sempre realizou cursos e formações sobre cooperativismo). Entretanto, isso se inverte quando observamos o vínculo com a

⁷⁷ É importante ressaltar que, com a entrada do Sistema Cresol no universo destas cooperativas, o número de formações e cursos oferecidos para os diretores, técnicos, colaboradores e representantes da Base Regional de Serviços foi ampliado, trazendo novos elementos discursivos para o cotidiano destes sujeitos. São elementos técnicos e acadêmicos que os gestores do Sistema são incentivados a utilizar em seu discurso e que, em casos específicos, o distanciam do discurso de grande parte dos agricultores associados.

agricultura: apenas dois o possuem de forma direta, mas não o exercem com uma grande frequência, dada a agenda de compromissos em relação ao Sistema Cresol que precisam cumprir. Estes sujeitos, do sexo masculino, estão na faixa etária entre 32 e 38 anos e, estão inseridos na cooperativa e em suas discussões desde as primeiras formações, entre 2002 e 2003.

Dessa forma, podemos inferir que estas cooperativas tendem a instrumentalizar o discurso da cooperação ao assumirem o discurso institucional, advindo em última instância do Sistema Financeiro Nacional, como diretiva de suas ações e no relacionamento com seus associados, ao mesmo tempo em que procuram construir identidade com estes através da comunicação organizacional. Como afirma Baldissera (2007, p. 241) “é muito provável que as organizações ajam atualizando jogos relacionais estratégicos”, para o que “selecionam e distribuem informações (constroem discursos)”, cujo interesse principal é “‘colar’ ou ‘implantar’ elementos simbólicos nas fissuras, nas falhas, nas depressões, nos vácuos que se apresentam quando da associação de diferentes identidades e culturas”. Nestes espaços, as organizações procuram então “fazer emergir identidades organizacionais unificadas pela continuidade, pela coesão, pela coerência”.

Logo, na tentativa de unir as identidades dos sujeitos à identidade destas organizações, a cooperação e o próprio cooperativismo de crédito rural solidário têm seus significados postos em suspenso no campo da discursividade, em favor de uma redução estratégica dos sentidos, para que, em ocasiões específicas, possam acionar determinados sentidos não incluídos no discurso hegemônico e instrumentalizado, como se estes não tivessem sido excluídos do discurso da organização. Já que, como afirmam Jorgensen e Phillips (2002, p. 24 – tradução nossa⁷⁸) um “significado nunca pode ser, em última análise, fixo e isto abre caminho para constantes lutas sociais (...) com os consequentes efeitos sociais”.

Sendo assim, ainda que o significado predominante em relação à cooperação e ao cooperativismo de crédito rural solidário no contexto pesquisado seja aquele vinculado à dimensão da organização comunicada, outros significados continuam a existir em seu campo discursivo, entre os sujeitos. E estes significados, ainda que momentaneamente periféricos em relação ao discurso do Sistema, orientam as ações e práticas entre os agricultores e os levam a atuar na organização e sobre os significados fixados por esta de forma a questioná-los.

⁷⁸ “*Meaning can never be ultimately fixed and this opens up the way for constant social struggles (...) with resulting social effects*” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p. 24).

Neste sentido, os significados contidos nestes discursos possuem uma proximidade maior com o contexto de vida dos agricultores associados à Cresol Tombos e suas unidades, no dia a dia de suas comunidades e municípios. Contudo, tais discursos não estão exclusivamente vinculados aos associados que não possuem cargos de representação nas cooperativas, parte dos diretores que compõem o conselho de administração da Cresol Tombos, apesar de inseridos no Sistema por meio de um vínculo institucional e com participação ativa nas formações e reuniões oferecidas, têm seus discursos permeados por elementos que divergem do discurso organizacional. Muitos destes diretores ainda residem no meio rural e, por isso, lidam direta e diariamente com as dificuldades inerentes a este contexto. Por isso, o discurso destes sujeitos, mesmo que em alguns casos seja permeado por elementos do discurso autorizado, está em relação constante com os sentidos atribuídos pelos agricultores (associados ou não) à cooperação e, talvez por este motivo, inclua elementos questionadores da forma como as cooperativas vêm tratando a cooperação e a solidariedade em sua atuação.

Neste sentido, o campo discursivo do discurso da cooperação entre estes entrevistados na Cresol Tombos demonstra não só a existência de outros significados para este signo, mas também de elementos que nos impelem a examinar mais detidamente a forma como o discurso hegemônico e instrumentalizado é recebido por estes sujeitos e ressignificado em sua prática diária. O trecho seguinte é emblemático:

Olha, esse é que é um complicado, sabe? Porque quando se fala de solidário a gente teria que ver uma coisa, uma coisa diferente, que seria ser solidário. Agora, como que eu vou ser... e muitas coisas não consigo ser solidário por causa das normas, das leis, das regras e aí eu não posso ser. Uma coisa que o pessoal no início tinha muito, essa questão de solidariedade, essa questão de aval. E o cara pensava “eu vou pegar um empréstimo, preciso de aval. Ah... meu compadre avaliza pra mim e eu avalizo pra ele e nós estamos resolvido”. (...). Embora esse é o objetivo, cooperativa de crédito solidária..., mas... não sei até quando que nós vamos realmente ser solidários... (Entrevistado 11, Simonésia, 2015 – grifos nossos).

Observando a fala deste entrevistado ao ser questionado sobre o que seria, para ele, uma cooperativa de crédito rural solidária, percebemos que há uma ênfase em aspectos que remontam a algo que a organização deveria ser – “teria que ver uma coisa, uma coisa diferente, que seria ser solidário” –, a elementos que a caracterizariam como solidária, mas que não se efetivam na prática de uma cooperativa de crédito que está imersa em uma realidade diferente daquela para a qual foi criada, uma vez que há uma preocupação maior do Sistema em seguir as normas, as diretrizes do Sistema Financeiro

Nacional sem questioná-las ou tentar adaptá-las para a que as cooperativas continuem a atuar entre os agricultores menos capitalizados, como faziam em seus primeiros anos – como lembra o entrevistado em relação às formas de aval para empréstimos. Este entrevistado, um senhor de mais de 50 anos, que estudou até a 4ª série do ensino fundamental, residente no meio rural – de onde provêm a maior parte de seus rendimentos –, mas com um histórico de atuação nas organizações e movimentos de agricultores familiares desde a sua juventude, traz em seu discurso ainda o questionamento sobre até quando as cooperativas conseguirão ser efetivamente solidárias.

Do mesmo modo, o discurso dos agricultores associados, que não ocupam nenhum cargo no Sistema Cresol, trazem uma compreensão da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário como conformadoras de uma relação harmoniosa e durável entre a cooperativa e seus associados que, entretanto, talvez não exista no contexto da Cresol Tombos atualmente ou que apenas tenha deixado alguns resquícios de sua existência pretérita. As falas seguintes trazem parte dos elementos que nos ajudam a compreender melhor esta inferência:

Então, eu pra mim, essa cooperativa ela teria que ser... vamos supor que ela fosse municipal e que fosse, tivesse a regional e fizesse... aí **seria trabalhar a realidade do município**, do município. (...) o que que a gente pensou pra dentro do nosso município? Fosse que **atendesse a necessidade dos agricultores**, (...). É o nosso sonho, que **fosse aquele banco que fosse da gente**. (...). **Que hoje essa cooperativa aqui, o pessoal não conhece os associado, é muito grande**. Aí eu não sei se isso aí facilita ou se complica (Entrevistada 8, Tombos, 2015 – grifos nossos).

Então, aí que eu acho que **a cooperativa deveria, é, ser mais solidário com os agricultores**, né. é... assim, emprestar um dinheiro com juros mais baixo, **os agricultores ter mais direito de entrar lá** (...). Então eu acho que a cooperativa de crédito deveria ser mais solidária com os trabalhadores. E pesquisar bem e ser... **pra ajudar, né, e não pra atrapalhar**, né (Entrevistada 18, Espera Feliz, 2015 – grifos nossos).

Assim, observamos sob este aspecto discursivo acerca do que os associados consideram como uma cooperativa de crédito rural solidária, a presença de expressões como: “trabalhar a realidade do município”, “atendesse as necessidades dos agricultores”; “aquele banco que fosse da gente” que evidenciam o lugar de fala e o contexto em que se inserem tais sujeitos, já que essas duas entrevistadas, ambas com mais de 50 anos, a primeira, com um curso técnico como grau de escolaridade e a segunda com ensino fundamental incompleto, são residentes no meio rural, atuantes nas organizações de agricultores de seus municípios e comunidades desde a década de 1980 e,

consequentemente, envolvidas nas discussões e questões da cooperativa de crédito desde a sua constituição. Demonstram, igualmente, que os elementos que caracterizam seus discursos estão ligados às suas necessidades específicas e a forma como entendem que uma cooperativa de crédito pode atuar para auxiliar seus associados a atendê-las em seus contextos cotidianos.

De forma complementar, o trecho seguinte traz elementos que remetem diretamente a aspectos anteriores de operacionalização da cooperativa e aos significados da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário que gravitam neste campo de discursividade:

Definiria como a Ecosol no início. Ela tinha assim, **ela era o espaço do agricultor e o agricultor opinava, né?** Ele tinha o direito de opinar, né? Porque tirava do agricultor ali a diretoria. **Era a gente que decidia**, o juro, a forma de empréstimo, quando que a pessoa vai poder pegar o empréstimo, consegui filiar... **tudo a gente que definia!** Então eu acho que isso aí é que o verdadeiro cooperativismo de crédito da economia solidária (Entrevistada 3, Tombos, 2015 – grifos nossos).

A trecho de fala desta entrevistada – uma senhora de aproximadamente 50 anos, que possui vínculo direto com a agricultura e reside no meio rural, de onde provém parte de seus rendimentos, com um histórico de participação em movimentos sociais rurais e outras organizações de agricultores familiares de seu município – traz referências a forma de atuação da cooperativa quando ainda estava vinculada ao Sistema Ecosol. À parte o fato deste Sistema não ter conseguido manter-se operando no Sistema Financeiro Nacional por dificuldades operacionais e financeiras, que iam além das unidades mineiras, o discurso apresentado nos permite reconhecer significados alusivos a um cooperativismo de crédito rural solidário que já existiu entre esses sujeitos, ainda que não tenha sido capaz de sobreviver aos impositivos mercadológicos e legais. Dessa forma, expressões como “era o espaço do agricultor”, “o agricultor opinava”, “era a gente que decidia”, “tudo a gente que definia” – em destaque na fala citada – nos mostram que no campo discursivo da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário, para os agricultores que formam a Cresol Tombos e suas unidades, elementos ligados à participação, à decisão, à expressão de suas necessidades são importantes para o discurso que os representa (Figura 26). Além disso, é preciso considerar que a entrevistada se afirma como agricultora – não só neste pequeno trecho de entrevista, mas durante toda a conversa que tivemos –, como parte dos sujeitos que formam a cooperativa, incluindo-se entre os agricultores que deveriam opinar, decidir. Esta é uma diferença expressiva entre o discurso que permeia a organização comunicante e o discurso da organização

comunicada, pois neste último, os agricultores são considerados como os outros, um grupo do qual não fazemos parte⁷⁹.

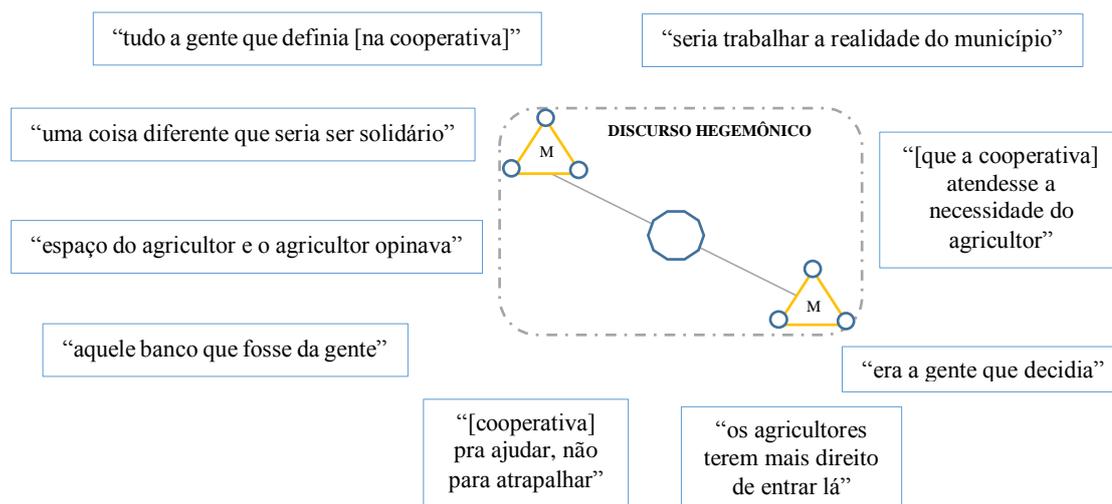


Figura 26 – Campo da discursividade da Cresol Tombos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Portanto, ao analisarmos as formas de apresentação do discurso sobre a cooperação e o cooperativismo de crédito rural solidário entre os sujeitos vinculados a Cresol Tombos, compreendemos que estas são expressões que possuem significados diferentes e, em determinados casos, antagônicos entre os dois grupos de sujeitos a que nos referimos anteriormente. Para aqueles que estão ocupando algum tipo de cargo no Sistema Cresol, os elementos do discurso, além de serem técnicos ou baseados em conceitos acadêmicos (desenvolvimento, sustentabilidade, instituição financeira), mantiveram-se sempre em estreita relação com a esfera de atuação do Sistema a que estão vinculados, evidenciando aspectos da sua prática. Já no caso dos agricultores associados (ou de parte do conselho de administração), em alguns casos, a própria presença da expressão “rural solidária” no questionamento, causava espanto ou estranheza, pois para estes sujeitos, ser uma cooperativa de crédito rural já remetia à cooperação e à solidariedade como elementos discursivos orientadores desta organização. E, mesmo nos casos em que os entrevistados apresentavam alguma dificuldade para expressar-se em relação a estes significados – como no caso da epígrafe que abre o capítulo –, foi possível perceber, através da inserção neste contexto específico durante a realização da pesquisa,

⁷⁹ Tanto as falas colocadas no item 4.1 quanto as que iniciam esse subitem trazem expressões que nos permitem fazer esta inferência: “Por isso que a gente faz as pré-assembleias e preza muito esse momento, é o momento da cooperativa está junto de seus cooperados...” (Pré-assembleia 4, Cresol Tombos, 2015); “Usar os mecanismos financeiros para o desenvolvimento sustentável lá das famílias de agricultor” (Entrevistado 1, Tombos, 2015), por exemplo.

que tais sujeitos efetivamente compreendiam os propósitos da organização e a sua influência para que estes se concretizem ao longo do tempo.

Neste sentido, entendemos que as articulações discursivas em torno destes significantes ainda trazem uma multiplicidade de sentidos, do ponto de vista das experiências dos agricultores associados, posto que para estes sujeitos cooperação e solidariedade são práticas inerentes ao cooperativismo de crédito rural solidário, que não precisam ser reafirmadas ou frequentemente lembradas por treinamentos ou formações, mas experienciadas em sua relação com a cooperativa e seus membros.

5 Apontamentos finais

Quais diferentes compreensões da realidade estão em jogo, onde elas se encontram em oposição antagônica umas em relação às outras? E quais são as consequências sociais se uma ou outra vence e hegemonicamente fecha o significado do significante flutuante? (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p.51 – tradução nossa⁸⁰)

Ao serem incorporadas pelo Sistema Cresol em meados de 2012, as cooperativas de crédito rural solidárias juridicamente vinculadas à Cresol Tombos na Zona da Mata de Minas Gerais trouxeram para o seu contexto novas práticas organizacionais, uma padronização mais expressiva de seus procedimentos e, conseqüentemente, outros significados para a cooperação e o próprio cooperativismo de crédito rural solidário, a partir da experiência deste Sistema organizador. Para além das questões técnicas implicadas nesta incorporação entre os Sistemas, tais organizações encontram-se em um cenário socioeconômico e político complexo em que figuram, por um lado, as normas e regras que precisam cumprir – como qualquer outra instituição financeira no país – e que se materializam no discurso formal, autorizado, na dimensão da organização comunicada. E, por outro, a compreensão dos agricultores associados sobre a forma de atuação destas organizações, com base nos significados que trazem para a cooperação e na solidariedade a partir de seu cotidiano, a qual acarreta implicações que perpassam o posicionamento político destas cooperativas no meio rural, qual seja, lugar de inserção dos agricultores no Sistema Financeiro Nacional.

Assim, ao entendermos o discurso como uma forma de redução da polissemia entre os elementos que o constituem, em torno de um ponto nodal que visa congregar os

⁸⁰ “*What different understandings of reality are at stake, where are they in antagonistic opposition to one another? And what are the social consequences if the one or the other wins out and hegemonically pins down the meaning of the floating signifier?*” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p.51).

diferentes significados sem, no entanto, contemplá-los efetivamente na prática, compreendemos que, tal como nos demonstra a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1987), os sujeitos precisarão orientar sua ação num campo discursivo que cria práticas articulatórias visando unir grupos diferentes em torno de uma causa comum, o que leva as organizações pesquisadas a precisarem lidar com uma série de tensionamentos que vão além do que é institucional. Logo, os significados excluídos do discurso hegemônico – neste caso, o discurso da organização comunicada – permanecem em um campo de discursividade em que coexistem e buscam encontrar fissuras que permitam-lhes ganhar espaço entre o significado dominante, tentando levar ao que Ferreira (2011) chama de “deslocamentos” entre os sentidos que os sujeitos conferem a determinados elementos discursivos, numa tentativa de reestabelecer aquilo que foi desestabilizado pelo discurso antagônico.

Deste modo, para o caso da Cresol Tomos e suas unidades, quando o discurso da organização comunicada em relação à cooperação e ao cooperativismo de crédito rural solidário – permeado de elementos técnicos, burocráticos e padronizadores – direciona a organização para uma atuação que exclui os múltiplos significados que estes termos apresentam para o grupo que constitui estas cooperativas, há um risco destas passarem a operar como instituições financeiras comuns ou como uma cooperativa de crédito tradicional, afastando-se definitivamente de sua missão institucional. E é neste aspecto que entendemos que o discurso da cooperação se torna um significante vazio, deslocado do cotidiano dos sujeitos que formam estas organizações. Já que, como afirma Baldissera (2007, p. 238), quando há uma tentativa da organização em criar com os sujeitos que a compõem uma “identificação para com os fazeres organizacionais – suas políticas, princípios e procedimentos”, estritamente visando a total “simpatia” destes para com a atuação da organização, podem lhe advir determinados problemas, tais como a “estagnação dos processos” ou a “cristalização da própria organização”.

Por fim, ainda que os discursos da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário se apresentem instrumentalizados no âmbito da organização comunicada, existem ainda práticas inerentes ao cotidiano dos agricultores associados, como reminiscências de práticas anteriores da organização que um dia motivaram a sua constituição e que justamente por este motivo mantêm estes sujeitos em uma constante disputa de sentidos na prática discursiva das cooperativas.

Contudo, esta disputa é também uma forma de (re)apropriação do sentido perdido pelo contraste das identidades agregadas em torno de um discurso unificado que não abre espaço para a diversidade de significados e elementos que tornam o cooperativismo de

crédito rural solidário uma prática cooperativa “diferenciada”, como afirmam parte dos entrevistados. Estes fatores contribuem, então, para que os sujeitos busquem determinadas formas para lidar com esse contexto em que os discursos em torno do cooperativismo de crédito rural solidário expressam o que se pretende conservar da identidade organizacional, sem, contudo, coincidir com a sua prática cotidiana no meio rural. Portanto, ainda que a instrumentalização do discurso da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário tenda a minar a capacidade autopoietica desta organização enquanto sistema social, reduzindo as possibilidades de inter-relacionamento dos significados que estes podem adquirir entre os sujeitos a um discurso unificado, insurgem, entre os agricultores, diferentes formas de resistência – verbais ou não verbais; explícitas ou implícitas –, como táticas destes sujeitos para manter aqueles significados que acreditam serem adequados a este contexto, ainda que estes permaneçam na periferia do discurso hegemônico.

Neste sentido, pensando estes Sistemas num contexto de incorporação e os discursos que aí se configuram, nossa análise se deslocará, no próximo capítulo, para a esfera cotidiana destes sujeitos, com a proposta de descortinar a produção de novas formas de interação dos sujeitos frente à tentativa de cristalização das formas pelo sistema.

DESLOCAMENTO III – Cotidianos

Capítulo 3 – “A gente sabe que cooperativa sem cooperados não existe...⁸¹”: interações sociais no cotidiano da Cresol Tombos e suas unidades

1 Apontamentos iniciais

O social situado, com sua trama de interações, é a nossa *almofada* de afazeres onde se *sentam* os rendilhados da vida social. Mas o questionamento desta não se esgota em meros beliscos de interpretação microsociológica. Há que se ter em conta os *moldes* sociais, os chamados *piques* que nos permitem ver como o social se reflete na vida dos indivíduos, nos fios sociais que eles vão tecendo em interação (PAIS, 2013, p. 115).

A epígrafe que abre este capítulo é de um artigo publicado em 2013 – “O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa” –, cujo autor – José Machado Pais, um pesquisador português que tem como campo de estudos a “sociologia do cotidiano” – realiza uma analogia entre o fazer sociológico, a realidade social e o trabalho de mulheres rendeiras de bilros na “orla marítima de Portugal” (PAIS, 2013). A renda de bilros é um tipo de artesanato em que a renda “é produzida pelo cruzamento sucessivo ou entremeado de fios têxteis, executado sobre o pique e com a ajuda de alfinetes e dos bilros” (REDE ePORTUGUÊSe, 2011, s/n). Os bilros são pequenos artefatos de madeira, nos quais há uma extremidade arredondada e uma outra onde é enrolada a linha que será utilizada para dar forma ao “desenho” da renda. Este tipo de trabalho é normalmente feito em almofadas, utilizando “modelagens (*piques*) [que] são feitas com papelão ou cartão grosso, adequadamente perfurado com o desenho que se pretende inscrever” (PAIS, 2013, p. 111-112). Antes de iniciar o desenho, as rendeiras *beliscam* o papelão, como um jeito de reconhecer o espaço onde o futuro desenho irá ser definitivamente traçado e rendado. Assim, o autor descreve a realidade social como a *almofada* em que são *rendilhados* os afazeres da vida cotidiana. Neste sentido, para apreender a realidade é necessária uma análise que vai além dos aspectos microsociológicos. É preciso considerar os *moldes sociais*, já que estes “refletem experiências de vida que entrelaçam heranças culturais num cotidiano vivido”. Para ele, de acordo com essa analogia, “as rendas não são apenas entrançamentos de fios de algodão ou de linho, são também junções de fios de vida tecidos na urdidura da experiência” (PAIS, 2013, p. 108) e, por isso, propõe que se realize uma “prática artesanal da pesquisa”.

⁸¹ (Planejamento Estratégico Participativo, Espera Feliz, 2015).

Mas, qual a importância dessa analogia para esta tese, especificamente para a análise que nos propomos neste capítulo?

Conforme descrito nos capítulos anteriores, no contexto atual em que se encontram as cooperativas de crédito rural solidárias com as quais realizamos nossa pesquisa, percebemos um cenário sociopolítico complexo em que figuram, por um lado, normas e regras que precisam ser cumpridas por estas cooperativas enquanto instituições financeiras; e, por outro, as diferentes compreensões dos associados sobre a forma de atuação das cooperativas.

Assim, ainda que o discurso hegemônico entre os sujeitos que formam a Cresol Tombos e suas unidades busque congregar diferentes significados em torno de um significante vazio, redutor de possibilidades de sentido, há um campo de discursividade onde coexistem significados em permanente disputa por espaço. Dessa forma, mesmo que existam, no âmbito do sistema, novas regras, padronizações e uma instrumentalização do discurso que resultam na alteração das práticas organizacionais destas cooperativas, permanecem, no âmbito das relações entre os sujeitos que compõem tais organizações, as articulações e a criação de novas formas de se relacionar com as normas, com as imposições e as padronizações. Neste sentido, a interação entre as cooperativas e os sujeitos que as constituem passa a ser permeada pelos tensionamentos que daí decorrem, já que ambos têm interesse em manter o relacionamento.

Além disso, considerando que uma cooperativa representa a união de pessoas que têm como objetivo suprir uma determinada carência econômica, podemos inferir que em uma cooperativa de crédito rural solidária os associados intentam – ou intentaram em algum momento – construir dinâmicas de relacionamento capazes de auxiliá-los tanto na gestão da organização quanto na interação com a cooperativa e com os outros associados. Especificamente, no contexto da Cresol Tombos e suas unidades, ainda que haja um esforço da organização para padronizar suas práticas e a forma de inclusão e permanência dos sujeitos no Sistema – tais como as formações que “ensinam” a conduta adequada para os seus componentes –, percebemos que estes sujeitos encontram maneiras de driblar tais imposições com o propósito de adaptar e remodelar a realidade em que se inserem em relação às cooperativas.

Dessa forma, neste capítulo, nossa proposta foi nos voltarmos aos dados, indícios, pistas e sinais que nos auxiliassem a compreender as relações sociais, as interações entre os sujeitos que constituem a Cresol Tombos e suas seis unidades de atendimento, a partir de um olhar voltado para as experiências cotidianas. Tal como nos demonstra Pais (2013) através de sua analogia com o trabalho das rendeiras de bilros, pretendemos apresentar o

“entrançamento de fios” que materializam os “rendilhados” da vida cotidiana destes sujeitos, a partir dos “piques” que refletem suas “experiências” frente ao processo de incorporação dos Sistemas. Neste sentido, acreditamos que somente a análise realizada em relação ao sistema, ao campo de discursividade e aos elementos que os formam, evidenciando processos hegemônicos, poderia suprimir elementos importantes que gravitam em tal contexto, uma vez que estes não são claramente visíveis nas estruturas e componentes do sistema, tampouco em formações discursivas hegemônicas. Entretanto, a presença destes elementos pode ser inferida nos tensionamentos que insurgem na relação entre associados e cooperativa por meio de um conjunto de táticas ou ações que os sujeitos se utilizam para lidar com as formas que lhes são impostas no convívio institucional. Logo, ao buscar evidenciar estes aspectos, pretendemos demonstrar que os sujeitos, para além das impossibilidades discutidas nos capítulos anteriores, criam maneiras e caminhos alternativos para garantir seu relacionamento com a organização.

Sendo assim, utilizamos como perspectivas teóricas a noção de sociabilidade cunhada por Georg Simmel, complementada pela noção de cotidiano apresentada por Michel de Certeau. Para Simmel (2006), a sociabilidade é uma “forma pura” de interação social, através da qual os sujeitos dão forma e também vitalidade às relações sociais. Em relação às formas, este autor afirma que há uma tendência de que determinadas interações se formalizem e constituam formas sociais independentes do conteúdo que as motivou a surgirem. Assim, no contexto da sociedade moderna, há uma tendência a que estas formas institucionais percam seu vínculo com a sociedade, tornando-se “ossificadas”. Portanto, Simmel irá apresentar a sociabilidade como um operador analítico capaz de auxiliar na compreensão das relações sociais na sociedade moderna, em que os sujeitos encontram maneiras de “jogar” com a vida social, o que, de certa forma, lhe confere vitalidade. Já em relação ao cotidiano, Certeau (1998) o apresenta como o espaço em que o “homem comum” arquiteta suas práticas ou “maneiras de fazer” com vistas a lidar com a “ordem dominante” em que está inserido. Neste espaço, os sujeitos irão desenvolver o que o autor chama de “táticas”, ou seja, procedimentos que lhes permitem tolerar as ações, as interações e os discursos que são impostos em seu contexto. No entanto, estas táticas não são necessariamente “visíveis” a todos os sujeitos envolvidos na relação cotidiana; elas são desencadeadas em momentos que se abrem no cotidiano às ressignificações, à inventividade, enfim, às “astúcias” dos sujeitos que não detêm o poder. De acordo com o autor, estas táticas permitem que os sujeitos permaneçam em interação com as instituições e organizações da vida moderna sem, necessariamente, sucumbirem às suas imposições. Percebemos, assim, o cotidiano como o espaço de expressão das sociabilidades entre os

sujeitos e, no caso da Cresol Tombos, um âmbito fecundo de abertura de possibilidades em relação aos dados de pesquisa que nos proporcionou observar o modo como táticas e “astúcias” de sujeitos que não detém o poder, se manifestam na lida cotidiana com essas instituições.

Logo, o objetivo deste capítulo foi compreender as interações sociais que se delineiam entre as cooperativas pesquisadas e seus associados num contexto em que os formatos institucionais tendem a cristalizarem-se. Além disso, o capítulo se propõe a compreender o cotidiano como o espaço em que as interações sociais entre os sujeitos acontecem, considerando a necessidade de transformação e de ressignificação dos sentidos envolvidos nestas relações atualmente. Nossa discussão centra-se no questionamento acerca de quão abertos estão os formatos institucionais, na Cresol Tombos, à “vitalidade”, ao dinâmico e mutante conteúdo que os associados trazem para o seu interior. Neste sentido, de acordo com a capacidade de adaptação destes formatos institucionais aos conteúdos que cada sujeito ou grupo de sujeitos vinculados a estas cooperativas traz, outras interações são geradas em seu cotidiano, dando espaço para formas de sociabilidade diferentes daquelas que ali existiam.

Desse modo, procuramos apresentar o posicionamento dos sujeitos e as “maneiras de fazer” que estes utilizam para lidar com o Sistema e suas formas padronizadas, demonstrando quais são os limites e quais são as possibilidades que se delineiam na interação destas organizações com os sujeitos que a constituem. Para tanto, utilizamos principalmente as anotações de diário de campo – transformadas em narrativas – resultantes da observação do cotidiano destes sujeitos em interação, por entendermos que estes foram os espaços em que as relações sociais se apresentavam com um menor nível de formalização, tanto para a pesquisadora quanto para os sujeitos participantes da pesquisa. Tais dados foram complementados por trechos e falas retirados das entrevistas, com o propósito de ilustrar determinadas situações.

Assim, este capítulo se subdividirá da seguinte forma: o próximo tópico (2) apresenta a perspectiva teórica de Georg Simmel sobre sociabilidade e os conceitos que a ela se ligam. O tópico 3 por sua vez, ainda dentro das discussões teóricas, traz uma aproximação acerca do conceito de cotidiano nas ciências sociais e na abordagem de Michel de Certeau. Por fim, o tópico 4, se propõe a analisar o posicionamento dos sujeitos e as “maneiras de fazer” que estes utilizam para lidar com o Sistema e seus formatos institucionais, compreendendo que, para além da tentativa de cristalização das formas e instrumentalização dos discursos pelo Sistema, é preciso considerar-se o papel

proeminente dos sujeitos, neste contexto, por meio das diferentes interações que estes se utilizam para modificar as relações e abrir espaço para (re)invenções em seu cotidiano.

2 “Como se assegura, na vida social, a continuidade da ação espontânea?”⁸² – as interações sociais a partir da perspectiva teórica de Georg Simmel

Entre o final do século XIX e o início do século XX, as sociedades passavam por grandes transformações que se refletiriam, ao longo do tempo, em diferentes aspectos constitutivos, estruturais e interacionais. Era o contexto em que “a indústria, o capitalismo e os centros urbanos” (SANCHIS, 2011) estavam em franca expansão, ocasionando uma consequente modificação nas maneiras como as relações sociais aconteciam. De acordo com Sanchis (2011, p. 857), neste momento, a “diversidade de círculos sociais”, o arrefecimento dos “vínculos que as relações tradicionais [anteriormente] permitiam” e o “novo modo de divisão do trabalho” levavam os sujeitos, sobretudo nos centros urbanos a “uma excitação permanente”, ao “sentimento de desamparo, solidão e a alienação dentro de uma cadeia de produção”. Ao mesmo tempo, este contexto de modificação das características que definiam a sociedade e que proporcionava aos sujeitos o aumento das formas de contato e de relacionamento, “introduz novas fontes de assimetria, dificultando os gestos e os sentimentos recíprocos” (COHN, 1998, p. 55).

Neste ínterim, diferentes intelectuais se interessam em estudar as transformações do período, abordando temas como o “capitalismo, a tecnologia, o status social, as classes sociais, (...), o dinheiro” (SANCHIS, 2011, p. 857), entre outros. Dentre estes intelectuais, Georg Simmel – filósofo e sociólogo alemão que viveu entre 1858 e 1918 e “empregou a metodologia de uma variedade de disciplinas para estudar fenômenos culturais” (OUTHWAITE, BOTTOMORE, 1996, p. 818) – propõem-se a investigar como os sujeitos lidam com a nova configuração de mundo na modernidade, as “formas específicas de interação”, e como reagem a estas condições, privilegiando “aspectos das experiências subjetivas” decorrentes das interações instauradas pela modernidade (SANCHIS, 2011).

De acordo com Tedesco (2007, p. 58) a proposta de Simmel é, com base na observação, problematizar as características que marcam as sociedades modernas, tais como a certeza, o conhecimento moderno e científico, as formalizações contratuais, por

⁸² (COHN, 1998, p.55)

meio de análises sobre suas “formas e manifestações”, sendo por isso, considerado como um “pensador da crise, de uma ruptura que se abre no meio social de sua época”. A configuração das sociedades modernas, caracterizadas pela ideia de contrato e formalização da ligação entre as pessoas, passam então a afetar os vínculos que se formam entre os sujeitos. “Simmel tragicamente evidencia a dificuldade de se assegurar a reciprocidade das ações” (MAIA, 2002, p. 10) neste tipo de sociedade, traçando, em sua análise sociológica, aspectos que constituem a ‘tragédia’ e a ‘ilusão’ do mundo moderno (FERREIRA, 2000). Sua proposta era, então, situar a Sociologia como um campo de estudos científicos, definindo, para tanto, aquilo que se configuraria como seu objeto principal de estudo.

Assim, Simmel baseia sua análise “na descoberta e identificação das formas de vida social” (PAIS, 2013), nas interações sociais entre os sujeitos na sociedade, levando em consideração as “tensões” e os “conflitos internos” a estas (BÁRBARA, 2014). Para ele, a sociedade deve ser entendida como a própria “interação entre os indivíduos” (SIMMEL, 2006),

como algo não estático, acabado, mas pelo contrário, como algo que acontece ou está acontecendo num constante fazer, desfazer e refazer, numa incessante vida de aproximação e de separação, de consenso e de conflito, competição, dominação-subordinação (...), de permanente vir-a-ser (HANKE, 2002, p. 02).

Neste sentido, nos estudos sociológicos, tal como experienciados a partir da perspectiva de Simmel, importa evidenciar a interação, a intersubjetividade e a relação que se dá entre sujeito e objeto (TEDESCO, 2007). Contudo, Simmel não concorda com a “postura colonizadora do sociólogo” que pretende compreender todos os aspectos e acontecimentos da sociedade. Para ele, a Sociologia como ciência deve utilizar “um *modo particular* de observação”, priorizando “um recorte, uma seleção, um aspecto do todo” (BÁRBARA, 2014, p. 96). Portanto, o foco da análise sociológica em Simmel destaca as interações sociais como objeto de estudo, a partir do qual é necessário estabelecer um conjunto de conceitos complementares.

Sendo assim, se a sociedade é constituída pela dinâmica de interações que acontecem entre sujeitos visando atender as suas necessidades, a investigação de Simmel busca compreender quais são os fundamentos destas interações, definindo, neste sentido, alguns conceitos como *sociação*⁸³, forma, conteúdo e sociabilidade. Primeiramente, a

⁸³ Para Moraes Filho, “tradutor e organizador da obra de Simmel”, a tradução correta do termo utilizado pelo sociólogo para denominar o “processo fundamental da interação, da relação recíproca” –

sociação é o processo através do qual, “indivíduos e grupos, impulsionados por interesses diversos (econômicos, religiosos, afetivos) se constituem em uma ‘unidade’ onde esses interesses podem ser realizados” (FRANÇA, 2014, p. 127). Deste modo,

Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, numa relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, [em que] exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles (SIMMEL, 2006, p. 60).

Todos estes fatores representam o que Simmel chama de “conteúdo” da sociação. De acordo com Saturnino Júnior (2012, p 03), estes conteúdos “podem ser tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados ou induzidos”. Entretanto, o mesmo autor afirma que, na perspectiva simmeliana, tais conteúdos “acomodam-se em formas sociais e delas não podem ser separados”. Ou seja, entendidos como aspectos particulares de cada indivíduo, os conteúdos impulsionam uma ação recíproca deste com outros indivíduos, através de formas sociais que “modelam e dão concretude aos [seus] interesses” (FRANÇA, 2014, p. 127). Estas formas, segundo Maia (2002, p. 06) podem ser caracterizadas por meio de duas definições: a primeira diz respeito a “‘modelos heurísticos’, no sentido de ‘construções mentais’” capazes de auxiliar nas pesquisas em que é preciso “ordenar e analisar a realidade social”; a segunda, “como produtos da interação social (...) ‘estruturas recorrentes’ que sublinham os conteúdos sempre mutantes das interações sociais”.

Assim, Simmel procura, através da apreensão das formas sociais, compreender “a multiplicidade e a complexidade das experiências da vida” (SANCHIS, 2011, p. 860), uma vez que determinadas formas, ao longo do tempo e a partir da “dinâmica da vida” (SATURNINO JÚNIOR, 2012), se emancipam dos conteúdos das interações sociais que um dia lhes deram origem e “passam a operar por sua própria conta, como receptáculos para relações que se ajustem a eles” (COHN, 1998). Esse movimento de emancipação das formas pode ser também caracterizado como um processo de “cristalização” destas (FRANÇA, 2014). Como afirma Simmel (2006, p. 64), as formas sociais “adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre dos conteúdos materiais”. Entretanto, é

Vergesellschaftung – é socialificação (HANKE, 2002, p. 02). Entretanto, o tradutor aponta “sociação” como o termo aproximado mais correto. Sanchis (2011, p. 858) também nos alerta em relação ao cuidado de não confundirmos sociação com socialização, pois, esta última “pressupõe muito mais a formação do sujeito a partir das determinações sociais”, ao contrário da ênfase nas interações entre os sujeitos, tal como propunha Simmel.

preciso considerar que, ainda que passem por um processo de emancipação/cristalização, as formas sociais não permanecem estagnadas, “estanques”, mas encontram-se em um constante processo de construção (SANCHIS, 2011), pois mesmo que os sujeitos “sigam práticas sociais rotinizadas e padrões institucionalizados de comportamento, colocam conteúdos particulares e variáveis nas formas gerais” (MAIA, 2002, p. 08), os quais são capazes de fazer frente às “regulamentações normativas”, ao “controle administrativo” ou ao “alcance político” a que estejam submetidos.

De tal modo, é exatamente nesse movimento de “autonomização” dos conteúdos que originaram as formas sociais que Simmel (2006) aponta o surgimento do “fenômeno da sociabilidade”, como a “forma lúdica de sociação” ou, como assevera Hanke (2002), uma das formas de interação social. França (2014, p. 128) apresenta o conceito de sociabilidade desenvolvido por Simmel como algo que se “distancia das relações formais da sociedade”, ou seja, uma categoria sociológica que remonta às relações que se estabelecem entre os sujeitos “frente a outras relações ‘funcionais’” resultantes da interação com determinadas formas sociais institucionalizadas. Neste sentido, a mesma autora irá dizer que a sociabilidade irá então circunscrever-se ao “domínio do festivo, da ‘conversa jogada fora’, [como momentos em que] os indivíduos se comprazem em estabelecer laços, e esses laços têm em si mesmos sua razão de ser”. Maia (2002, p. 09), por outro lado, citando Simmel (1997), traz o conceito de sociabilidade como um jogo em que os sujeitos “jogam/desempenham a sociedade”, no qual ela pode assumir diferentes formas como a conversação, o flerte ou a sedução. “A sociabilidade coloca, portanto, mais do que qualquer outra forma de sociação, o desafio de flagrar o instante de transição e de costura do social” (OLIVEIRA, VIEIRA, 2015, p.51). Portanto, a proposta de Simmel em torno da investigação sociológica a partir das interações sociais e, conseqüentemente, da sociabilidade não privilegia aspectos macro ou microsociológicos de maneira polarizada. Ao contrário disso, pressupõe que, considerando as “distinções” e “diferenças” entre tais correntes de pesquisa, possa-se “encontrar ferramentas conceituais apropriadas para apreender o modo pelo qual as dimensões ‘micro’ se relacionam com as do ‘macro’” (MAIA, 2002, p.14).

Neste sentido, entendemos que a “ferramenta conceitual” adequada para que possamos chegar à apreensão da sociabilidade em nosso contexto de pesquisa, encontra-se na noção teórica de cotidiano e nas “maneiras de fazer” dos sujeitos em interação, a partir da perspectiva de Michel de Certeau, tal como abordaremos no próximo item. Acreditamos que a sociabilidade, como forma pura de interação, está associada às táticas

ou astúcias dos sujeitos no cotidiano, àquilo de que lançam mão para lidar com as formas cristalizadas e com as imposições da vida moderna.

3 “O cotidiano se inventa de mil maneiras de *caça não autorizada*⁸⁴”: as práticas dos sujeitos em contexto sociais

No âmbito das ciências sociais, o cotidiano sempre foi tido como um espaço periférico, do senso comum e, por isso, relegado à margem das investigações científicas. Pensado por este ângulo, o cotidiano se refere àquilo que está circunscrito “ao dia a dia, à vida comum, às práticas usuais e corriqueiras que são inerentes a cada um e a todos os indivíduos”; características que lhe conferem um caráter de “tempo estendido, de monotonia, banalidade” (BRETAS; DUARTE, 2014, p.60). Segundo Leite (2010, p. 738) há uma “tendência convergente” nas ciências em considerar “o cotidiano como um campo da *rotina*”, o qual se expressa através do “grau de perenidade, continuidade, ou mesmo repetição das ações diárias”.

De acordo com Martins (2008, p. 52), ao considerarem o cotidiano como o espaço do repetitivo, da monotonia e do senso comum, as ciências sociais – entre o “século XIX e a primeira metade do século XX” – consequentemente, o admitiam como “desqualificado”, “destituído de verdade, fonte de equívocos e distorções”. No entanto, o mesmo autor irá afirmar que este posicionamento das ciências acarreta uma “crise” em relação às “grandes e definitivas certezas” que instauraram, levando-as, em um período recente, a priorizar “o homem comum imerso o cotidiano”. Assim, por meio da “noção de cotidiano”, “a história da sociedade” passa a ser contada através de “uma história humana das pessoas comuns”. (BRETAS; DUARTE, 2014, p.60). Ou seja,

O foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade de acontecimentos da vida cotidiana, dificilmente observados e capturados pelas pesquisas quantitativas, ganha importância nas sociedades contemporâneas e atrai o olhar e interesse de pesquisadores, seja como consumidores, seja como produtores de conhecimento (...). (STECANELA, 2009, p.65)

A partir disto, “o estigma do cotidiano como repetição gestual sem pensar, lugar do hábito corriqueiro e exaustivo”, como até então figurava, passa a ser complementado pela ideia de que neste há uma convivência “com outras atividades rotineiras agradáveis

⁸⁴ (CERTEAU, 1998, p. 38)

(...) e que não estão em contradição com as práticas espontâneas e inusitadas” (BRETAS; DUARTE, 2014, p.61). O cotidiano passa, então, a não mais se restringir ao espaço de vida comum, de práticas ordinárias e repetitivas; é também o espaço para a reflexão e para a invenção. Para estes autores, o cotidiano é “uma categoria da existência” em que a “realização da vida [é] marcada pela experiência” que auxilia os sujeitos na “compreensão das relações sociais” (BRETAS; DUARTE, 2014, p.60). Contudo, ainda que seja constituído de “regularidades normativamente esperadas”, “o cotidiano também se constitui de rupturas”, tal como afirma Leite (2010, p. 740) e de reinvenções dos modos de viver dos sujeitos (STECANELA, 2009). Desse modo, “é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão” (MARTINS, 2008, p. 57).

Dentre os autores que se dedicaram a pensar o cotidiano como um espaço de regularidades permeado por rupturas, reinvenções e ousadias, está Michel de Certeau, um estudioso francês, cuja formação em Filosofia, Letras Clássicas, História e Teologia contribuiu para que produzisse “uma obra densa e coerente [em que] a diversidade de seus objetos [atravessa] a maior parte dos campos de investigação das ciências humanas” (SOUSA FILHO, 2002, p.129). Como afirma GIARD (1998, p. 10), “pelo leque de seus interesses de estudo, pelo entrecruzamento dos métodos que pratica sem prestar vassalagem a nenhum deles, e pela diversidade de suas competências, Certeau intriga e desconcerta”.

Segundo Sousa Filho (2002), a proposta deste estudioso em suas pesquisas era procurar maneiras de “pensar o ‘estranho’ com o qual muitas vezes nos deparamos na vida coletiva” e “que também nos habita”. Neste sentido, Certeau procurava “captar as práticas no movimento de sua enunciação”, apresentando “um panorama que resgata a criatividade dos homens comuns, tantas vezes desprezada nas teorias que tendem a colocar em relevo a dimensão de conformismo e submissão ao poder instituído” (BITTENCOURT, 2012, p.186).

Mas, de que forma e através de quais conceitos Michel de Certeau realiza essa empreitada?

De acordo com Duran (2007, p.120), Certeau procede, em suas análises, a uma “inversão de perspectiva”, deslocando a atenção e a priorização, nestas análises, “dos produtos recebidos para a criação anônima”. Ele segue, assim, “uma lógica própria ao analisar a ação cotidiana em suas feições predominantemente conflitantes” (LEITE, 2010, p.745). Para Certeau, o cotidiano não será, definitivamente, constituído por “regularidades sociais”, mesmo que “possa ser formado por referenciais”. Em sua

proposta analítica, o cotidiano é arquitetado por “*procedimentos*” (LEITE, 2010, p. 746). Neste sentido, as práticas empreendidas pelos sujeitos sociais, ou melhor, “as maneiras de agir no seu cotidiano, como ler, caminhar, falar” e que se desenvolvem de formas “imperceptíveis aos sistemas” em que se inserem, representam o substrato que nos permite “compreender como determinados fatos acontecem” (SAMPAIO, FORTUNATO e BASTOS, 2013, p. 482). Como demonstra Sousa Filho (2002, p. 133):

Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se apropriam do espaço social e seus produtos através de maneiras ‘quase microbianas’, que proliferam no interior das estruturas do sistema, modificando seu funcionamento, mas também deturpando-o, ressignificando-o, lesando-o.

Dessa forma, Certeau irá propor “algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo, no ponto de partida, que são do tipo tático”, ou seja, aquilo que corresponde “às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia dos caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos” (CERTEAU, 1998, p.104). Para tanto, estabelece um par de conceitos complementares que irão orientar sua proposta analítica: as estratégias e as táticas. São estes conceitos trazem à sua proposta analítica uma ideia de cotidiano como “movimento” e o afastam da definição em que este era tido como “rotinização” (LEITE, 2010). Certeau irá, então, “rastrear nas práticas cotidianas dos homens comuns um ágil movimento”, a partir do qual tais sujeitos incrementam “maneiras próprias de sobreviver na selva das contradições impostas pelo sistema econômico-social” (BITTENCOURT, 2012, p. 187).

Neste sentido, as estratégias estão relacionadas às ações que partem de um sujeito, instituição ou organização, detentor de poder, com base no qual irão atuar tentando criar “uma espécie de demarcação espacial (uma trincheira, por assim dizer), cuja base permite gerir as ações em direção a exterioridades (alvos específicos)” (LEITE, 2010, p. 746). Nas palavras do próprio Certeau (1998, p. 99), a estratégia será “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. Dessa forma, para que possa se afirmar, a “estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio*” (em uma organização, uma empresa, em um meio de comunicação), o qual se configurará como “a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os

concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.)”.

A estas ações estratégicas contrapõem-se um conjunto de práticas que Certeau denomina de “táticas”, pois que são desencadeadas entremeio àqueles que não detêm poder. As táticas dos sujeitos no cotidiano são, assim, os “procedimentos” ou “maneiras de fazer” que estes sujeitos utilizam para lidar com o sistema dominante e suas imposições. (CERTEAU, 1998; SOUSA FILHO, 2002). Neste sentido, configuram, como afirma Certeau (1998, p 100) “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. Além disso, as táticas alteram “os objetos e os códigos (...), estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um” (DURAN, 2007, p.119), são, segundo Certeau (1998) a “arte do fraco”, cuja ação deverá “aproveitar as ‘ocasiões’” que se abrem a cada momento às ressignificações, à inventividade, enfim, às “astúcias” dos sujeitos.

No entanto, ainda que Certeau (1998) afirme que estas astúcias configuram uma “rede de antidisciplina” que irrompe como “resistência ou inércia com relação às imposições sociais” (SOUSA FILHO, 2002, p. 131), nelas é possível encontrarmos “indícios de uma re-apropriação saudável, criativa e pessoal do espaço e do uso das coisas” (BITTENCOURT, 2012, p. 188). Ou seja, ao priorizar a forma como “os mais fracos empreendem seus combates— silenciosos e sem propósitos políticos bem aceitos – para virar as regras de um contrato coercitivo favorável apenas aos fortes”, Certeau não pretende constatar o “fim do contrato social” (SOUSA FILHO, 2002, p. 134), mas demonstrar que, ainda que de forma implícita, os sujeitos resistem e se posicionam frente a um sistema socioeconômico e político que não necessariamente os considera como parte relevante e ativa.

Portanto, como argumentam Bretas e Duarte (2014, p. 61), compreender o cotidiano e suas nuances a partir dos conceitos expostos, permite-nos igualmente a compreensão “do lugar e da natureza da socialidade contemporânea”. Já que é através do estudo do cotidiano como espaço de rupturas, criatividade e inventividade que podemos perceber “a emergência do fragmentário, do indeterminado em uma pluralidade de fontes, inicialmente contraditórias, mas que se tornam coerentes (até certo ponto) ”.

4 “Uma criança ainda rabisca e suja seu livro escolar; mesmo que receba um castigo por esse crime, a criança ganha um espaço, assina aí sua existência de autor⁸⁵”: sociabilidades, táticas e processos de resistência entre os sujeitos na Cresol Tombos

Pais (2013) descreve, no mesmo texto citado nos apontamentos iniciais deste capítulo, um método de observação que utiliza em suas pesquisas sociológicas, o qual denomina como “observação de balcão”. De acordo com o autor, este método está baseado na forma como alguns artistas futuristas se portavam quando iam pintar uma casa e viam “uma pessoa debruçada sobre uma varanda [e, antes de começar a pintar], subiam até ela para experimentarem as sensações plásticas que se descobrem quando alguém se debruça no balcão de uma varanda” (PAIS, 2013, p. 111). Embora esse não fosse o propósito explícito do segundo momento da pesquisa com os associados da Cresol Tombos, pois, apesar de já estar com uma abordagem metodológica predefinida, ainda tentava me familiarizar com tais perspectivas, foi nesse momento, tal como na observação de balcão de Pais (2013), que pude estar em contato com a experiência cotidiana destes sujeitos, imersa em suas interações nos espaços que se tornaram possíveis.

Como 2015 era o ano do vigésimo aniversário do Sistema Cresol, no qual foram realizadas diferentes atividades e encontros, e também o ano em que estavam sendo realizadas reuniões e discussões acerca do Planejamento Estratégico do Sistema, em cada uma das cooperativas que o compõem, pude participar de duas atividades que não estavam programadas para a minha coleta de dados: o Encontro com as Lideranças Locais e a etapa do Planejamento Estratégico Participativo referente à Cresol Tombos e suas unidades.

O Encontro com as Lideranças Locais foi uma reunião organizada através do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), com a participação do presidente do instituto, dos diretores e agentes de crédito vinculados ao Sistema Cresol em Minas Gerais, dos presidentes, diretores e/ou secretários dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, outras cooperativas e associações dos municípios em que cada uma das sedes de cooperativas Cresol na Zona da Mata de Minas Gerais atua. A reunião referente à Cresol Tombos e suas unidades foi realizada em Espera Feliz e contou com uma reunião inicial, na parte da manhã, restrita ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal e uma reunião maior, na parte da tarde, aberta às lideranças locais, aos agentes de crédito e a outros interessados nas discussões sobre o cooperativismo de

⁸⁵ (CERTEAU, 1998, p. 94)

crédito rural solidário. A proposta dessa segunda parte – da qual pude participar – era discutir o futuro da agricultura familiar, partindo da seguinte questão: “O que será da agricultura familiar daqui a vinte anos?”

Neste sentido, a atividade foi descrita da seguinte forma:

o debate que nós vamos fazer aqui com vocês, ele tem a ver com um tema que tem gerado muita discussão, que tem gerado muito debate, que tem sido motivo pelo qual boa parte de nossas organizações têm debruçado tempo para discutir, que é justamente olhar o futuro da agricultura familiar; avaliar um pouco esse contexto que nós vivemos hoje, a realidade que nós vivemos no campo hoje, entendendo um pouco para onde que nós vamos caminhar com essa agricultura familiar (Encontro com as Lideranças Locais, Espera Feliz, 2015).

Com base nestes argumentos, a conversa foi guiada por uma apresentação onde constavam um conjunto de dados sobre a população do Estado, a divisão entre população urbana e rural, comparações entre a quantidade de homens e mulheres nas zonas urbana e rural dos municípios, o número de estabelecimentos rurais, os aspectos legais que caracterizam um agricultor familiar em Minas Gerais, entre outros dados estatísticos e de caracterização deste público específico. O discurso dessa apresentação trouxe dados sobre as novas ruralidades e o novo rural⁸⁶, apresentando para os presentes dados censitários que levaram ao questionamento sobre a sobrevivência da agricultura familiar, tal como os agricultores mineiros conhecem, no atual contexto socioeconômico em que está inserida. E, como decorrência disso, se as organizações de agricultores familiares, tais como a Cresol Tombos, também continuarão existindo num período de tempo mais longo.

⁸⁶ As discussões sobre o Novo Rural Brasileiro tiveram início na década de 1990 por meio de um projeto coordenado pelos Prof. José Graziano da Silva e Prof. Rodolfo Hoffmann do Núcleo de Estudos Agrícolas, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Este projeto foi chamado de Projeto Urbano e buscava traçar, através da pesquisa em diferentes regiões do país, uma caracterização do novo rural brasileiro, a partir das mudanças que se delineavam à época, como a inserção de novas atividades não agrícolas no dia-a-dia dos agricultores brasileiros e as novas relações entre o meio rural e urbano, demonstrando que o rural não mais se restringia ao agrícola (IZIQUE, 2000).

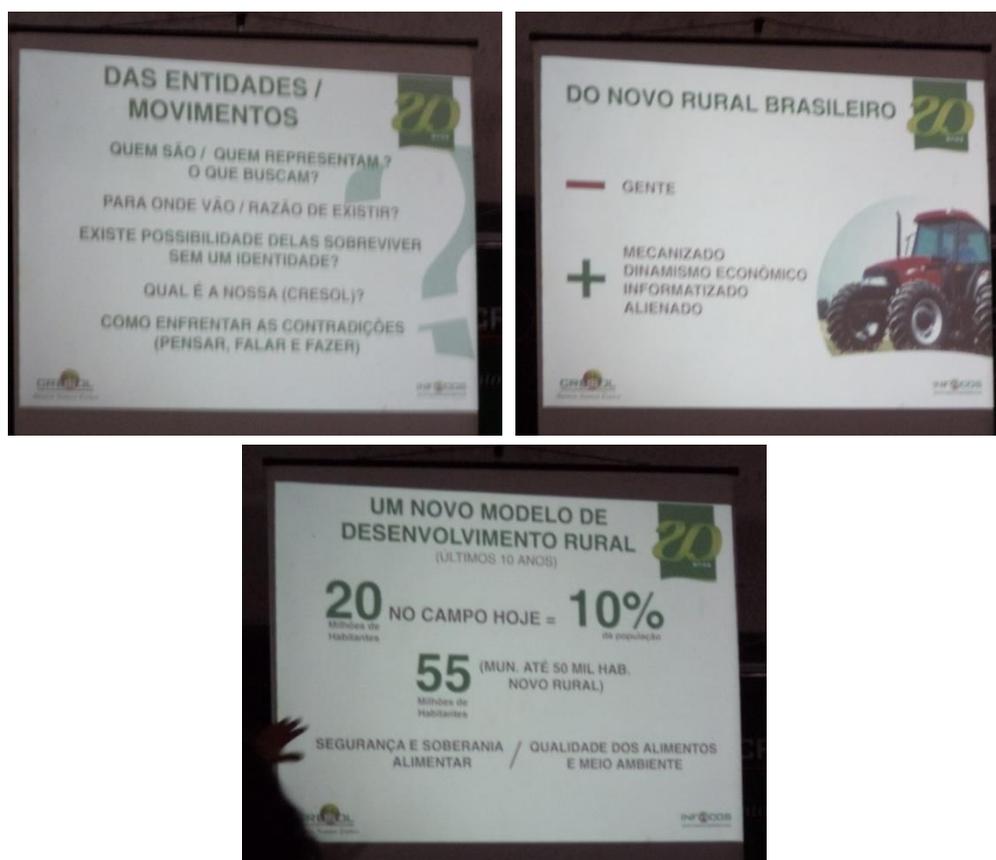


Figura 27 – Alguns dos temas discutidos durante o encontro.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A discussão foi guiada a partir de argumentos sobre o que seria feito das cooperativas de crédito rural solidárias caso, seguindo as tendências dos dados apresentados – abandono das áreas rurais pelos mais jovens e mulheres, que buscam novas colocações nas cidades; as dificuldades em manter uma propriedade através da produção familiar; a dificuldade em delimitar o que é rural e o que é urbano; as novas tecnologias que permitem aos agricultores terem acesso a mais informações e, com isso, almejem outras posições, outras atividades; os critérios legais que definem um agricultor familiar e incluem, numa mesma categoria, agricultores mais e menos capitalizados, entre outros fatores –, essa categoria deixasse de existir (Figura 27).

Se eu perguntasse para cada um de vocês qual será o futuro da agricultura familiar daqui a vinte anos, alguém tem a resposta? Nós temos dúvidas, nós temos uma série de dúvidas sobre o que vai ser a agricultura familiar daqui a vinte anos. Mas, pra gente enxergar os próximos vinte, (...), nós precisamos entender, compreender as mudanças que estamos vendo nesse contexto socioeconômico do campo, compreender o dinamismo econômico que tá havendo com as nossas famílias, e eu acho que assim a gente vai conseguindo desenhar o futuro e, principalmente pensar as nossas organizações a partir disso (Encontro com as Lideranças Locais, Espera Feliz, 2015).

E este encontro foi finalizado com argumentos de incentivo à integração, à intercooperação entre as organizações de agricultores familiares dos pequenos municípios onde o Sistema Cresol atua, tendo a cooperativa de crédito como a organização que incentiva seus associados a valorizarem as experiências dos parceiros – sindicatos dos trabalhadores rurais, cooperativas de produção, associações, etc. – possibilitando, conseqüentemente, o fortalecimento destas parcerias (o que, entretanto, de acordo com as falas dos presentes, não vem acontecendo entre as organizações atualmente). Além disso, o encontro lançou o questionamento sobre a possibilidade de inserção de agricultores mais capitalizados nas cooperativas de crédito mineiras, uma vez que, seguindo os critérios legais⁸⁷ de classificação dos agricultores familiares, esta já é uma prática recorrente entre as cooperativas da região sul do país.



Figura 28 – Encontro com as Lideranças Locais, Espera Feliz/MG.
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Para além do fato de ser um encontro que discutiu assuntos referentes a agricultura familiar e ao cooperativismo de crédito rural solidário, o Encontro com as Lideranças Locais lançou determinados temas que seriam retomados, ao final do mesmo mês, no encontro relativo ao Planejamento Estratégico Participativo do Sistema Cresol com os associados, diretores e parceiros da Cresol Tombos e suas unidades. Assim, no final de julho de 2015, o mesmo grupo presente no Encontro com as Lideranças Locais, acrescido de mais alguns agricultores e representantes das organizações de agricultores familiares

⁸⁷ De acordo com o Artigo 3º da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

dos municípios situados na área de abrangência da Cresol Tombos, se reuniram novamente para discutir “os rumos e o futuro da Cresol” (Planejamento Estratégico Participativo, 2015).

A etapa do Planejamento Estratégico Participativo referente à Cresol Tombos foi também realizada em Espera Feliz, no final de julho de 2015. Teve como coordenadores o diretor executivo da Central Cresol Baser e dois assessores, os quais conduziram as atividades do dia com base na metodologia da Análise SWOT⁸⁸. Tais atividades foram realizadas a partir de dez textos previamente elaborados sobre os eixos de discussão para o planejamento das ações do Sistema Cresol entre 2016 e 2020. Estes textos foram enviados para os diretores antes deste encontro, para que pudessem, junto aos agentes de crédito, associados e agricultores ligados a outras organizações representativas, lê-lo e trazerem apontamentos sobre a realidade em que cada unidade está inserida em relação a cada um dos eixos propostos. Estes eixos estavam divididos em dois grupos: o eixo estratégico, cujos assuntos eram Público Alvo, Política de Expansão, Relações Externas, Formato Organizacional, Formação e Ações Estratégicas; e o eixo econômico, em que os assuntos foram: Modelo de Negócios, Crédito, Tecnologia e Concorrência/Mercado financeiro. Os textos traziam uma descrição do assunto proposto para discussão e, ao final, questionamentos para serem debatidos com/entre os grupos⁸⁹.

Entretanto, como não houve possibilidade de um encontro prévio entre diretores, agentes de crédito e representantes de outras cooperativas ou associações locais para a leitura e discussão dos textos enviados pela Central Cresol Baser, o dia começou com uma apresentação de *slides* sobre o que é planejamento estratégico, o histórico dos planejamentos do Sistema Cresol; a missão, a visão e os valores que o orientam e a apresentação do vídeo institucional de seus 20 anos de atuação no Brasil. Em seguida, foi exposta a metodologia de trabalho que seria utilizada e a disposição dos presentes em grupos de trabalho que discutiriam, apresentariam, justificariam e hierarquizariam os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças que se apresentam no contexto da Cresol Tombos e suas unidades, sempre de acordo com os dez eixos propostos, a partir dos quais seriam definidas as ações e estratégias para lidar com estes fatores (Figura 29).

⁸⁸ De acordo com o Portal Administração (2014), a Análise SWOT é uma ferramenta de planejamento estratégico, cujo objetivo é avaliar os ambientes interno e externo a uma organização, “formulando estratégias de negócios” que a levem a “otimizar seu desempenho no mercado”. A sigla SWOT deriva das palavras *strengths*, *weakness*, *opportunities* e *threats*, que em português significam forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

⁸⁹ No Anexo C apresentamos a introdução e um dos textos discutidos na etapa do Planejamento Estratégico Participativo.



Figura 29 – Aspectos da etapa do Planejamento Estratégico Participativo do Sistema Cresol em Espera Feliz/MG,
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

As discussões nos grupos – cinco no total – ficaram restritas a dois eixos definidos pelos coordenadores da atividade, com base nos quais cada grupo traçou e apresentou para os presentes as suas considerações a respeito. Como esta era uma etapa do planejamento para todo o Sistema, as discussões foram resumidas em quadros distribuídos pelos representantes da Central, para serem apresentados para o grupo todo e novamente resumidas, para serem colocadas no documento final, pelo assessor da Central. Este documento seria levado para a discussão na regional e, posteriormente, unidas às informações coletadas nas outras cooperativas da região sudeste, levadas para a discussão final, entre os dirigentes do sistema, para a elaboração do Planejamento Estratégico 2016-2020 do Sistema Cresol, na Central em Francisco Beltrão.

As discussões do PEP em Espera Feliz renderam até o final da tarde, mas, ainda assim, o tempo foi curto e corrido para que todas as opiniões, todas as propostas, estratégias e desafios expostos pelos participantes fossem devidamente apresentados e o grupo chegasse, tal como propõe a metodologia da análise SWOT, a um consenso final sobre cada tema discutido. Na verdade, somente foi possível a cada grupo apresentar as suas considerações sobre os dois eixos pelos quais havia ficado responsável e os outros

participantes, quando haviam discutido o eixo também, poderiam acrescentar alguma consideração.

Dessa forma, tanto o Encontro com as Lideranças Locais quanto a reunião de discussão do Planejamento Estratégico Participativo se configuraram como espaços – dentre aqueles que tive a oportunidade de acompanhar durante a pesquisa – em que os sujeitos vinculados às unidades da Cresol Tombos tiveram mais oportunidades de expressarem as suas opiniões a respeito do rumo que as ações da cooperativa estavam tomando. No entanto, tais opiniões efetivamente só foram possíveis no âmbito da discussão interna nos pequenos grupos, pois, mesmo nas apresentações à plenária de associados presentes – no caso do planejamento –, era preciso “enxugá-las”, uma vez que deveriam ser transcritas para quadros predeterminados. Foram também os espaços em que pude estar mais próxima dos associados, participando não só de parte das conversas/debates que ocorriam entre eles, como também dos comentários e observações que, num primeiro momento, pareciam insignificantes, mas dos quais podíamos ver emergir as sociabilidades, as astúcias que tais sujeitos se utilizam no contato cotidiano com as cooperativas e suas formas institucionalizadas.

Martins (2008) afirma que se tivéssemos a possibilidade de enxergar as interações sociais em “câmara lenta”, poderíamos perceber que as relações entre os sujeitos que configuram a sociedade no contexto moderno se apresentam num “complexo movimento” que serve como base para a constituição daquilo que o autor chama de “sociabilidade moderna”. É no “vai-e-vem de imaginação, interpretação, reformulação, reinterpretção” que as relações entre os sujeitos se desenham no cotidiano da modernidade. Assim, no contexto da Cresol Tombos, ainda que houvesse um formato predefinido para as duas reuniões descritas; ainda que houvesse uma preocupação em seguir uma metodologia prescrita para um bom desempenho das atividades – no Planejamento Estratégico Participativo –, ainda assim, os sujeitos puderam, entre si, expressarem-se com mais liberdade e apresentarem, quando era o caso, exemplos cotidianos que ilustravam suas opiniões, reivindicações ou reclamações acerca da cooperativas e suas formas institucionalizadas.

O exemplo de um destes momentos pode ser retirado das apresentações feitas pelos associados sobre o eixo “Público Alvo” no encontro para discussão do Planejamento Estratégico Participativo. Para o grupo responsável por discutir este eixo,

o foco [da Cresol Tombos] é agricultura familiar, ela só foi criada por isso, acho que não pode fugir desse objetivo, acho que tem que reduzir aí... Por quê? Porque os outros bancos já faz um trabalho pra pessoa que

não é agricultor. Então, assim, se você continuar fazendo o trabalho, o foco que é a agricultura familiar vai ficar de lado. O Sicoob quando foi criado, foi criado com o objetivo de trabalhar com a agricultura familiar. Só que foi com o tempo começando a atender um, atender outro, perdeu o foco da agricultura familiar. Por que, o que que acontece? O agricultor vai ficando envergonhado de tá ali misturado com outras pessoas e acaba não sendo bem atendido (Planejamento Estratégico Participativo, Espera Feliz, 2015).

Durante as discussões internas ao grupo, havia uma grande preocupação em ter na cooperativa um número maior de associados sem vínculos diretos com a agricultura, o que, na opinião destes sujeitos, poderia contribuir para que esta perdesse seu objetivo inicial. Outro argumento apresentado neste sentido, dizia respeito a uma limitação deste tipo de associados que deveria ser seguida pelas unidades da Cresol Tombos, mas que, atualmente não estava sendo cumprido. Estatutariamente a cooperativa pode associar pessoas que não tenham vínculo direto com a agricultura familiar até um limite de 10% do total de seus associados. Entretanto, de acordo com os exemplos apresentados na discussão do grupo, esse percentual já foi ultrapassado. Por isso a ressalva em relação a perda do foco de atuação da Cresol Tombos em relação à agricultura familiar. Mas, como o tempo para a apresentação dos argumentos de cada grupo era restrito, a discussão sobre este tema não pode ser aprofundada e logo houve uma justificativa para o crescente número de associados sem vínculo direto com a agricultura:

o público que tem residência urbana é uma coisa, público urbano é outra. Tem muita gente que tem residência urbana, mas tem sua propriedade, toca lavoura, é parceiro, é meeiro. (...). nós não temos 40% de público urbano na cooperativa, não. Até na última reunião que nós tivemos aqui, explicou bem isso aí, é o novo rural, esse público que tá morando na cidade, mas que trabalha na propriedade, ou é meeiro ou é parceiro (Planejamento Estratégico Participativo, Espera Feliz, 2015)

Tal argumento, contudo, ao enfatizar o “novo” perfil dos associados das cooperativas mineiras, traz determinados elementos que se contradizem, sobretudo em relação à definição de “novo rural”. Como afirmam Aquino e Nascimento (2016, p. 137), o “novo rural” se caracteriza pela inserção de atividades não agrícolas no cotidiano dos agricultores atualmente, “indicando que as atividades agrícolas tradicionais já não são mais as únicas alternativas disponíveis de geração de ocupação e renda para as famílias rurais”. No contexto das unidades da Cresol Tombos, inseridas em pequenos municípios interioranos, a agricultura é a principal atividade a movimentar recursos financeiros entre os habitantes, além do fato de que em tais municípios nem sempre é possível estabelecer uma distinção entre o que é rural e o que é urbano.

Neste sentido, podemos dizer que tais encontros se configuraram como espaços em que, apesar da possibilidade de emergência das sociabilidades e das táticas nos grupos de discussão, havia uma forma específica para que estas fossem apresentadas, em prol do cumprimento de uma técnica e de um limite de tempo preestabelecido. Assim, como afirma Certeau (1998, p. 38), nos espaços cotidianos em que os sujeitos se relacionam, pode-se dizer que para toda “produção racionalizada, expansionista (...) centralizada, barulhenta e espetacular” há, de forma correspondente, uma “*outra* produção, (...) astuciosa, (...) dispersa”, mas que, “ao mesmo tempo (...) se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”.

Portanto, no contexto de discussão que se apresentou nestes encontros percebemos, seguindo os argumentos de Oliveira e Vieira (2015, p. 48), que “na contemporaneidade, na sociedade em rede, na era da informação, a sociabilidade deixa rastros, configura-se em discursos difusos e dispersos, mas também inscritos textual e performaticamente, em grande quantidade e com grande rapidez”, o que, para estes autores, leva-nos a perceber que os rastros deixados pela sociabilidade nos discursos dos sujeitos “tanto podem ser lidos como sinais de outras formas de socição cristalizadas que atuam nas escolhas dos indivíduos, quanto apontar para a criação de novas formas abrindo terreno para fazer falar valores de nosso tempo” (OLIVEIRA, VIEIRA, 2015, p.48).

Portanto, no que se refere ao cotidiano dos associados à Cresol Tombos e suas unidades, percebemos que, no contato com as formas institucionais, normas, regras, reuniões, formações e outros momentos coletivos que lhes são impostos pelo Sistema, estes sujeitos precisam lançar mão de diferentes “astúcias” para lidar com os vínculos institucionais. De acordo com Certeau (1998), estas táticas permitem que os sujeitos permaneçam em interação com as instituições e organizações da vida moderna sem, necessariamente, sucumbirem às suas imposições. Dessa forma, pretendemos apresentar, no próximo item, as formas como as sociabilidades se apresentaram durante o período de realização das entrevistas.

4.1 “(...) a própria experiência individual pressupõe a vida social⁹⁰”: as interações sociais no cotidiano de pesquisa

A ‘duplicidade’ seria uma das maneiras de resistência das pessoas no cotidiano na relação com as formas de domínio. Por meio dela se relativizam as normas dos poderes constituídos, sem necessariamente um enfrentamento incisivo. É uma maneira encontrada pelas pessoas no cotidiano de contornar alguns valores que incomodam e encontrar uma maneira de ser e de fazer ao alcance de suas possibilidades (BRETAS; DUARTE, 2014, p.62).

Das vinte e duas entrevistas que realizei durante o período em que estive em trânsito entre as unidades da Cresol Tombos, foram as entrevistas com agentes de crédito e associados que mais me trouxeram reflexões que iam além do referencial teórico que estávamos escolhendo para balizar as análises. Quando ingressei nessa parte da pesquisa de campo, a hipótese que havíamos discutido nas reuniões de orientação e do grupo de pesquisa era de que o Sistema Cresol trouxe, para as cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais, formas institucionalizadas muito diferentes daquelas com as quais os agricultores a elas vinculados estavam acostumados a lidar, ainda que já estivessem vinculados a uma instituição financeira. E, neste sentido, mesmo que estas formas encontrassem alguma resistência entre os sujeitos, esse contato levaria, conseqüentemente, à alteração dos vínculos sociais que mantinham este grupo unido. Esta nossa hipótese estava apoiada em determinados aspectos observados nas pré-assembleias e na Assembleia Geral da Cresol Tombos, como a padronização das apresentações, as formalidades na realização de cada pré-assembleia e o pouco espaço destinado à participação dos associados nestes espaços.

Assim, quando iniciei o período de entrevistas, em julho de 2015, meus primeiros contatos com a realidade destas cooperativas foram através dos diretores ou de representantes da Baser Minas Gerais, com os quais o tom da conversa era sempre mais formal e os argumentos estavam vinculados às vantagens, aos benefícios trazidos pela incorporação do Sistema Ecosol ao Sistema Cresol e ao quanto era boas para os agricultores – e o quanto estes desejavam – as transformações pelas quais as unidades da Cresol Tombos vinham passando nos últimos anos. Contudo, ainda que estes fossem meus primeiros indícios sobre a realidade em que as cooperativas estavam atualmente inseridas, parecia que havia algo mais, algo que este discurso formal não deixava entrever. Tal como demonstram Carvalho, Silva, Delboni e Pais (2013, p. 368-369), “na

⁹⁰ (SANCHIS,2011, p.858).

metodologia com o cotidiano” é necessário que o pesquisador se mantenha predisposto ao questionamento, por meio de uma postura que o auxilie a estar aberto às “descobertas imprevistas no encontro com o estranho”. Ou seja, como estes autores exemplificam, é preciso predispor-se a questionar “‘aqui há gato’... mesmo quando do gato apenas vemos um abanar de rabo”.

Logo, ao entrevistar uma associada que não faz parte do grupo que compõe os conselhos de Administração ou Fiscal da Cresol Tombos e, igualmente, não está em contato direto com estes sujeitos, tive a oportunidade de perceber mais claramente “o gato”, que ainda se ocultava, através de um padrão de comportamento e argumentos diferentes daqueles com os quais vinha tendo contato até então. E este foi o mote para que pudéssemos, a partir das “descobertas imprevistas” no contexto da pesquisa, buscar descortinar o “jogo de relações” (LOPES, 2011) que poderiam nos levar à compreensão da realidade cotidiana que envolve tais sujeitos. A partir desta ocasião, os momentos de entrevista – de conversas informais e observações decorrentes – configuraram-se como espaços em que “as maneiras de fazer” dos sujeitos, suas interações com as formas sociais institucionalizadas pelo Sistema emergiam, trazendo elementos que ultrapassavam aqueles presentes no discurso formal destas organizações.

Dessa forma, ao final do período de entrevistas, percebemos que existiam sujeitos, cujos argumentos e posicionamentos em relação à incorporação dos Sistemas, nos permitiram inferir três diferentes grupos: a) um grupo em que os sujeitos percebem as mudanças nas formas sociais que se delineiam no cotidiano da Cresol Tombos, nem sempre concordam com estas, mas preferem não manifestar suas opiniões; b) um grupo de associados que não concorda com as mudanças, as criticam e, por isso, se afastam da cooperativa; e c) um grupo que acredita no modelo do cooperativismo de crédito rural solidário como a forma social mais adequada para os agricultores, mas apresenta, em partes, uma preocupação no que concerne às transformações das formas e em como estas podem afetar a organização, seus associados e outros agricultores.

Sendo assim, no que se refere ao primeiro grupo, encontramos os entrevistados que lidam com as mudanças nas formas sociais relativas à cooperativa como inerentes ao cotidiano desta instituição, uma vez que não faziam parte do quadro social da organização antes da incorporação pelo Sistema Cresol. Estes sujeitos se associaram à Cresol Tombos entre 2012 e 2015, na maioria das vezes, interessados somente em utilizar os serviços financeiros atualmente oferecidos pela cooperativa. São estes também os associados que não necessariamente possuem vínculo direto com a agricultura, para os quais a

cooperativa de crédito representa uma opção a mais em relação às instituições financeiras locais, como demonstra o trecho seguinte:

Olha, a cooperativa vem somar, né, em Tombos, porque ali você tem loteria, Itaú, Banco do Brasil, que só tem um caixa. E a Cresol veio também acrescentar nesse tipo de serviço, além das linhas de crédito que facilita, que as pessoas antigamente saía daqui ia pra Porciúncula, ficava o dia inteiro pra conseguir alguma coisa. Hoje se consegue resolver muita coisa por aqui. E outra coisa que beneficiou também foram diminuir as filas dentro da cidade, no caso, você, ah, tá cheio ali. É tudo no mesmo lugar, na praça. Banco do Brasil tá cheio, Itaú tá cheio, Loteria tá cheio, você vai na Cresol ou vice-versa. Então ajudou muito, até no volume, parece que o volume prestado é bem grande e muito bom (Entrevistado 4, Tombos, 2015).

Podemos acrescentar que estes associados correspondem aos Agricultores “B” do nosso quadrante de classificação dos entrevistados (Figura 30), uma vez que geralmente têm uma baixa participação em momentos coletivos – em parte por não haver formações continuadas especificamente para os associados, em parte porque não haver interesse – e uma alta movimentação financeira, já que utilizam serviços como pagamento de contas, poupança, conta corrente, talão de cheques, empréstimos e cartão de crédito. Para estes, a cooperativa e suas formas sociais não estão/são ossificadas, portanto, não é preciso que busquem práticas que os auxiliem a lidar com a ordem dominante, já que concordam com estas.

Além destes entrevistados, encontramos, ainda no primeiro grupo, aqueles sujeitos que percebem as mudanças nas formas sociais e, em determinados casos, se incomodam com estas, mas optam por silenciarem-se, não expondo suas discordâncias – ou por não encontrarem espaço para isso ou por entenderem que pouco podem fazer para que elas sejam consideradas. Tal como o trecho da resposta de uma entrevistada sobre a possibilidade de se expressar em assembleias, pré-assembleias ou outras reuniões promovidas pela cooperativa exemplifica:

Nem sempre [fica à vontade para falar nas assembleias, reuniões ou formações. Porque] (...) .se a gente for falar o que a gente sente, igual por exemplo, eu estou falando, né, lá no meio da assembleia com todos os sócio lá, então a gente não se sente à vontade, porque a gente não sabe se a gente pode falar isso lá, se a pessoa vai cortar a conversa da gente, né... (Entrevistada 18, Espera Feliz, 2015)

Dentre estes associados, encontramos alguns dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito que estão em contato direto tanto com as comunidades rurais

quanto com a própria organização. Estes entrevistados compõem o grupo dos Agricultores “C” do quadrante (Figura 30), já que participam de muitos momentos coletivos, formações e reuniões – para os quais recebem diárias –, mas, como agricultores familiares menos capitalizados, não realizam um grande volume de movimentação financeira; utilizam os serviços financeiros oferecidos pela cooperativa somente para aquilo de que necessitam no momento.

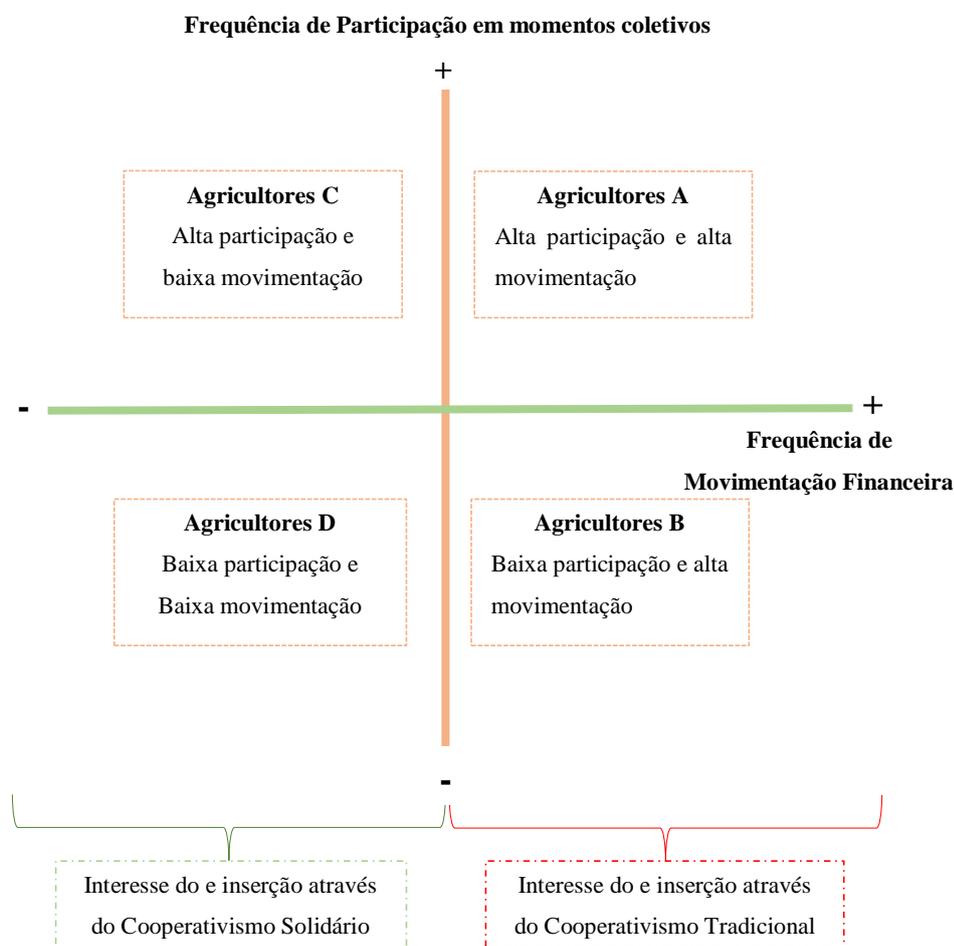


Figura 30 – Quadrante de classificação dos entrevistados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

O segundo grupo, por sua vez, é composto pelos entrevistados que trazem críticas aos novos formatos institucionais assumidos pelas cooperativas após a incorporação pelo Sistema Cresol. Estes sujeitos, na maior parte dos casos, mostravam-se bastante ansiosos para falar durante as entrevistas e, assim que começavam a contar sua história e ligação com o meio rural, já a relacionam com o histórico de surgimento destas cooperativas e com as lutas enfrentadas pelos agricultores para obterem acesso aos serviços financeiros. Para estes entrevistados, as motivações que deram origem às cooperativas de crédito rural

solidárias nesta região de Minas Gerais, ou melhor, os conteúdos que incentivaram a constituição desta forma social, perderam-se ao longo do tempo:

(...) a gente tinha assim, como objetivo, né, fundar o banco do povo. Então, surgiu a Ecosol – economia solidária. (...). E então de lá pra cá, primeiro ela expandiu pra outros municípios, se aliou a outros municípios, ficou... Cresol. Passou a Cresol. Ela ficou não só Tombos, mas ficou Espera Feliz, Divino... aí começou... aqui a matriz, as outras seria filial... unificou. Então aí já complicou um pouco porque, por exemplo, o número de sócios cresceu muito. E uma cooperativa de crédito, na época não era cooperativa de crédito, mas sim economia solidária, uma cooperativa diferenciada, na verdade. No crescimento dos sócios, cê já não tem muito controle, fica mais com medo da inadimplência (Entrevistada 03, Tombos, 2015).

Em mais de um caso, o tom da conversa com o associado foi dado pela sua desilusão com a maneira como a unidade a que está vinculado vinha operando desde o aumento do quadro social e a consequente incorporação ao Sistema Cresol. No caso específico da fala apresentada, havia uma preocupação da entrevistada em diferenciar a “cooperativa de crédito” – referindo-se à Cresol Tombos, forma atual da cooperativa – e a “economia solidária” – referindo-se à Ecosol Tombos, formato anterior do qual foi sócia fundadora. Tais associados, no entanto, apesar de estarem insatisfeitos com os rumos que a cooperativa vem tomando, optaram por afastarem-se dela, mantendo a associação, porém não participando de espaços coletivos de discussão, como pré-assembleia e Assembleia Geral Ordinária, e, também, não utilizando os serviços financeiros que esta oferece. Caracterizam, assim, os Agricultores D do quadrante (Figura 30).

É preciso ressaltar que as “reclamações” dos associados neste sentido, não podem ser desconsideradas no que concerne às suas motivações, as quais, em determinados casos, estão vinculadas a divergências pessoais e políticas entre os dirigentes das organizações de agricultores familiares em alguns municípios. Estes posicionamentos, em tais situações, vêm com um tom de ressentimento em relação à cooperativa, não só por ela estar diferente da forma que eles ajudaram a criar, mas, sobretudo, por não poderem colocar a sua opinião de maneira mais efetiva, uma vez que constituem um grupo que não mais influencia os rumos da organização. E, ainda que, em parte, seja motivada por questões pessoais individuais, a existência de um grupo de associados com esta postura ou com esse tipo de sentimento figura como um “alerta” para a Cresol Tombos, pois a partir disto, podemos inferir uma falta de espaço em que os associados possam apresentar suas opiniões de forma mais efetiva e estas sejam debatidas, mesmo que sejam recusadas pelo grupo, mas que possam se tornas conhecidas. Podemos ainda acrescentar aqui que,

em outros momentos, as entrevistas pareciam se configurar como um espaço de comunicação entre os associados e a cooperativa – como se assim pudessem levar aos diretores aquilo que não conseguem expor no seu relacionamento cotidiano com a organização –, sobretudo quando o(a) entrevistado(a) tinha uma opinião negativa ou havia passado por alguma experiência negativa recente.

Já no terceiro grupo, temos os entrevistados que aceitam o cooperativismo de crédito rural solidário como a forma social capaz de possibilitar, aos agricultores familiares, o acesso aos serviços financeiros de que necessitam e, por isso, tendem a aceitar a Cresol Tombos como a organização que melhor os atende neste sentido. Contudo, ainda assim, estes sujeitos mostram-se preocupados com as mudanças que percebem no cotidiano destas organizações e a maneira como estas podem influenciar o cotidiano dos agricultores que dela efetivamente necessitam. Como podemos perceber nos trechos em destaque da fala a seguir:

(...) porque hoje a gente tem um sistema e as normas do Banco Central, **tem as normas da Cresol** e outras coisas **que a gente tem que obedecer, que às vezes acaba ainda excluindo, né, aqueles que a gente pensava que seria o principal no entendimento da nossa cooperativa**, às vezes, ainda não é. (...) e as normas e acaba às vezes prejudicando alguns cooperados, né... **os pequenos, por exemplo, a gente sabe, anda tendo dificuldade ainda de ser um associado da cooperativa**. Porque tem que enquadrar dentro das normas que exige o Banco Central, que exige o Sistema. **Nós acreditamos ainda que é o melhor, melhor saída pro agricultor familiar é tá numa cooperativa** e trabalhamos com isso, né? (Entrevistado 11, Simonésia, 2015)

Este trecho apresenta elementos que demonstram as transformações pelas quais a cooperativa vem passando após a incorporação ao Sistema Cresol e as dificuldades que se colocam para aqueles associados ou agricultores que poderiam a ela se associar em cumprir com as exigências burocráticas atuais. Para estes entrevistados, há o risco iminente da Cresol Tombos se afastar completamente daquele conteúdo que motivou a sua constituição, ou seja, de passar a atuar, no futuro, como uma organização cooperativista que não mais privilegia a agricultura familiar, a economia solidária e outros valores, como a ajuda mútua e a cooperação. Por isso, mostram-se apreensivos em relação àqueles que a cooperativa privilegiará como foco de sua atuação. Parte significativa destes entrevistados é formada por associados que compõem os conselhos – Administrativo ou Fiscal – da Cresol Tombos, os quais, por este motivo utilizam a maioria dos serviços financeiros oferecidos pela cooperativa, além de participarem de um grande número de

formações, capacitações e reuniões oferecidos pelo Sistema. Representam, em nossa análise, os Agricultores A do quadrante de classificação dos entrevistados. (Figura 30)

Percebemos enfim que, no contexto atual da Cresol Tombos, as táticas utilizadas pelos sujeitos surgem para auxiliá-los a lidar com situações em que os vínculos pressupõem uma “luta” ou uma “resistência” que não necessariamente pode se impor nas interações entre os sujeitos, sob o risco de um prejuízo maior para o grupo e a organização. O que isso significa? No contexto das mudanças e transformações das formas sociais, trazidas pela incorporação do Sistema Ecosol pelo Sistema Cresol em Minas Gerais, os vínculos entre os sujeitos e entre estes e o forma social “cooperativa” precisam ser preservados, pois interessam a ambos. Contudo, há não só uma disputa por sentidos nos discursos, em relação aos rumos que a organização deve ou não tomar, mas há, sobretudo, uma disputa de caráter político, em que figuram visões de mundo diferentes e até opostas em certos aspectos: de um lado, a visão mercadológica, administrativa, das formas institucionalizadas e de outro, a que traz as experiências individuais dos sujeitos, os resquícios do cotidiano dos agricultores que constituíram a cooperativa no início dos anos 2000 e que ainda vivem em contextos rurais periféricos, ou seja, as socialidades.

Dessa forma, os indícios revelados nestas entrevistas, nos chamaram a atenção, não só pelo fato de comporem um conjunto de crítica às formas institucionalizadas trazidas pelo Sistema Cresol para as cooperativas mineiras – até porque muitos outros fatores corroboram para o posicionamento dos sujeitos em relação à organização nos contextos em que cada unidade da Cresol Tombos está instalada⁹¹ –, mas sobretudo por perceber que estes sujeitos, críticos à forma como o Sistema Cresol vem atuando nas cooperativas em que são associados, encontram-se em grupos alijados dos espaços coletivos das cooperativas ou, quando inseridos nestes, sentem-se silenciados ou fracos para lidar com as padronizações e burocracias que o Sistema trouxe para o seu cotidiano. Assim, ao atribuímos “ao *outro* um espaço onde sua autenticidade é negada”, podemos deflagrar “um processo de marcação e de desqualificação da diferença que o outro traz, já que se tenta encaixá-lo dentro de parâmetros de identificação considerados legítimos”.

⁹¹É preciso ressaltar que na história destas cooperativas há um intrincado relacionamento entre os sujeitos que se vinculam a diferentes partidos políticos, sindicatos, associações ou organizações em cada município, entre os quais, diferentes interesses concorrem. Neste sentido, fatores político-partidários, interesses de diferentes organizações, grupos de agricultores que em algum momento se separaram por seguirem diferentes ideologias políticas são alguns dos fatores com os quais nos deparamos no decorrer da pesquisa de campo, como demonstra o trecho de entrevista a seguir: “houve um racha dos movimentos sociais, até um racha aplicado à política. (...). Que entre nós se unir, nós rachamos e cada um quer ganhar o seu peixinho e nós não vamo a lugar nenhum. E o agricultor...” (Entrevistado 07, Tombos, 2015). Tais fatores influenciam diretamente a forma como cada sujeito percebe a realidade do cooperativismo de crédito rural solidário em seu município ou região, além do fato de compor ou não algum conselho da cooperativa.

Esta situação poderá gerar “consequências na vida cotidiana das pessoas, pois estão colocadas em uma relação de dessemelhança às demais” (GUIMARÃES, 2015, p. 26).

Portanto, quando as formas sociais tendem a se cristalizar, as interações sociais entre os sujeitos que dela se utilizam podem se configurar em resistências, na forma de táticas ou na emergência de aspectos da sociabilidade, que lhes permitam lidar com essas mudanças. Logo, no caso da Cresol Tombos, percebemos que há um novo perfil de sociabilidade emergindo, decorrente das transformações nas formas sociais que configuram esta organização. De que forma? Para aqueles sujeitos que estão vinculados às cooperativas desde o seu surgimento e que vivenciaram o período em que ela pertencia ao Sistema Ecosol como associados, as formas sociais que ela traz estão “ossificadas”, “cristalizadas”, uma vez que estão se afastando do conteúdo que as motivou, ou seja, de formar uma cooperativa alternativa, solidária, menos burocrática e voltada estritamente para os “pequenos”. Por outro lado, para aqueles sujeitos que se associaram às cooperativas após ou durante o processo de incorporação ao Sistema Cresol, as formas sociais estão adequadas para os seus interesses e motivações, os quais não necessariamente referem-se à cooperação ou aos princípios que regem uma cooperativa, mas à utilização de um serviço financeiro. Podemos, enfim, inferir que, se cada sujeito compreende a realidade a partir do conjunto de suas experiências cotidianas, a transformação em ou a assimilação de uma forma institucionalizada não será feita sem resistências ou conflitos, o que poderá, igualmente, proporcionar uma reconfiguração ou uma reinvenção da cooperação no contexto destas cooperativas.

5 Apontamentos finais

A proposta de análise que aqui se delineou trouxe os contornos de uma experiência de pesquisa em que a sociabilidade dos sujeitos emerge entremeio às formas sociais institucionalizadas que regem o funcionamento de uma instituição financeira no interior de Minas Gerais. Tal como o exemplo de Simmel (2006, p. 79) sobre as irmandades de cavaleiros formadas, na “alta Idade Média alemã”, “por famílias de patrícios amigos entre si” que, ao longo dos séculos, vão perdendo os principais fins que lhes deram origem; também o cooperativismo de crédito rural solidário, materializado pela Cresol Tombos e suas unidades, vem perdendo gradativamente o conteúdo social que possibilitou o seu surgimento, como uma forma social que se emancipa. No entanto, os sujeitos criam “maneiras de fazer” no cotidiano com o objetivo de mantê-los em interação com essa

forma social e entre si, a partir das quais demonstram não aceitar passivamente determinadas circunstâncias que se delineiam no cotidiano destas cooperativas de crédito em seu atual contexto mas, buscam atuar como agentes transformadores destas situações, resistindo e lançando mão de determinadas táticas para adaptar e remodelar a realidade em que se inserem no relacionamento com as cooperativas. Deste modo, as táticas representam para tais sujeitos, formas de materializar a resistência e possibilitar a emergência de sua criatividade, levando-os a atuarem em seu ambiente e transformá-lo para que possam ter atendidas suas necessidades.

Neste sentido, é preciso questionar o quanto as formas sociais institucionalizadas presentes no cotidiano destes sujeitos – as normas, as reuniões, as formações, as burocracias, as padronizações do Sistema – se abrem para as sociabilidades, as astúcias, a vitalidade que eles trazem para a organização, pois são estas que garantem a relação social. Assim, ainda que existam diretores empenhados em “ouvir” os sujeitos, em explicar a nova configuração das formas sociais pós-incorporação dos Sistemas, parte dos associados encontra dificuldade em apresentar seus posicionamentos e em descobrir soluções efetivas para os problemas que enfrentam no relacionamento com a cooperativa.

Percebemos, no contato com os associados durante a pesquisa, que a padronização das formas sociais trazida pelo Sistema Cresol, faz com que estas se ossifiquem, o que gera outros tipos de relações no cotidiano dos agricultores, dando espaço para a expressão daqueles que verão a cooperativa não mais como uma forma de acessarem serviços financeiros com menos burocracia e colaborando para a circulação dos recursos em seus próprios municípios, mas como uma instituição financeira que os atende estritamente quanto ao interesse em seus produtos e serviços.

Sendo uma forma ossificada, que existe independente do conteúdo que motivou a sua composição, podemos dizer que a Cresol Tombos poderá existir sem, necessariamente, contar com os agricultores que a constituíram. Pode parecer irônico dizer que uma cooperativa de crédito rural solidária poderá existir sem agricultores, já que tanto sua identidade quanto o discurso hegemônico ao seu redor os colocam como o motivo principal da existência dessa instituição, mas na realidade não há mais uma necessidade ou uma dependência da cooperativa em relação a este tipo de associado como havia na época em que pertencia ao Sistema Ecosol. Há todo um arcabouço institucional que opera para que ela continue funcionando, para que cumpra os requisitos do Banco Central que a tornam uma forma social cristalizada, cuja principal característica não é mais a interação dos sujeitos que a compõem.

Entretanto, ainda que haja cristalização, as formas sociais não são estanques. Ainda que o Banco Central ou o Sistema determine como devem se realizar as interações entre a cooperativa e seus associados, existem negociações, resistências, astúcias e sociabilidades que se delineiam entre os sujeitos, gerando vitalidade para a organização e mantendo o sistema em tensão constante entre aquilo que deve permanecer e aquilo que precisa ser mudado. Afinal, “O real cria problemas, mas também oportunidades criativas” (PAIS, 2013, p.113).

Neste sentido, este capítulo procurou apresentar, por meio dos dados coletados em entrevistas e em parte das observações, uma correlação entre determinadas táticas que surgiram diante de contextos já institucionalizados. No entanto, sabemos, uma análise do cotidiano dos sujeitos exige mais tempo para ser desenvolvida e o que fizemos em relação ao cooperativismo de crédito rural solidário foi observar alguns “recortes” de seu cotidiano. Seguindo a proposta da observação de balcão de Pais (2013), podemos dizer que tanto as falas coletadas nas entrevistas como as falas coletadas nos espaços de formação e reunião observados representam, no contexto desta pesquisa, formas sociais institucionalizadas, formais que, por isso, resultam em expectativas ou comportamentos diferentes daqueles em que os sujeitos têm ao conviverem entre si. Portanto, acreditamos que, apesar disso, a observação das táticas precisa ser de alguma forma aprofundada, através de outras evidências empíricas.

Dessa forma, no próximo capítulo, nosso esforço será eleger, dentre as várias interações sociais que acontecem no atual contexto da Cresol Tombos, a cooperação como uma forma social específica, uma vez que ela se configura como o sentido organizador de todos os sujeitos neste sistema, ainda que em torno de um significante vazio. Para tanto, o último capítulo desta tese tem como proposta apresentar a cooperação como prática, como o espaço de experiência e (re)invenção que se abre para os sujeitos rurais no contato com tais cooperativas, apresentando-a através de narrativas que evidenciam outros elementos táticos que possam vir a demonstrar o quanto a incorporação dos Sistemas não elimina a vitalidade dos sujeitos em interação, mas propõe novos arranjos, em meio aos quais novas formas inventivas surgem.

DESLOCAMENTO IV – Sujeitos

Capítulo 4 – “Que se passa na cabeça daqueles com quem cooperamos?⁹²”: caminhos e possibilidades da cooperação na experiência dos sujeitos que formam a Cresol Tombos e suas unidades

1 Apontamentos iniciais

Como em todas as entrevistas que realizei com os associados à Cresol Tombos entre junho e julho de 2015, antes de iniciar as perguntas propriamente, expliquei quem eu era, por que estava ali, o que estava pesquisando, qual era o objetivo da minha pesquisa e, por fim, o que era e qual a importância daquele documento – o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – que estava pedindo para o associado assinar. Só após essa primeira “enxurrada” de informações, era que eu pedia autorização para gravar o áudio da conversa e ligava o gravador. Porém, dessa vez, logo que eu terminei de falar, ele me disse:

– Bom, antes de começar, eu gostaria de me apresentar...

E eu, ainda tentando ser uma pesquisadora atenta, me assustei e, imediatamente, peguei o gravador e tentei ligá-lo, para não perder o início. Mas então, ele parou, pediu desculpas se estava se adiantando ou atrapalhando. Eu fiquei muito sem jeito (porque o meu movimento não foi nada sutil), mas procurei explicar que ele não precisava se preocupar nem se desculpar, que poderia falar à vontade e que eu só não queria perder as informações que ele ia me dar porque era assim que eu poderia conhecê-lo e também a cooperativa. Passado o “incidente”, começamos então a conversa – eu liguei o gravador e ele disse:

(...) eu era uma pessoa praticamente alcoólatra, fumava muito, não ligava nada com a vida. Mas teve um dia que eu pedi a Deus que Deus me tirasse desse caminho e Deus me tirou. E o (...) nosso diretor lá da Cresol me convidou eu, falou comigo assim: “eu achei você interessante pra podê sê agente da Cresol. Quero saber se você aceita”. Uai (...) se você acha que eu posso sê agente da Cresol, eu fico muito feliz. E saí rindo. Ele pegou na minha mão, me abraçou. Eu fui embora feliz da vida. Aí a partir daquele dia, eu fui embora, cheguei em casa, falei com a minha esposa: “Cê não acredita o que é que eu ganhei. Hoje eu ganhei uma... tipo uma promoção. Hoje eu sou agente de uma cooperativa, cooperativa de crédito”. Aí ela pegou e falou assim: “mas que que é cooperativa de crédito?”. Falei assim: “é um banco, só que é um banco, que é a mesma coisa do Sicoob, é um banco terceirizado, por isso que chama cooperativa de crédito”. Aí ela falou assim: “mas isso vai ser bom pra nós?”. Falei assim: “Claro! Claro que vai ser bom pra nós! A cooperativa de crédito, cê pode depositá dinheiro, você pode é... tê uma poupança, você pode pegá um dinheiro emprestado. E lá é bão porque

⁹² (SENNETT, 2012a, p. 331).

lá é seguro porque lá tem que tê avalista. Porque tem banco que empresta o dinheiro pra você, mas não tá nem aí, pode tá... pode tê, por exemplo aí, não qué saber se você tem renda, não quer saber de nada, só quer saber de empréstá e depois na hora de pagar a pessoa se lasca pra lá”. Então, ela ficou muito satisfeita de eu sê agente da Cresol... (Entrevistado 16, Espera Feliz, 2015).

Isso aconteceu numa das últimas viagens que eu fiz para a segunda parte da coleta de dados, num período em que o meu cansaço físico estava alcançando o auge e a minha disposição, para seguir com a proposta de conversas com sujeitos que possuem uma história de ligação com a cooperativa e não fazer simplesmente entrevistas formais, estava mesmo diminuindo. No entanto, ao ouvir este pequeno e significativo relato, na manhã de um dia frio em que ainda haveria uma atividade de formação que ocuparia o restante do dia – e que por isso, eu ainda corria o risco de perder o ônibus de volta para casa –, percebi naquela história elementos que iam muito além do que eu propunha encontrar na minha pesquisa acadêmica.

“Para que inventar histórias quando a realidade já é tão extraordinária?” questiona uma presidiária a Nancy Huston numa das reuniões do clube de leitura na penitenciária Fleury-Mérogis, na França (Huston, 2010, p.13). Este questionamento leva a autora, na procura por uma resposta adequada para dar à presidiária, num primeiro momento, a perceber que a realidade destas presidiárias é “muito mais extraordinária” que a sua própria realidade; mas, num momento seguinte, a leva a desenvolver argumentos segundo os quais há nos seres humanos um “mecanismo narrativo inato”, a partir do qual criam ficções e histórias sobre as suas experiências e fatos da vida cotidiana. São estas ficções que permitem ao sujeito construir a sua identidade.

Neste sentido, os relatos e histórias que ouvi durante as entrevistas e também no decorrer das observações traziam elementos muito diversos e significativos que, no entanto, exigiam que tivesse uma postura muito diferente da que é geralmente habitual em pesquisas de campo. Não bastava escutar atentamente, anotar e gravar, era preciso ir além. Era preciso, como Nancy Huston (2010) afirma acerca dos romances, “seguir os meandros” das histórias, identificar-se com os personagens e articulá-las com o contexto – o estudado e o vivido – e, dessa forma, buscar compreender aquilo que estava além das questões formais que normalmente se impõem na pesquisa acadêmica. Assim, ainda que o cooperativismo de crédito rural solidário – a partir das cooperativas pesquisadas – se configure como uma forma social que vem se emancipando do conteúdo que lhe deu origem, abrindo, deste modo, espaço para que prescindia dos agricultores familiares como seus principais associados, as formas sociais que se configuram neste contexto não são

estanques e “permitem” o aparecimento de fissuras em que emergem negociações, resistências, astúcias, maneiras de fazer dos sujeitos no cotidiano. Portanto, para além do que já foi possível apresentar em relação ao cotidiano dos sujeitos, ao entendermos que este também se conforma como espaço para as (re)invenções dos sujeitos, é preciso ainda realizar um último deslocamento conceitual que nos permita compreender como estas acontecem.

Sendo assim, este capítulo parte de duas bases teóricas principais: a primeira refere-se à discussão apresentada por Richard Sennett (2012a) sobre a cooperação. Para este autor a cooperação é uma capacidade inerente aos seres humanos, cuja origem remonta ao período da infância. Entretanto, com o advento da modernidade e suas exigências, os sujeitos vão diminuindo ou perdendo esta capacidade, uma vez que as relações sociais se tornam cada vez mais complexas. A partir disto, Sennett afirma que a cooperação deve ser entendida como uma habilidade, para a qual os sujeitos precisam apresentar a “capacidade” de compreensão entre si, estando “receptivos” para agir de forma conjunta. Além disso, ele afirma que a cooperação nem sempre acontece de forma harmônica e positiva, justamente porque foi sendo “enfraquecida” entre os sujeitos ao longo do tempo. Assim, o autor sugere, como uma possibilidade para o fortalecimento da cooperação como habilidade, a utilização da forma de trabalho do artesão como uma analogia para as situações sociais difíceis. Já a segunda base teórica em que se apoia este capítulo diz respeito ao conceito de experiência desenvolvido por John Dewey. De acordo com Dewey (1980) uma experiência é uma interação que ocorre entre a “criatura viva” e o “ambiente” em que está inserida. Como interação, a experiência pressupõe que ambos afetem e sejam afetados. Contudo, no caso dos seres humanos, a experiência se configura como algo que vai além de um “agir” e “sofrer” a interação. Ela se torna algo reflexivo, para a qual os sujeitos buscam um sentido, que contém elementos de experiências passadas, além de permitir modelar experiências futuras.

Disso decorre o objetivo deste capítulo: compreender de que forma emergem os sentidos para a cooperação nas interações cotidianas entre os sujeitos vinculados à Cresol Tombos e suas unidades. Para tanto, utilizamos as narrativas elaboradas a partir das anotações do diário de campo, sobretudo aquelas referentes a dois momentos coletivos específicos: o Encontro com as Lideranças Locais e a etapa do Planejamento Estratégico Participativo. Mesmo sabendo que narrar “é um processo que não exime o narrador de suas intenções, nem das condições em que narra”, tal procedimento foi utilizado neste capítulo como uma estratégia metodológica que pressupõe “ouvir histórias silenciadas.

Histórias que não são ouvidas no presente”, histórias de “vidas comuns” (ARAGÃO, MACHADO, FREITAS, BATISTA, 2012, p. 112).

Assim – e entendendo as narrativas como uma prática que se ancora nos discursos e nas maneiras de fazer cotidianos –, é possível inferirmos que a dinâmica de cooperação, no contexto pesquisado, é permeada por imposições e inconsistências que lhe conferem uma natureza conflituosa, materializada na prática organizacional de um Sistema, cujas ações nem sempre são orientadas ao comportamento cooperativo entre os sujeitos. Por este motivo, as resistências – presentes nas táticas e nos interstícios das sociabilidades no cotidiano dos sujeitos – aparecem como uma possibilidade de reversão do lugar desses sujeitos em relação ao Sistema, no qual os caminhos e as possibilidades da cooperação vão além das formas institucionais. Por outro lado, há também neste contexto, uma enorme pressão por resultados, padronizações, inserção e permanência no mercado, as quais proporcionam aos sujeitos uma situação desgastante em torno de uma conjuntura contraditória em relação à cooperação: por um lado, parte destes sujeitos adota discursos que instrumentalizam a cooperação e a tornam um significativo vazio que congrega muitos significantes, mas não se filia efetivamente a nenhum; por outro, estes sujeitos desenvolvem táticas que os auxiliam a tornar a prática cooperativa mais do que uma reprodução deste discurso vazio da cooperação, resistindo, contornando e (re)inventando a cooperação em seu cotidiano.

Deste modo, o que a prática do cooperativismo, nestas cooperativas de crédito rural solidárias, pode trazer para os sujeitos rurais que as formam vai muito além do conteúdo oferecido nas formações, cursos e capacitações proporcionadas pelo Sistema Cresol. A inserção em uma cooperativa oportuniza a estes sujeitos uma experiência em relação à cooperação, que os torna pouco a pouco mais aptos a lidar com os (des)caminhos, com as (im)possibilidades da prática cooperativista e que vai além, possibilitando que desenvolvam táticas capazes de auxiliá-los a inserirem-se e manterem-se nas redes organizacionais em que a cooperação do “tipo exigente” é um imperativo.

Para que possamos enfim descortinar estas discussões, o capítulo está estruturado em outras três seções, além desta introdução. A seção 2, seguinte, apresenta a discussão sobre a cooperação como fenômeno social, com base nos apontamentos de Richard Sennett. Logo após, na seção 3, realizamos uma aproximação acerca da noção de experiência cunhada por John Dewey. A seção 4, por sua vez, se dedica às discussões empíricas, apresentando e problematizando os elementos presentes nas histórias e nas falas dos sujeitos durante as entrevistas e observações realizadas durante a pesquisa.

2 “Somente mediante um comportamento com um mínimo grau de autoafirmação podemos nos abrir para os outros”⁹³: a cooperação como fenômeno social

No contexto das sociedades modernas, a cooperação é uma forma social que se apresenta de diferentes maneiras. Em termos conceituais, Scopinho (2007, p.85) afirma que a cooperação pode ser entendida como uma “ação articulada, alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos”. Para esta autora, o conceito pode ter dois sentidos. O primeiro refere-se a uma “ação padrão, racionalmente construída a luz de um código”, a qual se desenvolve em formatos sociais instituídos, como as cooperativas, em que sujeitos “têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa”. Já num segundo sentido, a cooperação se refere a uma “ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições”.

Rios (2006, p.01), por sua vez, ao tratar do conceito de cooperação, critica os apontamentos teóricos que a postulam “como uma espécie de qualidade humana universal”, da qual as cooperativas seriam apenas sua expressão ou a forma pela qual esta seria operacionalizada. De acordo com este autor, são necessários três elementos⁹⁴ para que se compreenda a cooperação, quais sejam, o processo produtivo (ou seja, é preciso que a cooperação balize a produção e não somente a compra e a venda de determinados produtos), o projeto político (ou “um projeto coletivo de mudança sócio-política com uma base social de interesses convergentes”) e a convergência objetiva de interesses (através da reunião de sujeitos que possuem interesses comuns e explícitos). É preciso ainda que haja um nível mínimo em relação a esta convergência de interesses para que a cooperação aconteça em agrupamentos sociais e não dê espaço para a ruptura ou o conflito entre os sujeitos (RIOS, 2006, p. 03), uma vez que, na maioria dos casos, os interesses dos sujeitos não tendem total e igualmente ao mesmo fim.

Lima (2006, p. 01-02), por outro lado, argumenta que o conceito de cooperação não possui um sentido que leve a uma só interpretação. A autora apresenta como exemplos o “discurso social elaborado por agentes governamentais e não governamentais” que o articulam com outros termos como solidariedade, desenvolvimento, integração; e o discurso das ciências sociais em que “os processos

⁹³ (SENNETT, 2012a, p. 255).

⁹⁴ Para chegar a estes três elementos, Rios (2006) utiliza a abordagem de José de Souza Martins sobre a questão agrária brasileira desenvolvida no livro “Expropriação e violência – a questão política no campo” (1991).

cooperativos são vistos como instauradores de solidariedades, lealdades, ordem e equilíbrio social, ou ainda como arena de conflitos e dominação”.

No entanto, ainda que estes autores procurem esboçar uma análise da cooperação para além de sua inserção no domínio do cooperativismo, tais perspectivas estão empiricamente ancoradas neste tipo de organização. Dessa forma – e de acordo com a nossa proposta analítica –, é preciso pensar a cooperação em termos sociais mais amplos, entre os sujeitos na vida social cotidiana, tal como a noção desenvolvida por Richard Sennett. De acordo com este autor, a cooperação [é melhor entendida quando vista] como uma habilidade”. Neste sentido, “requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto”, o que, contudo, não a coloca como um artifício simples, pelo contrário, para ele, “o processo é espinhoso, cheio de dificuldades e ambiguidades, e não raro leva a consequências destrutivas” (SENNETT, 2012a, p. 09).

Tal como demonstra Lima (2006, p. 08), no âmbito das sociedades, não há “grupos absolutamente centrípetos e harmoniosos”; qualquer que seja a configuração de um grupo ou sociedade, esta “precisa tanto da harmonia quanto da desarmonia, da associação e da competição. Daí se depreende que a unidade pode ser designada como consenso, mas também como síntese de energias onde estão incluídas discordâncias e oposições”. Portanto, ainda que haja uma tendência em caracterizar a cooperação como algo estritamente positivo, as interações cotidianas dos sujeitos irão evidenciar as especificidades individuais que ali se congregam e que nem sempre estão em concordância.

Dessa forma, Sennett (2012a) traz um conceito de cooperação que se configura a partir da admissão de que cooperar é uma capacidade enraizada à natureza humana, cujo desenvolvimento tem origens em nossa primeira infância. “É com base nas experiências de cooperação que as crianças vão se individualizando ao longo da vida e, assim, estas relações entre indivíduos e grupos se tornam mais complexas” (MARTINS, 2014, p. 113). Uma vez que as relações sociais em que nos inserimos enquanto adultos nos levam à necessidade de utilizar o que o autor classifica como “tipo exigente de cooperação”, no qual nos vemos cada vez mais imersos em relações que pressupõem cooperar com sujeitos diferentes em termos de crenças, valores, religião ou classe social, por exemplo. Assim, a cooperação para Sennett (2012a, p. 26) é uma habilidade que está fundamentada na comunicação, ou seja, ao cooperar, os sujeitos precisam não só “expor algo com clareza”, mas ainda “atentar de perto para o que os outros dizem e interpretar antes de responder”. Estes fatores levam, como ele afirma, a uma “conversa dialógica”, a qual “não resulta na identificação de um terreno comum” a partir dos argumentos trocados, mas “amplia a

compreensão recíproca” e faz com que “as pessoas se conscientizem de seus próprios pontos de vista” (SENNETT, 2012a, p. 30). Portanto, de acordo com esta premissa, “cooperar é realizar com destreza as ‘habilidades sociais’ sérias, que são as chamadas ‘habilidades dialógicas’ (SOUZA, 2013, p. 187): “ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência e de gestão da discordância ou evitar a frustração em uma discussão difícil” (SENNETT, 2012a, p. 17). Podemos inferir, tal como nos aponta Maturana (s/d, p. 30 – tradução nossa), que a cooperação acontecerá “somente e exclusivamente nas relações de mútuo respeito⁹⁵”, em que os sujeitos compreendem e respeitam o posicionamento e as opiniões uns dos outros, ainda que estes sejam diametralmente opostos.

Contudo, é preciso ponderar “como pensar em precisar de pessoas com as quais não se está conectado intimamente, que não se conheça bem ou mesmo de quem não se gosta [?]” (SENNETT, 2012b, s/n). Para Sennett (2012b) está é “a realidade adulta que está presente na ‘cooperação’” e para a qual ele sugere que imaginemos as relações sociais como oficinas, em que sujeitos “com diferentes qualidades e habilidades, trabalham sobre um problema comum”. Para ele, a cooperação não é apenas um instrumento que serve aos grupos menos favorecidos social e economicamente, mas uma estratégia que pode, inclusive, ser utilizada para que as empresas (“firmas”) consigam elevar sua produtividade no atual contexto mundial e, além disso, leva à melhoria da qualidade de vida de seus funcionários, já que estes se sentirão “que a eles é dado certo nível de dignidade e respeito, que sua opinião tem validade” (SENNETT, 2013).

Quando Sennett (2012a) analisa a cooperação como inerente ao comportamento humano, ele parte de pressupostos que descrevem desde a forma como a ela é modelada em nossas vidas, enfraquecendo-se diante das exigências do mundo moderno, até a proposição de formas de fortalecimento do comportamento cooperativo. É exatamente ao tratar destas formas de fortalecimento da cooperação no contexto atual que o autor traz a proposta de transferirmos a forma de trabalho do artesão para situações sociais difíceis.

A cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente. A cooperação está embutida em nossos genes, mas não pode ficar presa a comportamentos rotineiros; precisa desenvolver-se e ser aprofundada. O que se aplica particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós; com elas, a cooperação torna-se um grande esforço. (SENNETT, 2012a, p. 09)

⁹⁵ “*La cooperación se da solo y exclusivamente en las relaciones de mutuo respeto*” (MATURANA, s/d, p. 30).

Neste sentido, o autor afirma que é preciso que façamos uso da força mínima, ou seja, que, assim como o artesão, lidemos com a resistência de alguns materiais sem necessariamente combatê-la, mas utilizando a sensibilidade. Em outras palavras, o autor propõe que em situações sociais complicadas em que precisamos utilizar a cooperação com sujeitos mais resistentes, não os enfrentemos ou combatamos, mas que nos abramos para lidar com este comportamento, contornando as dificuldades a partir de nossa sensibilidade.

Portanto, Sennett (2012a) apresenta a cooperação como uma habilidade que orienta os sujeitos na “realização de tarefas práticas”, mas que apesar deste aspecto e de ser inerente ao comportamento humano, ainda precisa ser fortalecida, incentivada no âmbito das relações sociais. Por este motivo, a postura do artesão se configura como a mais adequada, na opinião do autor, uma vez que proporciona uma aprendizagem que se dá a partir da experiência dos sujeitos em relação às formas físicas e, conseqüentemente, às interações sociais cotidianas.

Assim, no próximo tópico, nossa proposta é apresentar a discussão teórica em torno do conceito de experiência desenvolvido nos estudos de John Dewey, para que, a partir deste e articulando-o com a ideia de cooperação aqui apresentada, possamos elencar os principais aspectos que podem nos auxiliar a compreender as experiências dos associados da Cresol Tombos e suas unidades em relação à cooperação como uma prática social.

3 “Em qualquer posição que estejam, os homens se amontoam e se acomodam, misturando-se e se movimentando, exatamente como objetos atirados em um saco se ajeitam⁹⁶”: a noção de experiência em Dewey

John Dewey foi um filósofo norte-americano que viveu entre 1859 e 1952. Durante a sua carreira, desenvolveu estudos filosóficos e educacionais nos quais “advogava a unidade entre teoria e prática” (WESTBROOK, 2010, p. 11), baseando seus argumentos na corrente filosófica denominada Pragmatismo. O surgimento desta perspectiva teórica, tal como empregada por Dewey em seus estudos, data do fim do século XIX nos Estados Unidos e sua principal característica⁹⁷ é a “procura das

⁹⁶ (Montaigne, 2011 citado por SENNETT, 2012a, p. 333).

⁹⁷ Segundo Souza (2010) “não há uma homogeneidade” entre os filósofos ligados a essa corrente teórica, embora existam “denominadores comuns”. Além disso, é preciso considerar o contexto histórico em que o Pragmatismo aparece nos Estados Unidos: “período pós-guerra civil americana, fase do desenvolvimento e consolidação do capitalismo industrial”. O aspecto histórico remete ainda à “relação entre a Inglaterra e

consequências práticas do pensamento” (CONCEITO DE, s/d). De acordo com Santos (2011), a proposta das análises inspiradas no Pragmatismo parte do pressuposto de que as “certezas” não existem, colocando, assim, o conhecimento como resultado de pesquisa e não mais como “a construção de uma doutrina ou sistema”. Para esta autora, a proposta filosófica de Dewey buscava respostas para os “problemas existentes” em sua época, através de uma “filosofia que considerava aberta, democrática, mutável, ativa e interventora – uma filosofia em reconstrução” (SANTOS, 2011, p. 03). Assim, Dewey combatia os dualismos, pois acreditava numa “continuidade entre duplos” como “homem e ambiente, natureza e sociedade, arte e ciência”, por exemplo (ARAÚJO, 2011, p. 108). Neste sentido, como afirma Santos (2011), Dewey interessou-se por questões ligadas não só a Filosofia e à Educação, mas também à Psicologia, à Sociologia e à Política.

Seguindo estes pressupostos, Dewey pretendeu, sobretudo, “romper com o dualismo entre empirismo e racionalismo” (SANTOS, 2011, p. 05), através de uma filosofia que procura “resolver os problemas práticos da vida dos indivíduos e das comunidades humanas” (SOUZA, 2010, p. 03). Desse modo, traz a noção de experiência como central para os seus estudos e pressupostos. Contudo, em sua perspectiva, a experiência não mais se “refere ao conhecimento acumulado ao longo do tempo”, ela perpassa o “ato no presente”, “remonta ao que foi aprendido no passado e se reporta ao futuro” (SANTOS, 2011, p. 05)⁹⁸.

Para Dewey (e para os pragmatistas), a experiência diz respeito à esfera do comportamento – tem uma dimensão de ação, é uma questão de ‘interatividade entre um organismo e um ambiente’, marcada pela interdependência e pelo mútuo condicionamento, e onde as condições do meio ambiente e a capacidade de percepção e ação de um ser são igualmente importantes (FRANÇA, 2010, p. 42).

os Estados Unidos”, uma vez que pelo fato de terem sido colonizadas por esta, as “antigas colônias inglesas da América do Norte” foram receptivas “aos ideais filosóficos, religiosos e culturais dos colonizadores”. Neste sentido, as diferenças entre os filósofos do Pragmatismo se justificam pela maior ou menor receptividade e aderência aos ideais recebidos.

⁹⁸ Walter Benjamin, filósofo alemão, também concebe uma noção teórica de experiência. Para este autor, “a ‘verdadeira experiência’ se forjaria a partir das consonâncias responsáveis por promover o entrelaçamento entre passados individuais e coletivos por meio da memória e de sua socialização via tradição” (LANA, MARTINS, SALGADO, SILVEIRA, 2014, p. 86). Benjamin entende que a experiência não representa uma continuidade, que necessita ser reiterada pelos sujeitos, ao passo que não sendo possível “evocar o passado [ou] intercambiar os insumos legados pela tradição” no transcurso de uma experiência, tais sujeitos (sobretudo no contexto do pós-guerra) se transformariam em “seres melancólicos”, “portador[es] de uma voz emudecida e abatido[s] pela incapacidade de sonhar” (LANA, MARTINS, SALGADO, SILVEIRA, 2014, p. 87). Neste sentido, a abordagem de John Dewey sobre a noção de experiência, nos pareceu mais adequada às discussões que vinham sendo feitas nesta tese, uma vez que o autor a apresenta a partir de uma “inspiração biológica” – como interação entre a “criatura viva” e o “ambiente” –, questionando “os dualismos que opõem mente e mundo, pensamento e ação”, por exemplo (WESTBROOK, 2010, p. 14).

Para compreender a noção de experiência desenvolvida por Dewey, Teixeira (2010, p. 33) parte de uma espécie de desmembramento em determinadas assertivas: a) o “universo é um conjunto infinito de elementos, que se relacionam de maneira a mais diversa possível”; b) dada essa diversidade de relações, o universo configura-se como “precário” e “instável”, fatores que o “obrigam à perpétua transformação”. Portanto, c) “tudo existe em função das relações mútuas, pelas quais os corpos agem uns sobre os outros, modificando-se reciprocamente”. Neste sentido, d) uma experiência se configurará a partir do “agir” de um corpo sobre outro, somado ao “sofrer” uma reação do outro corpo.

Além disso, é preciso fazer uma distinção entre a experiência que acontece no “mundo físico” e no “plano da vida”. Ainda seguindo o raciocínio de Teixeira (2010, p. 33), no mundo físico não existe uma preocupação em relação à conservação do caráter dos corpos, as experiências “se dão sem nenhum sentido de adaptação”. No que se refere aos organismos vivos, ao plano da vida, por outro lado, afirma, “já há distintamente preferência, seleção e adaptação, buscando o corpo conservar seu ‘organismo’. (...). Os corpos agem e reagem, para a conquista de um equilíbrio de adaptação”. Entretanto, entre os seres humanos, o movimento de agir e reagir dos corpos não acontece de maneira “mecânica” (FRANÇA, 2010), vai além das escolhas relacionadas ao âmbito biológico, privilegiando a “reflexão”, o “conhecimento” e a “reconstrução da [própria] experiência” (TEIXEIRA, 2010). Assim, entre sujeitos, a experiência se configura com o “receber” e “sofrer” influência de um meio; além da constatação de que “há uma continuidade entre os eventos e atos do cotidiano” (ARAÚJO, 2011, p.109).

A experiência ocorre continuamente, porque a interação da criatura viva com as condições que a rodeiam está implicada no próprio processo da vida. Sob condições de resistência e conflito, aspectos e elementos do eu e do mundo implicados nessa interação qualificam a experiência com emoções e ideias, de maneira tal que emerge a intenção consciente (DEWEY, 1980, p.89).

Dewey (1980) apresenta, então, os dois critérios principais que orientam uma experiência: a continuidade – sempre haverá algo de experiências passadas a orientar a experiência presente e esta influenciará e modificará experiências subsequentes – e a interação – entre os corpos ou criaturas vivas e o ambiente que os circundam (NICOLODI, 2013). E demonstra, dessa forma, que estes critérios se materializam na experiência cotidiana dos sujeitos sob determinadas condições que podem incluir “resistência” e “conflito”, o que, no entanto, irá permitir que a interação, ao mesclar

“aspectos e elementos do eu e do mundo”, se qualifique e a tornem *uma experiência*. Assim, sendo a experiência “cotidiana e relacional, ela não deixa de ser tensionada pela indiferença e pela intensidade”, ou seja, sendo “resultado da interação”, a experiência pode “ser rotineira, mera repetição, submissa a convenções práticas e procedimentos intelectuais e, conseqüentemente, dispersa, fragmentada” ou “pode integrar as várias capacidades humanas” mobilizando-as “livremente de modo que seu resultado seja *uma experiência integral, forte, de rara intensidade*” (GUIMARÃES, LEAL, 2008, p.06).

Contudo, é importante ainda considerar que, caso a experiência não leve os sujeitos a uma “reflexão consciente”, também não “fornece[rá] nenhum instrumento” para que melhor se apoderem “das realidades” ao seu redor. Os sentidos e significados contidos numa experiência serão mais completos quando vinculados ao “elemento de percepção, de análise, de pesquisa” que permita a “aquisição de conhecimentos” que tornem os sujeitos “mais aptos para dirigi-la, em novos casos, ou para dirigir novas experiências” (TEIXEIRA, 2010, p. 36). Portanto, uma “experiência alarga, (...), os conhecimentos, enriquece o nosso espírito e dá, dia a dia, significação mais profunda à vida” (TEIXEIRA, 2010, p. 37).

Dessa forma, e amparados pelos conceitos até aqui apresentados, a próxima seção se dedicará a descrever, a partir de narrativas, os “detalhes da vida cotidiana” que puderam ser apreendidos no decorrer da pesquisa em relação às experiências dos sujeitos com a cooperação e o cooperativismo de crédito rural solidário.

4 “O sentido do social pode ser revelado observando-se pequenos detalhes da vida cotidiana”⁹⁹”

Na realização da etapa do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) do Sistema Cresol referente à Cresol Tombos e suas unidades, a minha proposta de observação sem uma interferência direta nas discussões que estavam sendo realizadas não pôde ser efetivamente cumprida. Como a metodologia utilizada pelos coordenadores da atividade pressupunha a discussão em grupos de trabalho ao longo de todo o dia, assim que os grupos foram definidos, fui incluída em um. Ainda assim, tentando não interferir mais do que a minha própria presença já interferiria, me propus a fazer as anotações escritas nos quadros que deveríamos preencher com os pontos elencados para cada um

⁹⁹ (PAIS, 2014, p. 49)

dos assuntos discutidos¹⁰⁰, já que cada grupo deveria designar um relator e um apresentador. Mas, após todas as discussões nos grupos, chegada a hora das apresentações, a lógica do grupo em que estava foi: se você anotou, você sabe o que falar. E eu acabei sendo também a apresentadora da síntese de todas as discussões realizadas no grupo.

Como havíamos discutido em etapas (1º os problemas referentes a cada assunto; 2º os pontos fortes e os pontos fracos; 3º as oportunidades e as ameaças; 4º as ações e estratégias sugeridas para lidar com os pontos elencados), as apresentações também seguiram essa divisão e eu acabei falando em todas as rodadas. E, como o que era anotado por um dos coordenadores no documento final daquela etapa do Planejamento vinha das apresentações finais e não das anotações nos quadros, a minha participação e, conseqüentemente, a minha interferência neste momento coletivo foi muito maior do que em qualquer outra etapa da pesquisa... E como todos os outros participantes – associados, diretores, representantes de outras organizações da agricultura familiar da região –, ao final do dia, meu único pensamento era voltar para casa e descansar.

No entanto, ao contrário dos outros, não havia mais a possibilidade de conseguir um ônibus que pudesse me deixar em uma cidade onde houvesse um outro ônibus para Viçosa, pois as atividades terminaram mais tarde que o previsto. Mas, enquanto eu tentava resolver o que fazer, logo alguém me perguntou como eu iria embora e me informou que os coordenadores da atividade poderiam me dar uma carona até uma cidade mais próxima de Viçosa. Eu aceitei.

Logo que começamos a sair da cidade, um deles me perguntou:

– E aí, tu gostou do PEP? O que achou dele?

E eu, àquela hora do dia, exausta em razão de todas as discussões e apresentações realizadas ao longo de todo o dia, só consegui responder num suspiro

– Puxado!

A partir dessa pergunta inicial, passamos a conversar sobre a metodologia utilizada para o planejamento, as impressões que cada assunto debatido nos deixou, sobre as viagens que eles ainda deveriam fazer para realizar a mesma atividade em outras unidades e sobre a forma como aquelas discussões seriam inseridas no documento final, referente ao Planejamento 2016-2020 para todo o Sistema. Em determinado momento da

¹⁰⁰ Os assuntos discutidos no Planejamento da Cresol Tombos, como apresentado no Capítulo 3, estavam divididos em dois eixos principais: o eixo estratégico, com seis assuntos (Público Alvo; Política de Expansão; Relações Externas; Formato Organizacional; Formação; Ações Estratégicas) e o eixo econômico, com quatro assuntos (Modelo de Negócios; Crédito; Tecnologia; Concorrência e Mercado Financeiro). Cada grupo ficou responsável por discutir dois assuntos para que todos fossem contemplados.

conversa, os comentários se voltaram para o texto que deveria ter sido previamente debatido entre diretores, associados e representantes de organizações da agricultura familiar da região e que, entretanto, nem os próprios diretores conseguiram, em meio à agenda de compromissos e formações que precisam cumprir, ter tempo para realizar uma leitura prévia do texto. Para eles, esse fato era preocupante. Era preciso que, ao menos os diretores tivessem dado conta da tarefa, uma vez que, de acordo com os “modernos manuais de administração”, a equipe estava numericamente adequada em cada unidade para que estes ficassem livres para atividades mais específicas.

Foi neste momento, que me ocorreu que a forma como a cooperação é entendida e praticada no âmbito do Sistema é muito diferente da forma como ela é entendida entre os sujeitos que constituem as cooperativas. No discurso daqueles que naquele dia representavam a área burocrática do Sistema, transparecia uma compreensão da cooperação estritamente vinculada a uma visão administrativa, como uma forma social institucionalizada que aqui se materializa através de formações, reuniões, assembleias e discussões coletivas com base em temas predefinidos. A cooperação restrita a espaços de participação e a uma preocupação em demonstrar o quanto a cooperativa cresceu em termos de capital e número de associados; no quanto o associado economiza estando vinculado a uma cooperativa Cresol; nas campanhas periódicas de prêmios (“Cooperar para ganhar”); nos ganhos sociais exaltados nas pré-assembleias e na Assembleia Geral Ordinária, enfim, a outros aspectos econômico-financeiros – já apresentados nos capítulos precedentes – que ao serem evidenciados em tantos momentos fazem com que as motivações que deram origem às cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais sejam subsumidas. E, dessa forma, ainda que seja extremamente importante para o Sistema (e, conseqüentemente, para os associados) manter as cooperativas com um bom retorno financeiro, bem administradas, os propósitos do cooperativismo de crédito rural solidário não se reduzem a isso.

É possível, portanto, inferir que no âmbito administrativo-financeiro e burocrático do Sistema predominam elementos do que Sennett (2012a) classifica como a forma enfraquecida da cooperação, ou seja, como a cooperação que, ao se tornar mais complexa dados os aspectos e imposições que marcam as sociedades modernas – individualização, racionalização, industrialização, inúmeras formas de comunicação, etc. –, “desabilita” os sujeitos a lidarem com situações sociais mais complexas, podendo induzi-los a um “comportamento tribal” em que a cooperação deixa de ser uma atitude característica do ser humano que se predispõe somente utilizá-la no interior de grupos que pressupõem homogêneos.

Assim, constroem uma “narrativa” (HUSTON, 2010) acerca da cooperação como a mera possibilidade de participação dos sujeitos em espaços coletivos da cooperativa, exclusivamente por meio de formações, pré-assembleias, Assembleia Geral Ordinária e outros poucos momentos coletivos, de modo que esta narrativa se configure como algo que vai dar sentido à realidade social destes sujeitos, enquanto associados, ainda que a realidade no meio rural traga outras discussões, outras realidade que não coincidem com as do Sistema. E enquanto estas narrativas são plausíveis e aceitas pelo grupo em relação ao contexto em que se inserem, não são necessariamente questionadas, pois possuem *status* de verdade. Contudo, a cooperação neste contexto passa a ser uma mera condição para manter unido um grupo que se pressupõe homogêneo, dado que está vinculado a um mesmo tipo de organização, mas que efetivamente é composto de sujeitos muito diversos e com diferentes motivações, interesses e experiências.

Para Rios (2006, p. 04) quando “indivíduos extremamente heterogêneos, tanto do ponto de vista cultural como econômico” são reunidos em determinados grupos sociais, não se pode esperar que existam entre estes “interesses cooperativos”. De acordo com o autor, situações como esta podem resultar em “conflito de interesses, aberto ou camuflado, na forma de acomodação, (...), gerando apatia e descrença”. Neste sentido, no contexto em que foi realizada esta pesquisa, é possível inferir que as maneiras como a cooperação é tratada pelo Sistema não permite que esta se configure como uma habilidade dialógica, tal como pressupõe Sennett (2012a, p. 17), em que é preciso “ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência e de gestão da discordância ou evitar a frustração em uma discussão difícil”.

Por outro lado, considerando o que Lana, Martins, Salgado, Silveira (2014, p. 88) afirmam, “o que nos afeta não depende de nós, de modo que não podemos controlar o que se passa e o que acontece”, mas, apesar disso, “não somos indiferentes àquilo que nos atravessa e se coloca à nossa frente”. Por isso, é preciso também considerar a forma como os sujeitos lidam com as concepções do Sistema a partir de suas experiências de cooperação, tentando equalizar as diferenças e dificuldades que se colocam pelo caminho.

Foi assim que na minha última viagem para coleta de dados, no final do mês de julho de 2015, na qual assistiria a uma formação que seria realizada em uma das unidades da Cresol Tombos, pude presenciar um episódio que ilustra a forma como parte dos sujeitos vinculados a esta organização lida com as transformações e imposições advindas deste contexto resultante da incorporação entre os Sistemas e a maneira como a cooperação se configura em suas interações.

O meu objetivo principal naquele momento era observar uma das formações oferecidas pelo Sistema Cresol aos seus associados e não necessariamente realizar mais entrevistas. Mas, como ainda era de manhã, eu estava em uma cidade que só havia visitado durante as pré-assembleias, as atividades principais do dia na unidade só aconteceriam após a chegada de um outro diretor que os auxiliaria e a formação que pretendia observar seria realizada somente no período da tarde, resolvi dar uma volta pela cidade, descobrir onde era o Sindicato dos Trabalhadores e, se possível, realizar mais uma ou duas entrevistas.

Apesar da volta ser bem curta – a cooperativa fica no que parece ser a rua principal no município, um caminho praticamente reto em que se chega ao trevo de saída da cidade também –, eu estava apenas passeando por entre as pequenas lojas, observando o movimento da rua e das pessoas que por ali circulavam naquele momento. “É deambulando pelo cotidiano que o descobrimos como uma alavanca de conhecimento” (PAIS, 2014, p. 49). Sendo assim, logo que cheguei a uma das praças principais da cidade, avistei um carro da Cresol estacionado e o diretor que estava sendo esperado, estava lá, dentro dele. Num primeiro momento, achei que ele poderia ter me visto e quase atravessei a rua para cumprimentá-lo. No entanto, ele não havia me visto e, sem querer atrapalhá-lo, pois achei que ele tinha acabado de chegar e estava parado ali para resolver alguma coisa, esperando alguém ou só usando a internet (o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade fica muito próximo à praça, a qual, como em outros pequenos municípios mineiros, é o local onde está disponibilizado, pela Prefeitura, um sinal de internet por meio do Projeto Praça Digital), continuei meu passeio.

Entre a volta pela cidade que incluiu um café e uma conversa na padaria; uma parada na farmácia para descobrir os horários de ônibus e uma pausa na praça para utilizar a internet, eu acabei gastando pouco mais de uma hora. E, durante todo esse espaço de tempo, o carro com o diretor continuou estacionado no mesmo lugar. Como já era um horário que eu acreditava ser de almoço na cidade, resolvi retornar para a cooperativa, uma vez que o diretor da unidade estava sendo meu anfitrião e, por isso, me aguardava.

Quando cheguei à cooperativa, eles ainda estavam à espera do diretor, que até então, não havia atendido às ligações anteriores e que estava sendo esperado desde cedo. Mas, alguns minutos depois que eu entrei, o diretor da unidade ligou mais uma vez para o que estava sendo esperado – e que estava na praça há uns cinco minutos da cooperativa – e ele atendeu, avisando que estava no restaurante e que poderíamos encontrá-lo lá para almoçar. Antes de sair da cooperativa em direção ao restaurante, uma ideia absurda me passou pela cabeça: já sabendo da rotina de compromissos, viagens, reuniões e formações

que os diretores precisam cumprir, sobretudo os diretores liberados, eu imaginei “será que ele estava dormindo no carro? ” Porém, essa ideia era realmente absurda e eu a abandonei logo, no entanto, fiquei um tempo tentando entender o que ele fazia parado na praça (internet, STR, outro compromisso... E, porque não avisou na unidade que já tinha chegado?). “O pensamento criativo não sabe exatamente o que pode encontrar, em contrapartida é estimulado pelas possibilidades de novas descobertas. Essa ludicidade alimenta a criatividade” (PAIS, 2014, p.60).

Mas, como estas eram questões cujas respostas não me diziam respeito, guardei silêncio e, me comportei tal como havia me programado para aquela visita: observando as ações e reações dos sujeitos da pesquisa. Assim, quando chegamos ao restaurante e o avistamos, minha primeira observação foi que seu rosto parecia cansado e seus olhos estavam bem avermelhados. E, em seguida, que não houve nenhuma menção à parada anterior na praça, tudo procedeu como se ele tivesse acabado de chegar. Apesar disso, houve menção ao fato de estar muito gripado há alguns dias e aos muitos compromissos que vinha cumprindo ao longo da semana.

A minha primeira reação – interna, discreta e muda – ao vê-lo foi pensar que, sim, eu estava certa, ele estava dormindo no carro! Contudo, o fato que me pareceu inicialmente engraçado, em seguida se configurou como algo sério e preocupante: a agenda de compromissos dos diretores liberados é tão exaustiva e os ocupa em tantos e diferentes horários que, aquele diretor possivelmente chegou cedo, após um deslocamento de aproximadamente 40km e parou para dormir e/ou descansar no carro, antes de enfrentar todas as atividades que teria ao longo do dia. A partir deste fato é possível perceber como determinadas táticas utilizadas pelos sujeitos em suas experiências cotidianas se configuram como possibilidades de interação destes com o meio que os circunda. Como afirma Araújo (2011, p. 112) a “interação entre o ser vivo e o meio”, no que concerne à noção de experiência desenvolvida por Dewey, “é o parâmetro por excelência, tanto para conhecer, como para agir, (...), como para transmitir e comunicar significados”.

Neste caso especificamente, ainda que o diretor em questão seja, como visto no Capítulo 2, o portador do discurso autorizado, representando a organização comunicada, em sua interação com os aspectos contextuais que conformam a atuação da Cresol Tombos nesta região de Minas Gerais, ele também precisa utilizar determinadas formas, determinadas práticas para lidar com os parâmetros e as imposições que a incorporação entre os Sistemas trouxe para o seu cotidiano, tais como as inúmeras atividades administrativo-burocráticas que precisam cumprir nas unidades que dirigem e em apoio

às outras seis unidades (o que implica em deslocamentos constantes); as reuniões periódicas dos conselhos da cooperativa; as formações e capacitações que participam; as visitas aos associados inadimplentes e, as solicitações de visitas às comunidades ou eventos vinculados a outras organizações de agricultores familiares com as quais a cooperativa mantém parcerias. Contudo, este conteúdo é igualmente permeado pelo resultado de suas experiências em relação ao cooperativismo de crédito rural solidário, as quais estão vinculadas não só às novas atividades que estes diretores atualmente realizam, mas sobretudo ao seu histórico de participação e atuação no âmbito do cooperativismo de crédito rural solidário e em organizações de agricultores anteriores a estas cooperativas. Portanto, ainda que as circunstâncias formais que envolvem seu cargo na cooperativa os coloquem em uma condição de disponibilidade praticamente “ilimitada¹⁰¹” e, por isso, os modifiquem como sujeitos sociais, a sua forma de lidar com estas circunstâncias interfere, da mesma forma, no sistema e em suas predisposições, uma vez que “a experiência toma um papel importante nas ações de um agente orientando, modificando e interferindo” em suas ações (FERREIRA, 2011, p. 148) que irão se refletir no meio em que se inserem.

Dessa forma, ainda que o Sistema disponha de inúmeros mecanismos que visam “ordenar” as práticas dos diretores, não há como as normas ou os regulamentos formais conseguirem se impor às “maneiras de fazer” destes sujeitos no cotidiano, impedindo que o “cochilo/descanso” no carro aconteça, antes desse sujeito se colocar disponível para o cumprimento um longo dia de atividades. Além disso, se a forma como o Sistema materializa a cooperação através de formações, reuniões e outros momentos coletivos, não se mostra “permeável” ao conteúdo das experiências que os sujeitos tiveram em relação ao cooperativismo de crédito rural solidário no interior de Minas Gerais, isso não significa que este conteúdo não vá influenciar as formas sociais institucionalizadas e o próprio sistema, a partir do conjunto de táticas que estes sujeitos se utilizam para lidar com um discurso hegemônico e evitar que a cooperação se perca entre outros significantes e deixe de orientar as ações e práticas cotidianas do grupo.

¹⁰¹ Ao final do dia, como não haveria um ônibus para que eu pudesse voltar para casa, peguei uma carona com este diretor até uma outra cidade e, no caminho, fomos conversando sobre a sua rotina de trabalho e viagens. E uma questão que me ocorreu é que, diante de uma exigência de disponibilidade tão grande destes diretores em relação à cooperativa e ao Sistema, eles deveriam ter um período de férias, já que são remunerados pelo Sistema. Mas, ele me disse que não existem férias pré-estipuladas para os diretores liberados durante todo o mandato (quatro anos), uma vez que eles não são funcionários contratados pela cooperativa. Só poderiam, em casos específicos, tirar alguns dias de folga. Os diretores que compõem o atual conselho administrativo da Cresol Tombos estão em seu segundo mandato consecutivo.

5 Apontamentos finais

Depois de uma longa manhã de entrevistas, percebi que uma das marcas comuns entre os agricultores que entrevistei eram as unhas. Me dei conta que em cada conversa, num determinado momento, me pegava olhando, sem intenção ou propósito, as mãos dos entrevistados e, conseqüentemente, as unhas. Quase todos, ou melhor, todos os que observei, entre diretores, agentes de crédito e associados, tinham as unhas corroidas, curtas, “no talo” do dedo e sempre, sempre com restos de terra. Na parte da tarde, durante a atividade de formação (o Encontro com as Lideranças Locais), estava prestando atenção à apresentação e, num movimento que o coordenador da atividade fez com a mão, suas unhas brilharam contra a luz. E eu pensei: “ele faz unha!” – como um pensamento solto, talvez para espantar o sono, enganar o cansaço. Mas, resolvi olhar mais atentamente. A unha dele reluzia como se estivesse com base. No fundo, pensei, isso também não era foco da pesquisa e eu acabei deixando para lá. Contudo, no retorno para casa, naquele momento em que as experiências do dia se assentam em nossa consciência e é possível realizarmos as ligações entre os fatos, as duas imagens, tanto das unhas cortadas e tão limpas que reluziam quanto das unhas dos agricultores – gastas pela lida do dia a dia e sujas da terra –, uma em frente a outra, permitiram a observação do ponto de vista do contraste, sobretudo considerando que todos os dirigentes do Sistema Cresol, em qualquer atividade em que estejam, se apresentam como agricultores familiares (Diário de campo, julho de 2015).

Dentre os exemplos que Dewey apresenta para explicar o que vem a ser uma experiência estão as cartas que Van Gogh escreve para o seu irmão descrevendo uma paisagem que pretende colocar em uma das suas telas. Araújo (2011, p. 111), ao apresentar este exemplo, afirma que “o resultado, o quadro, expressa em cores e pinceladas o que na paisagem impressionou o pintor”, a obra traz em seus traços e cores as experiências do pintor com a paisagem retratada, e para isso, ele “segue um ritmo, o que ele vê é esteticamente modificado e não representado como se fosse uma foto do real”. Assim como neste exemplo, nossa intenção neste último capítulo foi descrever as experiências vividas durante o período de pesquisa, as quais a marcaram significativamente e, talvez por isso, sejam aquelas que estão diretamente relacionadas com as experiências cotidianas dos sujeitos. Entretanto, como experiências singulares, marcadas pela narratividade e pelas histórias que conformam a identidade de diferentes sujeitos, tais experiências vêm descritas com cores, ênfases e traçados que podem ter enfatizado alguns aspectos em detrimento de outros, ainda que, como na pintura, tenham procurado trazer “cor, extensão, ritmo, movimento” (ARAÚJO, 2011, p. 111).

Se nos fosse possível retratar em imagens as observações realizadas durante a pesquisa com os sujeitos vinculados à Cresol Tombos e suas unidades, perceberíamos, numa perspectiva comparada, a cooperação como uma forma de interação social que

emerge de diferentes maneiras entre o grupo, tal como no contraste entre as unhas daqueles que constituem as cooperativas e aqueles que administram/representam o Sistema. De um lado, está o discurso institucional, em que o vínculo com a terra, com a agricultura e com o cooperativismo de crédito rural solidário, visa colocar os sujeitos em condição de igualdade como associados. Sob este aspecto, estão aqueles que defendem a cooperação como uma estratégia, uma ferramenta ou uma metodologia de trabalho em grupo que, no entanto, não é necessariamente uma prerrogativa do cotidiano dos associados. Neste sentido, cooperar significa ganhar, ter retorno financeiro, estar vinculado a uma cooperativa de crédito rural solidária, indo de encontro às perspectivas conceituais desenvolvidas por Rios (2006), Scopinho (2007) e Sennett (2012a), para os quais a cooperação não pode ser restringida ao âmbito de uma cooperativa.

Concomitante a isso, insurgem as perspectivas dos sujeitos que constituem o Sistema, entre os quais se evidencia a diferença fundamental entre quem reproduz o discurso e quem vivencia essa relação com a terra, com a agricultura e com a cooperação, não só no âmbito de uma cooperativa, mas também e, principalmente, em suas experiências cotidianas, como um modo de conseguir alcançar determinados interesses, sejam estes financeiros ou sociais. Mas por que então as narrativas deste capítulo não foram exclusivamente referentes aos agricultores associados? Em primeiro lugar porque durante a realização da pesquisa fomos nos convencendo de que as observações de momentos coletivos – que se multiplicaram neste período – nos proporcionariam um panorama das interações entre os sujeitos na organização, que seria complementado pelos outros instrumentos metodológicos utilizados. Contudo, ao realizarmos as primeiras triagens dos materiais coletados em áudios e anotações, ficou evidente que, no âmbito formal da organização, a cooperação não se concretiza. Expliquemos. Se a cooperação é entendida como uma “habilidade dialógica” que “amplia a compreensão recíproca” entre os sujeitos com diferentes interesses e pontos de vista, esta só poderia ser apreendida a partir das interações cotidianas dos sujeitos em relação, no âmbito das experiências destes sujeitos com o sistema. Entretanto, nos espaços coletivos que tivemos a oportunidade de observar/participar e nos quais os agricultores estavam presentes, a experiência da cooperação não acontece, estes sujeitos não se “mostram”. Fica ausente, neste processo, a “capacidade” de compreensão entre sujeitos e organização; a receptividade para agir de forma conjunta (SENNETT, 2012a). Por outro lado, fora da relação associado-cooperativa, nas propriedades, entre as famílias e os vizinhos, temos ciência de que esta cooperação existe, uma vez que são sujeitos a se relacionarem no cotidiano. No entanto, sob este aspecto, a cooperação existente escapa do objetivo desta pesquisa.

Assim, é necessário, no contexto atual das cooperativas de crédito rural solidárias pesquisadas, que os sujeitos a ela vinculados, notadamente em relação aos agricultores familiares em condições econômicas e sociais mais vulneráveis, encontrem formas de lidar com as exigências burocráticas do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema em que estão inseridos – o Sistema Cresol – sem que se percam do conteúdo que os motivou a contribuir para a constituição destas organizações. E, no âmbito específico da Cresol Tombos, que estes agricultores associados possam lidar com as formas institucionais decorrentes da incorporação dos Sistemas a partir do comportamento do artesanato, preconizado por Sennett (2012a), contornando as dificuldades, as imposições e as resistências que se impõem em sua interação com tais organizações, sem, contudo, com elas “guerrear”.

Além disso, para Sennett (2013), a cooperação, na contemporaneidade, não pode ser entendida como uma estratégia exclusiva de grupos social ou economicamente vulneráveis, mas como uma proposta útil também para que as empresas capitalistas possam alcançar uma maior produtividade através de um trabalho em conjunto com seus colaboradores. Entretanto, quando este autor relaciona cooperação e produtividade num contexto moderno, ele pressupõe que se estabeleça uma nova forma de organização social baseada na cooperação dialógica, onde os sujeitos se engajam em um projeto comum – que pode ser materializado em uma empresa – para o qual se voltarão com dedicação e empenho. Neste sentido, a cooperação se configura como uma proposta relevante e justa, a partir da qual os funcionários participarão mais efetivamente da empresa, não só como meros instrumentos para o crescimento desta, mas como corresponsáveis pelo seu sucesso e coparticipantes deste, inclusive em termos de retornos financeiros. A ideia é, portanto, que a cooperação seja uma prática efetiva a orientar toda a sociedade e não somente um discurso no qual muitos se empenham para o sucesso e crescimento de poucos.

Logo, no contexto das cooperativas pesquisadas, é preciso permitir que tanto a cooperação quanto o cooperativismo de crédito rural solidário sejam “reinventados”, remodelados de acordo com a criatividade dos sujeitos que o compõem e lhe dão vida, mas sem perder de vista os aspectos históricos que lhe deram origem e marcaram a sua trajetória. Assim, ainda é cedo para afirmar qual a potencialidade de permanência (e insistência) da cooperação, diante dessa nova reconfiguração institucional, provocada pelo processo de incorporação. O momento é de instituição de novas interações, pautado por contradições, fragilidades e ameaças à perda da identidade do sistema que originalmente reuniu o grupo de agricultores da região de Tombos. Entretanto, como afirma Sennett (2012a), é possível que, pelo emprego da força mínima como o artesanato,

potencializada em escala ampliada, haja uma energia que possa resistir e remodelar as formas institucionais que ainda dão sentido à cooperação. Todavia, a permanência da cooperação nas interações sociais desses agricultores com a Cresol Tombos não provém de uma decorrência supostamente natural do processo institucional de incorporação. Os cenários institucionais marcados pela cooperação, com esses agricultores, serão aqueles, portanto, capazes de se remodelarem diante da vitalidade instituída nas interações entre sujeitos e sistema.

“Os cientistas são pessoas que têm prazer em explicar¹⁰²” – considerações finais

Quando a “aventura” dessa tese começou, nós não fazíamos ideia do que iria dela resultar. Na verdade, a aventura começou muito antes da tese propriamente dita ou da primeira “estrutura” de tópicos sobre os quais pretendíamos organizá-la. No entanto, quando decidimos “colocar no papel” um planejamento de tese, no início de 2015, como um trabalho operacional, estruturamos quadros sinópticos com o desenho dos capítulos (esse “desenho” estava materializado em um arquivo com o título; um resumo; a conclusão que poderíamos chegar no capítulo; subproblema ou o objetivo específico a que o capítulo se vincularia; os conceitos e os autores em que estaria baseada a análise; os instrumentos metodológicos utilizados e as possíveis fontes de dados); tabelas de detalhamento metodológico com as possibilidades analíticas; e cartazes coloridos que organizavam os indícios que íamos descobrindo em cada etapa da coleta de dados e nas reuniões de orientação, que poderiam ser utilizados em cada capítulo do que imaginávamos que seria o resultado final da tese. E como ainda estávamos no início da coleta de dados, deixamos que a nossa imaginação “corresse solta” em sete diferentes capítulos com discussões teóricas que, em nossa perspectiva, seriam complementares.

Entretanto, todas as nossas tentativas de organização e controle para que nenhum dado relevante se perdesse e, para que conseguíssemos “cercar” o objeto de pesquisa – o cooperativismo de crédito rural solidário – por meio das abordagens teórico-metodológicas que nos pareciam mais eficientes naquele momento, foram sendo desconstruídas e reconstruídas ao longo de todo este processo. Logo que a segunda fase da pesquisa de campo foi iniciada e novos indícios começaram a gravitar em torno de nossas hipóteses, aquele primeiro planejamento e, conseqüentemente, toda aquela epopeia de capítulos e discussões teóricas, passou a ser questionado, uma vez que não correspondia aos indícios recém coletados.

Dessa forma, entre as idas e vindas das viagens para coleta de dados; leituras e mais leituras (e mais outras leituras!); reuniões de orientação; adequação do quadro sinóptico e das tabelas de detalhamento metodológico; transcrição de falas (tanto dos áudios da pesquisa quanto das orientações) e elaboração de narrativas a partir do diário de campo, percebemos que, para alcançar o nosso intento e “cercar” o objeto de pesquisa a partir de visões teóricas complementares era necessário focar em determinados conceitos, para os quais, os indícios apontavam com mais veemência. Além disso, ainda que a nossa abordagem metodológica estivesse ancorada na proposta de uma visão crítica

¹⁰² (MOREIRA, 2004, p. 600).

da ciência e da sociedade, em que procurávamos abordar o objeto e os sujeitos da pesquisa através das pistas e indícios que poderíamos encontrar neste contexto, os quais nos auxiliariam a compor uma descrição densa em torno de determinados deslocamentos teórico-metodológicos, lidar com esta proposta interdisciplinar e os desafios inerentes a ela se configurou como algo que estava além das nossas previsões.

O contato com a realidade que circundava, naquele momento, os sujeitos e o cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais, a partir da experiência de incorporação entre os Sistemas Ecosol e Cresol nos municípios pesquisados, permitiu que passássemos a perceber este contexto tal como uma figura conhecida que, à distância, nos parecia muito simples, mas à medida que fomos nos aproximando – a cada observação, a cada entrevista e a cada conversa informal – foi se desdobrando e ganhando novos contornos, diversidade de detalhes e se tornando tão complexa quanto um holograma.

Assim, para conseguirmos criar interpretações que gerassem reflexões sobre a realidade estudada, como havíamos proposto desde o início, procuramos, a partir dos quatro deslocamentos em que a tese finalmente foi subdividida – sistemas, discursos, cotidianos e sujeitos –, demonstrar que o processo de incorporação pelo qual estas cooperativas passaram foi um dos fatores responsáveis pela inserção de padronizações e uniformizações que se configuraram como aspectos do ambiente a perturbar o sistema e seus componentes. Neste sentido, a abordagem dos sistemas baseada na perspectiva teórica de Humberto Maturana nos propiciou uma maneira de observarmos o “holograma” do cooperativismo de crédito rural solidário a partir dos sistemas sociais autopoieticos, nos quais as perturbações se dão de forma recíproca entre sistemas, sujeitos e meio. A mudança social do sistema, sob este aspecto, será direcionada com base no que se pretenda conservar da organização (identidade) do sistema. Contudo, dados os tensionamentos que emergem no âmbito deste tipo de cooperativismo, ainda que haja um discurso no qual a cooperação, a solidariedade e outros valores que orientam a prática cooperativista sejam exaltados como o que se pretende conservar da identidade do sistema, percebemos que a capacidade autopoietica nestas cooperativas está sendo minada em detrimento de um discurso que instrumentaliza tais valores.

Dessa forma, além da padronização dos procedimentos e da inserção de novas práticas organizacionais no ambiente da Cresol Tombos e suas unidades, a incorporação dos Sistemas trouxe ainda outros significados acerca da cooperação e do cooperativismo de crédito rural solidário para o contexto dos sujeitos que formam tais cooperativas. Neste ínterim, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, associada às

dimensões da comunicação organizacional em um contexto de complexidade, nos auxiliaram a descortinar um cenário discursivo em que o discurso formal, preconizado por diretores e outros sujeitos institucionais, apresentam o cooperativismo de crédito rural solidário como um ponto nodal em que diversos significados se congregam, visando uma hegemonia (e uma homogeneidade) discursiva, em que diferenças mais expressivas tendem a ser equalizadas. No entanto, tais diferenças discursivas passam a compor um campo de discursividade, “localizado” em torno deste discurso hegemônico, no qual os discursos informais, não autorizados gravitam e procuram ganhar espaço. É justamente pela busca por espaço no discurso hegemônico que emergem, entre os sujeitos que constituem as cooperativas, formas de resistência como novas configurações de interação social no cotidiano.

Sendo assim – e procurando passar de uma abordagem mais vinculada à organização para uma abordagem que evidenciasse aspectos sociais –, a noção de sociabilidade desenvolvida por Georg Simmel, aliada à discussão de cotidiano de Michel de Certeau, nos permitiram inferir que, mesmo com um discurso hegemônico que preconiza uma forma social que se emancipa do conteúdo que lhe originou, no âmbito do cotidiano, estes sujeitos criam “maneiras de fazer”, “táticas”, “astúcias” que os mantêm em interação com a organização. Entretanto, tais táticas não são efetivamente visíveis nestas interações, elas se imiscuem nas fissuras que se abrem entre as formas sociais institucionalizadas advindas das transformações sofridas pelo sistema. Apesar disso, é por entre estas fissuras que emergem os significados que levam a uma reconfiguração da cooperação e do próprio cooperativismo de crédito rural solidário, na qual os sujeitos procuram (re)inventá-los a partir do contexto atual de suas organizações.

Portanto, fechando o nosso “cerco”, as perspectivas desenvolvidas por Richard Sennett sobre a cooperação e John Dewey sobre experiência, nos proporcionaram uma compreensão final, para este caso específico, acerca do cooperativismo de crédito rural solidário e suas nuances, a partir do ponto de vista dos sujeitos que o constituem. Sob esta perspectiva, a cooperação é uma forma de interação social que, no âmbito das cooperativas pesquisadas, se afirma como uma ferramenta, disponível e operacionalizada por sujeitos que obrigatoriamente se vinculam a uma forma social institucionalizada, ou seja, uma cooperativa e que, por isso, no que se refere ao contexto organizacional, inibe a emergência das experiências dos próprios sujeitos entre si, que configuram aquilo que Sennett (2012a) chama de “tipo exigente” de cooperação.

Finalmente, esta tese teve a intenção de revelar/demonstrar – a partir de um movimento acadêmico pouco linear, nada convencional e não seguindo padrões

preestabelecidos, mas que conformaram um caminho repleto de significados – um complexo jogo de forças, tensões, táticas, estratégias e experiências, que têm origem nas pressões, nos modelos e também nos valores em torno do cooperativismo de crédito rural solidário do interior de Minas Gerais em um contexto de incorporação entre os Sistemas. Além disso, nossas reflexões nos proporcionaram a oportunidade de compreender não só que determinadas questões são resolvidas pelos próprios sujeitos em interação, mas sobretudo, nos alertar para o cuidado sobre as maneiras de lidar com determinadas demandas que o próprio sistema coloca para os sujeitos que os compõem.

É necessário ressaltar que, no âmbito dos indícios, pistas e sinais que se evidenciaram ao longo da pesquisa, existem silêncios; astúcias; estratégias e outras perspectivas que poderiam ser obtidos por diferentes metodologias, bem como a partir de outras abordagens teóricas. Neste sentido, ainda que tenhamos indicado a manifestação de alguns destes temas ao longo dos dados discutidos nos capítulos, é no que tange às diferentes concepções de agricultura familiar que coexistem no contexto da Cresol Tombos e suas unidades; à emergência e ao lugar do novo rural em relação às organizações de agricultores familiares; e ao cooperativismo de crédito rural solidário como “agente de desenvolvimento rural” nos pequenos municípios mineiros, que se encontram os temas que, infelizmente, dado o objetivo que nos propusemos na pesquisa, não nos foi possível realizar um aprofundamento.

Para além das reflexões teóricas e metodológicas que a pesquisa nos ensejou, pudemos igualmente refletir sobre a noção de processo em um trabalho acadêmico, tal como uma forma social que vai abrindo seu próprio espaço no mundo e, gradativamente, emancipando-se de nosso “domínio” enquanto autores. Portanto, ainda (e inclusive pelo fato de) que a nossa proposta tenha partido de uma abordagem metodológica e de deslocamentos teóricos cujos autores podem ter parecido inicialmente diversos, e cujas metodologias de análise tenham se voltado a evidenciar aspectos nem sempre visíveis nas interações entre sujeitos e sistemas, o resultado final aqui apresentado traz discussões que foram moldadas – e (re)moldadas – a cada (re)encontro com os indícios coletados, a cada aproximação teórica e a cada (re)leitura dos textos preliminares, pois, como afirma Pais (2013, p. 122), “na produção [científica] artesanal (...) o conhecimento é resultado de artes de pensar, de questionar e de fazer, cuja matéria-prima é uma espécie de barro social. Em sua forma mais bruta e realista, esse barro é o cotidiano, fonte de revelação do social”.

Por tudo isso, duas questões, uma decorrente da outra, precipitam-se diante das considerações finais dessa tese. A primeira delas representa o gesto metodológico que orientou o núcleo duro, as respostas centrais, as prescrições finais sobre as quais essa tese

diretamente buscou assento. Assim, com o intuito de compreender a inserção e a influência das novas formas institucionais nas interações dos associados da Cresol Tombos e suas unidades, em decorrência de sua incorporação ao Sistema Cresol, não nos dirigimos à realidade investigada com o propósito de encontrar respostas categóricas, marcadas por certezas absolutas. O gesto metodológico adotado nessa tese nos permitiu fazer reflexões sobre fragmentos cotidianos desse processo de incorporação, como momentos fugazes nos quais “a cultura, os valores, os desejos e as fragilidades que habitam a vida social e a existência concreta dos homens tomam formas, são recriados, modificados (...), se convertem em modelos, retornam enquanto novas imagens, refletem nos comportamentos e nos corpos – e assim sucessivamente” (França, 2001, p. 18).

Por isso, decorrente dessa primeira questão, é possível inferirmos que se o processo de incorporação entre os Sistemas mina a cooperação que motivou o surgimento dos Sistemas solidários na década de 1990, não a elimina completamente do ambiente em que estas cooperativas se encontram. No âmbito da Cresol Tombos e suas unidades, a cooperação continua existindo nas interações que se dão entre os sujeitos através de discursos, táticas e sociabilidades que emergem entre as formas sociais institucionalizadas. De tal sorte, as dinâmicas de incorporação institucional instituem novas dinâmicas não totalitárias, nem homogêneas; mas, como se refere França (2001) ao falar das interações sociais, tal processo insinua um movimento fragmentado, heterogêneo e impuro.

Dessa forma, seguindo o raciocínio de Sennett (2012a, p. 259) sobre as três possibilidades de conserto que podem ser utilizadas em âmbitos sociais – a restauração, que pressupõe “fazer com que um objeto danificado fique parecendo novo”; a retificação, em que o conserto “melhora o seu funcionamento”; e a reconfiguração, o tipo mais radical de conserto, onde o objeto pode ser completamente alterado “na função como na forma” – numa analogia às questões discutidas nesta tese em torno do cooperativismo de crédito rural solidário, se a cooperação se constituir numa forma social necessária para que estes sujeitos “sobrevivam” haverá entre eles um movimento que poderá levá-los a procurar outros espaços, outras formas não institucionalizadas ou a permanecerem ligados às cooperativas, aceitando, para isso, uma mudança significativa de sua identidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Elton. Narrativa. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo. **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS):** Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom/UFMG, 2014. p. 114-118.
- APPENDINI, Kirsten; NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile, n. 76, abr. 2002, p. 71-88.
- AQUINO, Joacir Rufino de; NASCIMENTO, Carlos Alves do. O “novo” rural do Rio Grande do Norte revisitado. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista/BA. ano 12, n.20, jul-dez. 2016, p. 135-157. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/5951/5705>>. Acesso em 12 out. 2016.
- ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade; MACHADO, Leila Aparecida Domingues; FREITAS, Maria Carolina; BATISTA, Ruth. Por outras perspectivas de pesquisar em ciências humanas: a narrativa como dispositivo para conversar e a produção de novas tecnologias. In: AVELLAR, Luziane Zacché; CISCON-EVANGELISTA, Mariane Ranzani; BERTOLLO-NARDI, Milena (org.). **Psicologia Social: desafios contemporâneos. Anais... VII Encontro Regional da ABRAPSO-ES**. Vitória, ES. GM Editora, 2012. p.110-116. Disponível em: <<http://abrapso-es.com.br/encontro/TrabalhosCompletoABRAPSO2012.pdf>>. Acesso em 28 out. 2016.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Resenha de: DEWEY, John. **Arte como Experiência**. Tradução de Vera Ribeiro, Martins Fontes, 2010. (Coleção Todas as Artes). 646 p. **Revista Redescrições**. ano 2, n. 4, 2011. p. 108-114. Disponível em: <http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano2_04/resenha_Dewey.pdf>. Acesso em 18 out. 2016.
- ASSESOAR – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **As origens das Cresol**. 2005. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=24>>. Acesso em 23 abr. 2014
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta – População 2010**. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional, tecnologias e vigilância: entre a realização e o sofrimento. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** – E-compós, Brasília, v.17, n.2, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/1043/779>>. Acesso em 15 mar. 2015.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom** – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo, v. 6, n. 10/11, p. 115-120, 2009. Disponível em <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/194/294>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. **Organicom** – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo. v. 4, n. 7, p. 228-243, 2007. Disponível em:
<<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/121/140>>. Acesso em 17 mar. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Bancos comerciais**. 2015a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bc.asp>>. Acesso em 13 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **FAQ Cooperativas de crédito – Base normativa**. 2015b. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/coop.asp#9>. Acesso em 28 set. 2015.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. A vida e as formas da sociologia de Simmel. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 89-107, dez. 2014. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 set. 2016.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de Crédito solidário: Constituição e Funcionamento**. 2 ed. Brasília: NEAD, ADS/CUT, CNDRS, MDA. 2001. p. 19-30.

BITTENCOURT, Maria Inês Garcia de Freitas. Michel de Certeau 25 anos depois: atualidade de suas contribuições para um olhar sobre a criatividade dos consumidores. **Polêm!ca**, v. 11, n. 2, abril/junho 2012. p.185-192. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3091/2216>>. Acesso em 19 set. 2016.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**. v. 1, n. 2, 2008. p. 73-88. Disponível em:
<<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/85/130>>. Acesso em 20 jul. 2015.

BRASIL. (2015a). Resolução 4.434 de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 ago. 2015. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v2_L.pdf>. Acesso em 24 maio 2016.

BRASIL. (2015b). Comunicado Nº 28.684, de 4 de novembro de 2015. Divulga o enquadramento prévio das cooperativas de crédito em funcionamento nas categorias estabelecidas no art. 15 da Resolução no 4.434, de 5 de agosto de 2015. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 nov. 2015. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?numero=28684&tipo=Comunicado&data=04/11/2015>>. Acesso em 07 jun. 2016.

BRASIL. Resolução 3.859 de 27 de maio de 2010. Altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 maio 2010. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49615/Res_3859_v7_P.pdf>. Acesso em 24 maio 2016.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 11 out. 2016.

BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 18 ago. 2016.

BRASIL. Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em 14 ago. 2014.

BRETAS, Beatriz; DUARTE, Ricardo. Cotidiano. In: FRANÇA, Vera; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo. **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS):** Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom/UFMG, 2014. p. 60-64.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural:** agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade:** uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 374 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006a.

BÚRIGO, Fábio Luiz. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estud. soc. agric.**, Rio de Janeiro, v. 14. n.02, 2006b, p. 312-349.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **“Conquista de Terras em Conjunto”:** redes sociais e confiança – a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG. 102 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2006. Disponível em: <<http://www.novos cursos.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2012/02/Ana-Paula-Teixeira-de-Campos1.pdf>>. Acesso em 1º ago. 2014.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v.15, n 4, p. 679-684, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jan. 2016.

CARVALHO, Janete Magalhães; SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Mara Z. G. F.; PAIS, José. Machado. Entre Culturas, Pesquisas, Currículos e Cotidianos: uma conversa com José Machado Pais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, set./dez. 2013 p. 361-374. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/carvalho-silva-delboni-pais.pdf>>. Acesso em 03 out. 2016.

CARVALHO, Lucas Azevedo de. **O estado na revisão do Código Florestal Brasileiro: democracia, articulação discursiva e hegemonia**. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural. Viçosa, MG, 2015. Disponível em <<http://www.posextensaorural.ufv.br/wp-content/uploads/2016/04/Lucas-Azevedo-de-Carvalho.pdf>>. Acesso em 01 set. 2016.

CAZELLA, Ademir Antonio; BERRIET-SOLLIEC, Marielle. O Papel das Cooperativas de Crédito na Territorialização das Políticas de Apoio à Agricultura Familiar – O Caso do Movimento Cooperativo no Estado de Santa Catarina (SC). **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. 06-08 de agosto de 2008. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

CENTRAL CRESOL BASER. **Institucional**. 2015a. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=2>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CENTRAL CRESOL BASER. **Área de abrangência**. 2015b. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/areadeabrangencia.php>>. Acesso em 12 abr. 2016.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 91-106.

CERTEAU, Michel de. Introdução Geral. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. p.37-53.

COHN, Gabriel. As Diferenças Finas: de Simmel a Luhmann. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 53-62, out. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 set. 2016.

CONCEITO DE. **Conceito de Pragmatismo**. (s/d). Disponível em: <<http://conceito.de/pragmatismo>>. Acesso em 20 out. 2016.

CONFESOL – CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA. **Onde estamos**. 2014a. Disponível em: <<http://www.confesol.com.br/ondeestamos.php>>. Acesso em 15 set. 2014.

CONFESOL – CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA. **Nossas Centrais – Cresol Central**. 2014b. Disponível em: <<http://www.confesol.com.br/cenindividual.php?id=Mg==#.VzMVT41rjIU>>. Acesso em 10 maio 2016.

COSTA, Fabrício Roberto; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **Intratextos**, Rio de Janeiro. v. 2, n. 1, pp 33 – 50, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/1759>>. Acesso em: 10/10/2014.

CRESOL CENTRAL - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária Central SC/RS. **A Central Cresol- atuação.** (s/d). Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/a-cresol-central>>. Acesso em 12 abr. 2016.

CRESOL TOMBOS. Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tombos. **Estatuto Social.** Tombos/MG. 2015.

CRESOL. **Notícia. Confederação. Diretores aprovam a mudança da Confesol para Confederação Cresol.** Publicada em 29 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/notindividual.php?id=1661#.V3UpFrgrLIW>>. Acesso em 30 jun.2016.

CURVELLO, João José Azevedo; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-compós.** Brasília, v.11, n.3, set-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/307/300>>. Acesso em 1º set. 2015.

DEMO, Pedro. Introdução. In: DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3.ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. p. 11-14.

DEMO, Pedro. Demarcação científica. In: DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3.ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. p. 16-40.

DEWEY, John. Tendo uma experiência. In: DEWEY, John. **A arte como experiência.** Tradução de Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores). p. 89-105.

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?ddl=1577&dd99=pdf>>. Acesso em 30 ago. 2016.

FERREIRA, Fábio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico.** n. 127, dez. 2011. p. 12-18. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12438/8335>>. Acesso em 1º set. 2015.

FERREIRA, Jonatas. Da vida ao tempo: Simmel e a construção da subjetividade no mundo moderno. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 103-117, out. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2016.

FRANÇA, Vera Veiga. Sociabilidade. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo. **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS):** Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom/UFMG, 2014. p. 114-118.

FRANÇA, Vera V. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: LEAL, Bruno Souza; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos Camargos (org.). **Entre o sensível e o comunicacional.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.39-54.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda.** n.5, 2001. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/314/195>>. Acesso em 30 out. 2016.

FREITAS, Alair Ferreira de. **A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira.** 169 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2011. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/14/TDE-2011-03-14T094232Z-2909/Publico/texto%20completo.pdf>. Acesso em 01 ago. 2014.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** Taubaté, SP. v. 10, n. 2, mai-ago. 2014. p. 46-74.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro 47(4): jul/ago. 2013. p. 999-1019.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. **Revista IDeAS,** v. 5, n. 1, p. 160-187, 2011

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Disponível em: <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/geertz_clifford-_a_interpretac3a7c3a3o_das_culturas.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

GIARD, Luci. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 09-32.

GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** Morfologia e História. 4. reimpr. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Conheça Minas:** Mesorregiões e Microrregiões. 2015. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca->

minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>. Acesso em 03 nov. 2015.

GUIMARÃES, César Geraldo; LEAL, Bruno Souza. Experiência Estética e Experiência Mediada. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p. 1-14, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/7998/4765>>. Acesso em 21 out. 2016.

GUIMARÃES, Mirtes A. R. **Invenção e diferença em uma sala de aula**. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2015.

HANKE, Michael. A noção de sociabilidade: implicações nos estudos de comunicação. **Anais... XI Compós**: Rio de Janeiro. Jun. 2002. p.1-11. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_744.pdf>. Acesso em 27 set. 2016.

HUSTON, Nancy. **A espécie fabuladora** – um breve estudo sobre a humanidade. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010. 144p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2015). **Minas Gerais**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=31>>. Acesso em 04 ago. 2015.

INFOCOS – INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. 2008-2016. **Programa Um Olhar para o Futuro**. Disponível em: <<http://www.infocos.org.br>>. Acesso em 24 jun. 2016.

INFOCOS – INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. 2008-2015. **Sobre o Infocos**. Disponível em: <<http://www.infocos.org.br>>. Acesso em 15 set. 2015.

INFORME PARANÁ COOPERATIVO. **BC I: Banco Central cria nova classificação para cooperativas de crédito**. 06 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/104994-bc-i-banco-central-cria-nova-classificacao-para-cooperativas-de-credito>>. Acesso em 24 maio 2016.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS – IGA. **Mapas-MG**. 2015. Disponível em: <http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm>. Acesso em 03 nov. 2015.

IZIQUE, Cláudia. O novo rural brasileiro. **Revista Pesquisa FAPESP**. ed. 52, abr. 2000, p.48-55. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2000/04/01/o-novo-rural-brasileiro/>>. Acesso em 11 out. 2016.

JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. Laclau and Mouffe's discourse theory. In: _____ . **Discourse Analysis as Theory and Method**. SAGE Publications: Londres, 2002, p. 24-59. Disponível em: <<http://www.rasaneh.org/Images/News/AttachFile/27-3-1391/FILE634754469767402343.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2016.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração**, São Paulo, v.40, n.1, p.19-33, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1152>. Acesso em 30 abr. 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987. Disponível em: <http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/laclau_ernesto_-_hegemonia_y_estrategia_socialista_pdf.pdf>. Acesso em 1º set. 2015.

LANA, Lígia; MARTINS, Bruno Guimarães; SALGADO, Tiago Barcelos P.; SILVEIRA, Fabrício José N. da. **Experiência**. In: FRANÇA, Vera; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo. **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom/UFMG, 2014. p. 86-90.

LAPLANTINE, François. Introdução. O Campo e a Abordagem Antropológicas. In: _____. **Aprender Antropologia**. Tradução: Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 07-22.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). Tradução: José Glebson Vieira, Leandro Mahalem de Lima e Uirá Felipe Garcia. Revisão Técnica: Ana Cláudia Marques. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n.14/15, 2006. p.339-352. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/90-DIALOGUE-POR.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.19-27.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2016.

LIMA, Ludmila Moreira. Cooperação, o que vem a ser? **Revista Hegemonia**. Brasília, n. 1, v. 1, jan./abr. 2006. p. 01-18. Disponível em <http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_02_02.pdf>. Acesso em 07 jul. 2016.

LOPES, Eduardo Simonini. **Praticantes de mundos: a invenção de cotidianos discentes em uma universidade**. Brasil. 2011. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MAFRA, Rennan. **Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. p. 96-111.

MAIA, Rousiley C. M. Sociabilidade: apenas um conceito? **Geraes** – Estudos em Comunicação e Sociabilidade. n.53, 2002, p. 04-15.

MARIOTI, Humberto. **Autopoiese cultura e sociedade**. 1999. Disponível em: <<http://www.dbm.ufpb.br/~marques/Artigos/Autopoiese.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Prefácio à 5ª edição espanhola. In: MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 11-30.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. In: MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.51-58.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, Márcia Eliana. A cooperação social como prática dialógica. **Otra Economía**, v. 8, n. 14, jan-jun. 2014, p. 112-115. Resenha de: SENNETT, Richard. Juntos. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2012. 377 p. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/download/otra.2014.814.10/4157>>. Acesso em 18 out. 2016.

MARTINS, Márcia Eliana. **O cooperativismo de crédito solidário e as representações sociais da cooperação nos municípios de Araponga e Tombos/MG**. 119f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MATURANA, Humberto Romesín. Entrevista. **Revista Humanitates**. Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, n. 2, v.1, s/n, nov. 2004. Entrevista concedida a Mércia Helena Sacramento e Adriano J.H. Vieira. Disponível em: <<http://www.humanitates.ucb.br/2/entrevista.htm>>. Acesso em 12 maio 2016.

MATURANA, Humberto Romesín. A Biologia do Conhecer: suas origens e implicações. Entrevista concedida a Cristina Magro e Ricardo Santamaria. Santiago/Chile. 31 jul. 1990. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 31-52.

MATURANA, Humberto Romesín. Biologia da Linguagem: a epistemologia da realidade. Tradução de Cristina Magro. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 123-166.

MATURANA, Humberto Romesín. Biologia do Fenômeno Social. Tradução de Miriam Graciano. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 195-209.

MATURANA, Humberto Romesín. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. Tradução de Aurora Rabelo. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 187-193.

MATURANA, Humberto Romesín. Tudo é dito por um observador. Tradução de Nelson Vaz. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 53-66.

MATURANA, Humberto Romesín; DÁVILA Y., Ximena Paz. CO-VERSANDO - **Marco Eduardo Flores**. (s/d). Disponível em: <<http://blog.matriztica.cl/blog/co-versando/>>. Acesso em 12 maio. 2016.

MATURANA, Humberto. **A democracia é uma obra de arte**. Colômbia: Instituto para o Desenvolvimento da Democracia Luís Carlos Galán, (s/d). Disponível em: <<https://msamoraes.files.wordpress.com/2014/02/maturana-humberto-1993-a-democracia-c3a9-uma-obra-de-arte.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2016.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília. n. 1, jan-jun. 2009, p. 153-169. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/2fa9eeb873fede54a774888ad21fbbb4/1?pq-origsite=gscholar>>. Acesso em 1º set. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTILLA R., Leticia C; PERNÍA H., Nuvia; RODRÍGUEZ G., Rosiris C. El Cooperativismo: ¿Sistema Social, o, Sistema Humano? **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas**. n.6, 2010. p. 249-277. Disponível em: <<http://servicio.bc.uc.edu.ve/derecho/revista/6-2010/art9.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2016.

MORAES, Maria Cândida. **O social sob o ponto de vista autopoietico**. 2002. 22p. Texto preliminar para estudo. Disponível em: <http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/o_social.pdf>. Acesso em 13 maio 2016.

MOREIRA, Marco Antonio. A epistemologia de Maturana. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 3, p. 597-606, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n3/20.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2016.

MORIN, Edgar. Para o pensamento complexo. In: MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 175-341.

MORIN, Edgar. A organização (do objeto ao sistema). In: MORIN, Edgar. **O método**. A natureza da natureza. 2.ed. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Portugal: Publicações Europa-América, 1977, p. 92-145.

NICOLODI, Elaine A importância da relação aprendizagem, experiência e interação em Dewey: versos e contraversos na educação. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**. v.4, n.4, 2013, p.144-156. Disponível em: <<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/viewFile/162/146>>. Acesso em 12 ago. 2016.

OLIVEIRA; Luciana de; VIEIRA, Vanrochris Helbert. Nas tramas do discurso: sociabilidade comunicação cultura e poder. **Intexto**. n. 33, maio-ago. 2015, p. 46-63. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/viewFile/52445/34460>>. Acesso em 27 set 2016.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Apêndice Bibliográfico – Simmel. In: _____ . **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p.818.

PAIS, José Machado. As tramas da criatividade na produção artesanal da sociologia. In: BLASS, Leila Maria da Silva (org.). **Imaterial e Construção de Saberes**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2014. p. 45-66. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12293/1/ICS_JMPais_Tramas_CLI.pdf>. Acesso em 03 out. 2016.

PAIS, José Machado. O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**. v.1, n. 1, jan-jul. 2013. p. 107-128. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/ICS_JMPais_Cotidiano_ARI_1.pdf>. Acesso em 18 set. 2016.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. **Análise SWOT (Matriz) – Conceito e Aplicação**. 2014. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>>. Acesso em 11 out. 2016.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Cenário Mundial -Cenário Brasileiro - Dados consolidados dos Sistemas Cooperativos – Confesol**. 2016. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/confesol/>>. Acesso em 10 maio 2016.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Notícias** – Confesol. 2013a. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-brasileiro/confesol/>>. Acesso em 11 jul. 2014.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Notícias** – O que é uma cooperativa de crédito? 2013b. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/o-que-e-uma-cooperativa-de-credito-2/>>. Acesso em 10 maio 2016.

REDE ePORTUGUÊSe. **Rendas de Bilros**. abr. 2011. Disponível em: <<http://eportuguese.blogspot.com.br/2011/04/rendas-de-bilros.html>>. Acesso em 03 out. 2016.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 189).

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperação, Cooperativismo coronelístico, Cooperativismo popular. **Anais... I Encontro da Rede de Estudo Rurais “Uma proposta de Intercâmbio de Pesquisa”**. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. 04-07 jul. 2006. Disponível em <<http://www.redesrurais.org.br/encontros-rede/>>. Acesso em 04 maio 2016.

ROMESIN, Humberto Maturana; DAVILA Y, Ximena Paz. Conferência: Ética e desenvolvimento sustentável - caminhos para a construção de uma nova sociedade. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 102-110, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 maio 2016.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos** (partes I a III). (s/d). UnB, Brasília.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.219-243.

SAMPAIO, Isabel Cristina; FORTUNATO, Graziela; BASTOS, Sergio Augusto Pereira. A estratégia como prática social: o pensar e o agir em um programa social governamental. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 479-499, set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2016.

SANCHIS, Isabelle de Paiva. Simmel e Goffman: uma comparação possível. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 856-872, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 out. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente "Um Discurso sobre as Ciências" Revisitado**. Porto: Edições Afrontamento, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/outras/200301/01introducao.php>>. Acesso em 09 set. 2015. p. 15-54.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 63, out. 2002, p. 237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 12. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. A noção de experiência em John Dewey, a educação progressiva e o currículo de ciências **Anais... VIII Encontro Nacional de Pesquisa**. Universidade Estadual de Campinas. 05-09 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0214-1.pdf>>. Acesso em 20 out. 2016.

SANTOS, Ailton Dias dos; FLORISBELO, Glauco Regis. **Desarrollo territorial, cambio institucional y productividad: sistematización de tres experiencias en el Estado de Minas Gerais, Brasil**. Viçosa: CTA-ZM, 2004. Disponível em: <<http://www.asocam.org/biblioteca/files/original/dac6eaf6b91436c604fb3b5b520b8914.pdf>>. Acesso em: 1º ago. 2015.

SATURNINO JÚNIOR, Jessé. Um estudo da sociedade a partir das formas sociais. **Revista Pensar Administração**. Belo Horizonte, v.1, n. 2, jan. 2012. Disponível em: <http://revistapensar.com.br/administracao/pasta_upload/artigos/a30.pdf>. Acesso em 29 set. 2016.

SCHRÖDER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações**: organizações financeiras da agricultura familiar: o Sistema Cresol (1995-2003). 2005. [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000388996>>. Acesso em 23 abr. 2014.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 84-94, 2007. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 jul. 2016.

SENNETT, Richard. Entrevista exclusiva. **Fronteiras do Pensamento/Instituto CPFL Cultura**. 23 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rq2HJK-tuf0>>. Acesso em 15 out. 2016.

SENNETT, Richard. **Juntos**. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2012a. 377 p.

SENNETT, Richard. **Juntos agora**. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo/RS. 2012b. Publicada em 25 de agosto de 2012. Entrevista concedida a Giovanna Bartucci. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512802-juntos-agora>>. Acesso em: 29 maio 2013.

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Sicoob Confederação**. 2012. Disponível em: <<http://www.sicoob.com.br/sicoob-confederacao>>. Acesso em 11 maio 2016.

SILVA, Juremir Machado da. Apresentação. In: SCROFERNEKER, Célia Maria Andrade (org.). **O diálogo possível**: comunicação organizacional e paradigma da complexidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.07-10, 2008. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_bBs1NiLsR8C&oi=fnd&pg=PA7&dq=comunicação+organizacional+no+paradigma+da+complexidade&ots=-dw8lHhGfu&sig=7Vjm6zb_Ihw3axPMY5MI7CNuLNQ#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 19 out. 2015.

SILVA, Luís Gustavo Teixeira da. Ernesto Laclau (1935-2014): A trajetória de um legado às ciências sociais. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.29, n. 1, p. 194-211, jan/jun, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em 1º set. 2015.

SILVA, Márcio Gomes. **Políticas públicas de Desenvolvimento Rural e Organizações de Agricultura Familiar no município de Espera Feliz-MG**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2978>. Acesso em 01 ago. 2014.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: _____ . **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.59-82.

SISTEMA OCB/MT - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso. **Aliança Cooperativa Internacional/ACI (ICA)**. 2009. Disponível em: <<http://www.ocbmt.coop.br/TNX/index2.php?tarja=1&sid=83>>. Acesso em 19 out. 2015.

SOARES, Marden Marques; BALLIANA, Gilson Marcos. O cooperativismo de crédito no Brasil. In: VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; FONTES FILHO, Joaquim Rubens; SOARES, Marden Marques (coord.). **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009. p. 17-29. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf>. Acesso em 13 out. 2015.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2.ed.rev.ampl. Brasília: BCB, 2008. 202 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%27as_internet.pdf>. Acesso em 23 set. 2014.

SOUSA FILHO, Alípio. Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**. São Paulo, v.2, p.129-134, 2002. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Michel%20de%20Certeau%20-%20fundamentos%20de%20uma%20sociologia%20do%20cotidiano.pdf>. Acesso em 30 ago. 2016.

SOUZA, João Paulo Bandeira de. Compreendendo a cooperação dialógica: uma leitura de Juntos de Richard Sennett. **O público e o privado**. Fortaleza. n.21, jan/jun. 2013. p.185-194. Resenha.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. A Filosofia de John Dewey e a Epistemologia Pragmatista. **Revista Redescrições**. ano 2, n. 1, 2010. p. 39-50. Disponível em <http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano2_01/4_souza.pdf>. Acesso em 21 out. 2016.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, p. 70-77, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 maio 2015.

STECANELA, Nilda. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. **Conjectura**. Caxias do Sul/RS, v. 14, n. 1, p. 63-75, jan./maio 2009. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/cotidiano.pdf>>. Acesso em 18 set. 2016.

TEDESCO, João Carlos. Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 1, 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5648/2853>. Acesso em: 01 out. 2016.

TEIXEIRA, Anísio. A pedagogia de Dewey (Esboço da teoria de educação de John Dewey). In: WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA; Anísio, ROMÃO, José Eustáquio; RODRIGUES, Verone Lane (org.). **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores). p.33-37.

TINEM, Nelci; BORGES, Lucia. Ginzburg e o paradigma indiciário. In: Simpósio Nacional de História, 22. 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.535.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2015.

TOLEDO, Gilson Soares. **Produtores Integrados na Zona da Mata Mineira: uma análise sobre as novas formas de sociabilidade rural**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2012. Disponível em: <<http://www.novoscursos.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2013/09/Gilson-Soares-Toledo.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2014.

VALADARES, José Horta. (s/d). **A Moderna Administração em Cooperativas**. Rio de Janeiro: FGV. MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde (Cursos *In Company*).

VIEIRA, Adriano J. H. Humberto Maturana e o espaço relacional da construção do conhecimento. **Revista Humanitates**. v. I, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.humanitates.ucb.br/2/maturana.htm>>. Acesso em 12 maio 2016.

WESTBROOK, Robert B. John Dewey (1859 - 1952). In: WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA; Anísio, ROMÃO, José Eustáquio; RODRIGUES, Verone Lane (org.). **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores). p.11-31.

ANEXO A - A oração proferida no início de uma das pré-assembleias da Cresol Tombos

Companheiros, companheiras, uma boa noite a todos!

Eu convidaria nós todos, nesse momento, para elevarmos o nosso pensamento ao nosso criador, ao nosso Deus, nos colocando de pé. Não em reverência ao J. M. porque o J. M. é um zero à esquerda, J. M. é um zé ninguém, mas em reverência ao nosso criador, ao nosso Deus desde já agradecendo essa pré-assembleia, agradecendo a todos vocês que não mediram esforços, que não medem esforços pra fazer hoje da Cresol de uma realidade, fazer hoje da Cresol esse sonho maravilhoso que a agricultura familiar tanto necessitava, tanto almejava e que hoje nós temos em Alto Jequitibá essa realidade. É motivo de agradecer a Deus a presença de todos vocês, os nossos companheiros, os nossos líderes lá de Espera Feliz, daqui da nossa cidade, que não medem esforços para levar esse crédito a todos nós que necessitamos, para girar a nossa agricultura, o nosso sustento, tirar do nosso solo o necessário para nossa sobrevivência. Vinte anos de Cresol, que maravilha, que bênção! Hoje o pequeno produtor, a agricultura familiar consegue caminhar com a suas próprias pernas. Isso é motivo de louvor, isso é motivo de agradecimento, isso é sentir a presença desse Deus verdadeiro, amantíssimo, a quem eu adoro. Esse Deus ele faz milagre, as “belas verdades” acontecem nas nossas vidas.

Senhor, nosso Deus e nosso Pai, te louvamos, te agradecemos, te bendizemos por tudo que o senhor realiza em nossas vidas. O dom da vida, esse dom precioso, maravilhoso que o senhor nos concede. Queremos te agradecer, ó Pai, essa oportunidade de estarmos aqui todos juntos, reunidos para te louvar, te agradecer. Se estamos aqui é porque o senhor nos permitiu. Queremos te agradecer, ó Pai, esses 20 anos da Cresol, dessa cooperativa de crédito que vem ajudando a agricultura familiar da nossa região, do nosso país. Queremos te agradecer todos os colaboradores, funcionários, diretores, todas as pessoas que estão envolvidas nesse trabalho, desde aquele mais simples até aquele... maior. Queremos te agradecer, ó Pai, por cada cooperado, cada pessoa que acredita, que confia que ajuda esse sonho se tornar realidade. Queremos te pedir, ó Pai, que o senhor nos conceda o dom da sabedoria, o dom do entendimento, o dom da aceitação, o dom da serenidade, para que possamos ser sóbrios, serenos para agir em nossa vida e saber que o crédito é de fundamental importância, mas que ele tem que ser bem usado, ele não pode ser usado de qualquer forma. Conduzi-nos, Senhor Deus, em nossas atividades, abençoei a nossa agricultura, dai-nos o bom tempo, ó Pai, para que possamos com o suor de nosso trabalho adquirir a nossa dignidade, o nosso sustento, conquistar a nossa vida. Tudo isso, ó Pai, nos te pedimos. Te pedimos também, ó Pai, que o senhor abençoe essa noite que

estamos aqui reunidos, que seja um encontro harmonioso, que tenhamos aqui a amizade, que tenhamos aqui a fraternidade, que tenhamos aqui o entendimento. Tudo isso, ó Pai, nós te agradamos e te pedimos, não em nosso nome, que somos falhos e pecadores, mas em nome de Jesus que convosco vive e reina na unidade do Espírito Santo. Amém.

Louvado seja o nosso Deus, que fez o céu e a terra. Para sempre seja louvado!

ANEXO B - O lobo e o trabalhador¹⁰³: estória do início da pré-assembleia 4

Conta uma historinha, essas oratórias nossas, né? Aproveitando aqui nossa Santana que é bem num trevo de rio...

Contava-se que lá numas cabeceiras dessas aí, um trabalhador saía todos os dias e ia pra sua empreitada, seu trabalho. E um dia ele encontra um lobo guará morto e aí ele foi verificar que não era um lobo, era uma loba, que tinha um filhotinho perto. Ele pegou esse filhotinho e trouxe pra casa e tratou com o maior carinho, com todo amor. Era um animal de estimação. Aí os amigos que cercavam, falavam: “Cê é doido, rapaz! Ficá com um bicho desse na sua casa! Isso é carnívoro! Cê tem uma criança! Amanhã esse bicho é um adulto e vai lembrá que precisa de carne, de sangue. Isso não amansa, não!” Mas ele foi teimando e criou esse animal. Passou muito tempo e esse animal já tava grande, o menino dele já tava grandinho, começando a andar e ele foi trabalhar e chegando de tarde, ele topou com o guará na beirada do caminho, na chegada do terreiro. Ele olhou pra um lado, olhou pro outro... “Será por quê? Ele não tem costume de me encontrar aqui...”. Foi retificar e ele tava todo sujo de sangue. Neste momento veio aquelas ideias que todo mundo tinha plantado na cabeça dele, que um dia ele ia chegar, ia topar com o filho dele desesperado, morto por aquele animal. Aí o que que ele fez? Ele tava trabalhando, com a enxada nas costas, ele não teve [...], ele foi e matou o animal. E ele foi correndo pra dentro de casa, chegou lá, pensando que ia encontrá o filho todo em pedaços, todo ensanguentado. Encontrou o filho no berço e uma cobra do lado...

Então na nossa sociedade, no nosso meio, nós vê hoje crise da água, crise da Petrobras, crise política, crise financeira e todo mundo sabe dá uma receita, todo mundo sabe do problema seu, mas não sabe do dele. Então nós dentro da cooperativa, dentro da nossa sociedade, temo que olhá muito pra nossos companheiro e desejá muito o que eu desejo pra mim, pra ele... quando eu vô pedi empréstimo, quando eu vô pedi um avalista, um aval, por isso é que cooperativa solidária de crédito, porque é solidária, o que eu desejo pra mim é o que eu desejo pra você.

E quantas ideias que estão sendo guardadas nas nossas cabeças quando a gente liga a televisão, é jornal nacional, não sei o que, falando Deus e o povo e não tem falado no que tá acontecendo. Quando eu falei de água e de Petrobras, vocês já sabe que isso é

¹⁰³ Essa transcrição manteve as expressões da forma que foram utilizadas pelo orador, pois demonstram características específicas deste orador em relação à sua inserção entre o grupo de associados (agricultor, agente de crédito e coordenador do PAC). Diferente da transcrição anterior, da oração em Alto Jequitibá que, apesar de feita por um membro da sociedade local, este utilizava outras expressões, típicas de seu local nesta sociedade (orador religioso).

a mídia de hoje, os outro problema não existe, só existe esses problema, que toda vida existiu, só que alguém quer colocar eles pra fora hoje... Então nós hoje, nós Sistema Cresol, Santana é novo, Simonésia é novo, Tombos que é novo, certo. Aí quando pede qual a segurança que você tem? Qual a segurança que você passa pra nós? O G. vai poder falar isso pra vocês, cês pode olhar aquele cartaz aí, fala das garantia que tem nas poupança, as menina deve ter entregado o folder pra vocês... leia isso aí pra vocês vê as garantias que tem. Então o que a gente tenta fazer e procura fazer é tratar os nossos filiados, os nossos companheiro como irmãos, como família, cês pode olhar que tem cartaz, ah lá! “Com vocês somos mais de 6 mil famílias cooperadas” Famílias!

Então pensando em famílias, vamô levanta e vamô rezá um Pai Nosso para nós começar os trabalhos.

(Pai Nosso)

ANEXO C – Parte do texto base de discussão para o Planejamento Estratégico Participativo



Eixos Centrais para o Debate e a Construção do Processo de Planejamento Estratégico Participativo (PEP) 2016 – 2020 da CRESOL

Mais uma vez nos encontramos para discutir os rumos e o futuro da Cresol. Nesse novo Ciclo estamos criando um processo ainda mais participativo, com o objetivo cada vez maior de trazer a realidade da Cooperativa de Crédito Rural Solidário que acontece em cada uma das nossas 80 singulares para o centro da discussão.

Para isso acontecer na prática e à luz da conjuntura do mercado financeiro e do novo perfil do Agricultor Familiar, bem como dos principais desafios evidenciados pelo Sistema Cresol Baser (Singulares, Regionais e Central), elaboramos 10 textos a partir do que estamos chamando de “Sustentabilidade Institucional”. Os textos estão organizados em dois eixos centrais: Econômico e Estratégico. Eles servem de inspiração para: (1) refletirmos sobre a caminhada que fizemos até o momento; (2) pensarmos sobre o presente com vistas aos novos desafios; (3) e, em especial, vislumbrarmos os sólidos alicerces da Cresol de 2020.

Cada um dos dois eixos apresenta **assuntos** principais para o debate:

- Estratégico:

- Público Alvo
- Política de Expansão
- Relações Externas
- Formato Organizacional
- Formação
- Ações Estratégicas

- Econômico:

- Modelo de Negócio
- Crédito
- Tecnologia
- Concorrência e Mercado Financeiro

Os textos estão organizados em duas partes. Uma de contexto do **assunto** e outra com questionamentos que proporcionarão a cada um de nós o exercício de prestar atenção e pensar sobre o **assunto**. A intenção é que estes textos nos façam refletir e, conseqüentemente, esboçar os desafios, temas e objetivos estratégicos para enfrentarmos o **assunto**.



Juntos Somos Fortes



Eixo: Estratégico

Assunto: Público Alvo

Nosso Público Alvo está muito bem definido. São considerados associáveis das cooperativas singulares aqueles que possuem vínculo direto com agricultura familiar (atividades agropecuárias) ou indireto (filho ou filha de agricultores familiares), além das pessoas que já se aposentaram neste ramo de atividade. Todos devem atender critérios estatutários. Outro critério são as empresas filiadas que devem exercer exclusivamente atividades agropecuárias, que prestem serviços às cooperativas e entidades sem fins lucrativos.

Portanto é para esse público que os nossos serviços devem ser direcionados.

Há um elemento que está influenciando nosso Público Alvo. É o grau de confiança do brasileiro em relação ao Brasil. Quando se compara o grau de confiança do brasileiro em relação ao Brasil e a confiança de cidadãos de outros países, nós estamos menos otimistas quanto a nossa situação atual do que o resto dos cidadãos do mundo em relação ao seu respectivo país. Dois são os fatores que impactam no resultado: a alta visível da inflação e as turbulências na política brasileira com denúncias de corrupção em muitos órgãos federais, aparecendo com isso uma nova crise, uma crise institucional, impactando assim a dinâmica do país e a perspectiva da economia brasileira.

Portanto, diante desse cenário torna-se essencial conhecermos cada vez mais as necessidades e desejos de nosso público. Porém, mais importante do que isso, é estratégico compreendermos as mudanças que estão acontecendo na sociedade para que possamos criar as necessidades do nosso público ou anteciparmos seus desejos.

Para pensar e planejarmos a Cresol devemos ter em mente o nosso público prioritário (agricultores familiares) e também complementar (não agricultores e economia solidária), e para isso conhecer bem a realidade e a construção do “Novo Rural Brasileiro”, onde a área rural brasileira não se restringe mais àquelas atividades relacionadas à agropecuária e agroindústria. Nas últimas décadas, o meio rural vem ganhando novas funções – agrícolas e não-agrícolas – e oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda para famílias. Agora, a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação



Juntos Somos Fortes



de serviços e até a indústria, reduzindo, cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano no País.

Vamos ver como o Sistema Cresol está hoje representado:

Perfil do Quadro Social da Cresol:

- ✓ 59% Rural
- ✓ 41% Urbano
- ✓ 30% Mulheres

Desafio:

- ✓ Estamos preparados para atender a essa diversificação de públicos?
- ✓ Devemos pensar em novos formatos para se adequar a esse novo rural.

Faixa Etária do Quadro Social da Cresol:

- ✓ 20,01% maiores de 60 anos
- ✓ 31,15% entre 46 a 60 anos
- ✓ 30,28% entre 45 a 31 anos
- ✓ 16,33% entre 21 a 30 anos
- ✓ 2,23% menores de 20 anos

Desafio:

- ✓ Estamos preparados para o envelhecimento do quadro social?
- ✓ Como estamos trabalhando a sucessão familiar?

Para refletirmos sobre o nosso Público Alvo, algumas perguntas podem nos ajudar:

- 1) Os nossos associados são realmente aderentes a Singular?
- 2) Quanto a mudança de cenário político impacta nos negócios da Cresol?
- 3) Como esse cenário impacta a agricultura familiar?
- 4) Há uma mudança de perfil da agricultura familiar brasileira? Por muitos chamado do novo rural brasileira!
- 5) O êxodo rural é uma realidade nacional. Quais estratégias devem ter para diminuir o êxodo rural? Ou então, quais estratégias a Cresol de implementar para não deixar o êxodo rural impactar o seu negócio?



Juntos Somos Fortes



- 6) O quadro social, como a população brasileira, está envelhecendo, quais estratégias devem implementar para não termos esse elemento como impacto no nosso público alvo?
- 7) Com o objetivo de garantir a identidade do Sistema Cresol de vínculo com a agricultura familiar ficou definido para o período 2010 – 2015 a seguinte proposição: por opção da cooperativa admite-se no máximo 10% do total do número de sócios seja Pessoa Jurídica ou outro público que atenda aos critérios estatutários de associação, sendo o percentual objeto de medição através das áreas de supervisão da Central Cresol Baser. Essa lógica ainda é válida? Para os próximos 5 anos ainda faz sentido?
- 8) Uma orientação do PEP 2010-2015 é de que as cooperativas do Sistema filiadas à Central Baser permaneçam utilizando o princípio das cooperativas segmentadas e não adotem o princípio da “livre admissão”. Esse critério ainda continua válido? Para os próximos 5 anos vamos ter a mesma restrição? Tal fato vai nos dar mais identidade, ou seja, mais força ou vamos perder oportunidade de expansão e crescimento geográfico?
- 9) Todos os nossos serviços e produtos estão direcionados ao nosso Público Alvo?
- 10) Quais são os novos serviços e produtos que nosso Público Alvo vai solicitar nos próximos anos? Estamos preparados para novas demandas em termos de agilidade e tecnologia?
- 11) Sabemos quais são as reais necessidades de nosso Público Alvo?
- 12) Quais são as tendências de produtos e serviços que podem cair no gosto de nosso Público Alvo?
- 13) Conhecemos as preferências de nosso Público Alvo por faixa etária, poder de compra, região, localização, classe social, número médio de parcelas quando solicita crédito, média do valor do crédito solicitado, gênero entre tantos outros atributos?
- 14) Quais serão as preferências de nosso público alvo em 2020?
- 15) Há ações reais de retenção de associados? Elas são funcionais?

APÊNDICE I – Roteiros de entrevista

Roteiro de entrevistas – Diretores e Representantes Baser/MG

Entrevistado nº _____ Local: _____ Data: _____

Camada I - História, ligação com o rural e com o local

1. O(a) senhor(a) pode me contar um pouco da sua história? Qual a ligação do(a) senhor(a) e da sua família com a agricultura/meio rural? E com esta comunidade, com esta cidade?

Camada II – Identificação e caracterização do sujeito

1.a. Gênero: () M () F

1.b. Associado à qual cooperativa?

1.c. Qual a sua idade?

1.d. Qual a sua escolaridade?

1.e. Qual a comunidade/cidade em que reside?

Camada III - Movimentos sociais, organizações representativas

2. O(a) senhor(a) tem ligação com algum outro grupo, movimento, associação ou organização de agricultores? Quais? Por quê?
3. Ocupa algum cargo nestes movimentos ou organizações?

Camada IV – Vínculo com a cooperativa, PAC ou Sistema

4. Há quanto tempo o(a) senhor(a) está vinculado à cooperativa de crédito/Cresol?
5. Por que o(a) senhor(a) resolveu se associar a esta cooperativa?
6. Qual é o seu trabalho junto às cooperativas e aos cooperados do Sistema Cresol em Minas Gerais? Abrange todas as cooperativas do Estado?

Camada V – Processo de incorporação dos Sistemas

7. O(a) senhor(a) vivenciou o processo de mudança das cooperativas de Ecosol para Cresol? Como foi esse momento para o(a) senhor(a)?
8. Como era o seu trabalho na(s) cooperativa(s) antes da incorporação ao Sistema Cresol?
9. O(a) senhor(a) percebeu alguma mudança após esta incorporação?
10. Estas mudanças o(a) afetam ou afetaram o seu trabalho no Sistema/cooperativa/PAC de alguma forma? Como? Por quê?

Camada VI – As Formações e a Participação dos associados

11. O(a) senhor(a) acredita que o conteúdo das formações oferecidas pelo Sistema Cresol atende às necessidades específicas do quadro social das cooperativas mineiras?

12. O(a) senhor(a) acredita que os cooperados da Cresol Tombos e da Cresol Araponga têm interesse em participar destas formações?
13. Como está o trabalho dos agentes de crédito?

Camada VII – Compreensão sobre o Relacionamento Cooperativa/Cooperado

14. O(a) senhor(a) acredita que as propagandas realizadas pelo Sistema Cresol (rádio, outdoors, campanhas internas com sorteios) influenciam a utilização dos serviços da cooperativa pelos associados, trazem estes associados para as cooperativas?
15. As cooperativas podem criar novos produtos ou adaptar produtos já existentes à realidade de seu quadro social?

Camada VII – O papel do Banco Central e a influência sob as cooperativas

16. Como está a relação com o Banco Central para as cooperativas Cresol em Minas Gerais, especificamente em Tombos e Araponga?

Camada IX– Limites e vantagens das cooperativas

17. O que o(a) senhor(a) percebe como positivo, como vantagem da cooperativa, da Cresol?
18. E o que o(a) senhor(a) acha que ainda precisa melhorar?
19. Quais são as diferenças entre a Cresol e os bancos comuns? Por quê?

Camada X – A compreensão sobre o rural e o cooperativismo de crédito solidário

20. Quais fotos, entre as que vou apresentar para o(a) senhor(a) representam na realidade do meio rural desta região (a realidade dos agricultores associados)? Por quê?
- 20.a. Se não houver nenhuma que represente o que acredita ser, o que representaria esse rural?
21. O que é, na sua opinião, uma cooperativa de crédito rural solidária? Como o(a) senhor(a) a definiria?

Roteiro de entrevistas - Agentes de Crédito

Entrevistado nº _____ Local: _____ Data: _____

Camada I - História, ligação com o rural e com o local

1. O(a) senhor(a) pode me contar um pouco da sua história? Qual a ligação do(a) senhor(a) e da sua família com a agricultura/meio rural? E com esta cidade, região?

Camada II – Identificação e caracterização do sujeito

- 1.a. Gênero: () M () F
- 1.b. Associado(a) à qual cooperativa?
- 1.c. Qual a sua idade?

1.d. Qual a sua escolaridade?

1.e. Qual a comunidade/cidade em que reside?

Camada III – Movimentos sociais, organizações representativas

2. O(a) senhor(a) participa (ou já participou) de outras organizações, grupos, associações ou movimentos de agricultores além da cooperativa de crédito? Quais?
- 2.a. Caso participe, há quanto tempo o(a) senhor(a) participa destas organizações/movimentos/grupos?
- 2.b. Ocupa algum cargo nestas organizações/grupos?
- 2.c. Caso já tenha participado, durante quanto tempo o(a) senhor(a) participou? Por que saiu?

Camada IV – Vínculo com a cooperativa, PAC ou Sistema

3. Há quanto tempo o(a) senhor(a) está associado a esta cooperativa?
4. Por que o(a) senhor(a) decidiu associar-se à esta cooperativa de crédito?
5. Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua como agente de crédito nesta cooperativa?
6. Qual e como é o seu trabalho junto às cooperativas e os cooperados do Sistema Cresol em Minas Gerais?

Camada V – Processo de incorporação dos Sistemas

7. O(a) senhor(a) vivenciou o processo de mudança das cooperativas de Ecosol para Cresol? Como foi esse momento para o(a) senhor(a)?
8. Essa mudança afetou o(a) senhor(a) de alguma forma? Como? Por quê?

Camada VI – Formações: experiência, participação e compreensão do processo

9. Como foi a experiência do(a) senhor(a) no curso de formação de agentes de crédito?
10. O(a) senhor(a) já participou de outros cursos/capacitações/formações oferecidos pela cooperativa? Qual a importância destes cursos para o(a) senhor(a)?
- 10.a. Eles atendem às suas necessidades enquanto agricultor associado? Se sim, de que forma? Se não, qual o tipo de conteúdo poderia ser abordado?
- 10.b. O(a) senhor(a) têm alguma sugestão para que estes cursos sejam melhores e mais aproveitados pelos agricultores?
11. O(a) senhor(a) participa das assembleias (pré-assembleias) anuais da cooperativa? O que acha destes momentos? Sente-se à vontade para expor suas opiniões, dúvidas durante estas formações? Por quê?

Camada VII – Utilização dos produtos e serviços das cooperativas

12. Quais são os produtos/serviços da cooperativa (ou do PAC) que o(a) senhor(a) utiliza?
13. Com qual finalidade o(a) senhor(a) utiliza estes serviços?

14. As propagandas realizadas pelo Sistema Cresol (rádio, outdoors, campanhas internas com sorteios) influenciam sua utilização dos serviços da cooperativa?

Camada VIII – Limites e vantagens das cooperativas

15. O que o(a) senhor(a) percebe como positivo, como vantagem da cooperativa Cresol à qual está associado?
16. E o que ainda precisa melhorar, em sua opinião?
17. O(a) senhor(a) percebe diferenças entre esta cooperativa e os bancos comuns? Quais? Por quê?

Camada X – A compreensão sobre o rural e o cooperativismo de crédito solidário

18. Quais fotos, entre as que vou apresentar para o(a) senhor(a) representam na realidade do meio rural desta região (a realidade dos agricultores associados)? Por quê?
- 18.a. Se não houver nenhuma que represente o que acredita ser, o que representaria esse rural?
19. O que é, na sua opinião, uma cooperativa de crédito rural solidária? Como o(a) senhor(a) a definiria?

Roteiro de entrevistas – Associados

Entrevistado nº _____ Local: _____ Data: _____

Camada I - História, ligação com o rural e com o local

1. O(a) senhor(a) pode me contar um pouco da sua história? Qual a ligação do(a) senhor(a) e da sua família com a agricultura/meio rural? E com esta cidade, região?

Camada II – Identificação e caracterização do sujeito

- 1.a. Gênero: () M () F
- 1.b. Associado(a) à qual cooperativa?
- 1.c. Qual a sua idade?
- 1.d. Qual a sua escolaridade?
- 1.e. Qual a comunidade/cidade em que reside?
2. O(a) senhor(a) e sua família vivem somente dos rendimentos obtidos por meio da agricultura? Se não, quais são as outras fontes de renda?

Camada III – Movimentos sociais, organizações representativas

3. O(a) senhor(a) participa de outras organizações, grupos, associações ou movimentos de agricultores além da cooperativa de crédito? Quais?

- 3.a. Caso participe, há quanto tempo o(a) senhor(a) participa destas organizações/movimentos/grupos?
- 3.b. Ocupa algum cargo nestas organizações/grupos?
- 3.c. Caso já tenha participado, durante quanto tempo o(a) senhor(a) participou? Por que saiu?

Camada IV – Vínculo com a cooperativa, PAC ou Sistema

- 4. Há quanto tempo o(a) senhor(a) está associado a esta cooperativa?
- 5. Por que o(a) senhor(a) decidiu associar-se à esta cooperativa de crédito?

Camada V – Processo de incorporação dos Sistemas

- 6. O(a) senhor(a) vivenciou o processo de mudança das cooperativas de Ecosol para Cresol? Como foi esse momento para o(a) senhor(a)?
- 7. Essa mudança afetou o(a) senhor(a) de alguma forma? Como? Por quê?

Camada VI – Formações: experiência, participação e compreensão do processo

- 8. O(a) senhor(a) já participou dos cursos/capacitações/formações oferecidos pela cooperativa? Como foi essa experiência?
- 9. Qual a importância destas formações para o(a) senhor(a)? Eles atendem às suas necessidades enquanto agricultor associado? Se não, qual o tipo de conteúdo poderia ser abordado?
- 10. O(a) senhor(a) participa das assembleias e pré-assembleias da cooperativa? O que acha destes espaços? Sente-se à vontade no local (para expor suas opiniões, dúvidas, etc.)? Por quê?

Camada VII – Utilização dos produtos e serviços das cooperativas

- 11. Quais são os produtos/serviços da cooperativa (ou do PAC) que o(a) senhor(a) utiliza?
- 12. Com qual finalidade o(a) senhor(a) utiliza estes serviços?
- 13. As propagandas realizadas pelo Sistema Cresol (rádio, outdoors, campanhas internas com sorteios) influenciam sua utilização dos serviços da cooperativa?

Camada VIII – Limites e vantagens das cooperativas

- 14. O que o(a) senhor(a) percebe como positivo, como vantagem da cooperativa Cresol à qual está associado?
- 15. E o que ainda precisa melhorar, em sua opinião?
- 16. O(a) senhor(a) percebe diferenças entre esta cooperativa e os bancos comuns? Quais? Por quê?

Camada X – A compreensão sobre o rural e o cooperativismo de crédito solidário

17. Quais fotos, entre as que vou apresentar para o(a) senhor(a) representam na realidade do meio rural desta região (a realidade dos agricultores associados)? Por quê?

17.a. Se não houver nenhuma que represente o que acredita ser, o que representaria esse rural?

18. O que é, na sua opinião, uma cooperativa de crédito rural solidária? Como o(a) senhor(a) a definiria?

Roteiro de entrevistas - Responsável pelas formações

Entrevistado nº _____ Local: _____ Data: _____

Camada I - História, ligação com o rural e com o local

1. Você pode me contar um pouco da sua história? Você e sua família tem ligação com a agricultura/meio rural? E com esta comunidade, com esta cidade?

Camada II – Caracterização do sujeito

2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua formação?
4. Qual a comunidade/cidade em que reside?

Camada III – Processo de incorporação dos Sistemas

5. O(a) senhor(a) vivenciou o processo de mudança das cooperativas de Ecosol para Cresol? Como foi esse momento para o(a) senhor(a)?
6. Essa mudança afetou o(a) senhor(a) de alguma forma? Como? Por quê?

Camada IV – Ligação com e atuação no Sistema

7. Como você conheceu/chegou ao Sistema Cresol?
8. Está vinculado(a) à () Central () Base de Serviços () Cooperativa () PAC
9. De qual cidade?
10. Qual é o cargo que ocupa no Sistema Cresol?
11. Qual e como é o seu trabalho com as cooperativas e cooperados do Sistema Cresol em Minas Gerais?
12. Você atua junto a todas as cooperativas do Estado?
13. Há quanto tempo você está nessa função?

Camada V – As formações oferecidas pelo Sistema Cresol

14. Qual é a denominação utilizada pelo sistema para o conteúdo oferecido: oficina, curso, formação, capacitação?

15. Como são organizadas e estruturadas as formações oferecidas pelo Sistema Cresol em Minas Gerais?
16. Quais são os principais temas discutidos/apresentados nestas formações?
17. Como são divulgadas essas “formações”?
18. Em qual local normalmente acontecem as formações?
19. Quem são os responsáveis por conduzi-las?

Camada VI – Razão de existência das formações e participação dos associados

20. Por quê são realizadas formações com os quadros sociais das cooperativas?
21. Existe alguma “obrigação” estatutária para que os associados participem?
22. A participação dos associados presentes durante as formações existe?
 - 22.a. Se sim, de que forma?
 - 22.b. Se não, quais são os mecanismos utilizados para envolvê-los nas atividades propostas?

Camada VII – Limites e vantagens das formações

23. O que você percebe como positivo, como vantagem das formações oferecidas pelo Sistema Cresol a seus associados?
24. E o que ainda precisa melhorar, em sua opinião?

Camada VIII – A compreensão sobre o rural e o desenvolvimento

25. Pensando na realidade em que o senhor e sua família vivem e também na realidade em que os agricultores associados vivem (e com a qual você precisa trabalhar), quais destas fotos representam o rural? Por quê?
 - 25.a. Se não houver nenhuma que represente o que acredita ser, o que representaria esse rural?
26. O que é, na sua opinião, uma cooperativa de crédito rural solidária? Como a definiria?